



UNIVERSIDADE D
COIMBRA

Rute Mota Brás

**GOVERNAÇÃO LOCAL, ENVELHECIMENTO SAUDÁVEL E ATIVO NA
SOCIEDADE PORTUGUESA**
UMA COMPARAÇÃO AUTÁRQUICA

VOLUME 1

Dissertação no âmbito do Mestrado de Gestão e Economia da Saúde orientada pelo Professor Doutor Vítor Manuel dos Reis Raposo e apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Setembro de 2019



FEUC FACULDADE DE ECONOMIA
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Rute Mota Brás

Governança Local, Envelhecimento Saudável e Ativo na Sociedade Portuguesa

Uma Comparação Autárquica

Dissertação de Mestrado em Gestão e Economia da Saúde, apresentada à Faculdade de
Economia da Universidade de Coimbra para obtenção do grau de Mestre

Orientador: Prof. Doutor Vítor Manuel dos Reis Raposo

Coimbra, 2019

Agradecimentos

Ao meu professor orientador, por toda a disponibilidade e empenho para tornar o meu objetivo em realidade e por me apoiar durante este ano.

À minha família por me acompanhar há 24 anos, por me apoiar nos momentos mais difíceis e por estar em todos os momentos da minha vida, sem vocês não seria a mesma pessoa. Em especial à minha mãe por todas as suas longas conversas que me fizeram crescer.

Ao meu Rafa, o amor mais improvável, por há mais de um ano conseguir fazer-me feliz todos os dias; agora e para sempre, vais ter de aturar a tua “máquina de ralar”. Amo-te do fundo do coração.

Ao meu irmão Nuno Filipe Mota Brás, apesar de me ter obrigado a escrever um parágrafo só para ele e para o nosso fiel amigo, ele está sempre pronto para me ajudar e animar com o seu bom humor.

Aos meus avós por me ajudarem a crescer e compreenderem a minha “demasiada” energia, desde criança. A vocês, presentes e no céu, estão sempre comigo.

À minha família de Aveiro, Francisca, Bruna, Natália e Andreia, por tornarem a universidade nos melhores anos da minha vida, convosco tive vivências extraordinárias e estarão para sempre no meu coração

À minha miúda Adriana, a minha pessoa de sempre, companheira de longas viagens de carro e conversas do “tu percebes”. Adoro-te.

Às minhas artifofinhas Bárbara e Rita que, para além de proporcionar o trabalho mais divertido, tornam também a minha vida muito mais animada.

À *Artifofa*, a empresa e colegas que me apoiaram, desde o início, na concretização de mais um objetivo meu, o Mestrado.

Aos municípios que aceitaram responder ao meu correio eletrónico e me ajudaram a perceber realmente quais os programas existentes. Obrigado!

“Os que amam profundamente, jamais envelhecem; podem morrer de velhice, mas morrem jovens.”

Martinho Lutero, s.n.

RESUMO

Com o crescimento populacional, a nível mundial, principalmente nas faixas acima dos 65 anos, tornou-se empírico a alteração de estratégias e políticas mundiais, para podermos adaptar à nova estratificação demográfica. Não se pode pensar, exclusivamente, em cidades jovens e medidas de apoio à juventude, agora também é vital criar políticas que apoiem o envelhecimento ativo e saudável de toda a população. Contudo, não se pode aplicar exclusivamente medidas mundiais, tem de se criar estratégias que se enquadrem no contexto regional, autárquico e até pessoal.

O presente trabalho pretende ser um primeiro contributo para perceber a realidade autárquica de Portugal e caracterizar a oferta dos municípios nas áreas do envelhecimento ativo e saudável, nomeadamente a caracterização da oferta das autarquias no que se refere a programas, políticas e apoios a idosos relacionados com o envelhecimento ativo e saudável; aferir sobre a boa governação autárquica (tendo em contas as características da boa governação autárquica reconhecidas internacionalmente), no que concerne à governação das iniciativas para idosos, relacionados com o envelhecimento ativo e saudável, e identificar quais os fatores determinantes associados às iniciativas identificadas.

Os primeiros resultados, mostram que apesar de Portugal ser um país de pequenas dimensões, existem realidades muito diferentes de norte a sul, quer em termos de oferta, quer em termos da boa governação local relacionada com os programas analisados.

É de frisar a necessidade de capacitar os recursos técnicos das autarquias e de criar sinergias e dinâmicas de cooperação entre instituições e programas, para que trabalhem em conjunto, isto é, na mesma linha condutora, para ir ao encontro das necessidades e interesses das pessoas idosas.

Palavras-chave: Relatório de atividade; envelhecimento; autarquia; envelhecimento ativo; envelhecimento saudável; Organização Mundial da Saúde; DGS

ABSTRACT

With the growing of the world's population growth, particularly in the elderly people, the need for change global strategies and policies so that we can adapt to the new demographic stratification. One cannot think exclusively of youth cities and youth support measures, now it's vital to create new policies that support the active and healthy aging of the entire population. However, global measures cannot be applied exclusively; strategies must be created to fit regional, local and even personal contexts. Although Portugal is a small country, there are quite different realities from north thought south.

This work is the first contribute to understand the reality of Portuguese municipalities and to allow the offers on healthy and active aging, like programs, politics and supports to old people; evaluate about local good governance (with the characteristics of international organizations), in the healthy and active aging, and identify the initiatives determinant factors.

The first results show that Portugal have different initiatives and local good governance's programs. It is very important that technical human resources have skills and be able to exist in a cooperation environment between institutions and initiatives to response to the people's interests.

Keywords: activity report; aging; local authority; active aging; healthy aging; World Health Organization; DGS

Listas (siglas, abreviaturas, ...)

ABVD – Atividades Básicas de Vida Diária
ACES – Agrupamento de Centros de Saúde
AIVD – Atividades Instrumentais de Vida Diária
ARS – Administração Regional de Saúde
BM – Banco Mundial
BV – Bombeiros Voluntários
CIDAMIDOS – Cidades Amigas dos Idosos
CIDSAUDAV – Cidades Saudáveis
CM – Câmara Municipal
CS – Centro de Saúde
DGAL - Direção-Geral das Autarquias Locais
ERPI – Estrutura Residencial para Idosos
GNR – Guarda Nacional Republicana
IndDep – Índice de Dependência dos Idosos
IndEnv – Índice de Envelhecimento
IP – Instituto Politécnico
IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social
JF – Junta de Freguesia
NProg – Número de Programas
OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OMS – Organização Mundial da Saúde
PDNU – Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas
PSP – Polícia de Segurança Pública
RSES – Rede de Serviços e Equipamentos Sociais
RUTIS – Rede de Universidades de Terceira Idade
SAD – Serviço de Apoio Domiciliário
SCM – Santa Casa da Misericórdia
UCC – Unidade de Cuidados na Comunidade
UMSAUDE – Unidade Móvel de Saúde
USF – Unidade de Saúde Familiar
UCSP – Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados
ULS – Unidade Local de Saúde

Listas de tabelas, quadros, figuras etc.

Figura 1 Esquema da Governação de Interação	18
Figura 2 Modelos de Governação	21
Tabela 1 Princípios de Boa Governação Local	23
Figura 3 Boa Governação segundo o Banco Mundial	24
Tabela 2 Princípios da Boa Governação Local, segundo o Conselho Europeu	25
Figura 4 Determinantes do Envelhecimento Ativo	36
Figura 5 Determinantes para o Envelhecimento Saudável	39
Figura 6 Relação entre População Idosa e População Total, por distrito	46
Figura 7 Índice de Envelhecimento Português (projeções 2017-2050)	47
Figura 8 Mortalidade Prematura Portuguesa	48
Figura 9 Anos de Vida Saudáveis aos 65 anos	49
Tabela 3 Número de Idosos Sinalizados nos Censos Sénior 2018	57
Figura 10 Evolução do número de Respostas Sociais, no Continente 2000-2016	60
Figura 11 Taxa de Cobertura das Respostas Sociais, 2016	61
Figura 12 Mapa de Rede Portuguesa Continental de Municípios Saudáveis	64
Figura 13 Percentagem de pessoas com mais de 60 anos abrangidas pelo projeto Cidades Amigas dos Idosos	68
Tabela 4 Variáveis de síntese dos programas	75
Tabela 5 Descrição de variáveis agregadas aos dados dos municípios	79
Gráfico 1 Distribuição das Áreas a nível Nacional	83
Tabela 6 Distribuições do Orçamento a Nível Nacional, por Área	84
Tabela 7 Distribuições da %Execução a Nível Nacional, por Área	85
Tabela 8 Qualificadores dos Programas, por Área, e respetiva percentagem	86
Tabela 9 Ordenação das áreas nas diferentes variáveis, de forma crescente	87
Tabela 10 Análise à População, dados de 2018, retirados em INE	88
Tabela 11 Número de Programas e Índice de Envelhecimento e Dependência, por Distrito	89
Tabela 12 Número de Programas, por área e por Distrito	90
Tabela 13 Apresentação, por Distrito, dos Programas, Orçamentos, Execuções e Indicadores Qualitativos	92
Gráfico 2 Número de Programas existentes nos Municípios	94
Figura 14 Representatividade dos Orçamentos nos Municípios	94
Tabela 15 Nível de Correlação entre as Variáveis	97

Sumário

Agradecimentos	iii
Resumo	v
Abstract	vi
Listas (siglas, abreviaturas, ...)	vii
Listas de tabelas, quadros, figuras etc.	viii
Sumário	ix
Introdução	13
Parte I: Governação Local e Envelhecimento	15
1. Governação – do Macro ao Local	17
1.1. Governação	17
1.2. Governação Local	19
1.3. Boa Governação Local	23
2. Tipos de Envelhecimento	29
2.1. Envelhecimento Bem-Sucedido	30
2.2. Envelhecimento Saudável	32
2.3. Envelhecimento Ativo	32
3. Envelhecimento na Europa	35
3.1. Envelhecer Ativamente	36
3.2. Envelhecer Saudavelmente	38
3.3. Direito das Pessoas Idosas	42
4. Envelhecimento em Portugal	45
4.1. Evolução Estratigráfica	45

4.2. Direito das Pessoas Idosas	49
4.3. Diretrizes e Apoios	51
5. Políticas vs Respostas Sociais vs Programas Nacionais	53
5.1. Políticas Nacionais	53
5.1.1. Fundo de Socorro Social	54
5.1.2. Comparticipação de Medicamentos	54
5.1.3. Complemento Solidário para Idosos	55
5.1.4. Sistema de Atribuição de Produtos de Apoio	55
5.1.5. Apoio 65 – Idosos em Segurança	56
5.1.6. Estou Aqui Adultos!	58
5.2. Respostas Sociais	58
5.3. Programas Nacionais	62
5.3.1. Cidades Saudáveis	63
5.3.2. Cidades Amigas dos Idosos	65
5.3.3. RUTIS – Rede de Universidades da Terceira Idade	69
5.3.4. Cartão Municipal do Idoso	69
5.3.5. Unidades Móveis de Saúde	70
Parte II: Análise das Políticas Municipais Portuguesas	73
6. Metodologia	75
6.1. Variáveis Utilizadas	75
6.2. Recolha de Dados	80
6.3. Análise	80
7. Resultados	83
8. Discussão	101
Conclusões	105
Referências Bibliográficas	109
Anexos/Apêndice	113
ANEXO 1 - Princípios das Nações Unidas para as Pessoas Idosas	
ANEXO 2 – Programas, por Área de Atuação, dos Municípios pertencentes às Cidades Saudáveis	
ANEXO 3 – Parâmetros das Cidades Amigas dos Idosos	
ANEXO 4 – Registo das Universidades e Academias Seniores Associadas da RUTIS	
ANEXO 5 – Lista dos Municípios Portugueses com a respetiva Resposta ao Correio Eletrónico	

ANEXO 6 – Quadro resumo dos parâmetros analisados, por Distrito, ordenados de forma crescente

ANEXO 7 – Distribuição, por Município, da População Residente, com mais de 65 anos, Índice de Envelhecimento e Índice de Dependência

ANEXO 10 - Apresentação, por Município, dos Indicadores Qualitativos (Objetivos, Indicadores e Metas)

ANEXO 11– Quadro resumo dos parâmetros analisados, por Município, ordenados de forma crescente

ANEXO 12- Correlações entre os Parâmetros: Índice de Envelhecimento, Índice de Dependência, Número de Programas, Número de Programas por Área, Média de Orçamento, Média de Execução e Número de Objetivos, Indicadores e Metas

ANEXO 13 - Municípios com Parceiros nos seus Programas e respetiva percentagem dos programas com parceiros (%)

ANEXO 14 Presença dos Programas, Cidades Saudáveis (CIDSAUDAV), Cidades Amigas dos Idosos (CIDAMDOS), RUTIS, Cartão do Idoso (Cartão) e Unidade Móvel de Saúde (UMSAUDE), nos Municípios

ANEXO 15 - Presença de Programas, contagem de número de programas com Orçamentos (A), contagem de número de programas com Execuções (B), número de programas com Objetivos, Indicadores e Metas, e percentagem de variáveis preenchidas (%), por Município

INTRODUÇÃO

Envelhecer, para muitas pessoas, é algo difícil de aceitar, para elas o ideal seria a eterna juventude e a constante vitalidade, mesmo que, com o passar dos anos, se fossem perdendo diversas capacidades. Não se pode afirmar que se consegue contrariar estas alterações, mas não é demais informar que é possível envelhecer com qualidade de vida, isto é, continuar a viver em comunidade, fortificando a rede social, criando rotinas, praticando exercício físico e mantendo a rede familiar. Envelhecer permite ter mais tempo para fazer aquilo de que se gosta e estar com quem mais se ama. Envelhecer ou, neste caso, ser idoso é ter a liberdade de poder criar as suas próprias rotinas, de acordo com as suas contingências.

Com o aumento da população idosa há um crescente interesse no envelhecimento e nas suas dimensões. Paulatinamente, procura-se retardar as alterações negativas biopsicossociais que ocorrem nas pessoas, de forma a melhorar as suas condições de vida e qualidade de vida.

Por outro lado, este aumento de população leva à necessidade de criar normativas e políticas que se correlacionem com as mudanças estratigráficas da população. A nível mundial são inúmeras as normativas e ideias que são criadas, de forma a promover um envelhecimento sustentável. Porém, cabe ao nosso país criar as diretivas e metas para melhorar a qualidade de vida dos idosos e desmistificar o papel do idoso na sociedade, passando a ser visto como uma pessoa com uma história ainda por contar.

Neste processo também tem de se compreender as reais necessidades dos idosos, pois estas dependem dos contextos e culturas onde estão inseridos. Para isto, é necessário descentralizar o poder e permitir que as autarquias adaptem, à sua população, as diferentes políticas e programas, de forma a contribuir para um melhor envelhecimento.

Neste âmbito, o presente trabalho pretende ser um primeiro contributo para perceber a realidade autárquica de Portugal e caracterizar a oferta dos municípios nas áreas do envelhecimento ativo e saudável. Assim, os principais objetivos deste trabalho são:

- Caracterizar a oferta das autarquias no que se refere programas, políticas e apoios a idosos relacionados com o envelhecimento ativo e saudável;
- Aferir sobre a boa governação autárquica (tendo em contas as características da boa governação autárquica reconhecidas internacionalmente) no que concerne à governação das iniciativas para idosos relacionados com o envelhecimento ativo e saudável;

- Identificar fatores determinantes associados às iniciativas identificadas.

Assim sendo, a dissertação está estruturada em duas partes de forma a cumprir os objetivos enumerados acima. A primeira parte – Governação Local e Envelhecimento – foca aspetos conceptuais, associados à Governação – do Macro ao Local (1), os Tipos de Envelhecimento (2), e de contexto abordando o Envelhecimento na Europa (3), o Envelhecimento em Portugal (4), e as Políticas, Respostas Sociais e Programas (5) existentes em Portugal ao nível do poder central.

A segunda parte – Análise das Políticas Municipais Portuguesas (parte empírica) – é composta pela Metodologia (6) e os Resultados e Discussão (7). Finalmente serão apresentadas as conclusões, as limitações do estudo realizado e possíveis linhas de investigação futura.

PARTE I: GOVERNAÇÃO LOCAL E ENVELHECIMENTO

1. Governação – do Macro ao Local

Cada vez mais existe um menor número de pessoas a votarem e a interessarem-se por questões políticas. Uma das grandes causas deve-se, ao simples facto, de a população já não sentir a importância das suas decisões políticas e da negligência pelo poder político, acrescentando as dificuldades de diálogo entre eleitores e políticos, derivado ao sistema complexo em que está mergulhada a política. Para contrariar este distanciamento, as autarquias assumiram um papel de maior proximidade e acessibilidade aos cidadãos e um contributo para o desenvolvimento das comunidades e consolidação democrática (Tavares & Sousa, 2018).

A governação é um conceito multifacetado que pode assumir diferentes tipos, como por exemplo a nova gestão pública, governação empresarial, boa governação, governação em rede, entre outros, dependendo das definições dadas ao conceito, como também dependendo da área que está relacionada (saúde, educação, política, entre outros) (Raposo, 2007).

Assim sendo, neste ponto vai-se analisar o conceito, em diferentes aspetos, de governação: governação, definição e caracterização; governação local e a necessidade da descentralização e boa governação local através das perspetivas do Banco Mundial (BM) e do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PDNU).

1.1. Governação

Todos os dias ouvimos falar de governação, mas, devido à multiplicidade de ações divergentes, muitas vezes não se consegue compreender realmente o seu significado. De uma forma mais geral, a *governação* é um conjunto de processos que levam à tomada de decisão e, posteriormente, a sua implementação (Gouveia, 2009). Para tal, é necessária uma integração de atores estruturados em sistemas úteis, sendo um exemplo disso o governo.

A governação tem como objetivo promover o desenvolvimento e bem-estar das pessoas do país/região/localidade. É constituída por um processo de decisões sobre gestão de recursos económicos e sociais existentes (Tavares & Sousa, 2018).

Embora a governação seja uma atividade suportada para um bem comum, em nada se pode comparar com a governabilidade, pois baseia-se em criar ações que permitam uma boa execução no governo (dirigir um país).

A governação é um conjunto de ações adotado pela sociedade, com a finalidade de promover ações conjuntas para alcançar objetivos comuns, através de métodos de distribuição de poder e gestão de recursos públicos (Dodgson, Lee, & Drager, 2002).

Esta permite o desenvolvimento em três áreas: o desenvolvimento económico (maior crescimento e rendimento), desenvolvimento social (maior qualidade nos recursos) e, desenvolvimento humano (maior qualidade de vida).

A governação é o processo onde as organizações e sociedades tomam as decisões mais importantes, quem participa no processo de decisão e como o rentabilizam. O conceito é utilizado a nível mundial, nacional e local, à qual é exercido como um poder de interação de diferentes componentes da sociedade por um objetivo comum.

O PDNU afirma que a governação deve promover a interação política e social, através da participação nas atividades económicas, políticas e sociais, criar ambientes, condições legais e políticas e, gerar emprego e riqueza (World Health Organization, 2012).



Figura 1 Esquema da Governação de Interação
(baseado em World Health Organization, 2012)

Como demonstrado na figura acima, é necessário que haja uma interação entre o Estado (governo, serviços públicos, sistema judicial, etc.), a Sociedade Civil (associações profissionais, grupos, organizações não governamentais, cidadãos em geral, etc.) e Setor Privado (empresas, instituições financeiras, etc.). Estas interligações permitem que haja a

promoção de ações construtivas, de forma a que a governação se centre na interação entre governos e outras organizações, na relação com os cidadãos e nas tomadas de decisões.

Nos dias de hoje e devido à elevada interindependência entre entidades públicas e privadas e a existência de vários níveis de governo com responsabilidades sobrepostas e não simultâneas, a governação apresenta um elevado nível de complexidade de rede (Tavares & Sousa, 2018).

1.2. Governação Local

Dado as grandes e importantes alterações que as autarquias têm tido no seu funcionamento e na sua estrutura, através da descentralização do poder do Governo para as autarquias, houve a necessidade de emergir o modelo de Governação Local (Araújo, 2003).

A governação local, inicialmente, era um modelo monolítico, em que se centrava na gestão da autarquia, porém está a mudar para uma estrutura mais diversificada, devido a novas competências e lideranças, e as várias relações com as diferentes organizações presentes no município (Araújo, 2003).

As autarquias são um dos pilares da democracia, são estas que colocam o poder governativo mais próximo das populações. As autarquias, por desempenharem o seu papel junto das populações, ajudam a perceber a eficácia e a eficiência das políticas geradas e as necessidades dos portugueses.

Em Portugal existem 308 municípios, de norte a sul do país e ilhas, com diferentes culturas e contextos, criando uma panóplia de pareceres e visões dispares. Com isto, é fulcral promover um canal único de ideias e princípios do património público, tendo sempre em conta que os cidadãos têm direito de participar na gestão dos assuntos públicos.

Todavia são as autarquias que interagem mais com as populações e que as conhecem melhor, dentro da governação portuguesa. Dado isto, e apesar de terem de seguir as linhas orientadoras de governação, é-lhes atribuída a liberdade de iniciativa, dentro dos parâmetros da lei, para qualquer tipo de questão, desde que não esteja já atribuída a outra entidade (Conselho Europeu, 1990).

Assim, foi atribuída às autarquias uma autonomia local, para gerirem da melhor forma. Sendo que, entende-se por autonomia local, segundo a Carta Europeia de Autonomia Local, pelo “direito e a capacidade efectiva de as autarquias locais regulamentarem e

gerirem, nos termos da lei, sob a sua responsabilidade e no interesse das respectivas populações, uma parte importante dos assuntos públicos”, que é exercida pelos conselhos e assembleias (Conselho Europeu, 1990).

As autarquias têm como objetivo impossibilitar a sobreposição de competências e a duplicação de esforços, para se obter uma maior coordenação dos diferentes atores locais. Inclui, também, a descentralização e assegura a territorialização das redes de governação de forma mais eficaz e eficiente (Tavares & Sousa, 2018).

A sua organização é idêntica às organizações públicas, isto é, tem como base um modelo burocrático. Este modelo caracteriza-se por uma hierarquia de autoridade formal (áreas de atuação) e por um sistema de regras. Todavia, este modelo é ambíguo e muitas vezes discutido, pois apresenta uma reduzida flexibilidade na tomada de decisão, ausência de incentivos de controlo de custos, falha na transparência, carência de responsabilização e ausência de inovação para um melhor desempenho nos procedimentos (Araújo, 2003).

Com o decorrer do tempo e devido à influência do neoliberalismo e correntes económicas está-se a adotar novos modelos de organização, para uma melhor promoção de eficiência, eficácia e economia da contratualização de serviços. Por outro lado, esta crescente mudança de modelos deve-se ao facto de um maior envolvimento dos cidadãos às organizações públicas e à crescente procura de informação adicional, como também, pela existência de uma maior panóplia de recursos e competências (Araújo, 2003).

Em suma, é possível identificar quatro modelos de governação local, como demonstrado na figura abaixo, sendo que alguns tem uma governação local mais forte e outros mais fracos (Araújo, 2003).

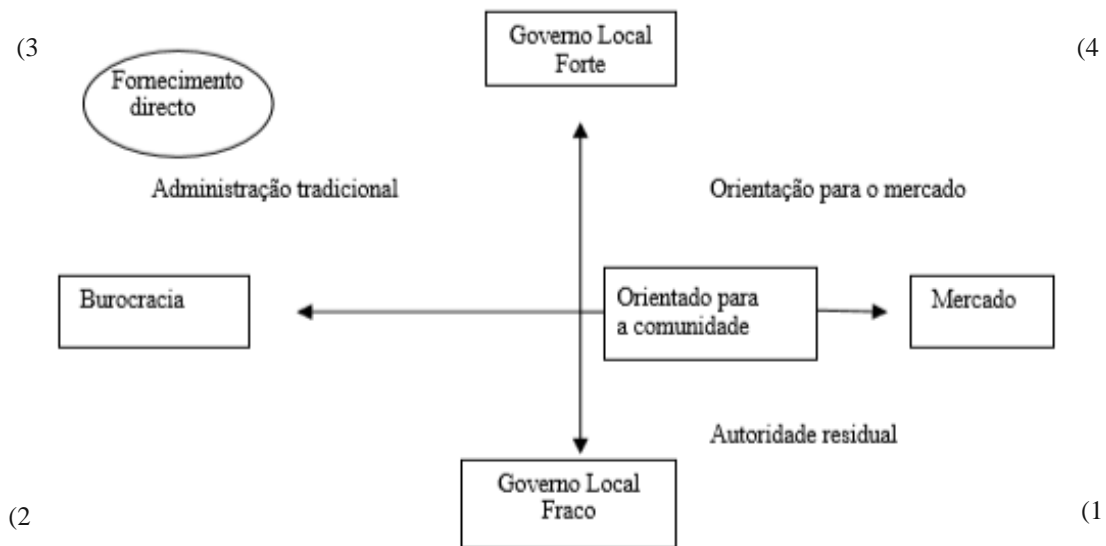


Figura 2 Modelos de Governação
(retirado de Araújo, 2003)

Os primeiro e quarto quadrante (1) e (4) representam os modelos com um maior recurso aos mecanismos de mercados e de contratações, como também o envolvimento do terceiro sector. Nestes modelos as autarquias, por um lado, assumem um papel ativo e de intervenção na utilização dos mecanismos, como por exemplo fornecimento de serviços públicos, procurando introduzir uma perspectiva comercial nas relações. Por outro lado, assumem um papel mais passivo, com o intuito de criar condições para o mercado privado (Araújo, 2003).

O terceiro quadrante (3) é indicativo do modelo tradicional de administração, apoiado na hierarquização do poder, com um governo forte e controlando os serviços.

O segundo quadrante (2) representa a participação dos cidadãos e recurso ao terceiro sector, através do associativismo e de outras formas de intervenção (Araújo, 2003).

Estes quatro quadrantes podem ainda ser resumidos a três grandes modelos na administração pública: o modelo tradicional ou burocrático (quadrante 3), o modelo liberal ou de menor Estado (quadrante 1 e 4) e o modelo do novo serviço público ou do Estado parceiro do cidadão (quadrante 2) (Bilhim, 2004).

Resumidamente o modelo tradicional disputa as leis e procedimentos com os valores e pessoas, muito ligada ao “homem administrativo”, à qual separa os políticos de os administradores. O modelo liberal destaca-se pela centralização da administração pública, mas com um elevado controlo político, muito associado ao “homem económico”. O modelo

de novo serviço público, tem como base o modelo tradicional e privilegia a boa democracia ao invés da boa gestão pública (Bilhim, 2004).

Por outro lado, e cada vez mais uma grande aposta do governo, é a descentralização do poder. Esta acaba por ser o melhor caminho para cumprir o que está escrito acima, isto é, impulsionar as autarquias para serem capazes de gerir os seus próprios recursos, pois são os melhores conhecedores de como esses devem ser distribuídos.

A descentralização é um processo político que tem como objetivo a transferência dos poderes e competências do governo central/poder central para o governo local, neste caso as autarquias (Porto Editora, 2003).

Inicialmente, a gestão dos municípios passava pelo simples cumprimento da lei, contudo, a nova filosofia, passa pela gestão igual à administração privada e, regida pela eficácia, eficiência e economia. Isto, permite reduzir as competências do governo central e transferi-las para o governo local (Bilhim, 2004).

Não existem dados concretos de quantas freguesias e autarquias aderiram a esta nova gestão, porém a Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL) permite um canal de informação mais facilitado, entre os municípios e Governo. A DGAL tem como objetivo a conceção, coordenação e concretização de diversas medidas de apoio às autarquias e melhorar a coadjuvação entre elas e o governo local (DGAL, 2014).

Embora a temática da descentralização ser recente, em 1987, foi celebrado o primeiro Decreto-Lei, nº384/87 de 24 de dezembro, sobre os sistemas de financiamento e cooperação entre o Governo e as Autarquias (DGAL, 2014). Contudo, a descentralização está a ser feita a passos pequenos e seletivos, isto é, o governo local pode escolher a área da descentralização (saúde, proteção civil, saúde animal, educação, entre outras) e muitas destas áreas têm legislação há relativamente pouco tempo.

Na pesquisa realizada no âmbito deste trabalho no site da DGAL, não se encontrou muita informação relativamente à área social, onde se enquadra esta dissertação. Isto indica, que ainda não existem apoios concretos para que as autarquias tenham uma maior independência nas tomadas de decisão relativamente aos subsídios e ajudas dados aos idosos.

Atualmente, os municípios não podem centrar-se neles próprios; é necessário criarem relações com as autarquias vizinhas, não só pelas populações não trabalharem na sua zona de residência, mas também por partilharem infraestruturas rodoviárias e fluviais. Contudo, essas relações não se estabelecem só por esses motivos, atualmente são criados

projetos multiconselhos para a promoção do envelhecimento ativo e saudável, tais como as Cidades Amigas dos Idosos e Cidades Saudáveis. Estes projetos abrangem diferentes autarquias, tendo assim uma abordagem mais homogénea e com o foco num objetivo comum, a melhoria da qualidade de vida dos idosos.

1.3. Boa Governação Local

A governação local, como averiguado anteriormente, é fulcral para que as políticas e a divisão dos recursos sejam feitas de acordo com as reais necessidades das populações e não de forma geral, criando desequilíbrios desnecessários. Porém, não se pode simplesmente transferir o poder, sendo essencial que haja parâmetros delineadores da boa governação, para que as autarquias possam fazer a melhor gestão possível sem ambiguidades.

A Boa Governação Local, apesar de ser um tema mais recente, é um pouco ambíguo, devido à sua pluralidade de conceitos. Esta está associada ao desenvolvimento económico, social e humano, mas por diferentes perspetivas.

As duas abordagens mais imponentes são feitas pelo PDNU (desenvolvimento humano) e pelo BM (desenvolvimento económico), porque reforçam a necessidade de desenvolver políticas de reforço das instituições e de necessidade de implementar condutores de desenvolvimento económico e humano.

Segundo o BM, a governação é o poder exercido na gestão de recursos (sociais e económicos), que contribuam para o desenvolvimento do país. Com isto, a boa governação está ligada à boa gestão económica.

Segundo o PDNU, a governação é o exercício do poder na gestão dos interesses a todos os níveis, analisando todos os mecanismos, processos e instituições que os cidadãos utilizem, de forma a articular-se com o interesse dos mesmos. Neste caso, a boa governação está ligada a um sistema constituído por processos e regras paralelamente às preocupações das pessoas, ou seja, todas as tomadas de decisões têm de ter em conta a opinião dos cidadãos.

A tabela 1 apresenta os Princípios da Boa Governação Local do PDNU:

Tabela 1 Princípios de Boa Governação Local (retirado de Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas, 2014)

Princípios	Descrição
Efetividade e Eficiência	Criar e implementar processos que permitam o desenvolvimento humano; ter a capacidade de responder às necessidades da população.
Transparência	Disponibilizar os processos, de forma clara, perceptível e de fácil acesso.
Prevenção da Corrupção	Promover a responsabilidade, de modo a prevenir a corrupção, promovendo o desenvolvimento de resultados.
Estado de Direito	Confiar e respeitar as regras da sociedade, para que haja desenvolvimento, e promover a equidade, igualdade e inclusão.
Participação nas Tomadas de Decisão	Participar nas tomadas de decisões, de forma a contribuir para a liberdade de expressão.
Combater a Violência e os Crimes Organizados	Existir um maior controlo, para que não haja desigualdade na divisão do mesmo, devido a um aumento nas transferências e cruzamento de dinheiro.

Numa outra perspetiva, o Banco Mundial, em 2013, afirma que a governação é o exercício da autoridade, em nome das pessoas e, a boa governação é o respeito pela



Figura 3 Boa Governação segundo o Banco Mundial (retirado e adaptado de The World Bank, 2013)

integridade, direitos e necessidades. Com isto, a boa governação carece de instituições e mecanismos eficazes e eficientes, sem descorar o respeito humano.

Assim sendo, afirma-se que os dois valores essenciais para a boa governação são a prestação de contas e a inclusão. Prestação de contas, pelo facto de os governantes serem responsabilizados pela forma como exercem a autoridade e recursos, isto é, é necessário que haja transparência, para se ter acesso a toda a informação, e contestabilidade, para se poder manobrar entre as diferentes políticas e opções económicas, escolhendo a melhor opção. Inclusão é o direito da igualdade e equidade de opiniões, direitos e formas de tratamento de todas as pessoas (The World Bank, 2013).

O quadro seguinte apresenta os 12 princípios, resultado da junção das duas visões abordadas anteriormente, elaborado pelo Conselho Europeu.

Tabela 2 Princípios da Boa Governação Local, segundo o Conselho Europeu (retirado de Conselho Europeu, 2018)

Nº Princípio	Descrição
Boa Conduta Eleitoral, Representatividade e Participação	As eleições decorrem de forma livre e de acordo com as normas internacionais e a legislação nacional. Os cidadãos são o público alvo e estão envolvidos na vida pública a nível local. As tomadas de decisões têm em conta todas as pessoas, mesmo aquelas que são mais vulneráveis e menos privilegiadas.
Responsabilidade	São criadas medidas, objetivos e procedimentos em prol das necessidades e expetativas dos cidadãos. Como também, as necessidades e reclamações das pessoas são respondidas dentro de prazos aceitáveis.
Eficiência e Eficácia	São utilizados os melhores recursos para se obterem os melhores resultados e, assim, atingir da melhor forma os objetivos. Para isso, são necessários sistemas de gestão que avaliem, da melhor forma, a eficiência e eficácia dos serviços e, que haja auditorias para avaliar o desempenho dos mesmos.

Nº Princípio	Descrição
Abertura e Transparência	Todas as decisões são tomadas consoante as regras estabelecidas e de acesso público, de forma a permitir às pessoas seguir e contribuir para o trabalho local.
Estado de Direito	As leis e regras são tomadas de acordo com os procedimentos previstos e são aplicados de forma imparcial.
Ética	O bem-estar público sobressai aos interesses particulares, para a qual tem de existir mecanismos apropriados para combater e prevenir a corrupção. Acrescentando também, que todas as decisões devem abster-se de conflito de interesses.
Competências e Capacidades	Tem de existir um estudo contínuo, para a manutenção de competências e fortalecimento das mesmas, para motivar os funcionários a melhorarem o seu desempenho. Como também, é necessário criar procedimentos para produzir melhores resultados e capacidades.
Inovação e Capacidade de Mudança	Tem como finalidade a procura e criação de novas soluções para os diferentes problemas, com a finalidade de prestar serviços de forma mais moderna. Esta mudança objetiva-se em criar melhores e mais rápidos resultados.
Sustentabilidade e Orientação a Longo Prazo	A necessidade das gerações futuras e a sustentabilidade têm de ser pensadas nas tomadas de decisões atuais. Os custos e esforços têm de ser feitas na atualidade e não serem transferidas para as próximas gerações. Não esquecendo os contextos históricos e culturais do próprio local.
Boa Gestão Financeira	Os encargos não podem exceder os custos dos serviços prestados. É fulcral que haja prudência na gestão financeira, nos empréstimos, na contratação e na estimativa dos recursos e receitas. Os planos orçamentais plurianuais têm de estar ao dispor da população em geral. Todos os riscos devem ser calculados e dispostos nas publicações de contas.

Nº Princípio	Descrição
Direitos Humanos, Heterogeneidade Cultural e Social	Todos os direitos humanos têm de ser respeitados e protegidos. A multiculturalidade tem de ser vista como um recurso e devem ser garantidos todos os seus interesses. Deve ser promovida a coesão social e o acesso aos serviços, principalmente às populações mais desfavorecidas.
Prestação de Contas/Responsabilidade (Accountability)	Todas as tomadas de decisão devem estar explícitas e relatadas de forma clara e compreensível, à qual, os decisores envolvidos nessas decisões assumam as responsabilidades. Devem existir, também, soluções eficazes para combater a má administração e as infrações dos direitos civis.

Como se pode perceber existem diferentes leituras acerca da boa governação e quais os princípios desta, todavia pode-se perceber que existem pontos em confluência em todas elas: transparência, prestação de contas/responsabilização e respeito pelos direitos humanos.

Em suma, existe, paulatinamente, uma crescente melhoria da eficiência da administração pública, surgem novas questões intrincadas que obrigam à criação de novas capacidades de adaptação da gestão pública a um novo modelo de governação. Este deve focar-se em estratégias de dimensões sistémicas e culturais (Dias, 2015).

Este tipo de governação local permite que haja um maior foco e maior proximidade às populações. Contudo, a globalização da economia, a integração regional e a modernização da administração pública condicionam a atuação das autarquias, a nível económico, social, cultural e de sustentabilidade (Tavares & Sousa, 2018).

2. Tipos de Envelhecimento

O conceito de reforma, no pensamento coletivo, é relacionado com o envelhecimento, isto é, para a sociedade em geral, a reforma é o marco que assinala a passagem da vida ativa para a fase idosa. Porém, a reforma não é nenhum critério particular do envelhecimento, mas sim uma característica socioeconómica (Alaphilippe & Bailly, 2014).

Historicamente, a reforma remonta ao ano de 1895, em que o Primeiro Chanceler da Prússia decidiu instaurar a reforma aos 65 anos, pois seria o ano em que gostaria de ter parado de trabalhar, sendo que, naquele tempo, a esperança média de vida seria pouco mais do que essa idade. Atualmente, este panorama já não existe, porque, apesar da reforma ser aos 66 anos, em Portugal, as pessoas têm uma maior esperança média de vida (Alaphilippe & Bailly, 2014).

Na área da gerontologia, o significado do próprio envelhecimento também tem evoluído. Inicialmente, era o simples facto de haver perdas de capacidade cognitiva e física, depois começou a perceber-se que não havia simplesmente perdas neste âmbito, mas sim alterações biopsicossociais e, mais tarde, fala-se também nas alterações funcionais. De seguida, começou a pensar-se na melhoria da qualidade de vida dos idosos na velhice.

Devido à crescente procura dessa melhoria de qualidade, surgiu o *Envelhecimento Ativo* e à posteriori o *Envelhecimento Saudável* e *Envelhecimento Bem-Sucedido*. O Envelhecimento Bem-Sucedido nunca teve muita investigação e aplicação, acabando por deixar de ser utilizado. Ao invés, o conceito de Envelhecimento Ativo foi aquele que teve maior aplicabilidade em todo o mundo.

Recentemente, devido à procura não só da qualidade de vida, mas também do bem-estar físico, começaram a criar-se mais estratégias para um Envelhecimento Saudável.

Atualmente, e segundo muitas publicações, existe uma interligação entre os conceitos de Envelhecimento Ativo e Envelhecimento Saudável, pois juntos é que se pode contribuir para a melhor forma de envelhecer, com bem-estar biopsicossocial.

Contudo, e como se vai retratar, Portugal está a dar passos muito pequenos em relação ao resto da Europa. Enquanto organizações como a Organização Mundial de Saúde (OMS) e a Comissão Europeia já fazem essa interligação e estimulam estratégias para o Envelhecimento Ativo e Saudável, Portugal ainda cria estratégias separadas, como se de dois caminhos diferentes se tratassem.

Para compreender melhor toda a envolvimento e os componentes do envelhecimento, é necessário perceber quais são as melhores estratégias para se envelhecer bem, de forma a preservar, o maior tempo possível, as capacidades das pessoas idosas.

Assim, nos próximos pontos vamos focar as três grandes estratégias de envelhecer com qualidade e de acordo com as necessidades: *Envelhecimento Bem-Sucedido*, *Envelhecimento Ativo* e *Envelhecimento Saudável*. Estes dois últimos subpontos serão mais detalhados no próximo ponto.

2.1. Envelhecimento Bem-Sucedido

Durante toda a vida as pessoas criam objetivos e metas para o seu sucesso, que não desaparecem mesmo sendo mais velhas. Todos nós queremos ter sucesso, independentemente da idade, porém, quando as pessoas têm uma idade mais avançada os recursos são mais limitados a nível social, biológico e psicológico, criando mecanismos compensatórios e de otimização (Carstensen & Baltes, 1996).

A criação destes mecanismos compensatórios é possível através da plasticidade cerebral, pois, no envelhecimento, não existem muitas perdas das funções cognitivas, como por exemplo, a aprendizagem (mantém-se até a final da vida), o que acontece é uma acentuação entre as capacidades dos indivíduos, adaptando-se, eficazmente, às perdas ligadas à idade (Alaphilippe & Bailly, 2014).

O *Envelhecimento Bem-Sucedido* surgiu através destes mecanismos adaptativos, na qual, à medida que envelhecemos, criamos instrumentos de otimização seletiva compensada, para atingirmos o sucesso (alcance de objetivos/metapas).

Define-se por sucesso o alcance de qualquer tipo de objetivos estabelecidos, como por exemplo, preservação da capacidade física, manutenção da saúde, satisfação pessoal, integração comunitária, entre outros (Carstensen & Baltes, 1996).

Este tipo de envelhecimento tem como base a interação de três fundamentos essenciais: seleção, otimização e compensação, em que se fornece estratégias para envelhecer bem, mesmo face às perdas inerentes à idade. A aplicação destes fundamentos deu a origem do *Modelo Seleção, Otimização e Compensação – Modelo SOC* (Carstensen & Baltes, 1996).

Entende-se por seleção a forma de pormenorização e escolha de alternativas possíveis. É a base para que haja avanços e a utilização útil de recursos (tempo, energia e capacidade). Esta estabelece uma hierarquia de metas, com o objetivo de ajustar ou criar metas aos recursos existentes. A seleção pode ser ativa (p.e. reduzir compromissos) ou passiva (p.e. evitar subir escadas), interna ou externa e, intencional ou automática (Neri, 2006; Carstensen & Baltes, 1996).

A otimização é a aquisição, aplicação, coordenação e manutenção dos recursos internos e externos da pessoa, para que esta possa ter mais mecanismos, de forma a concretizar melhor os objetivos/metapas selecionadas e assim, atingir mais facilmente o sucesso (Neri, 2006).

A compensação, por fim, é optar por alternativas que mantenham a pessoa ativa, como por exemplo, o uso de aparelhos auditivos ou cadeira de rodas. Esta pode ser realizada de forma automática ou planeada, como também pode envolver comportamentos já adquiridos ou a aquisição de novos (Neri, 2006; Carstensen & Baltes, 1996).

O Modelo SOC é também apontado como um meta-modelo do desenvolvimento, pois permite descrever o desenvolvimento humano e como os indivíduos manuseiam as mudanças biológicas, psicológicas e sociais, transformando as restrições em oportunidades. Como também incorpora diferentes perspetivas (comportamento da pessoa, capacidade cognitiva, desenvolvimento da ação e relação social-cognitiva) processos (memória e aptidão física) e domínios (bem estar subjetivo) (Neri, 2006).

O ser humano todos os dias aplica este modelo, pois está sempre a escolher algo em detrimento de outro (seleção), para depois o poder aprofundar (otimização) e, caso haja alguma perda, de capacidade ou afetiva, compensa noutra área (compensação) (Ribeiro & Paúl, 2011).

Esta perspetiva acima descrita, pode ser vista, de uma maneira mais genérica, na fase inicial da vida em que se fazem as escolhas, para que depois, na vida adulta, se aprofunde e, na velhice se compensa devido às perdas cognitivas, físicas e sociais.

O Envelhecimento Bem-Sucedido ou Envelhecimento Ótimo é aquele que tem uma maior dificuldade de operacionalização, como também não é tão falado e aplicado.

2.2. Envelhecimento Saudável

O Envelhecimento Saudável está relacionado com as oportunidades de uma boa saúde, de modo a que as pessoas possam ser uma parte ativa da sociedade e vivam com uma ótima qualidade de vida (EuroHealthNet, 2016).

É, também, caracterizado pelo balanço entre as capacidades dos indivíduos e os seus objetivos, ou seja, é uma otimização das oportunidades físicas, sociais e mentais, na medida em que as pessoas continuem a participar na sociedade, de forma independente e com uma boa qualidade de vida (The Swedish National Institute of Public Health, 2007).

O Envelhecimento Saudável também é caracterizado pelo balanço entre as capacidades e os objetivos das pessoas, às quais têm a capacidade de adaptar e aceitar as situações de vida. Porém, para que haja este balanço é necessário que a pessoa tenha um elevado grau de autonomia e independência.

A OMS define Envelhecimento Saudável como um processo de funcionamento e manutenção da funcionalidade, contribuindo para o bem-estar do idoso, de forma, a que as pessoas tenham uma maior capacidade de realizar as atividades básicas de vida diária e instrumentais, serem autónomas e independentes e manterem as suas redes sociais. (Organização Mundial da Saúde, 2017).

A funcionalidade é a capacidade intrínseca do indivíduo, que permite que as pessoas tenham uma maior capacidade física e mental, dando valor a elas próprias, aos outros e ao que lhes rodeia (Organização Mundial da Saúde, 2017). Esta é influenciada por fatores como a doença, alterações físicas e ambientais (p.e. mudança de habitação).

2.3. Envelhecimento Ativo

O Envelhecimento Ativo agrega a aprendizagem ao longo do tempo, um maior período de trabalho laboral, uma reforma mais tardia e depois desta espera-se que haja uma participação ativa na sociedade (The Swedish National Institute of Public Health, 2007).

Envelhecimento Ativo, segundo a OMS, é um processo de otimização de oportunidades de saúde, participação e segurança (pilares do envelhecimento ativo), de forma a melhorar a qualidade de vida das pessoas idosas, bem como o desenvolvimento e

manutenção da capacidade funcional, contribuindo para o bem-estar da pessoa (Comissão da Prevenção da Doença e Promoção do Envelhecimento Saudável, 2002).

O objetivo do envelhecimento ativo é percutir numa participação contínua da pessoa, na vida social, económica, cultural e cívica, e não só a manutenção da capacidade física (Costa, 2017).

Envelhecer ativamente tem de ser lema para todas as pessoas, pois a prevenção deve ser feita o mais cedo possível, de forma a conseguir manter, no maior período possível, as condições físicas, sociais e mentais das pessoas, desencadeando a uma melhor qualidade de vida e uma participação mais ativa na sociedade.

3. Envelhecimento na Europa

Segundo a OMS, a esperança média de vida aumentou 3,6 anos, entre o período 2000-2005 e 2010-2015, crescendo dos 67,2 para os 70,8 anos, sendo que, o continente que mais beneficiou foi a África (Departamento de Economia e Segurança Social, 2017).

Estimava-se que, em 2017, 13% da população tinha 60 ou mais anos e 2% tinha 80 ou mais anos, com uma taxa de crescimento de 3% por ano. A Europa é o continente com maior número de idosos, representando 25% da população. Dados mais futuristas, estima-se que, em 2050, um quarto da população tenha 60 ou mais anos, em todos os continentes, exceto África (Departamento de Economia e Segurança Social, 2017).

Estes dados demonstram a importância, de cada vez mais, se falar em envelhecimento como um tópico de estudo e de melhoria.

Envelhecer é um processo natural e biológico que acontece em todos os indivíduos, ocorrendo aquando da maturação das células, e não aos 65 anos. Este é um processo progressivo, condicionado pelos fatores biológicos, sociais, económicos, culturais, ambientais e contextuais, que percute na mudança biopsicossocial da pessoa.

Contudo, também é importante considerar que existem variações no estado de saúde, que podem alterar os níveis de independência, autonomia e participação social das pessoas.

Com estas mudanças demográficas e pessoais torna-se empírico o estudo mais aprofundado desta fase de vida e uma melhoria contínua da qualidade de vida das pessoas mais velhas. Não se pode só pensar em envelhecimento em termos de números, mas sim estratégias para tornar o envelhecimento num período de vida com qualidade e bem-estar.

Para isso a Europa delineou estratégias para envelhecer ativamente e saudavelmente, tendo em conta o que foi abordado anteriormente, para que as pessoas possam viver mais, mas sobretudo melhor.

Neste ponto e próximo serão aprofundadas as perspetivas do Envelhecimento Ativo e do Envelhecimento Saudável, pois são estes dois tipos de envelhecimento mais explorados e aplicados. Isto deve-se à sua heterogeneidade de aplicação e a facilidade de se moldar às díspares necessidades dos idosos.

3.1. Envelhecer Ativamente

O *Envelhecimento Ativo* reconhece a enorme importância dos direitos das pessoas idosas, da sua independência, entre outras, como também prenuncia a relevância da participação das pessoas idosas no quotidiano. Para melhor caracterizar essas ações surgiram os três pilares do Envelhecimento Ativo: Saúde, Segurança e Participação Social, como referido acima. O primeiro relaciona-se com os diagnósticos médicos ou pessoais a nível da saúde da pessoa. O segundo tem por base o ambiente onde a pessoa vive, se existe planeamento urbano e se estão adaptadas para as diversas necessidades das pessoas, como também o próprio ambiente em casa, com a prevenção do risco de quedas. Por fim, a participação social, tem como base a inserção da pessoa na comunidade e a rede de contactos que têm (Ribeiro & Paúl, 2011).

A Comissão da Prevenção da Doença e Promoção do Envelhecimento Saudável da OMS, em 2002, à priori do estabelecimento dos três pilares, criou o Modelo do Envelhecimento Ativo. Este baseia-se em diferentes determinantes que interagem na pessoa e influenciam a forma de envelhecer.

Estes seis determinantes (Serviços Sociais e de Saúde, Comportamentais, Pessoais, Ambiente Físico, Sociais e Económicos) são base do sucesso para se envelhecer ativamente, porém transversalmente a estes e influenciando-os, existe o Género e a Cultura. Isto é, os determinantes são modificados/afetados pela cultura/contexto onde a pessoa se insere, mas também pelo próprio género da pessoa.



Figura 4 Determinantes do Envelhecimento Ativo

(retirado de Comissão da Prevenção da Doença e Promoção do Envelhecimento Saudável, 2002)

A Cultura é um determinante transversal, que se enquadra na estrutura, para entender o Envelhecimento Ativo. Esta está inserida em todos os indivíduos e população, mudando a maneira que se envelhece, pois atua em todos os determinantes deste envelhecimento. Os valores culturais e tradições determinam a forma como se olha para o envelhecimento e o seu processo.

O Género, por outro lado, é o espectro para adequar as várias escolhas políticas e a forma como elas afetam o bem-estar das mulheres e homens. Isto é, atualmente ainda existem diferenças entre os géneros a nível social, educativo, político, entre outros. As mulheres, tradicionalmente, são as cuidadoras da família, o que as torna mais vulneráveis a doenças e pobreza, na velhice. Por outro lado, os homens têm uma maior probabilidade de sofrer lesões ou morte por violência, como também têm mais comportamentos de risco, como o tabagismo, álcool e consumo de drogas.

O determinante Serviços Sociais e de Saúde promove o Envelhecimento Ativo através do foco da promoção da saúde, prevenção da doença e acesso equitativo aos cuidados primários de saúde. O sistema de saúde e os serviços sociais tem de ser integrados, coordenados e eficientes, de maneira a que não haja discriminação e que todas as pessoas sejam tratadas com dignidade e respeito.

O determinante Comportamental está relacionado com a adoção de estilos de vida saudáveis e a participação ativa nos diferentes tipos de cuidados. A prática de exercício físico, uma alimentação saudável, o não tabagismo e o não consumo excessivo de álcool, permitem uma maior longevidade e qualidade de vida.

O determinante Pessoal está, essencialmente, relacionado com o envelhecimento, pois, por exemplo, a doença tanto pode ser causada por fatores externos como o ambiente, como por fatores internos, como os nossos genes. A genética e biologia das pessoas influencia a maneira de envelhecer. O envelhecimento é progressivo e resulta da perda adaptativa das células. Por outro lado, a capacidade cognitiva da pessoa (fator psicológico) também sofre alterações com a idade, porém, de acordo com o envelhecimento ativo, deve-se trabalhar a memória, o discurso, entre outros, para que a perda seja a mais retardada possível.

O determinante Ambiente Físico é importante, quer em termos de ambiente físico quer na segurança dentro de casa, principalmente porque a maior parte dos acidentes podem ser prevenidos. Todos os espaços onde as pessoas circulam devem ser adaptados a todas as

peessoas, para que estas possam circular sem qualquer risco pessoal. As cidades amigas dos idosos são um ponto fulcral e que deve estar presente em todas as câmaras para que respondam às necessidades das pessoas. Os Ambientes de Vida Assistido (AAL) devem ser mais partilhados de modo a que as pessoas possam ajustar as suas casas, para que tenham uma melhor qualidade de vida e permaneçam mais tempo nos seus domicílios.

O determinante Social agrega todo o suporte social, aprendizagem ao longo da vida e proteção social. O apoio social permite que haja uma menor probabilidade de morte e morbilidade, mas sobretudo diminui o risco de isolamento e solidão, pois as pessoas conseguem manter as redes sociais. A aprendizagem ao longo da vida possibilita que as pessoas não só mantenham as capacidades cognitivas, como também, criem rotinas, laços e desenvolvam novas competências. A proteção social, cada vez mais, é essencial, pois os crimes e a violência contra as pessoas mais velhas está a aumentar a nível social, mas também familiar. A forma mais comum de violência é “abuso na velhice” cometido pela família e cuidadores. Segundo a Rede Internacional de Prevenção do Abuso na Velhice (*International Network for the Prevention of Elder Abuse*), o abuso na velhice é caracterizado por um único ou repetidos atos ou negligência, em que, dentro de qualquer tipo de relacionamento, ocorra dano ou aflição da pessoa mais velha, isto é, a presença ou ausência de ações que provoquem dano ou a sua tentativa, nas pessoas idosas.

O determinante Económico divide-se em três aspetos: reforma, proteção social a nível económico e trabalho. A reforma é a fonte de rendimento das pessoas, para que possam viver, porém as reformas mais baixas levam a uma maior dificuldade em adquirir os bens básicos para a manutenção da qualidade de vida das pessoas. A proteção social deve ser um complemento à reforma, ou seja, apoios que ajudem as pessoas com rendimentos mais baixos a suportar os custos. Como também devem existir benefícios e apoios económicos que ajudem as pessoas idosas a adquirir mais facilmente produtos necessários mais caros. O trabalho na terceira idade está cada vez mais a ser reconhecido, no mundo, devido aos contributos, conhecimentos e à experiência das pessoas mais velhas.

3.2. Envelhecer Saudavelmente

A OMS, em 2016, com a crescente alteração demográfica e de recursos de saúde, criou um plano de ação denominado de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Nesse plano, constata-se que 15 dos 17 objetivos estão relacionados com o envelhecimento,

englobando a insegurança financeira, promoção do bem-estar, nutrição, inclusão social e política e, promoção de cidades acessíveis (World Health Organization, 2017b).

Numa outra perspectiva, o Instituto Nacional da Saúde Pública da Suécia, em conjunto com a Comissão da União Europeia, implementou o *Healthy Ageing Project*, com o objetivo de criar determinantes para a sociedade e indivíduos, de forma a priorizar a saúde no envelhecimento, sendo eles a iniquidade de cuidados de saúde, os determinantes socioeconómicos, o género e as pessoas mais desfavorecidas, como demonstrado na figura abaixo (The Swedish National Institute of Public Health, 2007).



Figura 5 Determinantes para o Envelhecimento Saudável
(retirado de The Swedish National Institute of Public Health, 2007)

A OMS, por outro lado, criou um plano de ação, em 2017, que tem como intuito a concretização de ações para a promoção de um Envelhecimento Saudável, sendo este a base de criação de muitas diretivas:

1. Estabelecer uma Plataforma de Inovação e Mudança

Este objetivo tem como base a criação de uma plataforma que interligue e conecte as pessoas e ideias que existem em todo o mundo. Esta permite o acesso às últimas inovações e práticas no envelhecimento; como também interligar e conectar os diferentes criadores, que tenham os mesmos interesses, de forma a criar soluções específicas dos problemas mais críticos e promover

a mudança. Isto é possível através de discussões, para se conhecer as prioridades e experiências vivenciadas, com o objetivo de criar um guia de ação. Com isto, também é necessário avaliar, para que se consiga chegar à solução/soluções mais ideais para cada caso;

2. Criar, Planejar e Aplicar Estratégias de Saúde

É inerente que os países têm de criar políticas/ferramentas que acompanhem as necessidades das pessoas, para que estas tenham uma melhor qualidade de saúde e de vida. Estas medidas têm de promover a capacidade das pessoas e desenvolver as oportunidades de saúde;

3. Adquirir Dados Globais sobre o Envelhecimento Saudável

Para perceber melhor quais as necessidades para um Envelhecimento Saudável, é necessário rever as fontes de aquisição de dados e atualizá-las, quer a nível individual, comunitário, institucional e populacional, como também, para que haja comparações adequadas, corretas e, posteriormente, a verificar da situação atual;

4. Promover as Respostas às Necessidades Presentes e Futuras das Pessoas Idosas

É necessário perceber quais as necessidades das pessoas idosas, quer no presente, quer no futuro, de forma a respondê-las da melhor forma possível. Para isso, é preciso uma pesquisa, à priori, para perceber todas as carências, para escolher as melhores intervenções;

5. Interligar os Sistemas de Saúde com as Necessidades das Pessoas Idosas

As pessoas idosas devem ter o acesso aos cuidados de saúde, independentemente do local onde se encontram. Para tal, é indispensável a formação de cuidados básicos de saúde a todas as pessoas que lidem com idosos, como também para a prevenção/manutenção das capacidades físicas e mentais. Acrescentando, ainda, a criação de guias específicos para cada área, para ajudar as pessoas a lidar com diferentes situações;

6. Estabelecer as Fundações para um Sistema de Cuidados de Longo Prazo

Tanto as pessoas idosas como os seus cuidadores devem ter cuidados e apoios que vão de encontro às suas necessidades com dignidade, e de acordo com os Direitos Humanos. Os países devem ter como prioritário a criação de sistemas

e serviços eficientes e sustentáveis, que mantenham ou melhorem a capacidade intrínseca e reduza a sobrecarga dos cuidadores. Para isso, é necessário que se construa um compromisso e entendimento, averiguando a situação atual do país e fornecendo ferramentas e técnicas de assistência;

7. Assegurar os Recursos Humanos necessários para os Cuidados Integrados

Não só é preciso ter os recursos humanos, mas também estes devem ser formados para poderem desempenhar, o melhor possível, as suas funções. Deve-se analisar as fraquezas e oportunidades para averiguar a melhor estratégia, de forma a combater as necessidades da população. Estas estratégias não devem ser só pensadas a nível institucional, mas também a nível político e financeiro;

8. Criar uma Campanha Global contra o *Ageism*

Tem como fundamento a modificação da maneira de pensar, sentir e atuar com as pessoas idosas. Os estereótipos sobre a população idosa devem ser combatidos, através do acesso a informação e concretização de ações que combatem o *ageism*;

9. Definir os Custos e Oportunidades do Envelhecimento Saudável

Perceber quais os custos e oportunidades do Envelhecimento Saudável, de forma a criar respostas sustentáveis, equilibradas e efetivas. O envelhecimento da população leva a alterações financeiras, o que percute numa avaliação exaustiva a curto, médio e longo prazo, a nível económico, como também o financiamento de sistema de cuidados de saúde e apoios;

10. Criar Cidades e Comunidades Amigas dos Idosos

É importante que as cidades e comunidades integrem as pessoas idosas e mostrem que elas têm valor. Isto é possível através do desenvolvimento de práticas interativas; acompanhamento de profissionais no desenvolvimento do ambiente; avaliações das pessoas às cidades e comunidades; troca de informações; entre outras.

3.3. Direito das Pessoas Idosas

As Nações Unidas visam fomentar os direitos humanos, a importância da dignidade e valor da vida, como também a igualdade de direitos entre homens e mulheres, promovendo o progresso e boas condições de vida (Ministério Público, n.d.).

Com o aumento da população idosa é necessário notar que elas têm todas os mesmos direitos, independentemente do nível de capacidade cognitiva, independência e autonomia (APAV, 2014).

As pessoas têm de respeitar a autonomia dos idosos e respeitar a capacidade de gestão da sua vida e património, sem que ninguém os substitua relativamente aos direitos legais.

Com isto, a Assembleia Geral das Nações Unidas promulgou a *Resolução 46/91, de 16 de dezembro de 1991*, a qual afirmava os Princípios das Nações Unidas para as Pessoas Idosas. Os princípios decretados são:

1. Independência

Todos os idosos têm de ter acesso às condições mínimas de sobrevivência, acesso ao trabalho laboral, formação, poder de tomada de decisão e viver em ambientes adaptados às necessidades e seguros;

2. Participação

Os idosos devem estar inseridos na comunidade, ter um papel ativo na sociedade e nas políticas que afetem diretamente a qualidade de vida. É fundamental que criem oportunidades de prestar serviço à comunidade ou associações do seu agrado;

3. Assistência

Todos os idosos devem ter os mesmos acessos à saúde, para manutenção da saúde biopsíquica e funcional. Assim como, cuidados e proteção da família e comunidade, apoio jurídico e institucional;

4. Realização Pessoal

Os idosos devem criar e otimizar todas as oportunidades que melhorem a sua qualidade de vida e que desenvolvam o seu potencial, bem como, obter recursos que sejam dos seus interesses;

5. Dignidade

Todos os idosos devem viver com dignidade e segurança, sem serem abusados mental e fisicamente. Tem de ser respeitados e tratados de forma justa, independentemente do seu grau de independência ou raça ou condição económica.

Estes princípios são a base e a plena afirmação que os idosos devem viver a sua vida livre e digna, mesmo tendo condições físicas e mentais mais limitantes. Esta Resolução, apresentada pelas Nações Unidas, explicita que os idosos devem ser tratados de forma igual às pessoas adultas, sem prejuízo dos seus valores.

Toda esta resolução está presente em anexo 1 (página 109), com a tradução para língua portuguesa, realizada pelo Ministério Público.

4. Envelhecimento em Portugal

Segundo Bárrios, no caso português, as políticas desenvolvidas ainda assumem um equilíbrio entre a intervenção tradicional e a criação de soluções inovadoras aos desafios que emergem.

Segundo este mesmo autor, as políticas tradicionais assistem as pessoas nas suas necessidades básicas e diretas e, muitas vezes, são promotoras de dependência, em estruturas já existentes, visto que a população mais idosa, frequentemente, tem de se deslocar para procurar a ajuda. Por outro lado, as carências são solucionadas através das respostas e dos complementos sociais.

Da mesma forma, as políticas inovadoras promovem um envelhecimento ativo e saudável, com projetos integrados na sociedade, depositando uma maior responsabilidade na pessoa na sua gestão da saúde, tornando-se assim, responsáveis pela melhoria da qualidade de vida.

Tendo em conta os pressupostos, é necessário compreender qual a evolução estratigráfica portuguesa e como é que está a evoluir o índice de envelhecimento, para depois analisar os direitos dos portugueses idosos e os vários apoios e programas que existem em Portugal, de forma genérica, pois irão também ser retratados no ponto seguinte.

4.1. Evolução Estratigráfica

Como conseguimos perceber no ponto anterior, a distribuição etária da população está a mudar, deixando de ser uma pirâmide, para uma estrutura mais oval. Com isto, é inerente que a própria população portuguesa também esteja a mudar, e estar cada vez mais envelhecida.

Isto é verificado pela OCDE, visto que 21% da população portuguesa é idosa, correspondendo a 2,2 milhões de pessoas, tornando Portugal o 4º país do mundo com mais idosos, sendo as regiões do interior apresentem uma percentagem mais elevada, contrariando os distritos de Braga, Porto, Aveiro, Setúbal e Faro, com uma média inferior, como é demonstrado na figura abaixo. Mais pormenorizadamente, a nível concelhio podemos evidenciar que a população menos idosa está nos concelhos da Área Metropolitana de Lisboa e Porto (OCDE, 2018) (Gabinete de Estratégia e Planeamento, 2016).

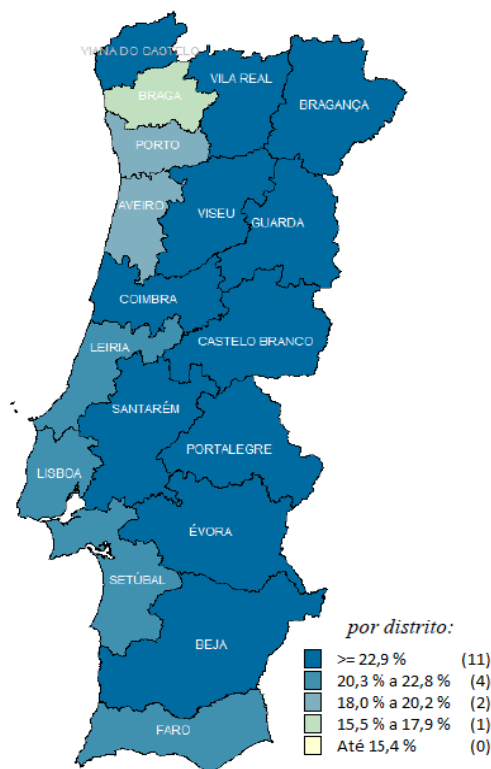


Figura 6 Relação entre População Idosa e População Total, por distrito
(retirado de *Carta Social – Rede de Serviços e Equipamentos*, 2016)

Estima-se que, em 2050, um em cada três habitantes seja idoso, ou seja, cerca de 36% da população (3,3 milhões de pessoas), tornando-se o 3º país do mundo mais envelhecido, logo a seguir ao Japão e Espanha (OCDE, 2018).

Com uma taxa de crescimento de -0,5%, a população portuguesa tem esperança média de vida de 81,2 anos (1,2 anos mais elevada que a média da OCDE). Segundo estimativas, aos 65 anos, os homens têm ainda uma esperança média de vida de mais 18,9 anos e as mulheres de 21,6 anos. Opostamente, os anos de vida saudáveis, a partir dos 65 anos, são de 6,2 anos, sendo de 5,4 anos para mulheres e 7 para homens. Uma estimativa muito inferior à média da OCDE, que é de 9,4 anos (OCDE, 2018).

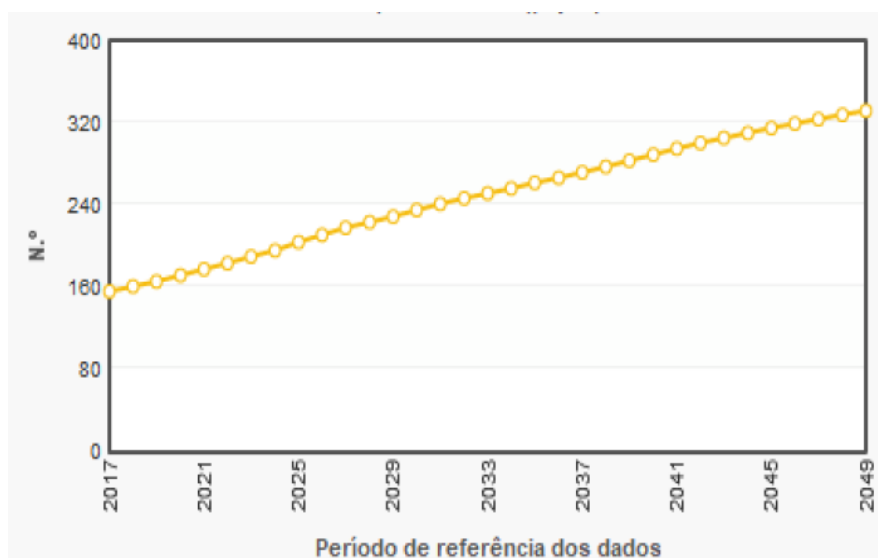


Figura 7 Índice de Envelhecimento Português (projeções 2017-2050)
(retirado de Instituto Nacional de Estatísticas, 2017)

Como se pode observar na figura acima, a população portuguesa está a envelhecer, estima-se que em 2050 haja 320 idosos por cada 100 jovens portugueses, números alarmantes comparativamente com 2017 em que havia 160 idosos por cada 100 jovens. Com isto, pode-se observar que em, cerca de 30 anos, a população idosa irá aumentar para o dobro.

Estes dados levam a uma crescente preocupação política, pois estas alterações repercutem na criação de novas estratégias de gestão e políticas sociais, de modo a que as pessoas idosas consigam ter condições financeiras e comunitárias, para poderem manter a qualidade de vida.

Estes cuidados já começam a ser notórios no Plano Nacional de Saúde 2020, em que duas das quatro metas propostas estão ligadas ao envelhecimento, sendo elas, a redução da mortalidade prematura (≤ 70 anos), para um valor inferior a 20% e o aumento da esperança de vida saudável aos 65 anos, em 30%.

Entende-se por mortalidade prematura a morte da pessoa antes de atingir os 70 anos de idade, expressa em taxa. As principais causas de morte antecipada são os acidentes de viação; tumores malignos na traqueia, brônquios e pulmões; doenças cerebrovasculares e, lesões autoprovocadas intencionalmente. Todavia quando se analisa por género, encontram-se algumas diferenças, enquanto os homens têm as mesmas principais causas de morte, as

mulheres, primeiramente, é o cancro da mama, de seguida, as doenças cerebrovasculares e, depois, os tumores malignos na traqueia, brônquios e pulmões (George, 2012).

Segundo o relatório ao Plano Nacional de Saúde, elaborado pela Direção Geral de Saúde, 2015, a taxa de mortalidade prematura, em 2012, era de 22,8%, no que repercuta numa projecção, para 2020, uma taxa entre 20,5% e 22%. Com isto e, considerando que na figura abaixo, a área verde era a evolução ideal para atingir a meta e a linha roxa a representação estimada da evolução, é necessário um reforço de medidas para que se consiga cumprir a meta inicialmente estabelecida (Direção Geral de Saúde, 2015).

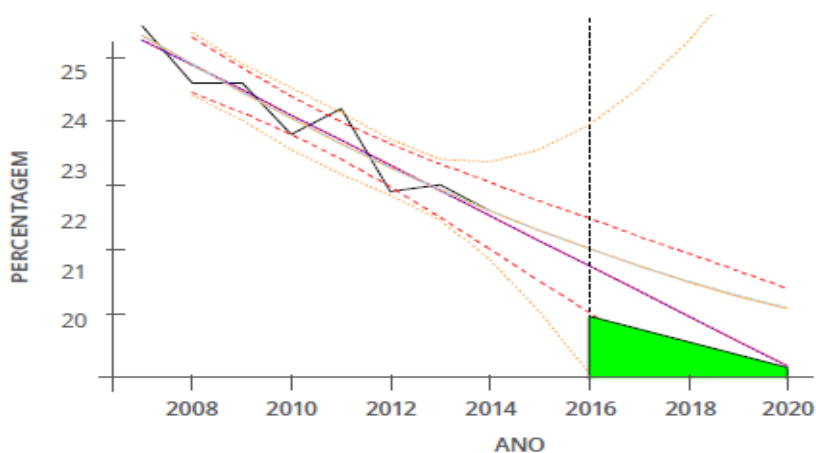
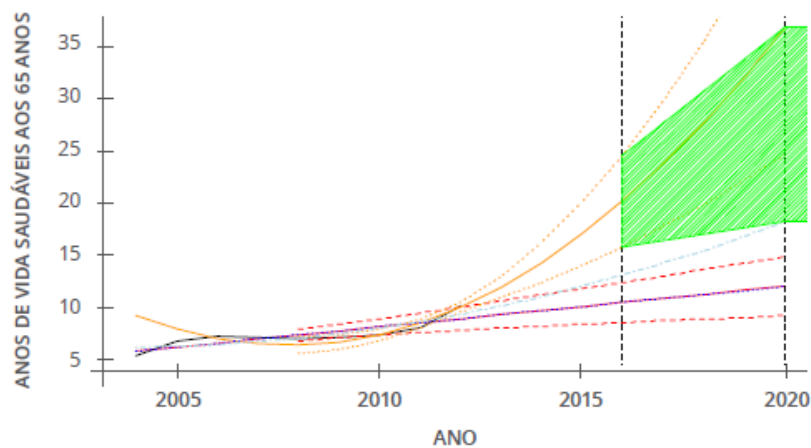


Figura 8 Mortalidade Prematura Portuguesa
(retirado de DGS, 2015)

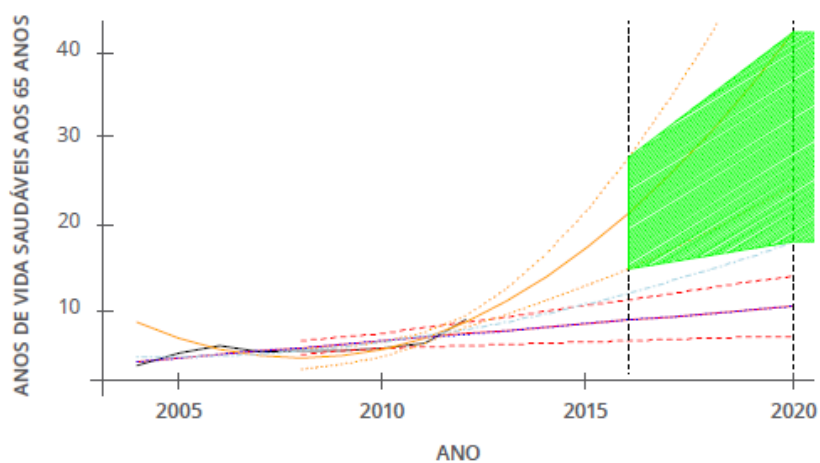
Por outro lado, a esperança de vida saudável aos 65 anos é caracterizada pelo número de anos que uma pessoa de 65 anos pode esperar viver, em condições de vida saudável (ausência de limitações funcionais/incapacidade) (PORDATA, 2018). Como foi observado acima, os últimos dados referem que os anos de vida saudável é de 5,4 anos para mulheres e 7 para homens.

Também, segundo o relatório ao Plano Nacional de Saúde, é necessário que haja um maior enfoque nas pessoas entre os 50 e 60 anos, para que seja possível atingir esta meta, mais especificamente na incapacidade associada à doença.

Isto é comprovado pelas figuras abaixo, ambas retiradas de Plano Nacional de Saúde: Revisão e Extensão a 2020, em que a linha roxa representa a evolução dos anos de vida saudáveis, e a área a verde o que seria expectável para cumprir a meta.



Homens



Mulheres

Figura 9 Anos de Vida Saudáveis aos 65 anos
(retirado de DGS, 2015)

Estes dados são bastante alarmantes, não só pelo crescente envelhecimento em geral da população, mas também pela forma como estão a envelhecer. Todavia, para melhorar estes números e adotar uma abordagem mais eficaz é fundamental analisar a população de forma mais detalhada e criar metas específicas para cada necessidade.

4.2. Direito das Pessoas Idosas

As pessoas idosas têm os mesmos direitos como qualquer outra pessoa, independentemente da sua capacidade de independência e autonomia. Do mesmo modo,

deve ser respeitada a autonomia da gestão pessoal, sem a interferência ou substituição dos seus direitos (APAV, 2014).

Os direitos são os pilares da base do sucesso da liberdade da pessoa idosa. Sendo eles: o direito à participação (estar integrado na sociedade); direito à saúde (usufruir de cuidados de saúde, proteção familiar e serviços de saúde); direito à autorrealização (desfrutar das oportunidades de desenvolvimento pessoal); direito à dignidade (viver com dignidade e livre de exploração ou mau trato); direito à informação; direito à alimentação; direito à justiça; direito social (compensar financeiramente a perda de remuneração); direito à independência e, direito ao trabalho (APAV, 2014).

Estes direitos aplicam-se a toda a população idosa como consta na Constituição Republica Portuguesa, no Artigo 72 publicado em Diário da República nº 89/1976, Série I de 1976.04.10

Artigo 72.º

(Terceira idade)

1. As pessoas idosas têm direito à segurança económica e a condições de habitação e convívio familiar e comunitário que respeitem a sua autonomia pessoal e evitem e superem o isolamento ou a marginalização social.

2. A política de terceira idade engloba medidas de carácter económico, social e cultural tendentes a proporcionar às pessoas idosas oportunidades de realização pessoal, através de uma participação activa na vida da comunidade.

Em 2012, o Departamento de Desenvolvimento Social, do Instituto de Segurança Social, publicou um documento para promover os direitos das pessoas idosas, para que estas possam exercer uma cidadania ativa e autónoma:

1. Preservação da sua imagem;
2. Integridade e desenvolvimento da sua personalidade;
3. Respeito pelo seu percurso de vida;
4. Privacidade e reserva da vida privada (intimidade e confidencialidade);

5. Liberdade de expressão;
6. Liberdade de escolha;
7. Liberdade religiosa;
8. Vida social, afetiva e sexual;
9. Respeito pela sua autonomia na gestão do seu património;
10. Garantia da qualidade dos cuidados que lhe são prestados;
11. Participação e convívio familiar e comunitário.

Esses direitos pretendem que se estimule o desenvolvimento pessoal e social da pessoa, o bem-estar emocional e físico, a autonomia e independência, a participação e integração, a rede familiar e, a qualidade de vida.

4.3. Diretrizes e Apoios

Todos os direitos anunciados acima são bastante importantes para a autonomia e independência da pessoa idosa, como também, melhora a qualidade de vida. Todavia, para uma boa aplicabilidade destes direitos é necessário que haja programas e modelos orientadores para usufruir ao máximo deles.

Com isto, o Governo Português criou diversos programas e modelos orientadores, para que os idosos possam ter melhores cuidados e mais equitativos, em vista a um envelhecimento mais ativo. Dentro dessas estão:

- a) Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais (PARES), a qual se rege por dois pilares, o planeamento territorial (prioriza a criação de equipamentos sociais em locais de baixa cobertura e corrige as assimetrias na distribuição do território) e o estímulo ao investimento privado (prioriza investimentos próprios, através de parcerias entre instituições e parceiros locais) (Carta Social, 2016);
- b) Rede Nacional de Cuidados Continuados (RNCC), que visa melhorar as condições de vida e bem-estar das pessoas dependentes, através da prestação de cuidados continuados, em instituições ou nos domicílios (Segurança Social, 2017b);

- c) Modelos de Qualidade para Centros de Dia e Serviços de Apoio Domiciliário, de forma a uniformizar os cuidados prestados e estabelecer padrões de cuidados nos estabelecimentos;
- d) Programa de Conforto Habitacional para pessoas Idosas objetiva a prevenção da dependência e institucionalização, melhorando as condições habitacionais e de mobilidade da pessoa (Segurança Social, 2017a).

Porém as políticas criadas não se baseiam só em políticas sociais, mas também financeiras, através do Sistema da Segurança Social. Esta é formada por três pilares: pensões (Subsistema Previdencial), regimes complementares (Subsistema Complementar) e poupanças e proteções sociais adicionais (Subsistema de Proteção Social de Cidadania, de carácter opcional). Estes pilares permitem uma maior eficiência dos recursos disponíveis no sistema de financiamento (Soeiro, 2010).

A reforma é a contribuição, do sistema de financiamento da Segurança Social, que é mais conhecido, contudo existem diversas medidas financeiras de apoio na velhice que não são muito divulgadas nem conhecidas por parte da população quer idosa, quer mais jovem. Segundo Carvalho e Almeida, existem os seguintes apoios financeiros na velhice:

- a) Pensão de Velhice - todas as pessoas com mais de 66 anos, com descontos na Segurança Social há mais de 15 anos;
- b) Pensão Social de Velhice - todas as pessoas com mais de 66 anos, com baixos recursos e sem direito à pensão de velhice;
- c) Complemento Solidário para Idosos - todos os idosos com baixos recursos e residentes em Portugal (mais abordado no próximo ponto);
- d) Benefícios Adicionais de Saúde - todos os idosos que recebem o Complemento Solidário para Idosos, que têm direito a reduzir as despesas de saúde;
- e) Certificados de Reforma - todas as pessoas que contribuem, adicionalmente e voluntariamente, durante toda a vida ativa, numa conta, na qual é convertida em certificados de reforma.

5. Políticas vs Respostas Sociais vs Programas Nacionais

Neste ponto vai-se abordar as diferentes políticas, programas e respostas sociais que existem em Portugal, ligadas ao envelhecimento, a fim de descobrir qual a panóplia existente de apoios financeiros e lúdicos no nosso país.

As Políticas Nacionais referem-se a todos os apoios financeiros e combate ao isolamento, exercido pelo governo e por agentes de autoridades. Estas políticas estão presentes em todo o território nacional e disponíveis a todos os idosos.

Destas cinco políticas apresentadas, três são de carácter financeiro (Fundo Socorro Social, Participação de Medicamentos e Complemento Solidário), uma ajuda técnica (SAPA) e uma de combate ao isolamento (APOIO 65). Com isto, as políticas apresentadas ajudam os idosos nas suas atividades básicas de vida diária, tentando manter a qualidade de vida.

As Respostas Sociais são as atividades e serviços, no âmbito da segurança social, com o objetivo de prevenir e retardar as situações de carência e marginalização. Existem diversos tipos de respostas sociais que abrangem todo o percurso de vida (infância, deficiência, idosos, família e comunidade, doenças do foro mental / psiquiátrico, entre outros). No âmbito da dissertação irão ser retratadas aquelas que estão ligadas ao envelhecimento.

Por fim, os Programas Nacionais, referem-se às diferentes dinâmicas que existem espalhadas por todo o país, porém são de implementação facultativa por parte dos municípios. Isto é, são programas que abrangem uma grande área nacional, mas não são de realização obrigatória. Estes programas promovem o envelhecimento saudável (Cidades Saudáveis), ajudam a adaptar o meio ambiente às diversas alterações físicas no envelhecimento (Cidades Amigas dos Idosos), promovem a literacia (RUTIS) e apoiam financeiramente os idosos mais desfavorecidos (Cartão Municipal do Idoso).

5.1. Políticas Nacionais

As políticas nacionais por estarem implementadas em todo o território nacional, não estão englobadas no quadro de resultados de ações municipais. Isto deve-se ao facto de estarem integradas em todos os municípios e de serem regularizadas por entidades externas ao município.

5.1.1. Fundo de Socorro Social

Apesar de não ser um apoio exclusivo à população idosa, é em muito necessário a elas e às suas famílias.

O Fundo de Socorro Social tem como finalidade o apoio a carências sociais graves da população. Segundo a Portaria nº428/2012 de 31 de dezembro dos Ministérios das Finanças e da Solidariedade e da Segurança Social, este fundo destina-se a pessoas/famílias em situação “*a) Alerta, contingência e calamidade; b) Emergência social; c) Despesa resultante do diferimento da desocupação de imóvel arrendado para habitação, nos termos do disposto no Código de Processo Civil*”.

Em caso de Alerta, Contingência e Calamidade, o fundo tem como finalidade a atenuação dos riscos e reduzir os efeitos da catástrofe, assistindo as pessoas que estão em perigo, de forma a recuperar a normalidade das suas vidas. No caso da Emergência Social objetiva-se a apoiar em casos súbitos/imprevistos, que colocaram as pessoas em situações de grande vulnerabilidade e desproteção social. Relativamente à Despesa resultante do Diferimento da Desocupação de Imóvel Arrendado para Habitação, prevê-se uma indemnização nos termos previstos da lei (Ministérios das Finanças e da Solidariedade e da Segurança Social, 2012).

5.1.2. Comparticipação de Medicamentos

A Comparticipação de Medicamentos é, também, outra medida a nível nacional que não se destina só aos idosos, porém, devido às suas patologias e baixos rendimentos é o grupo etário que mais necessita deste apoio.

Esta comparticipação rege-se por um apoio financeiro às pessoas que, por apresentarem rendimentos mais baixos, não têm capacidade financeira em suportar a aquisição de medicamentos para as patologias que apresentam. Este apoio apresenta dois tipos de comparticipação, dependendo do tipo de beneficiários (rendimentos), patologias e de pertença a grupos especiais de utentes (Ministério da Saúde, 2010).

A comparticipação está dividida em quatro escalões (escalão A – 90%; escalão B – 69%; escalão C – 37%; escalão D – 15%), que dependem das indicações terapêuticas, a utilização, as entidades que prescrevem e da percentagem de consumo (Serviço Nacional de Saúde, 2016).

A comparticipação de medicamentos está implementada nas autarquias através do Cartão ABEM, que repercute em descontos diretos na aquisição de medicamentos com receita médica.

5.1.3. Complemento Solidário para Idosos

O Complemento Solidário para Idosos rege-se pelo facto de existirem assimetrias de rendimento e de existir uma grande percentagem de pobreza na população mais velha. Tem como objetivo prestar auxílio financeiro, extraordinário, de forma a combater a pobreza, melhorando o nível de rendimento (Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, 2005).

Este complemento é um apoio estatal para as pessoas com idade igual ou superior à idade estabelecida para o acesso à pensão da velhice, em regime geral da Segurança Social, que apresentem baixos recursos. Em casos excecionais, pode ser reconhecido o direito ao complemento, em regime de antecipação, nos casos em que haja regime de flexibilização da idade da reforma; regime de antecipação da reforma, por motivos desgastantes, reconhecidos por lei e, regime de antecipação por desemprego involuntário (Centro Nacional de Pensões, 2019).

Este complemento mensal depende dos rendimentos do idoso requerente, cônjuge ou em união de facto há mais de dois anos e do rendimento dos filhos (Centro Nacional de Pensões, 2019).

5.1.4. Sistema de Atribuição de Produtos de Apoio

O Sistema de Atribuição de Produtos de Apoio (SAPA) é uma medida destinada a pessoas com deficiência e/ou pessoas com incapacidades, que possuem um grau igual ou superior a 60% ou pensionistas com complemento por dependência de 1º ou 2º grau (Departamento de Desenvolvimento Social e Programas, 2017).

O SAPA permite facilitar o acesso a produtos de apoio e equipamentos, indispensáveis/necessários à preservação ou compensação das incapacidades, o que se reflete na integração e participação da pessoa, a nível social e profissional (Departamento de Desenvolvimento Social e Programas, 2017).

Este apoio, apesar de não estar direcionado, exclusivamente, para a população idosa, é em muito necessário, pois muitos idosos necessitam de apoios para poderem continuar integrados na sociedade e preservar as suas qualidades de vida. Com isto e, segundo o Decreto de Lei nº93 de 16 de abril de 2009 do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, o SAPA objetiva-se a realizar “*uma política global, integrada e transversal de resposta*”, através:

“a) Da atribuição de forma gratuita e universal de produtos de apoio;

b) Da gestão eficaz da sua atribuição mediante, designadamente, a simplificação de procedimentos exigidos pelas entidades e a implementação de um sistema informático centralizado;

c) Do financiamento simplificado dos produtos de apoio.”

5.1.5. Apoio 65 – Idosos em Segurança

Incentivado pelo Ministério de Administração Interna, este programa é desenvolvido pela Guarda Nacional Republicana (GNR).

Tendo em conta o crescimento da população idosa e o aumento do número de idosos isolados, o programa reforça a segurança, diminuindo o sentimento de insegurança dos idosos. Por outro lado, permite conhecer melhor a realidade dos séniores, prestando-lhes um apoio de acordo com as necessidades, transmitir-lhes mais segurança e informar-lhe sobre os comportamentos que devem adotar para evitar situações de risco ou de práticas criminosas (Apoio & Dão, 2012).

Após o conhecimento da população idosa e, para melhor colocar em prática o programa, a GNR reforçou o policiamento nos locais mais frequentados pelos idosos e criou um canal de contacto entre a própria GNR e estas pessoas (Apoio & Dão, 2012).

Sob outra perspetiva, mas também em paralelo, a GNR desenvolve ações de sensibilização junto desta população. Os militares inseridos nos Núcleos de Idosos em Segurança (NIS), deslocam-se à comunidade para partilhar informação e transmitir comportamentos seguros. Por outro lado, anualmente, entre 15 de outubro e 15 de novembro, denominado de “Operação Idosos em Segurança”, são realizadas ações de sensibilização, em todo o país, de forma a alertar a população sobre os procedimentos de segurança a

observar em situações de tentativa ou burla consumada, com o objetivo de diminuir os casos de criminalidade (Apoio & Dão, 2012).

Finalizando, a GNR apresenta outro projeto, no âmbito das pessoas idosas, os “Censos Sénior”, aplicado durante o mês de outubro, que tem como objetivo a atualização dos registos anteriores e a identificação de novas situações de idosos em situação de vulnerabilidade que, devido à sua condição física, psicológica, ou outra, coloca em causa a sua segurança. Após estes registos a GNR acompanha os idosos sinalizados, com visitas regulares (Guarda Nacional Republicana, 2019).

Segundo os Censos Sénior de 2018, apresentados no site da GNR, foram sinalizados mais de 45 mil idosos em situação de vulnerabilidade, sendo os distritos da Vila Real e Guarda, aqueles que apresentam o maior número de identificações, como apresentado na tabela abaixo.

Tabela 3 Número de Idosos Sinalizados nos Censos Sénior 2018

Distritos	N.º de Idosos Sinalizados
Aveiro	1 500
Beja	3 715
Braga	3 099
Bragança	3 385
Castelo Branco	2 326
Coimbra	1 449
Évora	2 762
Faro	3 165
Guarda	4 008
Leiria	1 197
Lisboa	1 138
Portalegre	3 156
Porto	1 168
Santarém	2 126
Setúbal	1 967
Viana do Castelo	1 111
Vila Real	4 515

Distritos	N.º de Idosos Sinalizados
Viseu	3 776
TOTAIS	45 563

5.1.6. Estou Aqui Adultos!

“Estou Aqui Adultos” é um programa dinamizado pela PSP, que se objetiva em garantir a segurança dos cidadãos adultos que, devido à idade ou patologia, possam ficar desorientados ou inconscientes em via pública (Polícia de Segurança Pública, 2019).

Caso uma pessoa, ao utilizar a pulseira, permitirá que o familiar ou conhecido indicado a encontre com mais facilidade.

Este programa, com a parceria do Ministério da Administração Interna, permite que os cuidadores possam ficar mais descansados quando estão ausentes, pois, caso existe uma fuga involuntária, outras pessoas conseguem contactar a pessoa indicada.

O pedido da pulseira é feito *online* e é operacionalizado, de forma gratuita, durante dois anos, com possibilidade de ser renovado.

5.2. Respostas Sociais

Apesar de existirem muitos programas e projetos em Portugal, estes estão dissimulados por todo o país. Por um lado, as pessoas podem ter acesso a diferentes programas de acordo com as suas necessidades e gostos. Por outro lado, não permite a uniformização de cuidados e cria diferentes ritmos no aumento da qualidade de vida dos idosos.

Com isto, a resposta mais universal que o nosso país apresenta é as respostas sociais no envelhecimento, as quais estão dispersas pelo país, de modo a colmatar a maior parte das necessidades das pessoas. Inseridas na Rede de Serviços e Equipamentos Sociais (RSES) e com uma grande expansão, são a grande aposta de Portugal.

A Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI), o Centro de Dia e o Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) são as respostas com maior representatividade, que permitem satisfazer as atividades básicas de vida diária (ABVD) e as atividades instrumentais de vida

diária (AIVD). Para além disso, existem ainda respostas ao nível do Centro de Convívio, Centro de Noite e Acolhimento Familiar para Pessoas Idosas que, juntamente com as outras respostas, visam a promoção e participação das pessoas na comunidade, independentemente do local de residência e de autonomia/dependência.

Assim sendo, neste subponto vai-se perceber como funcionam as três respostas sociais mais influentes e como estão representadas geograficamente em Portugal, sendo elas a ERPI, o Centro de Dia e o SAD.

- a) Estrutura Residencial para Idosos - caracterizada por ser um *estabelecimento de alojamento coletivo, de utilização temporária ou permanente, em que sejam desenvolvidas atividades de apoio social e prestados cuidados de enfermagem* (Ministério da Solidariedade e da Segurança Social, 2012). Esta resposta é caracterizada por um destes três tipos de alojamento: tipologias habitacionais (apartamentos ou moradias), quartos ou ambos, isto é, quartos e moradias/apartamentos.
- b) Centro de Dia - *resposta social, desenvolvida em equipamento, que presta um conjunto de serviços que contribuem para a manutenção das pessoas idosas no seu meio sociofamiliar* (Segurança Social, 2006). Esta resposta funciona durante um período estabelecido, dispondo dos serviços de transporte; refeições (pequeno almoço, almoço, lanche e jantar); atividades ocupacionais; cuidados de higiene e conforto; convívio; tratamento de roupa e, acompanhamento ao exterior.
- c) Serviço de Apoio Domiciliário - desenvolvido a partir de um equipamento, consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados no domicílio a pessoas/família que, por doença, deficiência ou outro impedimento, não conseguem assegurar, temporária ou permanentemente, a satisfação das suas necessidades básicas e/ou atividades de vida diária (AVD's) (Segurança Social, 2006).

Dado serem a grande aposta de Portugal, como também serem as respostas mais conhecidas e utilizadas é necessário analisar se estas se adequam às exigências da população, como também se estão distribuídas eficazmente pelo território português. Pois, não basta só criar as infraestruturas, mas também é imprescindível perceber se estão em número certo, de forma a abranger toda a população.

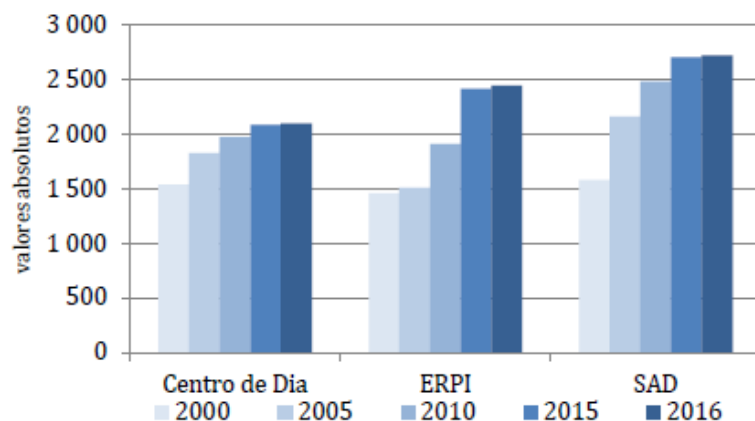


Figura 10 Evolução do número de Respostas Sociais, no Continente 2000-2016 (retirado de Gabinete de Estratégia e Planeamento, 2016)

Como retratado acima, constata-se que as respostas sociais, entre os anos 2000 e 2016, aumentaram em 59%, sendo a maior subida na resposta SAD (73%), seguido pela ERPI (68%), contrastando com o pequeno aumento de 36% do Centro de Dia (Gabinete de Estratégia e Planeamento, 2016).

Todavia, não se verificou, no mesmo período, só o aumento das respostas, mas também da própria capacidade das respostas, ou seja, aumentaram o número de infraestruturas, mas também as já existentes aumentaram a sua capacidade. Posto isto, entre o mesmo período de anos, a capacidade aumentou 73% (Gabinete de Estratégia e Planeamento, 2016).

O maior aumento verificou-se na resposta SAD, um impulso de grande relevância, pois este serviço permite que as pessoas estejam no seu ambiente familiar e social e podem criar as suas próprias rotinas, sem qualquer tipo de restrição.

Por outro lado, e apoiando estes dados, não se está só a aumentar o número de respostas sociais e capacidades das respostas, como também, estes aumentos estão a ser realizados em locais de maior necessidade, aumentando assim a taxa de cobertura. Em 2016 a taxa de cobertura era de 12,9% (Gabinete de Estratégia e Planeamento, 2016).

Como pode ser analisado na figura abaixo, apesar de existir um aumento da cobertura, as Áreas Metropolitanas do Porto e Lisboa e a zona algarvia ainda apresentam grandes défices de respostas. Todavia, é de notar que 65% do território continental apresenta uma taxa de cobertura superior à média.

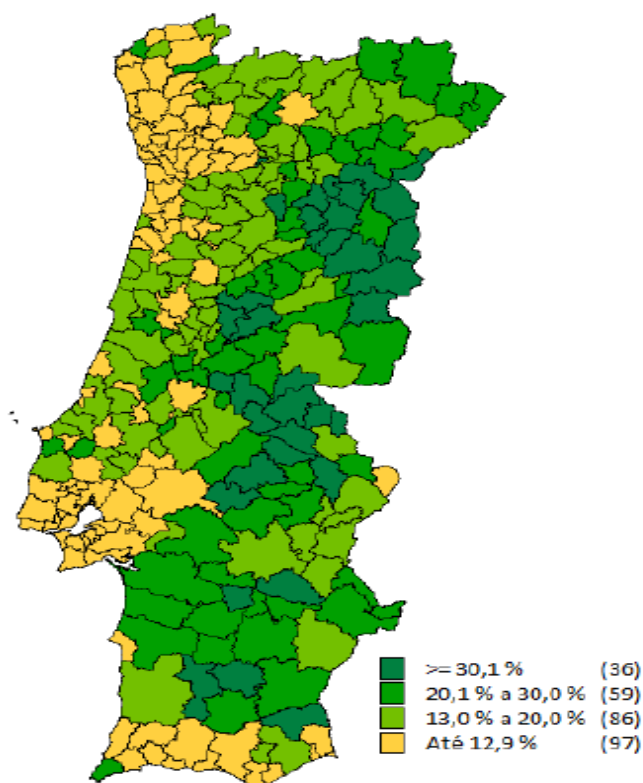


Figura 11 Taxa de Cobertura das Respostas Sociais, 2016
(retirado de Gabinete de Estratégia e Planeamento, 2016)

Apesar de todos os dados que foram apresentados já serem datados de 2016, não se deve descurar a necessidade de uma melhor organização territorial e um planeamento prévio, de forma a responder melhor às necessidades da população, como também obter uma maior cobertura de respostas adequadas às carências das pessoas.

Em suma, o ordenamento do território, no caso das respostas sociais é a palavra-chave para se conseguir obter os melhores resultados em termos de cobertura e utilização. Não se deve depender, unicamente, da criação de respostas onde as pessoas possam viver num ambiente mais seguro e satisfazendo as suas necessidades, mas também é preciso que estas estejam nos locais necessários e com o número de vagas correspondentes aos pedidos de utilização. Pois, caso não o aconteça, muitas pessoas não poderão usufruir destas respostas, e assim não atingem um nível de bem-estar como as pessoas que as utilizam.

5.3. Programas Nacionais

As linhas orientadoras são a base da uniformização da excelência da qualidade de vida das pessoas idosas, porém, sozinhas não são suficientemente eficazes, é necessário a criação de programas promotores do envelhecimento ativo e saudável, para que a população idosa preserve a sua saúde física, mental e psicológica.

De acordo com a *EuroHealthNet*, existem cinco grandes projetos portugueses que trabalham e promovem o Envelhecimento Ativo e Saudável, sendo eles:

- “Envelhecimento e Violência¹” tem como objetivo identificar as situações de violência (física, psicológica, financeira, sexual e negligência) às pessoas mais velhas e encaminhá-las para as entidades competentes. Esta linha telefónica, que surgiu em março de 2011, identifica as situações de violência, frequência e tipo de violência, como também identifica e caracteriza o seu estado de saúde (Instituto Nacional de Saúde, 2014).
- “Ageing@Coimbra²” consiste no reconhecimento do idoso na sociedade e na aplicação de boas práticas, com vista ao seu bem-estar geral. Este programa tem como objetivo principal a melhoria da qualidade de vida dos idosos da região centro, mediante o melhoramento dos serviços sociais e cuidados de saúde, como também a criação de produtos e serviços inovadores e desenvolvimento de novos meios de diagnóstico (Ageing@Coimbra, 2018).
- “GERIA – Estudo Geriátrico em Portugal sobre os Efeitos na Saúde da Qualidade do Ar na Terceira Idade³” baseia-se em melhorar a saúde das pessoas idosas nos equipamentos sociais, isto é, visa avaliar e melhorar a qualidade do ar nos equipamentos de cuidados de saúde a pessoas idosas (lares, centros de dias, entre outros). Este projeto foca as condições térmicas dos equipamentos e os seus efeitos na saúde cardiorrespiratória, para que haja uma melhor condição de vida dos idosos residentes (EuroHealthNet, 2016).
- “Saúde em Dia - Centro de Marcha e Corrida de Tondela (CMMCTnd)⁴” criada pela Câmara Municipal de Tondela e em parceria com o Programa Nacional de

¹ Mais Informações: <http://www.insa.min-saude.pt/publicacao-envelhecimento-e-violencia/>

² Mais Informações: <https://ageingcoimbra.pt/>

³ Mais Informações: <http://www2.insa.pt/sites/INSA/Portugues/ID/Paginas/ProjetoGERIA.aspx>

⁴ Mais Informações: <http://www.cm-tondela.pt/index.php/servicos/desporto/programa-saude-em-dia/centro-municipal-de-marcha-e-corrída>

Marcha e Corrida. Tem como objetivo adaptar, a cada pessoa, os exercícios físicos adequados, de acordo com as características (estado de saúde) e objetivos (CM Tondela, 2018).

- “Porto4Ageing⁵” representa um centro de formação e investigação na área do envelhecimento ativo e saudável. Com uma abordagem em quatro hélices – Decisores/Prestadores de Cuidados; Empresas/Indústria; Academia/Investigação e, Sociedade/Utilizadores – pretende-se criar novos métodos e estruturas que inovem a saúde (Porto4Ageing, 2018).

Em Portugal existe, também apoio telefónico na área do envelhecimento, disponível 24h por dia, sendo eles o Programa de Turismo Sénior (tlf.218 867 785), Linha do Cidadão Idoso (tlf.800 203 531) e o SOS Voz Amiga (tlf.213 544 545) (Departamento de Desenvolvimento Social, 2012).

Como abordado anteriormente, e apesar de, a nível internacional, os programas apresentados serem os mais conhecidos, existem outros com uma grande representatividade em Portugal, que beneficiam o bem-estar e qualidade de vida dos idosos. Estes programas, apresentados a seguir, embora não estejam em todo o território português, promovem o envelhecimento ativo e saudável e, apoiam todas as autarquias que os querem implementar.

5.3.1. Cidades Saudáveis

A Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis é uma associação de municípios de Portugal, a qual tem como objetivo apoiar a divulgação, implementação e desenvolvimento do projeto *Cidades Saudáveis*. Estes municípios comprometem-se a promover a saúde e a torná-la uma prioridade de agenda política (Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis, 2019).

Esta rede foi constituída a 10 de outubro de 1997 e tem duas grandes linhas orientadoras: apoiar e promover as estratégias suscetíveis de obtenção de ganhos em saúde, e promover a comunicação e cooperação entre os municípios da rede e no projeto *Cidades Saudáveis* (Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis, 2019).

Neste momento a rede é constituída por 51 municípios em Portugal Continental, que estão enumerados na figura 12. Nos Açores estão presentes 3 municípios: Ponta

⁵ Mais Informações: <https://www.porto4ageing.up.pt/#slider-porto4ageing>

Delgada, Lagoa e Ribeira Grande. Na Madeira está apenas presente 1 município, Porto Santo.

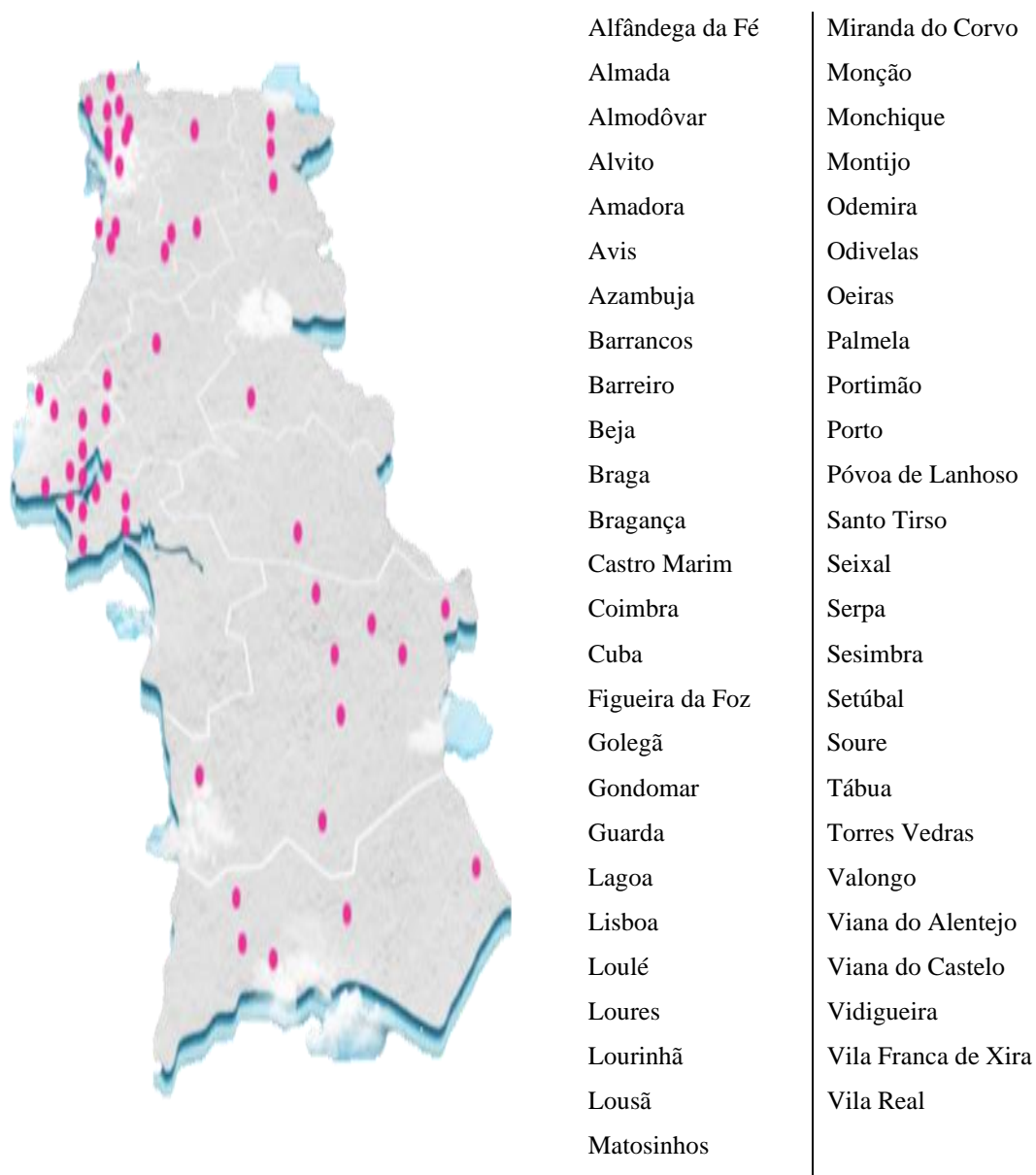


Figura 12 Mapa de Rede Portuguesa Continental de Municípios Saudáveis
(retirado de Rede de Municípios Portugueses, 2019)

Todos estes municípios desenvolvem diversos programas e ações de formação nas cinco áreas de atuação (Anexo 2 - página 111):

1. Promoção do Bem-Estar Físico e Mental

É a área que apresenta um maior número de projetos. Baseia-se em atividades de estimulação cognitiva e física, de forma a preservar/retardar as perdas das capacidades físicas e funcionais ao nível motor e de motricidade e exercitar a capacidade mental e psicológica da pessoa;

2. Prevenção de Comportamentos de Risco

Neste caso só é apresentado um projeto de prevenção dos diabetes, na Golegã. Assim sendo, é de notar que a área deve ser mais monitorizada e desenvolvida, pois existem inúmeros outros riscos, tais como as quedas, colesterol, higiene oral, entre outros;

3. Promoção da Literacia e Educação para a Saúde

Atividades em grupo, em que se promove o diálogo e esclarecimento de dúvidas de diversos temas na área da saúde. Estes encontros criam a partilha de dúvidas e ideias que podem ser desenvolvidas no seio familiar;

4. Equidade, Cidadania e Igualdade de Género

Todos os projetos desenvolvidos nesta área estão ligados à saúde, objetivando a facilidade de acesso a diagnósticos e tratamentos de saúde à população idosa, como também a monitorização da saúde, para a prevenção das perdas associadas ao envelhecimento;

5. Qualificação Ambiental e Desenvolvimento Territorial

Neste caso, também só está criado um projeto em Loulé, com a adaptação da cidade às alterações climáticas, pensando na população mais idosas. Isto deve-se pelo facto de decorrer em paralelo às Cidades Saudáveis, as Cidades Amigas dos Idosos, que objetiva a adaptação dos espaços às pessoas com maior dificuldade de locomoção

5.3.2. Cidades Amigas dos Idosos

Este projeto foi desenvolvido pela OMS, em prol do melhoramento da qualidade de vida do idoso, tendo como base o envelhecimento ativo.

Para tal, a mesma organização criou um guia onde ilustra as diferentes características que a cidade tem de ter para que seja considerada amiga do idoso.

Segundo *Guia Global: Cidade Amiga do Idoso* da Organização Mundial da Saúde, elaborado em 2008 (Anexo 3 - página 117), a cidade para ser classificada tem de cumprir com os seguintes requisitos:

1. Espaços Abertos e Prédios

Os espaços abertos e prédios públicos têm de permitir a independência, mobilidade e qualidade de vida dos idosos, para que estes sintam que podem permanecer nas suas residências até ao fim de vida. A cidade deve ter um ambiente limpo e agradável, ter espaços verdes, locais de descanso, casas de banho públicas limpas e conservadas, calçadas que permitam uma boa locomoção, com ciclovias desenhadas para os idosos, não esquecendo a necessidade de uma boa acessibilidade e ambiente seguro. Os prédios devem também permitir a independência da pessoa idosa através de elevadores, escadas rodantes, rampas, piso antiderrapante, entre outros;

2. Transporte

O transporte deve ser de baixo custo, com uma grande frequência, mesmo durante a noite e fins-de-semana, com destinos em locais chave para os idosos, com diversas paragens. Os próprios transportes devem ser ecológicos, adaptados às diferentes necessidades da população (transportar cadeiras de rodas) e que destaquem as prioridades de sentar. Como também, os motoristas devem ser compreensivos e gentis. Por outro lado, os táxis devem ser igualmente baratos e acessíveis às necessidades da população;

3. Moradia

As moradias devem cumprir os requisitos mínimos para que as pessoas possam realizar as atividades básicas de vida diária, num preço acessível. Estas devem ter uma maior facilidade de modificação, bem como a manutenção, de modo a que as pessoas consigam envelhecer nas suas residências. Isto tudo, com a finalidade de existir uma maior integração do idoso na comunidade;

4. Participação Social

A participação social engloba todo o tipo de atividades que são realizadas em e na comunidade, com o objetivo de combater o isolamento e promover a integração na comunidade. Todavia é necessário que estas sejam acessíveis em

termos de transporte/localização e em termos monetários, como também deve existir uma correta divulgação das atividades;

5. Respeito e Inclusão Social

O respeito e inclusão social objetiva perceber e compreender os comportamentos e atitudes das pessoas idosas, pela comunidade, prestadores de serviços e família, estes fatores são influenciados pela cultura, género, condição de saúde e capacidade económica. Para isso é necessário que existam imagens positivas do envelhecimento e a promoção de encontros familiares e intergeracionais. Não esquecendo a importância da consciencialização social sobre o envelhecimento;

6. Participação Cívica e Emprego

A participação cívica e o emprego estão relacionados com o contributo que os idosos ainda podem dar à comunidade. Apesar da reforma, as pessoas podem continuar a trabalhar, voluntariamente, e contribuir para o desenvolvimento da comunidade onde estão inseridos. Por outro lado, podem também aproveitar para aprender novas habilidades ou criar pequenos negócios. Contudo qualquer tipo de trabalho deve ser remunerado, nem seja pelo pagamento das despesas inerentes a ele;

7. Comunicação e Informação

A comunicação e informação tem por base o contacto entre as pessoas, de forma a trocar informações. Esta pode ser feita através da imprensa, verbal, impressa ou na internet. Para tal, devem sempre ser feitas comunicações de forma simples, clara e sucinta, para que todas as pessoas possam compreender, ou deve conter todos os passos, para que as pessoas possam acompanhar o processo;

8. Apoio Comunitário e Serviços de Saúde

Os apoios comunitários e serviços de saúde são a base para preservar a vitalidade dos idosos, são eles que vão permitir que as pessoas sejam independentes e autónomas. Para isso, é necessário que os serviços estejam acessíveis à população, com uma panóplia de ofertas, com assistência mesmo em casos de emergência.

Portugal já conta com treze cidades, sendo elas: Setúbal, Porto (2011); Odivelas, Alfândega da Fé (2012); Castro Marim, Oliveira de Azeméis, Gondomar, Maia, Ponte de Sor, Torres Vedras, Vila Nova de Foz Coa (2013); Matosinhos e Santa Maria da Feira (2017).

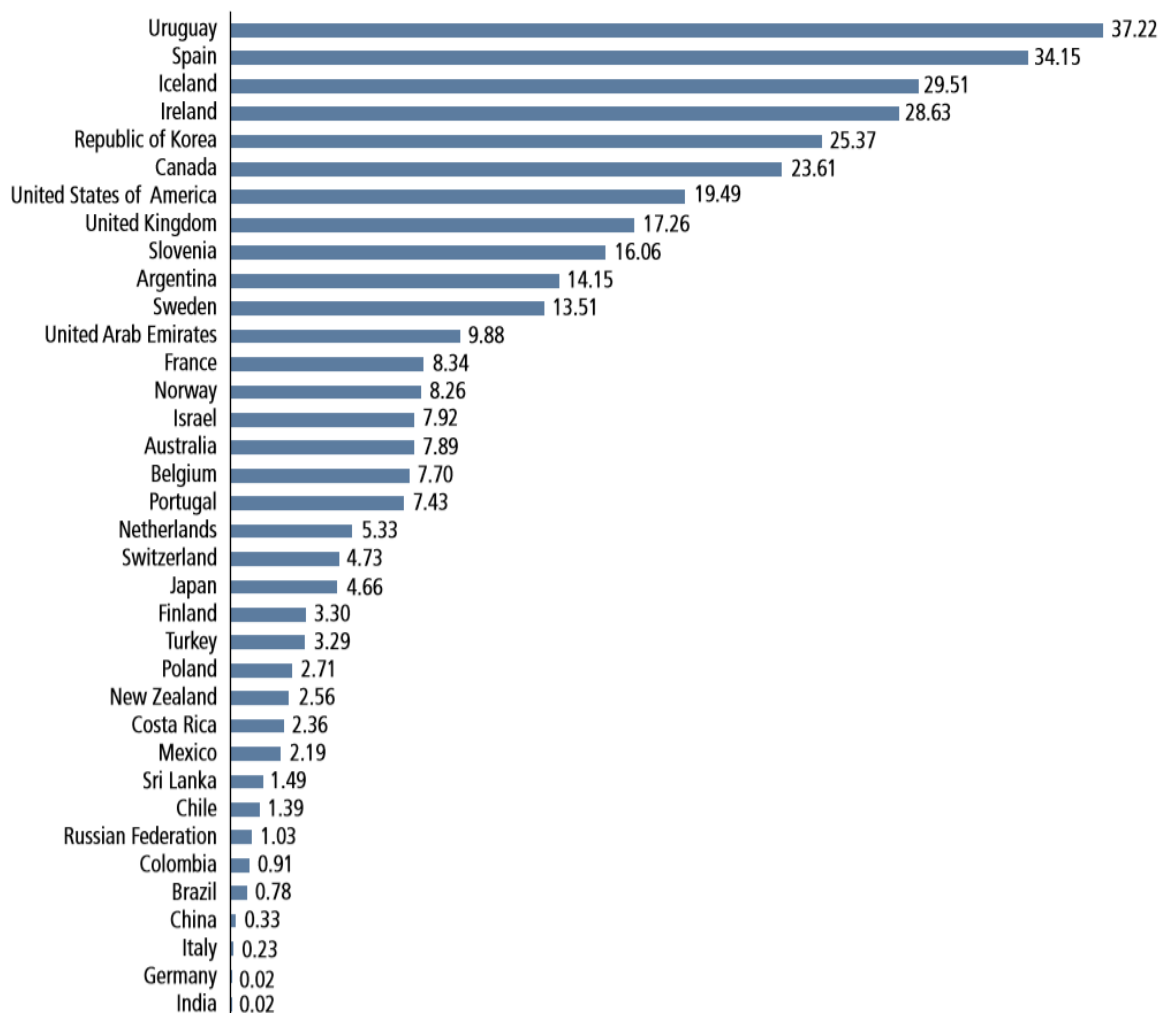


Figura 13 Percentagem de pessoas com mais de 60 anos abrangidas pelo projeto Cidades Amigas dos Idosos

(retirado de Organização Mundial da Saúde, 2018)

Segundo dados da OMS, em 2018, e comparando com estatísticas europeias, Portugal não está bem posicionado. Como podemos observar na figura abaixo, só 7,43% da população idosa portuguesa (considerando pessoas com mais de 60 anos) está abrangida pela rede de Cidades Amigas dos Idosos, comparativamente, com o nosso país vizinho, Espanha, que apresenta 34,15% da população idosa. Portugal encontra-se em 18º lugar, o que

demonstra um fraco investimento em adaptar as cidades às populações com maiores necessidades e às gerações que deram muito ao país.

5.3.3. RUTIS – Rede de Universidades da Terceira Idade

A RUTIS (Rede de Universidades de Terceira Idade) é uma IPSS que surgiu em 2005, e caracterizada por ser uma instituição de utilidade pública de apoio às comunidades onde está inserida e aos idosos.

A rede conta com o apoio do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, CASES (Cooperativa António Sérgio para a Economia Social), Fundação Montepio, Fundação PT e Rádio Sim.

Em 2016, foi reconhecida a importância social da RUTIS, pela Resolução de Conselho de Ministros nº76/2016 de 29 de Novembro de 2016, em Diário da República:

1 — Reconhecer a importância das academias designadas «universidades seniores» como respostas socioeducativas que visam criar e dinamizar regularmente atividades nas áreas sociais, culturais, do conhecimento, do saber e de convívio, a partir dos 50 anos de idade, prosseguidas por entidades públicas ou privadas, com ou sem fins lucrativos.

Atualmente, com 339 universidades (anexo 4 - página 133), a rede tem como principal objetivo a promoção do envelhecimento ativo, através da dinamização de atividades sociais, culturais, educacionais e de convívio, regularmente, a pessoas com mais de 50 anos (RUTIS, 2017).

A estes objetivos associa-se, também, a criação de atividades de convívio, conhecimento e desportivas; incentivar a formação ao longo da vida e promover a inclusão e participação social, para diminuir o isolamento e solidão.

5.3.4. Cartão Municipal do Idoso

O Cartão Municipal do Idoso é um cartão que apoia financeiramente os idosos mais desfavorecidos, de forma a ajudar nas despesas diárias para a manutenção da qualidade de vida da pessoa e permitir a sua sobrevivência.

As câmaras têm o dever de prestar serviços aos estratos sociais mais desfavorecidos, por meios adequados, como previsto no artigo 241º da Constituição da República Portuguesa: *As autarquias locais dispõem de poder regulamentar próprio nos limites da Constituição, das leis e dos regulamentos emanados das autarquias de grau superior ou das autoridades com poder tutelar.*

Este cartão estabelece as diretivas que melhorem a condição socioeconómica dos idosos com baixos rendimentos e com grandes encargos. Para tal, reduz-se as despesas com medicamentos, tarifas, taxas e com prestação de serviços municipais. Estes apoios têm como fundamento a alínea v) do artigo 33º da Lei nº75/2013 de 12 de setembro, em Assembleia da República.

v) Participar na prestação de serviços e prestar apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade, em parceria com as entidades competentes da administração central e com instituições particulares de solidariedade social, nas condições constantes de regulamento municipal;

Apesar de não estar implementado em todo o país, cada vez mais as autarquias apostam nesta iniciativa, com o intuito de apoiar todos os idosos do município nas inúmeras despesas que têm face aos baixos rendimentos.

Estes apoios, como anteriormente referido, baseiam-se em descontos nos serviços de saúde e espaços aderentes, em que a percentagem dos mesmos varia consoante o estipulado por cada autarquia.

5.3.5. Unidades Móveis de Saúde

As Unidades Móveis de Saúde promovem os cuidados de saúde na população que não tem os meios necessários para se deslocar aos Centros de Saúde.

Estas unidades estão ligadas às Unidades de Cuidados na Comunidade (UCC) , que têm como visão a prestação de cuidados de saúde e apoio psicológico e social , no domicílio e comunidade (Ministério da Saúde, 2015).

De acordo com o Decreto-Lei nº 281/2003 do Ministério da Saúde, a unidade móvel de saúde é *um serviço que presta cuidados de saúde multidisciplinares no domicílio do*

utilizador da rede. Estas prestam serviços de reabilitação, cuidados paliativos e curativos, literacia para a saúde e, formação na prestação de cuidados informais.

PARTE II: ANÁLISE DAS POLÍTICAS MUNICIPAIS PORTUGUESAS

6. Metodologia

Após uma análise pormenorizada das diferentes medidas e planos de ações existentes na Europa e em Portugal, no âmbito do Envelhecimento Saudável e Ativo, é necessário perceber o que as autarquias põem em prática e que iniciativas disponibilizam aos cidadãos.

Para tal, a recolha de dados, para posterior análise, foi dividida em duas partes. Inicialmente foram criados os parâmetros para selecionar as informações pretendidas, em forma de tabela e depois foram recolhidas as atividades municipais, ligadas ao envelhecimento, nas diversas autarquias.

É de salientar que as análises serão feitas aos municípios de Portugal Continental, embora as estatísticas apresentadas, anteriormente, englobem o Continente e Ilhas.

6.1. Variáveis Utilizadas

Os dados recolhidos foram organizados em duas tabelas para análise: uma para armazenar os dados de todos os programas disponibilizados pelas autarquias e outra onde os dados foram agregados para ter uma fotografia dos municípios.

Tabela 4 Variáveis de síntese dos programas

Variável	Descrição
DISTRITO	Nome do distrito ao qual pertence o município
MUNICÍPIO	Nome do município
NUT2	Código NUT2 ao qual pertence o município
NUT3	Código NUT3 ao qual pertence o município
ARS	Nome da ARS à qual pertence o município
PROGRAMA	Nome do programa disponibilizado pelo município.
ÁREA	Classificação do programa analisado
ANO	Ano em que o programa foi criado
ORÇAMENTO	Orçamento associado ao programa
EXECUÇÃO	Parte do orçamento utilizado
%EXECUÇÃO	Taxa de execução do programa

Variável	Descrição
PARCEIROS	Parceiros envolvidos no programa
OBJECTIVOS	Objetivos associados ao programa
INDICADORES	Indicadores de acompanhamento do programa
METAS	Metas definidas para os programas

A tabela acima resume as variáveis utilizadas para sistematizar os programas prestados pelas autarquias.

As Áreas consistem na divisão das diversas ações por cinco áreas, para compreender melhor quais são as mais desenvolvidas. Estas tiveram como base as áreas das Cidades Saudáveis (abordado em 5.3.1) e compiladas com o resto da leitura, tendo sido adaptadas, de forma a abrangerem um maior número de programas.

Às cinco áreas estão inseridos os determinantes do Envelhecimento Ativo, os Direitos dos Idosos das Nações Unidas (abordado em 3.3) e os Direitos dos Idosos em Portugal (abordado em 4.2), com o objetivo de compreender melhor quais as diretivas nacionais e internacionais mais aplicadas. Essas áreas são as seguintes:

1. Promoção da Capacidade Física e Mental e das Redes Sociais

Nesta área estão agregados os determinantes Pessoal e Social do Envelhecimento Ativo (Europa), o direito à Independência e Participação (Nações Unidas) e o direito à Participação e Convívio Familiar e à Integridade e Desenvolvimento da sua Personalidade (Portugal). Estão inseridas as ações relacionadas com a melhoria ou manutenção da cognição e estado físico da pessoa, bem como a promoção da rede de contactos, quer familiares, quer pessoais;

2. Promoção de Comportamentos Saudáveis

Esta área engloba os determinantes Comportamento e Serviços Sociais e de Saúde (Europa), o direito à Assistência (Nações Unidas) e direito à Garantia da Qualidade de Cuidados (Portugal). Nesta estão inseridas as ações relacionadas com todos os comportamentos ao nível da saúde que se deve tomar na velhice e todos os sinais/sintomas de que se deve prestar em atenção, em prol da melhoria da qualidade de vida;

3. Combate ao *Ageism*

Nesta área está associado o determinante Social (Europa) o direito à Realização Pessoal e Dignidade (Nações Unidas) e o direito à Preservação da sua imagem, Respeito pelo seu percurso de vida, Privacidade e reserva da vida privada, Liberdade de expressão, Liberdade de escolha, Vida social, afetiva e sexual e Respeito pela sua autonomia na gestão do seu património (Portugal). Nesta estão agregadas todas as ações que promovam a igualdade de direitos e equidade, como também, o respeito pela dignidade da pessoa;

4. Acomodação e Ordenamento do Território

A esta área está agregado o determinante Ambiente Físico (Europa) e o direito à Assistência e Independência (Nações Unidas). Nesta, estão inseridas todas as ações de sensibilização ou mesmo mudança dos espaços físicos para aumentar o nível de acessibilidade a pessoas com maiores problemas de locomoção.

5. Eliminação de Comportamentos de Risco

Nesta área encontra-se o determinante Comportamento (Europa) e o direito à Assistência e Independência (Nações Unidas). Nesta, estão encaixadas todas as ações de prevenção de quedas e outros comportamentos de risco.

6. Atividades Lúdica-Recreativas

Esta área engloba todas as atividades, com fins lúdicos e recreativos, que não têm mais nenhum complemento do que estimular o convívio entre idosos. Esta categoria engloba os passeios, almoços/lanches/jantares, festas, dias do idoso/avós e semanas/meses Sêniores. Esta última categoria está presente em muitos municípios, visto que estes organizam atividades de uma semana/mês para festejar o dia do idoso e englobam outras dinâmicas.

7. Não Especificada

A esta área está associada a parte financeira dos programas, isto é, em todos os municípios que não especificam o orçamento para cada programa, mas sim englobam em *Atividades Sêniores*.

O Orçamento corresponde à quantia, disponibilizada pela autarquia, para promover e apoiar os programas, isto é, do orçamento anual, qual é a quantia monetária destinada aos programas desenvolvidos pela mesma. Estes orçamentos estão indicados no Orçamento

Plurianual da Autarquia (Grandes Opções de Plano e Atividades Mais Revelantes), que, por Lei, estão disponíveis no site da autarquia, na parte financeira. O ano do orçamento analisado é de 2018, porém, como em algumas autarquias ainda não estava disponível, na altura da pesquisa, analisou-se o ano de 2017, estando assinalados esses casos.

De seguida, tenta-se perceber qual a percentagem que é utilizada da quantia orçamentada de cada programa. A %Execução baseia-se em perceber realmente quanto é que é utilizado, monetariamente, do orçamento previsto, para isso analisou-se na Execução do Orçamento (Execução das Grandes Opções de Plano e Execução das Atividades Mais Revelantes) e calculou-se a percentagem de execução. Todas aquelas que sejam superiores a 100% indica que o orçamento é de valor inferior ao que foi executado.

Os Parceiros são todas as instituições, organizações e associações, juntamente com as autarquias que apoiam e concretizam os diferentes programas. Como todos estes estão ligados aos municípios correspondentes, está inerente que a autarquia é parceira em todos os programas apresentados, com isto, não está descrito na tabela de resultados.

Os Objetivos, designados também de objetivos gerais, demonstram o porquê da importância dos programas, de forma a perceber a finalidade deles, saber qual a meta que se pretende alcançar, de forma geral.

Por outro lado, os Indicadores são a maneira de quantificar os objetivos, ou seja, perceber até que ponto se estão a atingir os objetivos e se o programa está a chegar à população prevista no programa, tem como finalidade perceber como a autarquia monitoriza o programa.

Por fim, as Metas são descritas como os objetivos específicos dos programas, isto é, especifica como se vai chegar aos objetivos gerais e como estes são atingidos. Estas explicitam os diversos objetivos dos programas e a forma de os alcançar.

A tabela seguinte resume as variáveis utilizadas para agregar os dados do município e ter uma fotografia do mesmo. As variáveis de resumo relativas aos programas resultam da agregação da tabela anterior.

Tabela 5 Descrição de variáveis agregadas aos dados dos municípios

Variável	Descrição
DISTRITO	Nome do distrito ao qual pertence o município
MUNICÍPIO	Nome do município
NUT2	Código NUT2 ao qual pertence o município
NUT3	Código NUT3 ao qual pertence o município
ARS	Nome da ARS à qual pertence o município
CIDSAUDAV	O município está integrado na rede de Cidades Saudáveis
CIDAMIDOS	O município está integrado na rede de Cidades Amigas dos Idosos
RUTIS	O município está integrado na rede RUTIS
CARTÃO	O município possui Cartão de Idoso
UMSAUDE	O município possui unidade móvel de saúde
POP	População residente do município (INE)
POP65+	População residente com mais de 65 anos do município (INE)
IndEnv	Índice de Envelhecimento do município (INE)
IndDep	Índice de dependência de idosos do município (INE)
NPROG	Número total de programas disponibilizados pelo município
AREA1	Número de programas do município na área 1
AREA2	Número de programas do município na área 2
AREA3	Número de programas do município na área 3
AREA4	Número de programas do município na área 4
AREA5	Número de programas do município na área 5
AREA6	Número de programas do município na área 6
AREA7	Número de programas do município na área 7

6.2. Recolha de Dados

A recolha de dados foi faseada, primeiramente enviou-se um correio eletrónico para todas as autarquias do território continental a pedir os dados sobre os projetos ligados ao envelhecimento e o último plano plurianual da autarquia. Todas as autarquias receberam o pedido, porém a taxa de resposta foi muito baixa, 57 municípios (20,5%), como se pode observar no anexo 5 (página 147).

Face ao número baixo de respostas, foi decidido adotar outra estratégia de recolha de dados. Assim, procurou-se nos *sites* das autarquias, que não responderam ou que responderam, mas com dados incompletos, os planos de ações e projetos que vão ao encontro do cumprimento dos objetivos propostos.

Todos os dados recolhidos foram compilados nas tabelas 4 e 5 para a sua posterior análise.

6.3. Análise

Após a recolha de todos os dados disponíveis, procede-se à análise e resultados. Esta foi realizada em duas fases: desagregada e agregada.

1ª FASE – DESAGREGADA

Foi realizada a recolha de todos os programas existente nas autarquias através das respostas obtidas por correio eletrónico e as que estão presentes no site da mesma e colocada na base de dados de forma a preencher, com os dados obtidos, as colunas.

De seguida realizou-se uma análise a nível nacional e distrital, percebendo quais os indicadores mais preenchidos, as áreas mais promovidas e as médias dos orçamentos e execuções e, no caso distrital, se existe algum distrito com um maior desempenho nos resultados.

Salienta-se que esta primeira análise é sobretudo exploratória, procurando perceber a relação entre algumas variáveis e programas existentes.

2º FASE - AGREGADA

Nesta será realizada uma análise a nível municipal, também com os mesmos pressupostos da fase anterior (indicadores, médias e áreas) interligando com os índices de dependência, e correlacionando-os.

As correlações analisadas têm o intuito de compreender se existe alguma ligação entre as variáveis, como também se existe relação entre o número de programas e a presença dos programas assinalados acima nas autarquias.

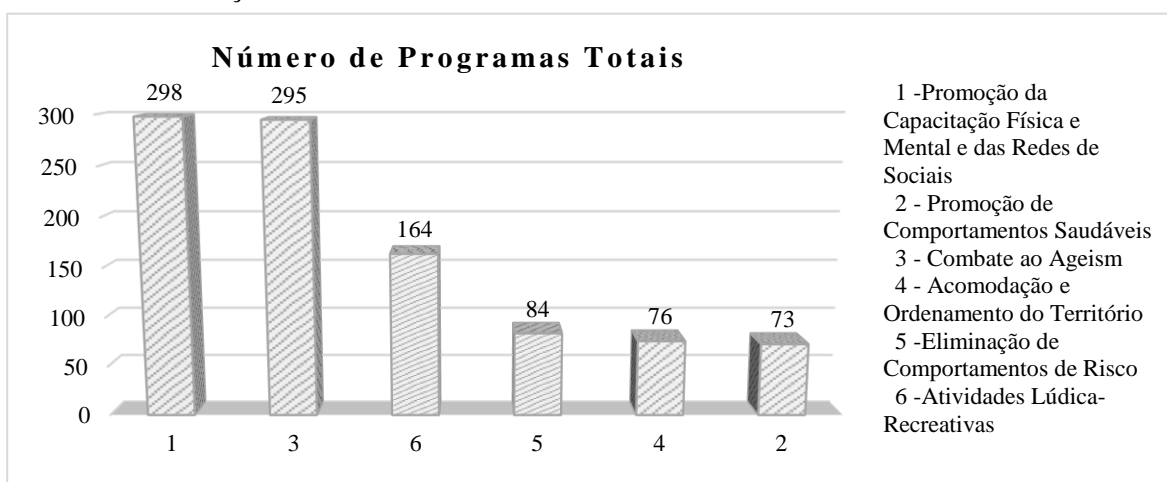
Em termos de governação local, procurou-se observar se o município está integrado em redes (Cidades Saudáveis, Cidades Amigas dos Idoso, RUTIS, Unidades Móveis de Saúde e Cartão do Idoso), quais os principais parceiros de trabalho (GNR, Bombeiros, Unidades de Saúde, etc.), se existem objetivos definidos para os programas, se estes possuem indicadores de acompanhamento e quais as metas definidas para cada um.

7. Resultados

NACIONAL

Como se comprova na tabela abaixo, existem 1012 programas espalhados por todo o país, sendo que o maior número destes está concentrado na área “Promoção da Capacitação Física e Mental e das Redes de Sociais” (área 1), área “Combate ao Ageism” (área 3) e área “Atividades Lúdica-Recreativas” (área 6).

Gráfico 1 Distribuição das Áreas a nível Nacional



Aquela que teve uma menor aposta foi a área “Promoção de Comportamentos Saudáveis” (área 2). Nesta parte exclui-se a área 7, pois é só indicativa dos orçamentos que são dados às atividades com os idosos sem especificação.

Dos 1012 programas só 242 programas (23,9%) é que apresentam orçamento definido, sendo o orçamento médio de 45 542,43 €, e uma reduzida percentagem média de execução, apenas de 15%. Contudo esta taxa está em muito influenciada pela quantidade de programas que não têm orçamento destinado.

Procurou-se também perceber qual a percentagem de execução dos programas que tinham orçamento destinado (superior a 0€). Para os 222 programas que possuem orçamento, a média de execução é de quase 90%.

Tendo em conta o gráfico 1 e a tabela 6 e 7, as áreas 1 e 3 são as que têm maior número de programas, como também são aquelas que apresentam um maior orçamento e maior número de programas com objetivos. Isto indica que estas áreas são a grande aposta das diferentes localidades, como também são aquelas que têm uma maior monitorização e concretização.

Por outro lado, temos as áreas 2 e 4 com menores números de programas e menores atribuições de orçamentos e execuções. Especificando, os orçamentos são baixos, como também não são cumpridos, coincidindo também os poucos programas com objetivos e indicadores delineados.

Apesar da área 6 não ser a que tem mais programas é aquela que tem uma maior percentagem de execução de orçamento, isto deve-se ao simples facto de os convívios e passeios terem sempre muita adesão, pois é uma forma de passar um dia diferente em convívio e socialização com diferentes pessoas com quem não se costuma estar durante o dia a dia.

Relativamente à área 7 “Não Especificada” releva que existem 20 autarquias em Portugal que apresentam um orçamento generalista nos programas para os idosos. Acrescentando, também apresenta uma pequena percentagem de execução do orçamento previsto. Existindo, assim, locais que não especificam o montante destinado a idosos, tornando-se muito vago como é feita a distribuição do orçamento.

Tabela 6 Distribuições do Orçamento a Nível Nacional, por Área

Área	NProg	NProg com Orçamento	Mínimo Orçamento	Máximo Orçamento	Média Orçamento	Desvio Padrão
1	298	43 (14,4%)	50,00 €	136 400,00 €	25 972,29 €	35 858,55 €
2	73	14 (19,2%)	100,00 €	77 500,00 €	17 511,21 €	27 314,87 €
3	295	68 (23,1%)	2,00 €	88 500,00 €	14 335,11 €	21 083,18 €
4	76	15 (19,7%)	100,00 €	6 895 092,00 €	465 105,13 €	1 778 826,18 €
5	84	33 (39,3%)	1,00 €	35 572,00 €	5 365,77 €	7 699,40 €
6	164	49 (29,9%)	40,00 €	224 750,00 €	21 302,27 €	36 658,24 €
7	22	20 (90,9%)	5,00 €	186 000,00 €	24 352,84 €	50 308,67 €

Tabela 7 Distribuições da %Execução a Nível Nacional, por Área

Área	NProg	NProg com %Execução	Mínimo %Execução	Máximo %Execução	Média %Execução	Desvio Padrão
1	298	37 (12%)	17%	100%	77%	25%
2	73	9 (12%)	2%	100%	59%	36%
3	295	49 (17%)	11%	100%	68%	28%
4	76	6 (8%)	2%	100%	55%	35%
5	84	19 (23%)	4%	221%	67%	50%
6	164	44 (27%)	1%	890%	131%	204%
7	22	14 (64%)	22%	99%	72%	29%

De acordo com as tabelas anteriores, percebe-se que existem muitos programas sem orçamentos destinados, pelas diferenças de resultados e, mesmo aqueles que os apresentam, a sua execução é muito baixa.

Como se pode observar existem áreas, como por exemplo a área 3 (Combate ao *Ageism*) em que existe uma grande discrepância entre o valor mínimo e máximo (2€ e 88 500€, respetivamente), bem como a taxa de execução, sendo o valor mínimo de 11% e o máximo de 100%. Como afirmado acima, os valores superiores a 100% são indicadores que o valor do orçamento é menor que o valor executado.

Na perspetiva da boa governação local, não é só a informação financeira sobre os programas que é revelante, mas também a existência de informação dos objetivos, indicadores e metas que são definidos, pois é uma forma de monitorizar a evolução dos programas.

Analisando a tabela abaixo, consegue-se compreender que muitos dos programas não têm quaisquer indicadores de acompanhamento, ou seja, dos 1012 programas só 700 é que têm objetivos definidos e 186 com indicadores.

Afirma-se que cerca de 69% dos programas têm objetivos definidos, a área 4 (Acomodação e Ordenamento do Território) é aquela que tem um maior número de programas com objetivos preenchidos, de seguida a área 1 (Promoção da Capacitação Física e Mental e das Redes de Sociais), área 3 (Combate ao *Ageism*), área 2 (Promoção de

Comportamentos Saudáveis) e 5 (Eliminação de Comportamentos de Risco) e, por fim a área 6 (Atividades Lúdica-Recreativas).

Contudo, quando se analisam os indicadores, com cerca de 18%, percebe-se que há uma clara redução da presença desse parâmetro nos programas. Esta diminuição repercute, também, na alteração das áreas, relativamente aos objetivos. Em primeiro está a área 4 (como nos objetivos), de seguida, a área 3, área 1, área 5, área 6 e, por fim, área 2.

Relativamente às metas, apesar de não estarem também descritos em todos os programas, estão em quase 50% deles, sendo que a área com maior incidência é a 3, depois a área 4, área 1, área 2, área 5 e, por fim, área 6.

Como se pode perceber, nos parâmetros qualificadores e de acompanhamento, a evidência maior está no número de objetivos. É de frisar, negativamente, que não existe muita presença de indicadores, o que pode ser interpretado pela possível falta de acompanhamento por parte da autarquia ou das competências necessárias por parte dos técnicos ligados a estes programas.

Tabela 8 Qualificadores dos Programas, por Área, e respetiva percentagem

Área	Nº Programa	Nº Programas com Objetivos		Nº Programas com Indicadores		Nº Programas com Metas	
1	298	226	76%	58	19%	160	54%
2	73	48	66%	10	14%	31	42%
3	295	219	74%	66	22%	186	63%
4	76	65	86%	17	22%	43	57%
5	84	55	65%	12	14%	31	37%
6	164	87	53%	23	14%	53	32%
Total	1012	700	69%	186	18%	504	50%

Em termos práticos, destaca-se a área 4 e 1, pois são aquelas que têm um maior número de parâmetros preenchidos, ao invés da área 6. Esta área pode ter baixas percentagens, pelos programas que agrega – atividades lúdicas – como convívios e passeios, pois as autarquias podem não achar necessário qualificar este tipo de atividades.

Em suma, percebe-se que não existe uma concordância na análise entre as áreas, orçamento/execução e objetivos/indicadores/metas. Enquanto temos a área 1 e 3 com uma maior presença de programas, em último está a área 2. Quando se analisa a taxa de execução, em primeiro lugar aparece a área 7, e depois a área 6 e, finalizando, a área 4. Na análise dos

objetivos temos, primeiramente, a área 4 e a 1 e, por fim a 6. Com uma escala muito parecida são os indicadores em que, primeiramente, aparecem as áreas 4 e 3, e em último, a área 2.

A tabela 9 apresenta a ordenação das áreas nas diferentes variáveis (crescentemente) e como se pode observar, a relação entre as variáveis consideradas e a ordenação nas áreas é incongruente.

Tabela 9 Ordenação das áreas nas diferentes variáveis, de forma crescente

Variáveis	<i>Ordem das Áreas</i>					
Nº de Programas	1	3	6	5	4	2
Execução	6	5	3	1	2	4
Objetivos	4	1	3	2	5	6
Indicadores	4	3	1	2	5	6
Metas	3	4	1	2	5	6

DISTRITAL

Em Portugal Continental existem 18 distritos com diferentes contextos e culturas, o que levará a diferentes estruturas demográficas e diferentes tipos de atividades.

Como demonstra a tabela abaixo, os distritos com mais população são Lisboa e Porto, seguido de Setúbal, Braga e Aveiro, ocupando o último lugar da lista Portalegre, sendo esta ordem igual para a população com mais de 65 anos. Todavia, se formos analisar os índices de envelhecimento, percebemos que a ordem se altera, apresentando-se nos primeiros lugares Castelo Branco, Bragança e Guarda, e em último Porto.

Sendo assim, pode-se compreender que, apesar de existirem distritos com elevada população, os índices de envelhecimento são menores. Todavia, por outro lado, analisou-se o índice de dependência, pois pode haver muita população idosa, mas também é necessário entender se esta apresenta elevados índices de dependência.

Tabela 10 Análise à População, dados de 2018, retirados em INE

Distritos	População residente	População residente com mais de 65 anos	Índice de envelhecimento	Índice de dependência de idosos
Aveiro	705698	161861	177,59	33,28
Beja	141178	35873	218,19	41,87
Braga	812951	147804	154,84	28,22
Bragança	124571	38138	364,97	57,43
Castelo Branco	179038	51916	405,33	56,75
Coimbra	405267	103188	243,25	42,55
Évora	152865	39890	233,16	44,11
Faro	457752	103295	204,72	41,73
Guarda	144354	42492	359,58	52,79
Leiria	454592	103540	228,99	41,21
Lisboa	2271772	500143	139,96	33,21
Portalegre	105479	28953	287,82	49,17
Porto	1778146	346522	138,61	27,19
Santarém	429719	106882	223,79	41,72
Setúbal	852328	182715	155,51	34,95
Viana do Castelo	230954	57993	259,14	43,88
Vila Real	191894	51053	291,97	45,97
Viseu	354453	94387	244,51	41,37

Pelo que se pode perceber no mesmo quadro, os primeiros lugares pertencem aos mesmos distritos com elevado índice de envelhecimento, mas em ordem diferente: Bragança, Castelo Branco e Guarda e, em último, Porto. O que indica que, para além de elevados índices de envelhecimento, a população também é bastante dependente.

Tendo em conta estes dados, especialmente o índice de envelhecimento, seria de esperar que as populações com maior índice, teriam de ter um maior número de programas, contudo, e pela tabela presente abaixo, não se comprova o afirmado acima. Os distritos com mais programas são Lisboa, Aveiro e Santarém e, em último, Bragança, distrito esse que tem um maior índice de envelhecimento e dependência.

Tabela 11 Número de Programas e Índice de Envelhecimento e Dependência, por Distrito

Distritos	Nº de Programas	Índice de envelhecimento	Índice de dependência
Aveiro	80	177,59	33,28
Beja	56	218,19	41,87
Braga	44	154,84	28,22
Bragança	33	364,97	57,43
Castelo Branco	36	405,33	56,75
Coimbra	61	243,25	42,55
Évora	37	233,16	44,11
Faro	67	204,72	41,73
Guarda	50	359,58	52,79
Leiria	51	228,99	41,21
Lisboa	98	139,96	33,21
Portalegre	46	287,82	49,17
Porto	70	138,61	27,19
Santarém	77	223,79	41,72
Setúbal	55	155,51	34,95
Viana do Castelo	35	259,14	43,88
Vila Real	40	291,97	45,97
Viseu	54	244,51	41,37

Isto demonstra que, apesar de existirem bastante idosos em certos distritos, como Castelo Branco e Bragança, não indica que esta população tenha sido a grande aposta na autarquia, analisando os programas existentes. Por outro lado, temos o exemplo de Lisboa, Porto e Aveiro, distritos com menos idosos, são uma maior aposta, com a elaboração de inúmeros projetos.

De acordo com a tabela e os dados acima apresentados (tabela 11) é também visível que, cidades como Coimbra, Leiria e Faro têm índices de envelhecimento e número de programas medianos, podendo ser deduzível que fazem os esforços necessários para acompanhar a população mais envelhecida.

Todavia, não se pode analisar unicamente o índice de envelhecimento, mas também o índice de dependência, pois se a população for mais dependente é mais difícil criar atividades, pois muitas pessoas não conseguem deslocar-se. Alguns desses exemplos é Castelo Branco, Bragança e Portalegre que apresentam um elevado índice de envelhecimento e índice de dependência que, pode ser presumivelmente justificado, o reduzido número de programas.

Tabela 12 Número de Programas, por área e por Distrito

	Áreas						Total de Programas
	1	2	3	4	5	6	
Aveiro	29	5	21	4	6	15	82
Beja	23	6	13	4	6	4	57
Braga	18	1	14	2	1	8	44
Bragança	9	5	11	2	1	5	34
Castelo Branco	4	3	15	4	6	4	36
Coimbra	23	3	13		9	13	64
Évora	9	3	15	4	1	5	37
Faro	25	7	20	1	5	10	68
Guarda	13	6	13	7	7	4	50
Leiria	10	2	20	4	10	5	51
Lisboa	29	7	28	11	6	18	102
Portalegre	11	1	17	6	1	10	46
Porto	19	6	18	8	8	11	71
Santarém	21	2	24	6	9	14	78
Setúbal	20	2	19	3		13	60
Viana do Castelo	13	5	9	2	4	2	36
Vila Real	8	4	10	4	2	10	39
Viseu	14	5	15	4	2	13	57

Conforme se pode observar na tabela 12, todos os distritos têm programas em todas as áreas, exceto Coimbra na área 4 (Acomodação e Ordenamento do Território) e Setúbal na área 5 (Eliminação de Comportamentos de Risco). Neste caso, também se exclui a área 7 (Não Especificada).

A nível orçamental, Porto tem um maior orçamento disponível, seguindo Portalegre e Évora, porém é esse distrito e Lisboa que apresentam uma maior taxa de execução orçamental.

Relativamente à área 7, pode-se afirmar que os distritos que têm mais orçamentos generalizados são Coimbra e Setúbal. Os distritos de Braga, Castelo Branco, Évora, Faro Guarda e Leiria não apresentam esse tipo de orçamentos.

Averiguando a divulgação de objetivos dos programas, percebemos que Lisboa tem uma maior presença de metas, como também um maior número de indicadores. Aveiro e Faro também apresentam um grande número de objetivos, mas com mais indicadores é Faro e Évora.

Todos estes dados estão compilados na tabela 13, apresentados na página seguinte.

Da análise feita, parece depreender-se que não existe uma ligação direta entre o índice de envelhecimento e o número de programas existentes. Há autarquias com muitos programas, mas tanto o índice de envelhecimento como o de dependência são bastante baixos, porém também ocorre o contrário. Por outro lado, consegue-se constatar que também parece não existir uma relação direta entre uma maior execução de orçamento e os qualificadores (objetivos, indicadores e metas).

Numa perspetiva distrital, podemos perceber que os distritos não estão sensibilizados para a temática da boa governação local, pois quando os distritos são ordenados por parâmetros, constata-se que estes não ocupam sempre a mesma posição (anexo 6 - página 155).

Tabela 13 Apresentação, por Distrito, dos Programas, Orçamentos, Execuções e Indicadores Qualitativos

Distritos	Orçamento				%Execução				Número Objetivos	Número Indicadores	Número Metas
	Mínimo	Máximo	Média	DesPad	Mínimo	Máximo	Média	DesPad			
Aveiro	0,00	53000	10338,64	15055,16	0,00	8,90	0,24	1,02	58	10	41
Beja	45,00	186000	46749,29	67953,01	0,00	0,84	0,04	0,16	46	5	30
Braga	0,00	110000	39581,44	36578,12	0,00	1,00	0,15	0,34	31	1	16
Bragança	40,00	23000	7498,64	8374,72	0,00	0,99	0,10	0,28	24	9	20
Castelo Branco	1,00	88500	24165,95	30475,74	0,00	1,00	0,12	0,31	20	1	12
Coimbra	5,00	17100	4087,95	5900,11	0,00	0,93	0,07	0,20	51	16	35
Évora	10,00	75000	15848,25	20729,32	0,00	7,83	0,44	1,27	19	6	14
Faro	500,00	77500	22231,06	27448,23	0,00	0,99	0,06	0,21	52	27	40
Guarda	0,00	17000	3424,67	5037,11	0,00	1,00	0,08	0,25	29	9	24
Leiria	0,00	77000	11693,44	19413,14	0,00	1,00	0,11	0,25	35	12	27
Lisboa	0,00	224750	23440,74	52920,85	0,00	8,67	0,17	0,89	78	30	61
Portalegre	2377,82	41776	17596,88	14267,87	0,00	1,00	0,20	0,37	23	14	20
Porto	0,00	6895092	316449,18	1434465,42	0,00	2,21	0,12	0,34	49	9	36
Santarém	0,00	26800	5517,27	7250,56	0,00	1,00	0,14	0,30	56	5	41
Setúbal	100,00	37100	7644,88	9893,03	0,00	1,00	0,23	0,40	41	12	31
Viana do Castelo	14600	22000	18300,00	5232,59	0,00	0,98	0,05	0,21	27	2	26
Vila Real	0,00	72803	19784,85	27920,92	0,00	1,00	0,10	0,26	26	11	15
Viseu	0,00	149650	23664,73	45214,91	0,00	1,00	0,14	0,32	36	7	16

MUNICIPAL

Os municípios com maior população são Lisboa, Sintra, Vila Nova de Gaia e Porto e com menor é Barrancos, Mourão, Alvito e Penedono. Analisando a população idosa, percebe-se que os municípios com maior número de pessoas idosas apresentam um maior número de população total, excetuando Vila Nova de Gaia e Porto, que trocaram de posição (anexo 7 - página 157).

Todavia, quando se analisa o índice de envelhecimento, a ordem altera, sendo os municípios com maior índice Albufeira, Oleiros e Vila Velha de Rodão, contrariando Lousada, Mafra e Alcochete.

Quando se averigua qual a dependência da população idosa, constata-se que estes estão presentes em maior número em Albufeira, Vinhais e Idanha-a-Nova, contrariando os municípios de Lousada, Paços de Ferreira e Vizela.

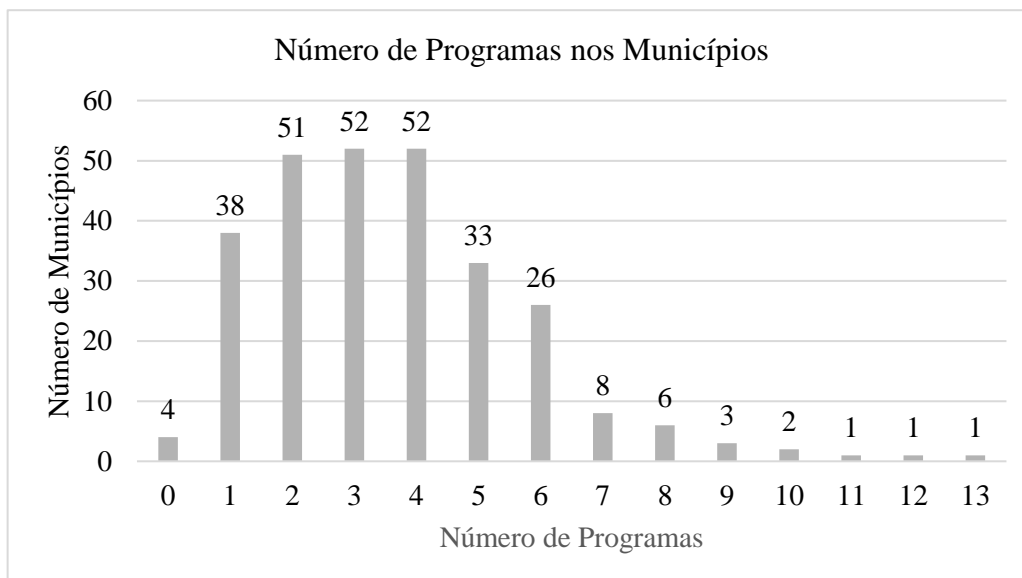
Tendo em conta os 278 municípios que existem em Portugal Continental, são muitos os programas que apoiam a população mais velha, desde serviços básicos como a promoção do exercício físico, passeios e convívios, até à teleassistência, unidades móveis de saúde e oficinas domiciliárias. Contudo, não há uma abrangência geográfica de todos os programas em todos os municípios, alguns tem uma maior aposta em determinadas áreas e outros noutras.

Como já retratado anteriormente, a maior aposta é feita na área da promoção da capacidade física e mental e das redes sociais existentes, muito devido à promoção do exercício físico, e o combate ao *ageism*, devido às universidades Sêniores e cartões dos idosos. A presença de atividades lúdico-recreativas, também está bem representada, pela enorme quantidade de concelhos que promove convívios e passeios dos idosos.

Como é observado no anexo 8 (página 171), infelizmente existem 4 municípios que não têm qualquer tipo de aposta ao nível da promoção/acompanhamento dos idosos (Arraiolos, Montemor-o-Novo, Vilar Flor e Terras de Bouro), por outro lado temos Amadora (13 programas), Lousã (12 programas) e Oleiros (11 programas) em que o bem-estar dos idosos é um dos objetivos das autarquias.

Neste mesmo anexo, constata-se que, dos 278 municípios, 38 só têm um programa destinado à promoção do envelhecimento. Contudo, e como demonstra na tabela abaixo, a maioria dos municípios apresenta entre 2 a 4 programas do envelhecimento, sendo que 52 municípios, isto é, 18,7% apresenta 4 programas.

Gráfico 2 Número de Programas existentes nos Municípios



Este gráfico explicita que existe uma aposta em programas de envelhecimento nos municípios, pois, como dito anteriormente, a sua maioria apresenta entre 2 a 4 programas.

Isto pode permitir que haja uma maior abrangência de gostos e preferências das pessoas, como também pode promover o maior nível de conhecimento da população.

Se formos analisar o orçamento e execução das autarquias (anexo 9 - página 183) percebemos que existem 144 municípios que não destinam qualquer orçamento para os programas, ou seja 52%, sendo que 5 desses especificam que é mesmo 0€ o orçamento (Águeda, Mondim de Basto, Pedrogão Grande, Seia e Vieira do Minho).

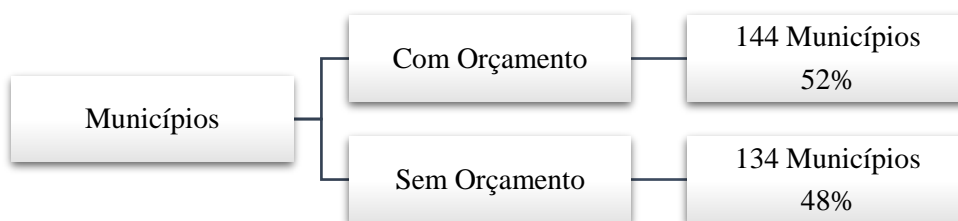


Figura 14 Representatividade dos Orçamentos nos Municípios

Contudo, ao analisar aqueles que executam o orçamento previsto, percebe-se que, só 116 municípios dos 139, é que executam o mesmo. Com isto, podemos assumir que 116 municípios destinam uma parte do orçamento global para os programas com idosos.

Todavia, não se pode apenas analisar os municípios que executam o orçamento, mas também qual a percentagem de execução que, neste caso, é, em média, 15% do orçamento previsto.

Os municípios com uma maior taxa de execução são Vila Real de Santo António (189,92%), Seixal (178,07%), Grândola (100%), Mesão Frio (98,28%), Vale de Cambra (93,78%) e Tábua (87,75%). Os municípios de Alter do Chão (2,54%), Pova de Varzim (1,48%), Chamusca (0,70%) e Paredes de Coura (0,32%), em média, são os menos cumpridores do que foi previamente estipulado, financeiramente.

Estas estatísticas são muito preocupantes, principalmente, porque metade dos municípios não tem qualquer orçamento destinado, o que pode indicar, provavelmente, a dificuldade em aplicar os programas.

É de ter em conta que, apesar de existirem programas, estes também têm de ser financiados para que possam funcionar. Isto pode indicar que muitos destes programas simplesmente estão escritos no papel, mas não são aplicados e não estão ao dispor da população.

Analisando os objetivos estipulados, pode-se observar que 29 municípios não têm quaisquer objetivos, sendo que 4 municípios não têm objetivos, mas também não têm programas associados.

Contudo, e como é demonstrado no anexo 10 (página 195), os municípios não indicam em todos os programas os objetivos, ou seja, excluindo aqueles que não apresentam qualquer tipo de objetivos, a maioria dos outros municípios não têm todos os programas com objetivos definidos. Com isto, só 87 municípios (31,29%) é que preenchem os objetivos de todos os programas estipulados.

Quando analisamos os indicadores, percebemos que estão estipulados 186 programas com indicadores, mas averiguando quais os municípios que têm os objetivos e indicadores descritos em todos os programas, verifica-se que apenas 9 cumprem os requisitos.

Melhores resultados encontram-se nas metas, em que dos 278 municípios, 505 apresentam metas estipuladas, quase 50%. Porém só 47 municípios é que descrevem as metas de todos os programas que têm.

Se analisar os municípios que apresentam todos os indicadores qualitativos de todos os programas, resume-se a apenas 6, sendo 5 municípios com um programa e o outro com dois

programas. Isto demonstra o fraco empenho das autarquias em criar métodos de análise dos programas sem ser apenas investir dinheiro.

Por muito que um programa necessite de apoio financeiro para ser acionado, também é importante a descrição dos objetivos, indicadores e metas, de forma a poder-se analisar os pontos fortes e fracos dos programas, propor melhorias, como também acompanhar o próprio programa e se este é considerado importante para as pessoas idosas.

Tendo em conta todos os fatores analisados, torna-se difícil criar alguma relação entre os diferentes parâmetros. Como se pode observar, ainda existem bastantes aspetos a melhorar, não só no número de programas, mas também em todos os outros parâmetros.

O anexo 11 (página 203) contém um quadro com todas as variáveis analisadas acima, em que os municípios estão posicionados, por ordem crescente, para se compreender melhor os valores analisados anteriormente. Como por exemplo: Lousada é o município com menor índice de envelhecimento e dependência, Arraiolos tem menor número de programas, Águeda tem uma menor média de orçamento e execução, Arraiolos apresenta um menor número de programas com metas e objetivos, e Abrantes com o menor número de programas com indicadores, ao invés, Oleiros apresenta um maior índice de envelhecimento, Alcoutim um maior índice de dependência, Amadora tem um maior número de programas e número de programas com objetivos, Matosinhos com uma maior média de orçamento, Loures com maior media de execução, Silves e Torres Vedras com maior número de programas com Indicadores e Metas, respetivamente.

Como se pode perceber, não existe nenhum município que esteja na mesma posição em todos os parâmetros, nem em posições próximas. Acontece, em algumas das vezes, nos qualificadores (número de objetivos, indicadores e metas) estarem em posições próximas, bem como nas médias do orçamento e execução. Isto pode indicar que parece não existir uma grande monitorização e empenho para que os programas funcionem totalmente, como também não estão de acordo com as necessidades da população, pois não estão diretamente correlacionadas ao índice de envelhecimento e de dependência.

Paulatinamente, e com o afunilamento da análise, pode-se conjecturar que as autarquias criam programas, não tendo em conta a população que querem abranger, como também, possivelmente, não fazem qualquer tipo de estudo, de forma a averiguar as necessidades das pessoas idosas.

Pela análise, para já realizada, percebe-se que existem diversas lacunas, nomeadamente no número de programas existentes, contrabalançando com a população idosa; o baixo número de orçamentos dados aos programas, a par da baixa percentagem de execução; a pouca quantidade de programas nas diversas áreas, como também a fraca presença de programas em algumas áreas e, por fim, a baixa presença de objetivos, indicadores e metas nos programas apresentados.

Com isto, percebe-se que não existem grandes relações entre os diferentes parâmetros, por exemplo, não se consegue afirmar que o número de programas é proporcional ao índice de envelhecimento, ou que todos os programas têm um orçamento destinado.

No anexo 12 (página 223) é demonstrado os níveis de correlação entre os diversos parâmetros analisados anteriormente, com o intuito de se perceber se, realmente, existe alguma relação entre os índices de envelhecimento/dependência, número de programas, média de orçamento/execução e número de objetivos/indicadores/metras, que não tenham sido revelados nas análises anteriores.

O nível de correlação é interpretado pelo Coeficiente de Correlação de *Pearson*, na qual, divide os valores de correlação em 5 níveis: 0,9 para mais ou para menos indica uma correlação muito forte; 0,7 a 0,9 positivo ou negativo indica uma correlação forte; 0,5 a 0,7 positivo ou negativo indica uma correlação moderada.; 0,3 a 0,5 positivo ou negativo indica uma correlação fraca e, 0 a 0,3 positivo ou negativo indica uma correlação desprezível (Mukaka, 2012).

Tabela 14 Nível de Correlação entre as Variáveis

Relações entre Parâmetros	Valor
Índice de Envelhecimento e Número de Programas	-0,1906
Índice de Dependência e Número de Programas	-0,17129
Média de Orçamento e Número de Programas	0,081698
Média de Execução e Número de Programas	-0,00076
Número de Programas com Objetivos e Número de Programas	0,862349
Número de Programas com Indicadores e Número de Programas	0,521341
Número de Programas com Metas e Número de Programas	0,764457

Em termos destas relações, como se pode observar na tabela 15, não existe um grande índice de correlação entre o índice de envelhecimento e o número de programas e o índice de

dependência e o número de programas. Isto pode indicar que apesar do índice de envelhecimento e dependência serem altos, o número de programas não poderá estar ajustado às necessidades.

Pormenorizando, na tentativa de encontrar alguma área que possa estar mais relacionada com os índices, pode-se concluir que não há nenhuma que seja evidenciada. Todas as áreas apresentam baixas taxas de relação entre os dois tipos de índice, o que se pode concluir, mais uma vez, que não existe a procura de multidiversidade de programas, nem mesmo a sua criação, para poder abranger toda a população idosa.

Noutro nível de análise, tentou-se evidenciar o grau de correlação entre as médias de orçamento/execução e o número de programas, que se comprovou que não existe qualquer tipo de relação.

Contudo não se pode afirmar o mesmo nas relações entre o número de objetivos/indicadores/metastas e o número de programas, pois, apesar de não serem relações muito fortes, já são valores maiores.

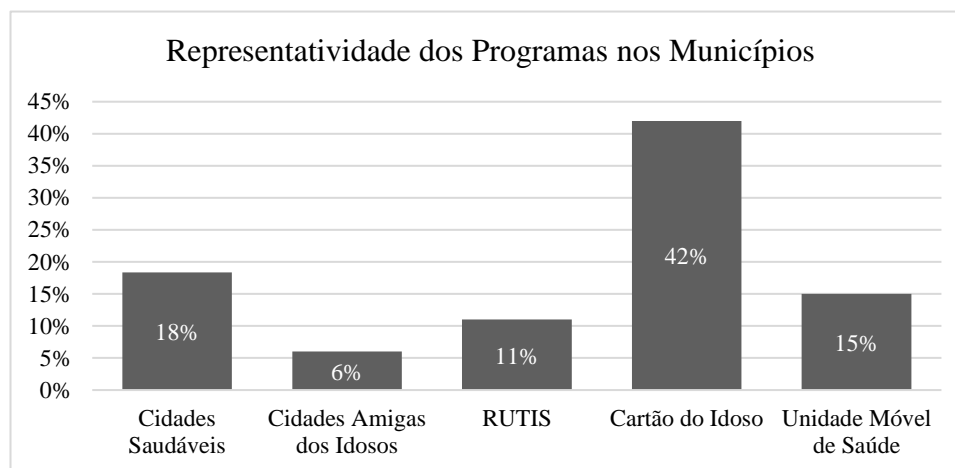
Embora se tenha afirmado que nem todos os programas apresentam os objetivos, existe uma correlação muito forte entre eles (0,86), sendo mais evidente na área 1 (Promoção da Capacidade Física e Mental e das Redes Sociais) e área 3 (Combate ao Ageism). Os indicadores têm um nível de correlação com os programas de 0,52 – correlação moderada – à qual as áreas mais evidentes são a área 5 (Eliminação de Comportamentos de Risco) e a área 3 (Combate ao Ageism). O número de metas tem uma correlação de 0,76 – correlação forte – sendo as mais fortes as áreas 1 (Promoção da Capacidade Física e Mental e das Redes Sociais) e 3 (Combate ao Ageism).

Ainda que toda a análise anterior seja importante, não se pode descurar a análise aos parceiros dos diferentes programas, pois, são estes que muitas vezes fornecem o apoio financeiro e de participantes, para que o programa funcione. Tendo em conta o anexo 13 (página 225), existem 6 municípios com parceiros em todos os seus programas, nomeadamente, Alcobaça, Chaves, Moura, Peso da Régua, Nelas e Sesimbra. Este fraco investimento em parcerias é apoiado pelos 19% de programas que apresentam parceiros (65 municípios com parceiros nos programas).

Numa análise aos programas assinalados no ponto 5 (Cidades Saudáveis, Cidades Amigas dos Idoso, RUTIS, Cartão do Idoso e Unidade Móvel de Saúde) (anexo 14 - página

233), segundo a tabela 16, constatasse que muitos municípios ainda não aderiram a este tipo de programas, excepcionando o Cartão do Idoso.

Tabela 15 Presença dos Programas em Portugal



As Cidades Amigas dos Idosos é o programa com menor presença, com apenas 6%, o que está de acordo com as perspetivas analisadas no ponto 5.3.2, pois Portugal apresenta uma baixa taxa de aplicação.

Contrariando as estatísticas mais baixas, o Cartão do Idoso é aquele que está presente em quase metade dos municípios, o que pode ser explicado pela maior facilidade em aplicar.

As Unidades Móveis de Saúde são algo muito útil para os idosos, pois é o grupo populacional com maior dificuldade na deslocação para outros lugares mais longínquos. Nesta análise vemos que não apresenta grande expressão, dificultando a vida destas pessoas, como por exemplo, na aquisição de medicamentos essenciais para a sua vida e para os rastreios atempados das doenças que possam ter.

Estas estatísticas mostram que, apesar de existirem programas, a nível nacional e internacional, para criar um melhor envelhecimento e para que as pessoas tenham uma melhor qualidade de vida, muitos municípios acabam por simplesmente aplicar o Cartão do Idoso e criarem os seus próprios programas, regendo-se pelas suas regras.

BOA GOVERNAÇÃO MUNICIPAL

A boa governação dos municípios tem como base uma boa gestão financeira, política e de recursos humanos, de acordo com as reais necessidades das pessoas. Para tal é necessário cumprir certos tipos de parâmetros de acordo com os diferentes organismos mundiais: Nações Unidas, Banco Mundial e Conselho Europeu.

Como observado na primeira parte da dissertação, apesar de estes três organismos terem critérios diferentes, apresentam em comum os critérios da transparência/prestação de contas, responsabilidade e inclusão/participação. Neste caso, os critérios podem ser traduzidos pela presença, em todos os programas apresentados pelo município, do orçamento, execução, objetivos, indicadores e metas.

A tabela presente no anexo 15 (página 241) compila o número de programas, orçamentos, execuções, objetivos, indicadores e metas descritas, nos municípios portugueses, contudo, pelo que se pode verificar, não existe nenhuma que tenha, em 100% todos os parâmetros preenchidos, de acordo com o número de programas existentes.

A este facto acrescenta-se a baixa média de 35,88% dos parâmetros que estão preenchidos, revelando a pouca aposta na melhoria da gestão deste tipo de programas. Todavia, se analisar, mais pormenorizadamente, constata-se que 15 municípios, excluindo os 4 que não apresentam programas, não tem qualquer tipo de informação referente aos programas que apresentam.

A maior percentagem de parâmetros preenchidos é de apenas 80%, presentes nos municípios de Avis, Estarreja, Redondo, Sesimbra e Tábua.

Com base nesta análise, não se consegue afirmar que exista um município modelo/exemplo, que tenha resultados equiparados em todos os parâmetros analisados. Assim, apesar de alguns municípios terem uma maior atenção com alguns dos parâmetros esquecem-se de outros. Tendo como base o preenchimento destes parâmetros, e apenas nesta perspetiva, não se pode afirmar que exista uma boa governação local.

8. Discussão

Portugal é um país pequeno, mas apresenta muitas realidades de norte a sul. Os resultados apresentados anteriormente são a prova disso, mostrando autarquias com melhores desempenhos e outras que ainda estão aquém das expectativas.

Com a análise centrada em atividades destinadas unicamente para idosos e financiadas pelas autarquias, não recorrendo a fundos europeus, consegue-se perceber que a maioria das autarquias desenvolve entre 2 a 4 iniciativas destinadas à população idosa.

Os programas estão mais centrados na área 1 (Promoção da Capacidade Física e Mental e das Redes Sociais), a área 3 (Combate ao Ageism) e a área 6 (Atividades Lúdica-Recreativas) que agregam atividades de hidroginástica, universidades séniores, cartão sénior (presente em 42% dos municípios) e passeios séniores.

Em contrapartida, a área com menos programas associados é a área 2 (Promoção de Comportamentos Saudáveis). A esta estão associadas as unidades móveis de saúde, este é apoiado pela baixa percentagem de autarquias com essas mesmas unidades (15%).

As áreas com mais programas com orçamento são a área 3 (Combate ao Ageism) e a área 6 (Atividades Lúdica-Recreativas); contudo é a área 4 (Acomodação e Ordenamento do Território) e a área 1 que apresentam uma média orçamental maior. Por outro lado, as áreas que apresentam menos programas com orçamento são a área 4 (mas com elevado orçamento, muito associado aos elevados custos em adaptar o ambiente às necessidades dos idosos) e a área 2 (Promoção dos Comportamentos Saudáveis); ao invés são a área 3 (mas com elevado número de programas com orçamento, muito provavelmente por ajuda da rede RUTIS e por muito dos recursos humanos serem voluntários) e área 2, que apresentam menores valores orçamentais, médios.

Na percentagem de execução, encontramos uma tendência próxima, sendo as áreas 5 e 6 as que apresentam mais programas com execução, como também são as que têm uma maior média de execução. É de notar que esta última área (6) tem uma execução de 131%, ou seja, ultrapassa o orçamento. Esta taxa de execução superior a 100% pode estar relacionada com a procura crescente da população idosa às atividades lúdicas como os passeios e convívio, sendo difícil para as autarquias prever, em termos orçamentais, o valor a afetar num determinado período para essas atividades e depois a consequente necessidade de, no período em causa, afetar mais recursos. Por seu turno, as áreas que apresentam programas com menos taxas de

execução são as mesmas que apresentam menos programas com orçamento, ou seja, a área 4 e a área 2, como também têm uma menor média de taxa de execução.

Relativamente aos objetivos definidos, metas identificadas e indicadores de acompanhamento associados, identifica-se uma presença maior de programas com objetivos definidos, do que os programas com metas e/ou indicadores. Relativamente aos programas que apresentam objetivos definidos, destaca-se a área 4 (Acomodação e Ordenamento do Território) e a área 1 (Promoção da Capacidade Física e Mental e das Redes Sociais), nos indicadores de acompanhamento, as áreas destacadas são a área 4 e a área 3 (Combate ao Ageism) e, as áreas com uma maior número de programas com metas são a área 3 e a área 4. O que permite compreender que estas últimas áreas têm os programas mais orientados para os parâmetros da boa governação local (cidades amigas dos idosos, cartão dos idosos, entre outras)

Ao invés as áreas que apresentam um menor número de programas neste tipo de parâmetros são a área 5 (Eliminação de Comportamentos de Risco) e a área 6 (Atividades Lúdica-Recreativas). Estas duas áreas estão presentes no limiar inferior dos programas com objetivos, metas e indicadores, que, presumivelmente, devido à grande maioria serem passeios e não terem estes parâmetros definidos, pois pode ser associado simplesmente ao convívio.

Numa outra perspetiva de boa governação local, mais focada nos parâmetros disponibilizados para cada um dos programas (orçamento atribuído, taxa de execução, objetivos explícitos, metas identificadas e indicadores de acompanhamento associados), verifica-se que, quer os distritos, quer os municípios apresentam uma discrepância de resultados, pois existem autarquias com grande número de programas, mas não têm os outros parâmetros preenchidos (orçamento, execução, indicadores, objetivos, metas e indicadores). A média de preenchimento de parâmetros, por município, é de 35,88%, não existindo nenhum com todos eles preenchidos.

Os municípios com maior percentagem de parâmetros preenchidos (80%) são os de Avis, Estarreja, Redondo, Sesimbra e Tábua. No outro extremo, existem 14 municípios que, apesar de terem programas, não têm qualquer parâmetro preenchido (Alcobaça, Aveiro, Campo Maior, Covilhã, Lamego, Mirandela, Montalegre, Murça, Murtosa, Nazaré, Penamacor, Sátão, Vila Nova da Cerveira e Vimioso).

Com base nestes resultados e tendo, por referência conceptual, os princípios de bom governo local, constatamos que ainda existe uma margem de trabalho significativa por parte das autarquias no sentido de melhorarem o preenchimento dos itens indicados e da

disponibilização desses elementos nos seus sítios (sites), uma vez que apesar de existirem áreas bem trabalhadas, outras ficam aquém do esperado. O preenchimento de todos os parâmetros é essencial quer para o bom funcionamento do programa (porque permite que exista um maior controlo e acompanhamento, por parte das autarquias, relativamente ao programa esteja sempre de acordo com o pensado e delineado) quer para questões relacionadas com a transparência e a prestação de contas/responsabilização.

Para que exista boa governação local é necessário que exista transparência, prestação de contas, responsabilidade, participação, entre outros critérios, mas sem a presença de parâmetros, como os analisados neste trabalho, torna-se difícil afirmar que exista boa governação nas autarquias.

Como corolário do trabalho realizado parece-nos que as autarquias ainda têm um caminho a percorrer no sentido de atingirem melhores desempenhos ao nível da boa governação local em programas ligados ao envelhecimento ativo e saudável.

Embora o índice de dependência das autarquias possa dificultar a criação e adesão aos programas é necessário que, antes da sua criação, seja feito um estudo prévio das necessidades da população idosa, dos seus interesses e expectativas para desenho dos programas futuros a desenvolver. Por exemplo, antes de se anunciar ou lançar um programa poder-se-ia envolver a comunidade perguntando às pessoas quais são as expectativas sobre o programas e ideias para outro tipo de iniciativas, que podiam ir ao encontro das preferências e necessidades da população idosa.

De outra forma, também nos parece que é necessário que as autarquias programem antecipadamente a formação dos seus recursos técnicos para o desenvolvimento de novas competências, promovendo a sua capacitação, e a respetiva sensibilização para a importância da transparência de informação para toda a população e do seu envolvimento no desenho dos respetivos programas. Desta forma, ao aproximar as iniciativas daquilo que são as expectativas e necessidades do seu público alvo maximiza-se a probabilidade de obter melhores resultados e um controlo e monitorização mais preciso dos programas, dos seus objetivos, das metas traçadas e dos resultados esperados.

Esta abordagem permite criar, nos quadros técnicos da autarquia, a sensibilização para a necessidade e a importância de descrever todos os parâmetros e o seu efetivo preenchimento. Os resultados desta abordagem possibilitam um maior controlo dos programas (com descrição dos parâmetros enunciados), promovendo o sucesso e a concretização dos mesmos.

Outro fator a ter em conta, é o carácter de obrigatoriedade para apresentar estes parâmetros nos relatórios de atividades dos municípios, acrescentando ao pequeno resumo da descrição do programa.

Em suma, averigua-se que não existem qualquer tipo de ligações entre os parâmetros e iniciativas de cada município. Observa-se que há autarquias que procuram a melhoria dos seus resultados, estabelecendo todos os parâmetros para que os programas decorram como delineado, porém existem outras que ainda não conseguem demonstrar esses resultados.

De forma genérica, é necessária uma maior aposta na divulgação de informação dos programas, desde a parte financeira (orçamento e execução) até aos seus objetivos e metas, não esquecendo dos indicadores de acompanhamento, essenciais para perceber se o programa está a ser bem desenvolvido.

CONCLUSÕES

Muitas organizações e instituições nacionais e internacionais têm, cada vez mais, falado da necessidade de criar sistemas e políticas que melhorem a qualidade de vida das pessoas idosas, criar mecanismos de apoio lúdico, aprendizagem e de suporte, produzir ideias que permitam que as pessoas idosas sejam ativas na sociedade, mesmo depois da reforma. Contudo, muitas vezes, ou ficam-se simplesmente pelas ideias, ou elaboram-se programas sem o acompanhamento necessário.

Com o crescente aumento do número de idosos há uma crescente preocupação no seu papel para a sociedade e como se pode integrá-los de novo. Emerge a necessidade de criar programas lúdicos e de aprendizagem importantes e integradores.

Tendo em conta os resultados obtidos, pensamos que podem ser dados passos ainda maiores em relação a atividades e dinâmicas integradoras dos idosos nos nossos municípios. A grande aposta acaba sempre por ser os serviços de institucionalização ao invés de se apostar em serviços domiciliários, que permitam que os idosos possam participar nas atividades que despertam um maior interesse.

De acordo com a análise efetuada percebe-se que as autarquias ainda têm muito trabalho pela frente. Não se pode simplesmente criar um programa, sem haver um estudo prévio da população que se quer trabalhar, perceber os seus interesses, para que depois se possa desenhar e implementar o programa. Neste processo é fulcral criar parâmetros indicadores de qualidade e de manutenção, para que, mais facilmente, se consiga encontrar qual o problema do programa e se possa corrigi-lo. Esta abordagem é também um imperativo para a boa governação local e a difusão de boas práticas associadas a estes programas.

Olhar para as boas práticas nacionais e internacionais, aplicá-las nos nossos municípios, investir em recursos humanos e financeiros e na sua formação, e disponibilizar recursos financeiros são essenciais para que estes programas possam “sair do papel” e funcionar no interesse das pessoas.

Este trabalho apresenta algumas limitações que condicionaram o trabalho desenvolvido. A primeira dessas limitações está relacionada com a obtenção dos dados necessários para a análise.

Para obter os dados dos programas foi realizado um inquérito, por correio eletrónico, às autarquias, mas, devido ao número baixo de respostas, os dados necessários para o estudo

tiveram de ser obtidos por consulta nos *sites* autárquicos, o que ter dificultado a identificação de outros tipos de programas, uma vez que pode não ser uma prática comum colocar todos esses dados nessa plataforma.

A segunda limitação está relacionada com o tempo. Por um lado, o tempo perdido com a primeira abordagem para a obtenção dos dados pretendidos (o inquérito com uma baixa taxa de respostas). Por outro lado, o tempo necessário para construir a base de dados com todos os elementos necessários onde foram despendidas muitas horas a consultar os *sites* das autarquias e posteriormente a codificar e a inserir esses dados na base de dados. Por último, o pouco tempo que restou (não se coadunando com os prazos de entrega estipulados) para uma análise mais aprofundada para além da análise exploratória.

A última limitação, que pode ser superada em estudos futuros, prende-se com o facto de este trabalho ter como base apenas uma análise exploratória com estatísticas descritivas, em que se procurou olhar para algumas correlações entre variáveis. No entanto, o trabalho criou uma base de dados rica em variáveis que, com mais tempo, pode dar origem a outro tipo de análises mais profundas. O esqueleto da base está pronto, pode ser preenchido com mais dados de outras fontes e ser atualizado.

Apesar destas limitações pensamos que podem ser deixadas algumas recomendações que podem melhorar a boa governação local. Por um lado, uma maior aposta na formação de técnicos dotando-os das competências necessárias para o preenchimento dos parâmetros analisados associados aos programas e da sensibilização para a importância destas tarefas no sentido da transparência e da melhoria dos princípios e das práticas da boa governação local. Por outro lado, uma ligação mais intensa às associações locais, às associações de municípios e às comunidades intermunicipais que, pelo seu foco, podem ajudar quer na capacitação dos técnicos das autarquias (através de programas e de financiamento orientados para essa área) quer na divulgação das atividades que as autarquias desenvolvem. Esta visão focada na boa governação local, e uma maior publicidade de todos os projetos, com a maior partilha de dados e informação, permite chegar mais facilmente a todos os interessados e ir de encontro às suas necessidades.

Este trabalho, na nossa perspetiva, é um primeiro contributo para a temática do envelhecimento ativo e saudável, nas autarquias portuguesas e na prática da boa governação local, associadas aos programas relacionados com esta temática. Conforme mencionado, a base de dados construída podem ser adicionadas outras variáveis e atualizado o seu contributo para análises mais aprofundadas.

Pro exemplo, seria importante analisar a evolução do orçamento e a sua execução, como também analisar os programas por ARS de forma a perceber se estes influenciam algumas das variáveis, ou até mesmo perceber se alguns dos programas estão associados a linhas de financiamento (nacionais ou internacionais) que obrigam, pela sua natureza, ao preenchimento dos parâmetros que analisámos neste trabalho (e que podem explicar, em parte, alguns dos resultados obtidos).

É de frisar a necessidade de criar sinergias e dinâmicas de cooperação entre instituições e programas, para que trabalhem em conjunto, isto é, na mesma linha condutora, para ir ao encontro das necessidades e interesses das pessoas idosas.

Com isto, é cada vez mais importante desenvolver políticas e medidas transversais e estratégias multidisciplinares, flexíveis e de proximidade, para que as pessoas tenham um estilo de vida saudável e ativo, de forma, a prolongarem, ao máximo, a qualidade de vida e a aumentarem/manterem a capacidade funcional delas.

Referências Bibliográficas

- Ageing@Coimbra. (2018). Quem Somos? Retrieved February 17, 2019, from <https://www.ageingcoimbra.pt/#/sobre>
- Alaphilippe, D., & Bailly, N. (2014). *Psicologia no Adulto Idoso*. PIAGET.
- APAV. (2014). Direitos da Pessoa Idosa. Retrieved February 9, 2019, from <https://apav.pt/idosos/index.php/direitos-da-pessoa-idosa>
- Apoio, O. P., & Dão, C. (2012). ACADEMIA MILITAR em Santa Comba Dão.
- Araújo, J. F. F. E. de. (2003). A Governação Local e os Novos Desafios. *Forum de Gestão e Administração Pública*, 1–10.
- Assembleia da República. (2013). artigo 33º da Lei n.º 75/2013. *Diário Da República*, 176(Série I). Retrieved from <https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/500023/details/maximized>
- Bárrios, M. J. B. (2017). *Políticas de Envelhecimento ao Nível Local - Análise e Avaliação de Programas a partir do Paradigma de Envelhecimento Ativo*. Universidade de Lisboa.
- Bilhim, J. (2004). *A Governação nas Autarquias Locais*. Porto: SPI – Sociedade Portuguesa de Inovação.
- Carstensen, L. L., & Baltes, M. M. (1996). *The Process of Successful Ageing. Ageing and Socie*. Cambridge University Press. <https://doi.org/188.81.149.156>
- Carta Social. (2016). Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais (PARES).
- Carvalho, M., & Almeida, M. (2014). *Contributo para o desenvolvimento de um modelo de proteção social na velhice em Portugal*. Retrieved from http://www.app.com.pt/wp-content/uploads/2014/07/Artigo_Contributo-para-o-desenvolvimento-de-um-modelo-de-proteção-social-na-velhice-em-Portugal_MªIC-e-MJA.pdf
- Centro Nacional de Pensões. (2019). *Guia Prático – Complemento Solidário para Idosos (8002 –V4.32)*.
- CM Tondela. (2018). Centro Municipal de Marcha e Corrida. Retrieved February 18, 2019, from <http://www.cm-tondela.pt/index.php/servicos/desporto/programa-saude-em-dia/centro-municipal-de-marcha-e-corrída>
- Comissão da Prevenção da Doença e Promoção do Envelhecimento Saudável. (2002). *Active Ageing: A Policy Framework*. Retrieved from http://whqlibdoc.who.int/hq/2002/WHO_NMH_NPH_02.8.pdf
- Conselho de Ministros. (2016). Resolução do Conselho de Ministros n.º 76/2016. *Diário Da República*, 1º série(229), 4232.
- Conselho Europeu. (1990). Carta Europeia de Autonomia Local. *Diário Da República*, 1º série(245), 4344–4351.
- Conselho Europeu. (2018). 12 Principles of Good Governance and European Label of Governance Excellence (ELoGE). Retrieved May 5, 2019, from <https://www.coe.int/en/web/good-governance/12-principles-and-elope#%7B%2225565951%22:%5B%7D>
- Constituição da República Portuguesa. (1976). Artigo 241º (Poder Regulamentar). *Diário Da República*, 86(Série I). Retrieved from <https://dre.pt/web/guest/legislacao-consolidada/-/lc/337/201901032119/128234/diploma/indice>
- Constituição Republica Portuguesa. Artigo 72.º (Terceira idade), 86 Diário da República §

- (1976). Retrieved from <https://dre.pt/web/guest/legislacao-consolidada/-/lc/337/201902092038/128036/diploma/indice>
- Costa, A. S. da. (2017). *Estratégia Nacional para o Envelhecimento Ativo e Saudável - 2017-2025 - Proposta do Grupo de Trabalho Interministerial (Despacho n.º12427/2016)*. Lisboa.
- Departamento de Desenvolvimento Social. (2012). *Queremos falar-lhe dos Direitos das Pessoas Idosas*.
- Departamento de Desenvolvimento Social e Programas. (2017). *Guia Prático – Sistema de Atribuição de Produtos de Apoio (SAPA) (N63 V4.03)*.
- Departamento de Economia e Segurança Social. (2017). *World Population Prospects: The 2017 Revision, Key Findings and Advance Tables* (No. ESA/P/WP/248.). Nova Iorque.
- DGAL. (2014). Missão e Atribuições. Retrieved July 23, 2019, from <http://www.portalautarquico.dgal.gov.pt/pt-PT/dgal/quem-somos/#searchTabs2>
- Dias, A. C. da G. (2015). *Governança Autárquica: Desafios e Oportunidades*. Universidade de Coimbra.
- Direção Geral de Saúde. (2015). *Plano Nacional de Saúde - Revisão e Extensão a 2020*.
- Dodgson, R., Lee, K., & Drager, N. (2002). *Global Health Governance: a Conceptual Review*.
- EuroHealthNet. (2016). EuroHealthNet & Healthy Ageing. Retrieved December 18, 2018, from <http://www.healthyageing.eu/projects>
- Gabinete de Estratégia e Planeamento. (2016). *Carta Social - Rede de Serviços e Equipamentos*. <https://doi.org/10.1017/CBO9781107415324.004>
- George, F. (2012). Causas de Morte em Portugal e Desafios na Prevenção. *Acta Medica Portuguesa*, 25(2), 61–63.
- Gouveia, L. B. (2009). *Modelos de Governança na Sociedade da Informação e do Conhecimento*.
- Guarda Nacional Republicana. (2019). Operação Censos Sénior 2018 - Balanço. Retrieved April 24, 2019, from <http://www.gnr.pt/noticias.aspx?linha=10519>
- Instituto Nacional de Estatísticas. (2017). Índice de Envelhecimento. Retrieved February 4, 2019, from https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0009095&contexto=bd&selTab=tab2
- Instituto Nacional de Estatísticas. (2018a). Índice de dependência de idosos (N.º) por Local de residência (NUTS - 2013). Retrieved July 3, 2019, from <http://www.ine.pt>
- Instituto Nacional de Estatísticas. (2018b). Índice de envelhecimento (N.º) por Local de residência (NUTS - 2013). Retrieved June 29, 2019, from <http://www.ine.pt>
- Instituto Nacional de Estatísticas. (2018c). População residente (N.º) com mais de 65 anos por Local de residência (NUTS - 2013). Retrieved July 13, 2019, from <http://www.ine.pt>
- Instituto Nacional de Estatísticas. (2018d). População residente (N.º) por Local de residência (NUTS - 2013). Retrieved July 3, 2019, from <http://www.ine.pt>
- Instituto Nacional de Saúde. (2014). Publicação “Envelhecimento e Violência.” Retrieved February 17, 2019, from <http://www.insa.min-saude.pt/publicacao-envelhecimento-e-violencia/>
- Ministério da Saúde. (2003). Decreto-Lei n.º 281/2003 de 8 de Novembro. *Diário Da República, 1ª série*(Nº259), 7497–7499.

- Ministério da Saúde. (2010). Portaria n.º 1319/2010 de 28 de Dezembro. *Diário Da República*, 1.ª série(N.º 250), 5963–5964.
- Ministério da Saúde. (2015). Decreto-Lei n.º 239/2015 de 14 de outubro. *Diário Da República*, 1.ª série(N.º201), 8957–8958. Retrieved from https://dre.pt/home/-/dre/70686133/details/maximized?p_auth=qOxNm5UX
- Ministério da Solidariedade e da Segurança Social. (2012). Portaria n.º 67/2012 de 21 de março. *Diário Da República*, 58(1), 1324–1329.
- Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social. (2005). Decreto-Lei n.º 232/2005 de 29 de Dezembro. *Diário Da República*, I Série-A(N. 249), 7319–7323.
- Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social. (2009). Decreto-Lei n.º 93/2009 de 16 de Abril. *Diário Da República*, 1.ª série(N.º 74), 2275–2276.
- Ministério Público. (n.d.). *Princípios das Nações Unidas para as Pessoas Idosas*. Lisboa.
- Ministérios das Finanças e da Solidariedade e da Segurança Social. (2012). Portaria n.º 428/2012 de 31 de dezembro. *Diário Da República*, 1.ª série(N.º 252), 7321.
- Mukaka, M. (2012). A guide to appropriate use of Correlation coefficient in medical research. *Malawi Med Journal*, 24(3), 69–71. Retrieved from <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3576830/>
- Neri, A. L. (2006). O legado de Paul B. Baltes à Psicologia do Desenvolvimento e do Envelhecimento. *Temas Em Psicologia*, 14(1), 17–34. Retrieved from http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2006000100005
- OCDE. (2018). Elderly population.
- Organização Mundial da Saúde. (2008). *Guia Global : Cidade Amiga do Idoso*.
- Organização Mundial da Saúde. (2017). What is Healthy Ageing? Retrieved October 10, 2018, from <http://www.who.int/ageing/healthy-ageing/en/>
- Organização Mundial da Saúde. (2018). *The Global Network for Age-friendly Cities and Communities*.
- Polícia de Segurança Pública. (2019). PROGRAMA ESTOU AQUI ADULTOS! Retrieved July 4, 2019, from <https://estouaquiadultos.mai.gov.pt/Pages/Home.htm>
- PORDATA. (2018). Anos de vida saudável aos 65 anos: por sexo. Retrieved February 5, 2019, from <https://www.pordata.pt/Europa/Anos+de+vida+saudável+aos+65+anos+por+sexo-1590>
- Porto Editora. (2003). Descentralização. Retrieved July 19, 2019, from <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/descentralização>
- Porto4Ageing. (2018). Quem Somos. Retrieved February 18, 2019, from <https://www.porto4ageing.up.pt/quem-somos.php>
- Raposo, V. M. dos R. (2007). *Governança hospitalar*. Universidade de Coimbra.
- Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis. (2019). Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis. Retrieved February 24, 2019, from <http://redemunicipiossaudaveis.com/index.php/pt/apresentacao/rpms#c>
- Ribeiro, Ó., & Paúl, C. (2011). *Manual do Envelhecimento Ativo*. LIDEL.
- RUTIS. (2017). RUTIS - A Rede que une as Universidades Sêniores. Retrieved March 16, 2019, from <http://www.rutis.pt/paginas/1/quem-somos/#quemsomos>

- Segurança Social. (2006). *Respostas Sociais - Nomenclaturas/Conceitos* (Direção Ge). Lisboa.
- Segurança Social. (2017a). Programa Conforto Habitacional para Pessoas Idosas (PCHI).
- Segurança Social. (2017b). Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI).
- Serviço Nacional de Saúde. (2016). Comparticipação de medicamentos. Retrieved April 26, 2019, from <https://www.sns.gov.pt/sns-saude-mais/medicamentos/>
- Soeiro, M. dos A. (2010). *Envelhecimento Português: Desafios Contemporâneos - Políticas e Programas Sociais (Estudo Caso)*.
- Tavares, A., & Sousa, L. de. (2018). *Qualidade da governação local em Portugal* (Fundação F). Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- The Swedish National Institute of Public Health. (2007). *Healthy Ageing: A Challenge for Europe (A Short Version)*.
- The World Bank. (2013). *Better Governance for Development in the Middle East and North Africa*.
- United Nations Development Programme. (2014). *Governance for Sustainable Development - Integrating Governance in the Post-2015 Development Framework*.
- World Health Organization. (2012). *Governance for Health in the 21st Century*. (D. Breuer, Ed.). WHO Regional Office for Europe.
- World Health Organization. (2017a). *10 Priorities Towards a Decade of Healthy Ageing*. (Department of Ageing and Life Course, Ed.).
- World Health Organization. (2017b). *Global strategy and action plan on ageing and health*. Geneva.

ANEXOS/APÊNDICE

PRINCÍPIOS DAS NAÇÕES UNIDAS PARA AS PESSOAS IDOSAS

Independência

1. Os idosos devem ter acesso a alimentação, água, alojamento, vestuário e cuidados de saúde adequados, através da garantia de rendimentos, do apoio familiar e comunitário e da autoajuda.
2. Os idosos devem ter a possibilidade de trabalhar ou de ter acesso a outras fontes de rendimento.
3. Os idosos devem ter a possibilidade de participar na decisão que determina quando e a que ritmo tem lugar a retirada da vida ativa.
4. Os idosos devem ter acesso a programas adequados de educação e formação.
5. Os idosos devem ter a possibilidade de viver em ambientes que sejam seguros e adaptáveis às suas preferências pessoais e capacidades em transformação.
6. Os idosos devem ter a possibilidade de residir no seu domicílio tanto tempo quanto possível.

Participação

7. Os idosos devem permanecer integrados na sociedade, participar ativamente na formulação e execução de políticas que afetem diretamente o seu bem-estar e partilhar os seus conhecimentos e aptidões com as gerações mais jovens.
8. Os idosos devem ter a possibilidade de procurar e desenvolver oportunidades para prestar serviços à comunidade e para trabalhar como voluntários em tarefas adequadas aos seus interesses e capacidades.
9. Os idosos devem ter a possibilidade de constituir movimentos ou associações de idosos.

Assistência

10. Os idosos devem beneficiar dos cuidados e da proteção da família e da comunidade em conformidade com o sistema de valores culturais de cada sociedade.

11. Os idosos devem ter acesso a cuidados de saúde que os ajudem a manter ou a readquirir um nível ótimo de bem-estar físico, mental e emocional e que previnam ou atrasem o surgimento de doenças.

12. Os idosos devem ter acesso a serviços sociais e jurídicos que reforcem a respetiva autonomia, proteção e assistência.

13. Os idosos devem ter a possibilidade de utilizar meios adequados de assistência em meio institucional que lhes proporcionem proteção, reabilitação e estimulação social e mental numa atmosfera humana e segura.

14. Os idosos devem ter a possibilidade de gozar os direitos humanos e liberdades fundamentais quando residam em qualquer lar ou instituição de assistência ou tratamento, incluindo a garantia do pleno respeito da sua dignidade, convicções, necessidades e privacidade e do direito de tomar decisões acerca do seu cuidado e da qualidade das suas vidas.

Realização Pessoal

15. Os idosos devem ter a possibilidade de procurar oportunidades com vista ao pleno desenvolvimento do seu potencial.

16. Os idosos devem ter acesso aos recursos educativos, culturais, espirituais e recreativos da sociedade.

Dignidade

17. Os idosos devem ter a possibilidade de viver com dignidade e segurança, sem serem explorados ou maltratados física ou mentalmente.

18. Os idosos devem ser tratados de forma justa, independentemente da sua idade, género, origem racial ou étnica, deficiência ou outra condição, e ser valorizados independentemente da sua contribuição económica.

ANEXO 2 – Programas, por Área de Atuação, dos Municípios pertencentes às Cidades Saudáveis

Municípios	Projetos
Área de Atuação	
Promoção do Bem-Estar Físico e Mental	
Alfândega da Fé	Apoio Psicológico aos Idosos
	Psicomotricidade/Desporto Sénior
	Dia Mundial da Alimentação
	Universidade Sénior
	Unidade Móvel de Saúde
	Gabinete de Enfermagem
Almodôvar	Universidade Sénior de Almodôvar
Alvito	Universidade Sénior
Amadora	Academia Sénior - Proteção Civil Amadora
	Amasénior – Apoio alimentar
	Georreferenciação de Idosos
	Gerações Solidárias
	Oficina Multiserviços
	II Plano Gerontológico da Amadora
	STAPA – Sistema Telefónico de Assistência Permanente da Amadora
	Boccia Para Todos
Azambuja	Programa Atividade Física para Todos (PAFT)
	UTICA – Universidade de Terceira Idade do Concelho de Azambuja
	PAFT-Maiores de 55 anos
Barrancos	Escola de Natação
Barreiro	Programa Mexe com a Idade
	Universidade da Terceira Idade do Barreiro
Beja	Myoga
	Viver com Alma Criativa
	Ginástica Sénior

Municípios	Projetos
Bragança	Percursos Pedestres Rurais
	Hidro Sénior e Maratona de Hidroginástica
Castro Marim	Ao Ritmo dos 60...
	Universidade dos Tempos Livres
Coimbra	Compromisso com o Desporto Social - Atividade Física 3ª Idade
Figueira da Foz	Plano Sénior
	Programa Municipal Qualidade de Vida
	Projeto Saúde Sénior – Prevenção e Controle da Diabetes
Golegã	HidroSénior Santa Casa da Misericórdia
	Teleassistência
	Mais Lezíria
	Passeios da 3.ª Idade e Reformados
Guarda	Academia da Memória
	II Ciclo de Tertúlias: “Conversa fiada, velhice adiada”
	Programa Guarda +65
Lagoa	Hidroginástica Sénior
	Hidroginástica alunos viva+
	Hidroterapia
	Utilização livre Sénior
Lisboa	Operação S.Ó.S Lisboa
Loures	Programa Saber Envelhecer
	Projeto Despertares
Lousã	Lousã a Mexer +
Miranda do Corvo	Semana “Miranda Sénior”
	Miranda Sénior
Monchique	Academia Sénior Monchique
	Desporto Sénior
	Monchique Solidário – Idosos em Movimento
	Mês Sénior
Monção	Universidade Sénior de Monção
Montijo	Programa Local de Envelhecimento Ativo

Municípios	Projetos
Odemira	Cartão Social Municipal
	Viver Ativo
Odivelas	SeniorMed
	Artes da Saúde
Oeiras	Atividade Física 55+
	Seniores em Segurança
	Cartão 65+
	Café Memória de Oeiras
Palmela	Loja Móvel do Cidadão
	Clique sem Idade
	50+- Programa de Exercício
	Outubro Maior – Mês das pessoas idosas
	Cartão Municipal IDADE MAIOR
Portimão	Centro de Convívio Sénior de Portimão
	Exercício e Saúde
Seixal	Projeto de Desporto Sénior - Programa Continuar
	“Avós contem-me uma história”
	Projeto Municipal de Teatro Sénior (Des)dramatizar
Serpa	Jornadas Sénior
	Projeto de Saúde e Bem-estar: Ciclo de Palestras de Saúde e Bem-estar e À conversa com...
	Gente em Movimento... Saberes e Sabores
	Gente em Movimento
Sesimbra	Sempre a mexer para não Envelhecer
Setúbal	Comemorações do Dia Internacional das Pessoas Idosas
	Comemorações dos Santos Populares
	Dança Sénior
	Desportivamente em (Re)Forma
	“Ateliês de Verão”
	Mais Saber
Outros Filmes Outras Épocas - Ciclos de Cinema Sénior	

Municípios	Projetos
	Piquenição Concelhio Por detrás de....
Soure	Programa Tele - Assistência a Idosos Movimento por um Sorriso
Tábua	Movimento Sénior e Onda Sénior
Torres Vedras	Mexa-se para a Vida – Desporto Sénior Clube Sénior Idosos Saudáveis e Ativos
Valongo	Programa de Ação Sénior - PAS
Viana do Alentejo	Clube de Saúde Sénior Envelhecer com Qualidade PAF65 – Projeto de Atividade Física no Domicílio para Idosos Bem-Me-Quer Mais Perto Treino Cognitivo + 60 anos
Vidigueira	Escalada do Mendro Sénior Ginástica Sénior Hidroginástica Sénior
Vila Franca de Xira	Turismo Sénior: Férias com Sabor a Aventura – Férias na Quinta Municipal de Suberra Universidade Sénior Cartão Municipal Sénior Passerelle D’Ouro Viver Melhor - Ciclo de Conversas Saber Viver Para Melhor Envelhecer – Visitas ao Património Fora do Concelho Festa da Flor Encontro de Grupos Seniores Jardim Observado
Vila Real	Bila Sénior »55 – Atividade Física nas Freguesias Teleassistência a Idosos Unidade Móvel de Saúde Espaço Memória

Municípios	Projetos
Área de Atuação	
Prevenção de Comportamentos de Risco	
Golegã	Portugal sem Diabetes
Área de Atuação	
Promoção da Literacia e Educação para a Saúde	
Amadora	Beyond Silos
Miranda do Corvo	Bau de Memórias
Monchique	Academia Sénior
Oeiras	Café Memória de Oeiras
Seixal	Projeto Municipal de Segurança Rodoviária
Serpa	O que seria de nós sem a (voz)? A (voz) da Puberdade
Sesimbra	Conversas de Saúde
Setúbal	Grupo EnvelheSeres
Soure	Literacia para a saúde mental no idoso
Vidigueira	Conversas com Saúde
Área de Atuação	
Equidade, Cidadania e Igualdade de Género	
Alfândega da Fé	Unidade Móvel de Saúde
Almodôvar	Universidade Sénior de Almodôvar
Amadora	AmaSénior – Identidades
	AmaSénior - Lazer
	AmaSénior - Viva +
Barrancos	Banco de Medicamentos de Barrancos
Castro Marim	Cartão Municipal do Idoso
Guarda	II Ciclo de Tertúlias: “Conversa fiada, velhice adiada”
Lousã	Plano Municipal Sénior (Cartão Municipal do Idoso)
Miranda do Corvo	Unidade Móvel de Apoio ao Cidadão
	Ora ponha aqui o seu pezinho
Oeiras	Serviço Oeiras Está Lá
	Medida de Participação nas Despesas com Medicamentos

Municípios	Projetos
Seixal	Projeto Municipal de Segurança Rodoviária
	“Avós contem-me uma história”
Área de Atuação Qualificação Ambiental e Desenvolvimento Territorial	
Loulé	Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas de Loulé - Opção de Adaptação (#15/ID25)

Checklist dos ESPAÇOS ABERTOS E PRÉDIOS amigáveis aos idosos

Ambiente

- ✓ A cidade é limpa, e há uma legislação, devidamente cumprida, que limita o nível de ruído e odores desagradáveis ou nocivos em locais públicos.

Espaços verdes e calçadas

- ✓ Há espaços verdes bem conservados e seguros, com abrigos adequados, banheiros e bancos de fácil acesso.
- ✓ Calçadas amigáveis aos pedestres, que sejam livres de obstáculos, com superfície nivelada, com banheiros públicos e de fácil acesso.

Bancos públicos

- ✓ Existem bancos públicos, especialmente em parques, nas paradas de ônibus e em espaços públicos, e colocados a intervalos regulares; os bancos são bem conservados e fiscalizados para que todos tenham acesso seguro a eles.

Calçamento

- ✓ O calçamento é bem conservado, nivelado, antiderrapante e amplo o suficiente para acomodar cadeiras de rodas, com um meio-fio baixo para facilitar a transição para a rua.
- ✓ O calçamento é livre de quaisquer obstáculos (por exemplo, carros estacionados, árvores, cocô de cachorro, neve) e os pedestres têm prioridade.

Ruas

- ✓ As ruas têm cruzamentos em intervalos regulares, com faixas antiderrapantes, fazendo com que seja seguro aos pedestres atravessá-las.
- ✓ As ruas dispõem de estruturas físicas bem desenhadas e apropriadamente colocadas, como ilhas de tráfego, passagens ou túneis que ajudem os pedestres a atravessá-las, especialmente nas de muito movimento.

- ✓ Os sinais de trânsito são regulados para dar tempo suficiente para que os idosos atravessem a rua, e têm dispositivo visual e sonoro.

Tráfego

- ✓ As regras de trânsito são rigidamente cumpridas, e a preferência é dada aos pedestres.

Ciclovias

- ✓ Há uma faixa exclusiva para bicicletas.

Segurança

- ✓ A segurança pública, em todos os espaços abertos e prédios, é uma prioridade e é proporcionada, por exemplo, por medidas que reduzem o risco de desastres naturais, com boa iluminação pública, patrulhamento policial, cumprimento da legislação e apoio a iniciativas de segurança da comunidade e pessoal.

Serviços

- ✓ Os serviços estão agrupados e localizados próximo de onde os idosos moram e são de fácil acesso (por exemplo, localizado no andar térreo dos prédios).
- ✓ Há um atendimento especial para os idosos, como filas separadas ou guichês específicos para idosos.

Prédios

- ✓ Os prédios são acessíveis e têm as seguintes características:
 - elevadores
 - rampas
 - sinalização adequada
 - corrimãos em escadas
 - degraus não muito altos ou inclinados
 - piso antiderrapante

- áreas de repouso com cadeiras confortáveis
- número suficiente de banheiros públicos.

Banheiros públicos

- ✓ Os banheiros públicos são limpos, bem conservados e de fácil acesso a pessoas com diferentes graus de incapacidade; são bem sinalizados e estão em locais convenientes.

Checklist para características de TRANSPORTE amigáveis ao idoso

Baixo custo

- ✓ O transporte público é financeiramente acessível a todos os idosos.
- ✓ As tarifas dos transportes são razoáveis e seu preço é afixado de forma visível.

Confiabilidade e frequência

- ✓ O transporte público é confiável e frequente (inclusive à noite e nos fins de semana).

Destinos

- ✓ O transporte público existente permite que os idosos cheguem a locais-chave, como hospitais, centros de saúde, parques públicos, shopping centers, bancos e centros de convivência de idosos.
- ✓ A cidade é bem servida de transporte público, com rotas adequadas e com boas conexões para todas as áreas da cidade (inclusive a periferia) e para cidades vizinhas.
- ✓ Há boas conexões nas rotas dentre as diferentes opções de transporte.

Veículos amigáveis aos idosos

- ✓ Os veículos são acessíveis, com piso que rebaixa, degraus baixos e assentos amplos e elevados.
- ✓ Os veículos são limpos e bem mantidos.

- ✓ Os veículos são bem sinalizados, com indicação do seu número e da rota que fazem.

Serviços especializados

- ✓ Serviços de transporte especializados para pessoas com deficiências existem em número suficiente.

Prioridade para sentar

- ✓ Existe prioridade para os idosos sentarem e ela é respeitada pelos outros passageiros.

Motoristas

- ✓ Os motoristas são gentis, obedecem as regras de trânsito, param nos pontos determinados, esperam que os passageiros estejam sentados antes de sair, e param junto às calçadas, para facilitar o embarque e desembarque de idosos.

Segurança e conforto

- ✓ O transporte público é seguro contra crimes e não há superlotação.

Pontos e paradas

- ✓ Os pontos de ônibus são localizados próximo de onde moram os idosos, são equipados com assento e abrigo contra o mau tempo, são limpos e seguros, e adequadamente iluminados.
- ✓ As paradas e estações são acessíveis, com rampas, escadas rolantes, elevadores, plataformas apropriadas, banheiros públicos e sinalização legível e bem localizada.
- ✓ Os pontos e paradas de autocarros são fáceis de aceder e convenientemente localizadas.
- ✓ Os funcionários das paradas e estações são gentis e prestativos.

Informação

- ✓ São fornecidas informações aos idosos sobre como utilizar o transporte público e sobre as diferentes opções existentes de transportes.
- ✓ Os horários são legíveis e fáceis de se obter.
- ✓ Nos horários indica-se claramente a rota dos ônibus que são acessíveis às pessoas com deficiência.

Transporte comunitário

- ✓ Existem serviços de transporte comunitário, incluindo motoristas voluntários e serviços de busca em domicílio, para levar os idosos a eventos e locais específicos.

Táxis

- ✓ Os táxis são baratos e há descontos ou subsídios nas tarifas para os idosos de baixa renda.
- ✓ Os táxis são confortáveis e acessíveis, com espaço para levar cadeira de rodas ou andadores.
- ✓ Os motoristas de táxi são gentis e prestativos.

Ruas

- ✓ As ruas são bem conservadas, amplas e bem iluminadas, com dispositivos bem planejados e colocados de forma a limitar a velocidade dos carros; há sinais de trânsito nos cruzamentos; os cruzamentos são bem sinalizados; os bueiros são tampados, e a sinalização é padronizada, claramente visível e bem colocada.
- ✓ O fluxo do trânsito é bem-regulado.
- ✓ As estradas são livres de obstrução que possam bloquear a visão do motorista.
- ✓ O cumprimento das regras de trânsito é rigorosamente controlado e os motoristas são educados para segui-las.

Competência para dirigir

- ✓ Cursos de reciclagem para dirigir são oferecidos e a participação neles é estimulada.

Estacionamento

- ✓ Existe estacionamento a preços acessíveis.
- ✓ Há vagas específicas para idosos próximas à entrada dos prédios e às estações de transporte coletivo.
- ✓ Há vagas para deficientes próximas à entrada dos prédios e às estações de transporte coletivo, cuja utilização é fiscalizada.
- ✓ Há pontos de embarque e desembarque para deficientes e idosos próximos à entrada dos prédios e às estações de transporte coletivo.

Checklist de MORADIAS amigáveis ao idoso

Custo acessível

- ✓ Existem moradias de custo acessível para todos os idosos.

Serviços essenciais

- ✓ Os serviços essenciais são prestados a um custo acessível.

Planejamento

- ✓ As moradias são feitas de materiais apropriados e bem estruturadas.
- ✓ Há espaço suficiente para que os idosos se locomovam com facilidade dentro da casa.
- ✓ A moradia é apropriadamente equipada para atender às condições ambientais (por exemplo, dispõe de ar-condicionado ou calefação).
- ✓ A moradia está adaptada para os idosos, com pisos nivelados, corredores e portas largas o suficiente para a passagem de cadeira de rodas, e com banheiros, lavabos e cozinhas especialmente adaptados.

Modificações

- ✓ A moradia pode ser modificada para atender aos idosos, quando houver necessidade.
- ✓ As modificações da moradia têm custo acessível.

- ✓ Equipamentos e material para modificações de moradia são facilmente encontrados.
- ✓ Há financiamentos e auxílio financeiro para reformas da casa.
- ✓ Há uma boa compreensão de como uma casa pode ser modificada para atender às necessidades dos idosos.

Manutenção

- ✓ Os serviços de manutenção são de custo acessível para os idosos.
- ✓ Há prestadores de serviço devidamente qualificados e confiáveis para fazer a manutenção da casa.
- ✓ Moradias públicas, moradias de aluguel e áreas comuns são bem conservadas.

Envelhecer em casa

- ✓ A moradia fica perto de serviços e do comércio.
- ✓ Serviços de custo acessível são prestados a domicílio, para que os idosos “envelheçam em casa”.
- ✓ Os idosos estão bem informados dos serviços existentes para que eles possam envelhecer em suas casas.

Integração comunitária

- ✓ O projeto da moradia facilita a integração permanente dos idosos na comunidade.

Opções de moradia

- ✓ Existe, na região, uma gama de opções de moradia apropriadas e de custo acessível para os idosos, incluindo-se os frágeis e dependentes.
- ✓ Os idosos estão bem informados sobre as opções de moradia existentes.

Moradia

- ✓ Há moradias em número suficiente na região e a um custo acessível para os idosos.
- ✓ Há uma gama de serviços apropriados além de entretenimento e atividades nos prédios onde os idosos moram.

- ✓ A moradia dos idosos está integrada na comunidade onde se localiza.

Ambiente da casa

- ✓ A moradia não tem excesso de moradores.
- ✓ Os idosos se sentem confortáveis no ambiente em que moram.
- ✓ A moradia não é localizada em áreas sujeitas a desastres naturais.
- ✓ Os idosos se sentem seguros no ambiente onde vivem.
- ✓ Há auxílio financeiro para medidas de segurança da casa.

Checklist de PARTICIPAÇÃO SOCIAL amigável ao idoso

Atividades e eventos acessíveis

- ✓ A localização em seus bairros é conveniente para os idosos, com transporte variado e de baixo custo.
- ✓ Os idosos têm a possibilidade de participar com um amigo ou cuidador.
- ✓ O horário dos eventos é conveniente para os idosos.
- ✓ O ingresso para um evento é aberto (por exemplo, não precisa ser sócio), e a entrada no local, assim como a compra de ingresso, é um processo rápido, de uma única fase, que não requer que o idoso fique na fila por muito tempo.

Custo acessível

- ✓ Eventos e atividades, e as atrações locais são financeiramente acessíveis aos participantes mais velhos, sem custos ocultos ou adicionais (como custo de transporte).
- ✓ As instituições de voluntários têm o apoio do setor público e privado para manter baixo o custo das atividades para idosos.

Diversidade de eventos e atividades

- ✓ Existe uma gama de atividades para atender aos interesses das diferentes populações de idosos, cada uma das quais com seus gostos e particularidades próprias.

- ✓ As atividades comunitárias estimulam a participação de pessoas de diferentes idades e formação cultural.

Locais e ambientes

- ✓ As reuniões e eventos para idosos ocorrem em diferentes locais das comunidades, como centros recreativos, escolas, bibliotecas, centros comunitários localizados em bairros residenciais, parques e jardins.
- ✓ Os prédios são acessíveis e devidamente equipados para permitir a participação de pessoas com deficiência ou que necessitem de cuidados especiais.

Promoção e divulgação das atividades

- ✓ As atividades e eventos são divulgados aos idosos; as informações descrevem as atividades, a acessibilidade do local onde será realizada, assim como as opções de transporte.

Combate ao isolamento

- ✓ Convites pessoais são enviados para promover as atividades e estimular a participação.
- ✓ É fácil participar dos eventos, que não exigem qualquer formação ou conhecimento (incluindo alfabetização).
- ✓ Um membro de um clube que não mais comparece às atividades é mantido na mala direta do clube, a menos que haja solicitação expressa para sua exclusão da relação.
- ✓ As organizações devem estimular a participação dos idosos que se isolam, por meio de, por exemplo, visitas pessoais ou telefonemas.

Estimulando a integração com a comunidade

- ✓ Os prédios e instalações comunitárias propiciam a utilização compartilhada, para diferentes finalidades, por pessoas de diferentes idades e interesses, e estimulam a interação entre os grupos de usuários.

- ✓ Reuniões e atividades fomentam o relacionamento e o intercâmbio entre os residentes do bairro.

Checklist de RESPEITO E INCLUSÃO SOCIAL amigável ao idoso

Serviços respeitosos e inclusivos

- ✓ Os idosos são consultados pelos serviços público, privados e voluntários sobre como servi-los melhor.
- ✓ Serviços públicos e comerciais oferecem serviços e produtos adaptados às necessidades e preferências dos idosos.
- ✓ Os serviços dispõem de uma equipe prestativa e cortês, treinada para atender os idosos.

Imagens públicas do envelhecimento

- ✓ Os media inclui os idosos nas matérias que veicula, mostrando-os positivamente e sem estereótipos.

Relações familiares e intergeracionais

- ✓ Ambientes comunitários, atividades e eventos atraem pessoas de todas as idades, ao combinar

necessidades e preferências de todos os grupos etários.

- ✓ Os idosos são especificamente incluídos nas atividades comunitárias voltadas para a família.
- ✓ Atividades que reúnam diferentes gerações são realizadas regularmente para que, em conjunto, as apreciem e usufruam.

Conscientização social

- ✓ O aprendizado sobre o envelhecimento e os idosos está incluído no currículo do primeiro e segundo grau.
- ✓ Os idosos estão ativa e regularmente envolvidos em atividades escolares com alunos e professores.

- ✓ Os idosos têm oportunidades de partilhar seu conhecimento, história e experiência com outras gerações.

Inclusão comunitária

- ✓ Os idosos são considerados parceiros plenos das decisões comunitárias que lhes dizem respeito.
- ✓ Os idosos são reconhecidos pela comunidade por suas contribuições do passado e do presente.
- ✓ As ações comunitárias para fortalecer os laços e o apoio entre os membros do bairro incluem os residentes mais velhos como informantes-chave, conselheiros, atores e beneficiários.

Inclusão económica

- ✓ Idosos com limitações econômicas devem ter acesso a serviços e eventos públicos, voluntários e privados.

Checklist das iniciativas de PARTICIPAÇÃO CÍVICA E EMPREGO amigáveis para o idoso

Opções de voluntariado

- ✓ Há uma gama de opções para a participação de voluntários idosos.
- ✓ Organizações de voluntários são bem desenvolvidas, com infraestrutura, programas de treinamento e uma força de trabalho de voluntários.
- ✓ As habilidades e os interesses dos voluntários são associados às funções (por exemplo, em um registo ou banco de dados).
- ✓ Os voluntários têm apoio em seu trabalho, sendo-lhes oferecido transporte ou tendo o custo do estacionamento reembolsado.

Opções de emprego

- ✓ Há uma gama de oportunidades para os idosos trabalharem.
- ✓ Políticas e leis proíbem a discriminação com base na idade.
- ✓ A aposentadoria é uma escolha, não uma imposição.

- ✓ Há oportunidades flexíveis para os idosos, com opções de emprego em meio-expediente ou temporário.
- ✓ Há programas de emprego e agências para trabalhadores idosos.
- ✓ Organizações de funcionários (por exemplo, sindicatos) apóiam opções flexíveis, como meio-expediente e trabalho voluntário, para permitir uma maior participação dos trabalhadores idosos.
- ✓ Os empregadores são estimulados a empregar e a manter trabalhadores mais velhos.

Formação (Treinamento)

- ✓ Uma outra capacitação para atividades pós-aposentadoria é oferecida a trabalhadores mais velhos.
- ✓ Existem oportunidades para trabalhadores idosos de recapitação, como o aprendizado de novas tecnologias.
- ✓ Organizações de voluntários oferecem treinamento para as suas posições.

Acessibilidade

- ✓ Oportunidades de trabalho voluntário ou remunerado são conhecidas e promovidas.
- ✓ Há transporte para o trabalho.
- ✓ Os locais de trabalho são adaptados para atender às necessidades das pessoas deficientes.
- ✓ Não há custo para o trabalhador participar de trabalho remunerado ou voluntário.
- ✓ As organizações recebem apoio (por exemplo, verba ou redução no prêmio do seguro) para recrutar, treinar e manter voluntários idosos.

Participação cívica

- ✓ Conselhos consultivos, diretorias de organizações, etc. incluem idosos.
- ✓ Há apoio para que os idosos participem em reuniões e eventos cívicos, como lugares reservados, apoio às pessoas com deficiências, aparelhos auditivos e transporte.

- ✓ Políticas, programas e planejamento que envolvam idosos são feitos ouvindo-os primeiro.
- ✓ Os idosos são estimulados a participar.

Contribuições valorizadas

- ✓ Os idosos são respeitados e suas contribuições são reconhecidas.
- ✓ Os empregadores e organizações são sensíveis às necessidades dos trabalhadores idosos.
- ✓ As vantagens de empregar trabalhadores idosos são conhecidas pelos empregadores.

Empreendedorismo

- ✓ Existe apoio para empresários idosos e oportunidades para trabalho autônomo (por exemplo, mercados para se vender hortifrutigranjeiros e artesanato, treinamento para a administração de pequenos negócios e microfinanciamento para trabalhadores idosos).
- ✓ As informações elaboradas para dar apoio a microempresas e empreendimentos administrados de casa estão em formato adequado aos trabalhadores idosos.

Pagamento

- ✓ Os trabalhadores idosos são corretamente remunerados pelo seu trabalho.
- ✓ Os voluntários são reembolsados por gastos que incorrem por conta do trabalho.
- ✓ Os ganhos dos trabalhadores idosos não são deduzidos do valor da aposentadoria ou de outras rendas a que os idosos tenham direito.

Checklist de COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO amigável ao idoso

Oferta de informações

- ✓ Um sistema básico, universal de comunicações, usando a mídia impressa, o rádio, a televisão e o telefone, alcançando todos os residentes.

- ✓ A distribuição regular e confiável de informações é garantida pelo governo ou por organizações de voluntários.
- ✓ A informação é disseminada próximo às residências dos idosos e nos locais onde eles realizam as suas atividades habituais do dia-a-dia.
- ✓ A disseminação da informação é coordenada por um serviço comunitário acessível, que todos conhecem – e por um escritório de centralização de informações.
- ✓ Informações regulares e a transmissão de programas de interesse dos idosos são veiculadas tanto na mídia regular quanto na especificamente voltada para eles.

Comunicação verbal

- ✓ Uma comunicação verbal acessível aos idosos deve ser feita, preferencialmente, em eventos públicos, centros comunitários, clubes e pela mídia rádio televisiva, e também pelas pessoas responsáveis por repassar as informações no sistema boca-a-boca.
- ✓ As pessoas em risco de isolamento social recebem a informação de pessoas em quem confiam e com quem interagem, como visitantes voluntários, empregados domésticos, cabeleireiros, porteiros ou zeladores.
- ✓ Funcionários de repartições públicas e de empresas privadas atendem individualmente e de maneira amistosa, os idosos, sempre que solicitados.

Informações impressas

- ✓ As informações impressas – incluindo formulários oficiais, legendas de televisão e textos em telas – devem ter letras grandes e as principais ideias são mostradas através de títulos de enunciado claro e letras em negrito.

Linguagem simples

- ✓ A comunicação, seja impressa ou verbal, usa palavras simples, conhecidas, em frases curtas e objetivas.

Comunicação e equipamentos automatizados

- ✓ Serviços automatizados de atendimento telefônico dão instruções de forma lenta e clara, e informam como as mensagens podem ser repetidas a qualquer momento.
- ✓ Os usuários têm a possibilidade de falar com um atendente, ou de deixar uma mensagem para que sua ligação seja retornada.
- ✓ Equipamentos eletrônicos, como telefones celulares, rádios, televisões, caixas automáticas e máquinas para pagar estacionamento têm botões e letras grandes.
- ✓ A tela de um caixa automático, de máquinas de selos e de outros serviços é bem iluminada e fácil de ser alcançada por pessoas de diferentes estaturas.

Computadores e a internet

- ✓ Há amplo acesso público a computadores e à internet, disponíveis gratuitamente ou a baixo custo, em locais públicos como repartições governamentais, centros comunitários e bibliotecas.
- ✓ Instruções detalhadas e assistência individual para os usuários estão facilmente disponíveis.

Checklist de SERVIÇOS COMUNITÁRIOS E DE SAÚDE amigáveis ao idoso

Acessibilidade aos serviços

- ✓ Os serviços sociais e de saúde estão bem distribuídos pela cidade, sua localização é conveniente e pode-se chegar facilmente a eles por todos os meios de transporte.
- ✓ Unidades residenciais com serviços assistenciais, como as unidades de longa permanência, estão localizadas próximo ao comércio, aos serviços e às áreas residenciais, para que os idosos permaneçam integrados à comunidade.
- ✓ Os prédios onde se localizam os serviços oferecem segurança e são totalmente acessíveis às pessoas portadoras de deficiência física.
- ✓ Informações claras e acessíveis sobre os serviços sociais e de saúde são oferecidas aos idosos.
- ✓ A prestação de serviços é coordenada caso a caso e com um mínimo de burocracia.
- ✓ O pessoal administrativo e de serviços trata os idosos com respeito e sensibilidade.
- ✓ Os obstáculos econômicos ao acesso a serviços de saúde e de apoio comunitário são mínimos.
- ✓ Há acesso adequado a cemitérios e campos funerários.

Oferta de serviços

- ✓ Uma gama adequada de serviços de apoio comunitário e de saúde é oferecida, visando à promoção, manutenção e restauração da saúde.
- ✓ Os serviços de *home care* oferecidos incluem serviços de saúde, de cuidados pessoais e de arrumação e faxina.
- ✓ Os serviços sociais e de saúde oferecidos contemplam as necessidades e as preocupações dos idosos.
- ✓ Os profissionais têm a formação e o treinamento adequado para se comunicar e atender efetivamente os idosos.

Apoio de voluntários

- ✓ Voluntários de todas as idades são estimulados e recebem apoio para ajudar os idosos em ambientes de saúde e comunitário.

Planejamento e assistência em emergências

- ✓ O planejamento para situações de emergência inclui os idosos, considerando-se suas necessidades e capacidades na preparação e na resposta a essas situações.

ANEXO 4 – Registo das Universidades e Academias Seniores Associadas da RUTIS, de 30 de junho de 2018

Nome	Entidade Acolhedora	Data de Inscrição	Tipo de Instituição	Distrito
Academia Sénior de Angra do Heroísmo	Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo	2005	SCM	Açores
Universidade Sénior de Ponta Delgada	Associação USenior	2008	IPSS	
Universidade Sénior da Madalena	Santa Casa da Misericórdia de Madalena do Pico	2009	SCM	
Academia do Oeste – Ilha Terceira	Casa do Povo de Santa Bárbara	2015	Associação	
Universidade Sénior de Praia de Vitória	Associação salão Teatro Praiense	2018	Associação	
Instituto Sénior da Misericórdia de Ovar	Santa Casa da Misericórdia de Ovar	2006	SCM	Aveiro
Universidade Sénior de Espinho	Associação de Cultura e Ensino de Espinho	2006	Associação	
Universidade Sénior de Oliveira de Azeméis	Instituto de Cultura e Cooperação Intergeracional	2006	Associação	
Universidade Sénior de Santa Maria da Feira	Acad. Cultura e Cooperação de Santa Maria da Feira	2006	Associação	
Universidade Sénior de Vale de Cambra	Casa do Professor de Vale de Cambra	2007	Associação	
Universidade Sénior do Rotary Club em S. João da Madeira	Rotary Club de São João da Madeira	2007	Rotary	
Universidade Sénior da Curia	WRC - Agência de Desenvolvimento Regional, SA	2009	Associação	
Universidade Sénior de Castelo de Paiva	Associação Proativa Sénior de Castelo de Paiva	2009	Associação	
Universidade Sénior de Vagos	NEVA – Núcleo Empresarial de Vagos	2009	Associação	
Universidade Sénior do CSPNSN	CS Paroquial Nossa Sra. Da Nazaré –Gafanha da Nazaré	2009	IPSS	
Universidade Sénior de Águeda	Acad. Portuguesa da Cultura e Solidariedade de Águeda	2010	Associação	
Universidade Sénior CADES- Mealhada	CADES	2011	Associação	
Universidade Sénior de Oliveira do Bairro	Junta de Freguesia de Oliveira do Bairro	2011	Junta	
Universidade Sénior de Rotary em Estarreja	Associação Rotary Clube de Estarreja	2011	Associação	
Universidade Sénior de Cacia	IDEC- Inst. para o Desenvolvimento e Estudos de Cacia	2012	Associação	

Nome	Entidade Acolhedora	Data de Inscrição	Tipo de Instituição	Distrito
Universidade Sénior de Esmoriz	Junta de Freguesia de Esmoriz	2013	Junta	
Universidade Sénior da Bairrada	Psientífica- Ass. Para a Promoção e Des. Social	2014	Associação	
Universidade Sénior de Aveiro	Aveiro Viva- Ass. Promoção e Desenvolvimento Social	2014	Associação	
Universidade Sénior de Albergaria-a-Velha	Educalba	2014	Associação	
Universidade Sénior do Rotary Club em Sever do Vouga	Rotary Club de Sever do Vouga	2015	Rotary Club	
Academia d Saberes de Aveiro	Associação ADSA	2017	Associação	
Universidade Sénior de Beja	Associação Saberes e Aprendizagens Beja Sénior	2007	Associação	
Universidade Sénior de Moura	Cooperativa COMOIPREL	2007	Cooperativa	
Academia Sénior de Serpa	Câmara Municipal de Serpa	2009	Câmara	
Universidade Sénior de Odemira	Assoc. de Desenvolvimento e Promoção de Odemira	2009	Fundação	
Universidade Sénior de Aljustrel	Câmara Municipal de Aljustrel	2010	Câmara	
Universidade Sénior de Mértola	Cooper. de Ensino e Formação Profissional do Algarve	2012	Cooperativa	
Universidade Sénior de Almodôvar	Escola Profissional e ALSUD - Cooperativa	2015	Cooperativa	
Universidade Sénior do Alvito	Município do Alvito	2016	Associação	
Universidade Sénior de Ferreira do Alentejo	Município de Ferreira do Alentejo	2017	Câmara	
Universidade da Associação Sénior Castrense	Associação	2017	Associação	Braga
Universidade Autodidacta e da Terceira Idade de Guimarães	UNAGUI - Cooperativa Social e Cultural, Crl	2006	IPSS	
Universidade Sénior de Braga	Atlas- Cooperativa Cultural	2006	Cooperativa	
Universidade Sénior de Famalicão	Associação da Terceira Idade de Famalicão	2006	Associação	
Academia de Cultura de Refojos - Cabeceiras de Bastos	Santa Casa da Misericórdia de S. Miguel de Refojos	2008	SCM	
Universidade Sénior de Celorico de Basto	Centro Social Paroquial de Arnoia	2009	IPSS	
Clube Sénior de Famalicão	Associação Gerações	2010	Associação	

Nome	Entidade Acolhedora	Data de Inscrição	Tipo de Instituição	Distrito
Universidade Sénior de Cabeceiras de Basto	Câmara Municipal de Cabeceiras de Basto	2010	IPSS	
Universidade Sénior Renascer - Guardizela	Centro Social de Guardizela	2011	Associação	
Academia Sénior de Nespereira	CS da Paróquia de Santa Eulália de Nespereira	2012	IPSS	
Universidade Barcelos Sénior	Barcelos Sénior	2012	Associação	
Universidade Sénior de Moreira de Cónegos	Junta de Freguesia de Moreira de Cónegos	2012	Junta	
Universidade Sénior de Vieira do Minho	Câmara Municipal de Vieira do Minho	2012	Câmara	
Universidade Sénior Dom Dinis de Joane (Vila Nova de Famalicão)	Associação Teatro Construção	2014	Associação	
Universidade Sénior Santa Maria de Braga	Cooperativa Cultural CRL	2016	Cooperativa	
Universidade Sénior Teófilo Braga de Guimarães	CAISA	2016	Cooperativa	
Instituto Sénior de Braga	Associação	2017	Associação	
Universidade Sénior de Amares	Associação Social de Figueiredo	2017	Associação	
Universidade Sénior de Esposende	Associação ACDE	2017	Associação	
Universidade Sénior de Miranda do Douro	Município de Miranda do Douro	2012	Câmara	
Universidade Sénior de Alfândega da Fé	Liga dos Amigos do CS de Alfândega da Fé	2013	Associação	
Universidade Sénior de Vinhais	Junta de Freguesia de Vinhais	2013	Junta	
Universidade Sénior de Mogadouro	Câmara Municipal de Mogadouro	2015	Câmara	
Universidade Sénior de Freixo de Espada à Cinta	Município de Freixo de Espada à Cinta	2016	Câmara	
Universidade Sénior do Rotary de Mirandela	Rotário	2017	Rotary	
Universidade Sénior de Macedo de Cavaleiros	Município de Macedo de Cavaleiros	2018	Câmara	
Academia Sénior da Covilhã	Academia Sénior da Covilhã	2005	Associação	Castelo Branco
Universidade Sénior Albicastrense - Castelo Branco	Amato Lusitano - Associação de Desenvolvimento	2006	Associação	
Academia Sénior do Fundão	ACAFF - Centro Assist., Cult. e Formativo do Fundão	2007	IPSS	

Nome	Entidade Acolhedora	Data de Inscrição	Tipo de Instituição	Distrito	
Academia Sénior da Sertã	Centro Cultural e Desporto do Pessoal da CM Sertã	2010	Associação		
Universidade Sénior de Proença-a-nova	Município de Proença-a-Nova	2011	Câmara		
Academia Sénior de Penamacor	ADRACES- Assoc. para o Desenv. da Raia Centro Sul	2013	Associação		
Academia Sénior de Belmonte	Soli's- Associação de Solidariedade social	2014	Associação		
Universidade Sénior de Idanha-a-Nova	Filarmónica Idanhense	2014	Associação		
Academia Sénior de Vila Velha de Rodão	ADRACES- Assoc. para o Desenv. da Raia Centro Sul	2015	Associação		
Universidade Sénior de Vila de Rei	Município de Vila de Rei	2016	Câmara		
Universidade do Tempo Livre de Coimbra	Associação Nacional de Apoio ao Idoso	2006	Associação	Coimbra	
APOSénior – Coimbra	Associação APOJOVI	2006	Associação		
Universidade Sénior da Figueira da Foz	Associação Viver em Alegria	2006	Associação		
Universidade Sénior de Miranda do Corvo	Fundação ADFP Miranda do Corvo	2006	IPSS		
Universidade Sénior de Vila de Pereira, Montemor-o-Velho	Santa Casa da Misericórdia da Vila de Pereira	2008	SCM		
Universidade Sénior da ADIP - Vila Nova de Poiares	Associação do Desenvolvimento Integrado de Poiares	2008	Associação		
Infante Sénior – Montemor-o-Velho	Clube Infante de Montemor	2010	Associação		
SéniorMOR - Montemor-o-Velho	Santa Casa da Misericórdia de Montemor-o-Velho	2010	Câmara		
Academia Sénior da Tábua	Câmara Municipal de Tábua	2013	Câmara		
Campusénior - Soure	Campus- ASSD	2014	Associação		
Universidade Sénior de Penela	Câmara Municipal de Penela	2014	Câmara		
Universidade Sénior de Mira	Município de Mira	2017	Câmara		
Universidade Sénior KRISCER de Coimbra	Associação KRISCER	2017	Associação		
Universidade Sénior de Borba	Santa Casa da Misericórdia de Borba	2006	IPSS		Évora
Universidade Sénior de Évora	Universidade Sénior de Évora	2006	Associação		

Nome	Entidade Acolhedora	Data de Inscrição	Tipo de Instituição	Distrito
Universidade Sénior Reguengos de Monsaraz	Associação de Defesa dos Interesses de Monsaraz	2009	Associação	
Universidade Sénior Grupo de Amigos de Montemor-o-Novo	Grupo dos Amigos de Montemor	2009	Associação	
Universidade Sénior Padre Joaquim Espanca de Vila Viçosa	Câmara Municipal de Vila Viçosa	2009	Câmara	
Academia Sénior de Vendas Novas	Vendas Novas Porta do Alentejo – ADL	2010	Associação	
Universidade Sénior de Mora	Câmara Municipal de Mora	2015	Câmara	
Academia Sénior de Tavira	Acad. Sénior de Aprendizagem e Solidariedade - Tavira	2006	Associação	Faro
Universidade do Algarve para a Terceira Idade - Faro	Universidade do Algarve para a Terceira Idade	2006	Associação	
Universidade Sénior de Loulé	Associação Amigos do Alentejo	2006	Associação	
Universidade Sénior de Portimão	Instituto de Cultura de Portimão	2006	Associação	
Universidade Sénior de Lagos	Centro Cultural de Lagos	2009	Associação	
Universidade Sénior de São Brás de Alportel	Junta de Freguesia de São Brás de Alportel	2009	Câmara	
Universidade Sénior da Freguesia de Olhão	Junta de Freguesia de Olhão	2013	Câmara	
Universidade Sénior de Moncarapacho	Casa do Povo do Concelho de Olhão	2013	IPSS	
Academia Sénior de Monchique	Câmara Municipal de Monchique	2014	Câmara	
Academia Sénior de Seia	Academia Sénior de Seia	2006	Associação	
Universidade Sénior Aldeia Global de Celorico da Beira	Associação Celoricense Sénior Cultural e Artística	2010	Associação	
Universidade Sénior do Sabugal	Câmara Municipal do Sabugal	2010	Câmara	
Universidade Sénior de Fornos de Algodres	Assoc. Soc. Cul. e Desport. de Fornos de Algodres	2011	Associação	
Universidade Sénior de Pinhel	CS Apoio à Terceira Idade e Jovens da Freg. Ervedosa	2012	Associação	
Academia Sénior de Meda	Santa Casa da Misericórdia de Meda	2013	IPSS	
Universidade Sénior de Gouveia	Município de Gouveia	2015	Câmara	
Academia Sénior Figueirense	Município da Figueira de Castelo Rodrigo	2016	Câmara	

Nome	Entidade Acolhedora	Data de Inscrição	Tipo de Instituição	Distrito
Universidade Sénior de Alcobaça	Fundação Maria e Oliveira	2006	IPSS	Leiria
Universidade Sénior de Benedita	Associação de Desenvolvimento Comunitário	2007	IPSS	
Universidade Sénior de Pombal	Assoc. de Pensionistas e Aposentados de Pombal	2007	IPSS	
Universidade Sénior da Nazaré	Câmara Municipal da Nazaré	2008	Câmara	
Universidade Sénior Rainha D. Leonor - Caldas da Rainha	Assoc. do Desenv. do Conhecimento Rainha D. Leonor	2008	Associação	
Universidade Sénior de Peniche	Universidade Sénior de Peniche	2009	Associação	
Universidade Sénior de Alvaiázere	Câmara Municipal de Alvaiázere	2010	Câmara	
Universidade Sénior de Figueiró dos Vinhos	Município de Figueiró dos Vinhos	2010	Câmara	
Universidade Sénior ASURPI da Marinha Grande	ASURPI	2012	Associação	
Programa IPL 60+ - Leiria	IPL - Escola Superior de Educação e Ciências Sociais	2013	IPSS	
Universidade Sénior da Caranguejeira	Instituto de Jovens Músicos - Associação	2013	Associação	
Universidade Sénior da UF de Pataias e Martingança	União de Freguesias de Pataias e Martingança	2013	Junta	
Universidade Sénior de Alfeizerão	Santa Casa da Misericórdia de Alfeizerão	2015	IPSS	
Academia Sénior do Landal	Junta de Freguesia do Landal	2016	Junta	
Universidade Sénior de Pedrógão Grande	CLDS 3G	2016	IPSS	
Academia Sénior das Freguesias de Monte Real e Carvide	União das Freguesias	2017	Junta	
Academia Sénior Viver Activo de Leiria	Município de Leiria	2017	Câmara	
Academia de Seniores de Lisboa	Associação Cultural e Social de Seniores de Lisboa	2005	Associação	Lisboa
Academia dos Saberes de Loures	Câmara Municipal de Loures	2006	Câmara	
Academia Sénior dos Olivais	Centro Social Paroquial Nossa Sra. da Conceição	2006	IPSS	
Clube Universitário Tempo Livre da Amadora (CUTLA)	Clube Universitário Tempo Livre da Amadora	2006	Associação	
Universidade da Terceira Idade de Sintra	Associação Cultural da Terceira idade de Sintra	2006	Associação	

Nome	Entidade Acolhedora	Data de Inscrição	Tipo de Instituição	Distrito
Universidade da Terceira Idade de Torres Vedras	Assoc. Universidade da Terceira Idade de Torres Vedras	2006	Associação	
Universidade Sénior de Benfica - Lisboa	STIMULI - Associação de Cultura e Artes de Lisboa	2006	Associação	
Universidade Sénior de Mafra	Instituto do Conhecimento de Mafra	2006	Associação	
Universidade Sénior de Oeiras	Universidade Sénior de Oeiras	2006	Associação	
Universidade Sénior de Vila Franca de Xira	Câmara Municipal de Vila Franca de Xira	2006	Câmara	
Universidade Sénior da Ajuda - Lisboa	Junta de Freguesia da Ajuda	2007	Junta	
Academia Sénior da Lourinhã	Centro Social Paroquial da Lourinhã	2008	IPSS	
Universidade Sénior dos SSCML	Serviços Sociais da Câmara Municipal de Lisboa	2008	Câmara	
Portela Sábios – Loures	Associação dos Moradores da Portela	2009	Associação	
Academia Cultural Sénior da Agualva - Cacém	ARPIAC	2009	Associação	
Academia Sénior Carnide	Junta de Freguesia de Carnide	2009	Junta	
Universidade Sénior de Massamá e Monte Abraão	União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão	2009	Junta	
Universidade Sénior de Queluz	Associação de Ensino Sénior de Queluz	2009	Associação	
Universidade Sénior do Areeiro (Antiga S. João de Deus)	Junta de Freguesia do Areeiro	2009	Junta	
Universidade Sénior Unisaber	Reunir Saber – Associação	2009	Associação	
Universidade da Terceira Idade de Alenquer	Câmara Municipal de Alenquer	2010	Câmara	
Universidade Sénior de Manique	Assoc. Apoio Social N° S° Neves de Manique de Baixo	2010	IPSS	
Universidade Sénior de Odivelas	Associação Sénior de Odivelas	2010	Associação	
Academia Sénior de S. João da Talha - Loures	UF de Stª Iria de Azóia, S. João da Talha e Bobadela	2011	Junta	
Universidade da Maturidade de Belém - Lisboa	Assoc. Educação para a Maturidade - LOMATURI	2011	Associação	
Universidade Sénior na Universidade - Lisboa	Social Unidade Cultural UNIDAC Ser	2011	Associação	
Universidade Sénior Pedro Santarém - Lisboa	Sindicato dos Trabalhadores da Actividade Seguradora	2011	Associação	

Nome	Entidade Acolhedora	Data de Inscrição	Tipo de Instituição	Distrito
Academia Sénior ADAS - Lisboa	Assoc. Desenvolvimento e Apoio Social Bairro do Rego	2012	Associação	
Academia Sénior CSP Alverca	Casa de S. Pedro de Alverca	2012	IPSS	
Universidade Sénior ANP - Lisboa	Associação Nacional de Professores	2012	Associação	
Universidade Sénior Criar Afectos de Rio de Mouro	Junta de Freguesia de Rio de Mouro	2013	Junta	
Universidade Sénior de Arte e Cultura de Lisboa	Associação Amizade Lusa Turca	2013	Associação	
Universidade Sénior do Campo de Ourique - Lisboa	Junta de Freguesia de Campo de Ourique	2013	Junta	
Academia Sénior da Venda do Pinheiro	Santa Casa da Misericórdia da Venda do Pinheiro	2014	IPSS	
Academia Sénior da Malveira da Serra - Alcabideche	AISA – Assoc. Apoio Social N° Senhora da Assunção	2015	IPSS	
Academia Sénior de Estudos Gerais da Ericeira	Academia Sénior Estudos Gerais da Ericeira	2015	Associação	
Academia Sénior de São Domingos de Benfica - Lisboa	Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica	2015	Junta	
Universidade da Terceira Idade do Concelho da Azambuja	Câmara Municipal da Azambuja	2015	Câmara	
Universidade Sénior S. João das Lampas	Centro Social e Paroquial de S. João das Lampas	2016	IPSS	
Academia de Cultura de Vila Franca de Xira	Academia de Cultura de Vila Franca de Xira	2016	Câmara	
NOVA ATENA	Assoc. Inclusão da Pessoa Sénior por Cultura e Arte	2016	Associação	
Saber Maior- Universidade Sénior de Santa Maria Maior	Junta de Freguesia de Santa Maria Maior- Lisboa	2016	Junta	
Universidade Intergeracional do Clube Estefânia	Associação Clube da Estefânia	2016	Associação	
Universidade Sénior Intergeracional de Aqualva e Mira Sintra	Junta de Freguesia de Aqualva e Mira Sintra	2016	Junta	
Academia Avós em Companhia de Algés	FOSRDI- Centro Sagrada Família / Oficina de Saberes	2017	Associação	
Academia Rutis Lisboa	Espaço Montepio	2017	Associação	
Núcleo Sénior- Liga de Algés	Associação	2017	Associação	
Universidade da Terceira Idade do Lumiar	Junta de Freguesia	2017	Junta	
Universidade Sénior de Barcarena	Centro Social Paroquial de Barcarena	2017	Associação	

Nome	Entidade Acolhedora	Data de Inscrição	Tipo de Instituição	Distrito
Universidade Sénior de Marvila (Lisboa)	Junta de Freguesia de Marvila (Lisboa)	2018	Junta	
Academia Sénior de Santa Maria Maior - Funchal	Junta de Freguesia de Santa Maria Maior	2008	Junta	Madeira
Universidade Sénior de Machico	Junta de Freguesia de Machico (Madeira)	2009	Junta	
Universidade Sénior do Funchal	Câmara Municipal do Funchal	2009	Câmara	
Universidade Sénior de Câmara de Lobos	Casa do Povo de Câmara de Lobos	2013	Câmara	
Universidade Sénior de Porto Santo	Junta de Freguesia de Porto Santo	2015	Junta	
Universidade Sénior da Ribeira Brava	Município da Ribeira Brava	2018	Câmara	
Universidade Sénior de Portalegre	Escola Silvina Candeias	2006	Associação	
Universidade Sénior de Gavião	Assoc. Cultural e Artística da Juventude Gavionense	2008	Associação	
Universidade Politécnica de Elvas	Câmara Municipal de Elvas	2009	Associação	
Universidade Sénior de Ponte de Sor	Caminhar - Associação Cristã de Apoio Social	2010	Associação	
Universidade Sénior de Monforte	Câmara Municipal de Monforte	2012	Câmara	
Universidade Sénior do Crato	Manobra Principal – Assoc. Cult. e Solidariedade Social	2012	Associação	
Universidade Sénior de Fronteira	Câmara Municipal de Fronteira	2013	Junta	
Universidade Sénior de Alter do Chão	Associação- Alter do Chão	2015	Associação	
Universidade Sénior de Nisa	Município de Nisa	2017	Câmara	
Academia Sénior de Gaia	Câmara Municipal de Gaia	2005	Associação	Porto
Instituto Cultural D. António Ferreira Gomes - Porto	Instituto Cultural D. António Ferreira Gomes - Porto	2006	Associação	
Prosénior - Universidade Sénior de Paços de Ferreira	PROFISOUSA – Assoc. Ensino Profissional Vale Sousa	2006	Associação	
Universidade Intercultural para a Terceira Idade - Porto	Atlas - Cooperativa Cultural	2006	Associação	
Universidade Sénior da Foz - Porto	Orfeão da Foz do Douro	2006	Associação	
Universidade Sénior de Gondomar	UF Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim	2006	Câmara	

Nome	Entidade Acolhedora	Data de Inscrição	Tipo de Instituição	Distrito
Universidade Sénior Eugénio de Andrade	Centro Cult. e Desport. dos Trabalhadores da CM Porto	2006	Associação	
Universidade Sénior Rotary em Felgueiras	Rotary Club de Felgueiras	2006	Rotary	
Universidade Sénior de Penafiel	ADISCREP - Associação Desenvolvimento de Penafiel	2007	Associação	
Universidade Sénior de Vila do Conde	Associação de Solidariedade Social O Tecto	2007	Associação	
Universidade Sénior de Amarante	O Nosso Segredo	2009	Câmara	
Universidade Sénior de Ermesinde	Agorarte - Associação Cultural e Artística	2009	Associação	
Universidade Sénior Florbela Espanca	Associação Cultural do Senhor do Padrão	2009	Associação	
Universidade Sénior Ocupacional da Lixa	Casa do Povo de Lixa	2009	Associação	
Universidade Sénior do Porto	Associação Agitar - Universidade Sénior do Porto	2010	Associação	
Universidade Sénior de Arte e Cultura do Porto	Associação de Amizade Luso-Turca	2011	Associação	
Universidade Sénior de Avintes	Associação Cultural e Musical de Avintes – ACHA	2012	Associação	
Universidade Sénior de Rotary em Matosinhos	ARMES - Assoc. Rotários Matosinhos Ensino Sénior	2012	Associação	
Universidade Sénior do Autodidacta de Lousada	Associação Sénior do Autodidacta da Lousada	2012	Associação	
Academia Sénior de Vilar de Andorinho - Gaia	Centro Social e Paroquial de Vilar de Andorinho	2013	IPSS	
Universidade da Grande Idade de Rio Tinto	ADIRT- Ass. Desenvolvimento Integrado de Rio Tinto	2013	Associação	
Universidade Sénior de Rio Tinto	Junta de Freguesia de Rio Tinto	2013	Junta	
Universidade Sénior do Coronado - Trofa	Junta de Freguesia do Coronado	2013	Junta	
Academia Sénior de Pedroso e Seixezelo - Gaia	União de Freguesias de Pedroso e Seixezelo	2015	Junta	
Universidade Sénior de Canelas - Gaia	Associação Cultural de Canelas - USC	2015	Associação	
Universidade Sénior de Vila das Aves	Junta de Freguesia de Vila das Aves	2015	Junta	
Universidade Sénior do Rotary de Valongo	Rotary de Valongo	2015	Rotary	
Universidade Sénior Olival Social - Gaia	Olival Social – Assoc. para o Desenvolvimento Olival	2015	IPSS	

Nome	Entidade Acolhedora	Data de Inscrição	Tipo de Instituição	Distrito
Universidade Sénior CES Pedras Rubras	Centro Educativo e Social de Pedras Rubras, CRL	2016	Associação	
Academia Sénior do centro Social da Paróquia da Areosa	Centro Social da Areosa	2016	IPSS	
Ser+ Universidade para Seniores	UF de S. Mamede de Infesta e Senhora da Hora	2016	Associação	
Universidade Sénior Ativa	Associação Sénior Ativa	2016	Associação	
Universidade Sénior da Flor de Infesta	Grupo Dramático Musical Flor de Infesta	2016	Associação	
Academia Sénior da Sabedoria de Canelas	Associação Desportiva Cultural Santa Isabel	2017	Associação	
Academia Sénior de Vilar de Paraíso	Centro Social de S. Pedro de Vilar do Paraíso	2017	Associação	
Academia Sénior do Orfeão da Madalena	Orfeão da Madalena	2017	Associação	
RUTIs Porto	Espaço Montepio	2017	Associação	
Universidade Intergeracional de Fernando Pessoa	Freguesia de Ramalde	2017	Junta	
Universidade Sénior CES Pedras Rubras	Centro Educativo e Social de Pedras Rubras	2017	Associação	
Universidade Sénior de Marco de Canaveses	Associação Marco Sénior	2017	Associação	
Universidade Sénior de Almeirim	Associação Sénior de Almeirim	2005	Associação	
Universidade da Terceira Idade de Abrantes	Universidade da Terceira Idade de Abrantes	2006	Associação	
Universidade da Terceira Idade de Santarém	SCM de Santarém e UF da Cidade de Santarém	2006	SCM	
Universidade da Terceira Idade de Torres Novas	ARPE de Torres Novas	2006	Associação	
Universidade da Terceira Idade do Tramagal	Associação de Reformados do Tramagal	2006	Associação	
Universidade Sénior do Entroncamento	Associação de Professores do Entroncamento	2006	Associação	
Academia Sénior da Golegã	Santa Casa da Misericórdia da Golegã	2007	SCM	
Universidade Sénior de Constância	Associação Popular Social de Constância	2007	Associação	
Universidade Sénior de Salvaterra de Magos	Câmara Municipal de Salvaterra de Magos	2007	Câmara	
Universidade Sénior de Rio Maior	Santa Casa da Misericórdia de Rio Maior	2008	SCM	

Nome	Entidade Acolhedora	Data de Inscrição	Tipo de Instituição	Distrito
Academia Sénior de Alpiarça	Clube Desportivo "Os Águias"	2009	Associação	
Universidade de Terceira Idade de Ferreira do Zêzere	Associação de Melhoramentos e BES de Pias	2009	Associação	
Universidade Sénior de Ourém	Associação Sénior de Ourém	2009	Associação	
Universidade Sénior de Tomar	Câmara Municipal de Tomar	2009	Câmara	
Universidade Sénior do Concelho de Benavente	Centro de Bem-Estar Social Padre Tobias	2009	IPSS	
Universidade Sénior de Vila Chã de Ourique	Associação Amigos do conhecimento	2010	Associação	
Academia Sénior do Concelho de Alcanena	Assoc. Reformados, Pensionistas e Idosos de Alcanena	2012	Associação	
Formação Ocupacional de Seniores - Vila Nova da Barquinha	Essência da Partilha - Associação de Voluntários	2012	Associação	
Universidade Sénior de Assentis	Centro Social e Paroquial N. Sra. Da Purificação	2012	IPSS	
Universidade Sénior do Cartaxo	Associação Pró-Envelhecimento Ativo	2013	Associação	
Universidade Sénior da Carregueira - Chamusca	Junta de Freguesia da Carregueira	2015	Junta	
Universidade Sénior de Mação	Câmara Municipal de Mação	2015	Associação	
Universidade Sénior do Centro de Estudos de Fátima	Centro de Estudos de Fátima	2015	Associação	
Universidade Sénior da UF da Chamusca e Pinheiro Grande	União de Freguesias	2016	Junta	
Universidade Sénior do Sardoal	Município do Sardoal	2016	Câmara	
Academia Sénior de Parreira e Chouto	União de Freguesias de Parreira e Chouto	2017	Junta	
Universidade Sénior de Vale de Cavalos	Junta de Freguesia de Vale de Cavalos	2018	Junta	
Acad. Sénior Artes e Saberes do Litoral Alentejano St André	Academia Senior de Artes e Saberes - ASAS	2006	Associação	Setúbal
Universidade da Terceira Idade do Barreiro	Câmara Municipal do Barreiro	2006	Câmara	
Universidade Sénior de Almada	Associação de Professores de Almada	2006	Associação	
Universidade Sénior de Setúbal	UNISETI - Universidade Sénior de Setúbal	2006	Associação	
Universidade Sénior de Grândola	Município de Grândola	2007	Câmara	

Nome	Entidade Acolhedora	Data de Inscrição	Tipo de Instituição	Distrito
Universidade Sénior do Seixal	Casa do Educador do Concelho do Seixal	2007	Associação	
Projeto Sénior de Artes e Saberes de Sines (PROSAS)	Associação PROSAS	2008	Associação	
Universidade Sénior de Alcácer do Sal	Câmara Municipal de Alcácer do Sal	2009	Associação	
Universidade Sénior ABC Laranjeiro	Assoc. Solidariedade e Desenvolvimento do Laranjeiro	2010	Associação	
Universidade Sénior do Montijo	Câmara Municipal de Montijo	2010	Câmara	
Universidade Sénior da Quinta do Conde	Movimento Social Utopia Global	2013	Associação	
Universidade Sénior do Torrão	Junta de Freguesia do Torrão	2013	Junta	
Universidade Sénior Dom Sancho I de Almada	TKM - Associação Sénior Dom Sancho I de Almada	2013	Associação	
UNISEM- Universidade Sénior da Moita	Município da Moita	2016	Câmara	
Universidade Sénior de Rotary de Sesimbra	Rotário	2017	Rotary	
Universidade Sénior São Francisco de Assis	Junta de Freguesia São Francisco	2017	Junta	
Universidade Sénior de Cerveira	Universidade Sénior de Cerveira	2006	Associação	Viana do Castelo
Academia Sénior de Viana do Castelo	Centro de Estudos Regionais	2009	Associação	
Universidade Sénior de Monção	CS Cul. e Recrea. Freguesias Messegães Valadares e Sá	2009	Câmara	
Universidade Sénior do Rotary Clube em Caminha	Rotary Clube de Caminha	2010	Rotary	
Universidade Sénior de Melgaço	Camara Municipal de Melgaço	2012	Associação	
Universidade Sénior de Vila Real	Centro Cultural Regional de Vila Real	2006	Associação	Vila Real
Universidade Sénior de Ribeira de Pena	Santa Casa da Misericórdia de Ribeira de Pena	2009	SCM	
Universidade Sénior das Terras de Aguiar	Santa Casa da Misericórdia das Terras de Aguiar	2011	Associação	
Universidade Sénior do Município de Alijó	Câmara Municipal de Alijó	2015	Câmara	
Universidade Sénior de Murça	Junta de Freguesia de Murça	2016	Câmara	
Universidade Sénior do Rotary de Chaves	Rotary de Chaves	2016	Rotary	

Nome	Entidade Acolhedora	Data de Inscrição	Tipo de Instituição	Distrito
Universidade Sénior de Rotary de Peso da Régua	Rotário	2017	Rotary	
Academia Sénior de Sabrosa	Município de Sabrosa	2018	Câmara	
Universidade Sénior Jerónimo Cardoso - Lamego	Universidade Sénior Jerónimo Cardoso de Lamego	2007	Associação	
Universidade Sénior Infante D. Henrique Moimenta da Beira	Universidade Sénior Infante D. Henrique	2009	Câmara	
Universidade Sénior de Armamar	Ass. Cult. Assist. e Rt. dos Trabalhadores CM Armamar	2012	Câmara	
Universidade Sénior de Carregal do Sal	Associação Cultural Sénior de Carregal do Sal	2012	Associação	
Universidade Sénior de S. Pedro do Sul	Câmara Municipal de São Pedro do Sul	2012	Câmara	
Universidade Sénior de Vouzela	Câmara Municipal de Vouzela	2012	Câmara	Viseu
Academia Sénior do Orfeão de Viseu	Orfeão de Viseu	2013	Associação	
Universidade Sénior de Rotary em Viseu	Rotary Club de Viseu	2013	Rotary	
Academia Sénior da Casa do Povo de Castro D'Aire	Casa do Povo de Castro D'Aire	2016	Associação	
Universidade Vida Ativa	Município de S. João da Pesqueira	2016	Associação	
Universidade Sénior de Tabuaço	Município de Tabuaço	2017	Câmara	

ANEXO 5 – Lista dos Municípios Portugueses com a respetiva Resposta ao Correio Eletrónico

Município	Correio Eletrónico	Resposta
Abrantes	geral@cm-abrantes.pt	
Águeda	geral@cm-agueda.pt	
Aguiar da Beira	geral@cm-aguiardabeira.pt	Ver no Site
Alandroal	geral@cm-alandroal.pt	
Albergaria-a-Velha	geral@cm-albergaria.pt	
Albufeira	geral@cm-albufeira.pt	
Alcácer do Sal	secretaria.gap@m-alcacerdosal.pt	
Alcanena	presidencia@cm-alcanena.pt	
Alcobaça	cmalcobaca@cm-alcobaca.pt	
Alcochete	geral@cm-alcochete.pt	
Alcoutim	geral@cm-alcoutim.pt	
Alenquer	geral@cm-alenquer.pt	
Alfândega da Fé	correspondencia.cmaf@gmail.com	
Alijó	geral@cm-alijo.pt	
Aljezur	geral@cm-aljezur.pt	
Aljustrel	geral@mun-aljustrel.pt	
Almada	almadainforma@cma.m-almada.pt	
Almeida	camara@cm-almeida.pt	
Almeirim	geral@cm-almeirim.pt	
Almodôvar	geral@cm-almodovar.pt	
Alpiarça	gap@cm-alpiarca.pt	
Alter do Chão	geral@cm-alter-chao.pt	
Alvaiázere	geral@cm-alvaiazere.pt	
Alvito	geral@cm-alvito.pt	
Amadora	geral@cm-amadora.pt	Ver no Site
Amarante	geral@cm-amarante.pt	
Amares	geral@municipioamares.pt	
Anadia	geral@cm-anadia.pt	
Ansião	geral@cm-ansiao.pt	
Arcos de Valdevez	geral@cmav.pt	
Arganil	geral@cm-arganil.pt	
Armamar	geral@cm-armamar.pt	
Arouca	geral@cm-arouca.pt	
Arraiolos	geral@cm-arraiolos.pt	Contactar 266490240 - Ana Cardoso
Arronches	geral@cm-arronches.pt	
Arruda dos Vinhos	cm-arruda@cm-arruda.pt	

Município	Correio Eletrónico	Resposta
Aveiro	geral@cm-aveiro.pt	
Avis	geral@cm-avis.pt	
Azambuja	geral@cm-azambuja.pt	
Baião	geral@cm-baiiao.pt	
Barcelos	geral@cm-barcelos.pt	Ver no Site
Barrancos	geral@cm-barrancos.pt	
Barreiro	geral@cm-barreiro.pt	
Batalha	geral@cm-batalha.pt	Documento com Programas
Beja	geral@cm-beja.pt	
Belmonte	cmbelmonte@mail.telepac.pt	
Benavente	cmb@cm-benavente.pt	Documento com Programas
Bombarral	geral@cm-bombarral.pt	
Borba	girp@cm-borba.pt	
Boticas	municipio@cm-boticas.pt	
Braga	gab.presidencia@cm-braga.pt	Ver no Site
Bragança	cmb@cm-braganca.pt	Ver no Site
Cabeceiras de Basto	servicoatendimentounico@cabeceira sdebasto.pt	
Cadaval	geral@cm-cadaval.pt	
Caldas da Rainha	geral@cm-caldas-rainha.pt	
Caminha	geral@cm-caminha.pt	
Campo Maior	geral@cm-campo-maior.pt	
Cantanhede	geral@cm-cantanhede.pt	
Carrazeda de Ansiães	geral@cmca.pt	
Carregal do Sal	geral@cm-carregal.pt	
Cartaxo	gap@cm-cartaxo.pt	
Cascais	atendimento.municipal@cm- cascais.pt	
Castanheira de Pera	camara@cm-castanheiradepera.pt	
Castelo Branco	camara@cm-castelobranco.pt	
Castelo de Paiva	geral@cm-castelo-paiva.pt	
Castelo de Vide	cm.castvide@mail.telepac.pt	
Castro Daire	geral@cm-castrodaire.pt	
Castro Marim	expediente@cm-castromarim.pt	Documento com Programas
Castro Verde	geral@cm-castroverde.pt	
Celorico da Beira	geral@cm-celoricodabeira.pt	
Celorico de Basto	geral@mun-celoricodebasto.pt	
Chamusca	geral@cm-chamusca.pt	
Chaves	municipio@chaves.pt	
Cinfães	geral@cm-cinfaes.pt	
Coimbra	geral@cm-coimbra.pt	Documento com Programas

Município	Correio Eletrónico	Resposta
Condeixa-a-Nova	geral@cm-condeixa.pt	
Constância	geral@cm-constancia.pt	Documento com Programas
Coruche	geral@cm-coruche.pt	
Covilhã	info@cm-covilha.pt	Documento com Programas
Crato	geral@cm-crato.pt	Ver no Site
Cuba	geral@cm-cuba.pt	Documento com Programas
Elvas	geral@cm-elvas.pt	Documento com Programas
Entroncamento	geral@cm-entroncamento.pt	
Espinho	geral@cm-espinho.pt	Ver no Site
Esposende	benjamim.pereira@cm-esposende.pt	Contactar 962020398 - Alzira Maciel
Estarreja	geral@cm-estarreja.pt	
Estremoz	gap@cm-estremoz.pt	
Évora	cmevora@cm-evora.pt	Ver no Site
Fafe	geral@cm-fafe.pt	
Faro	geral@cm-faro.pt	Email Registado
Felgueiras	gapp@cm-felgueiras.pt	
Ferreira do Alentejo	geral@cm-ferreira-alentejo.pt	
Ferreira do Zêzere	geral@cm-ferreiradozezere.pt	Ver no Site
Figueira da Foz	municipe@cm-figfoz.pt	
Figueira de Castelo Rodrigo	cm-fcr@cm-fcr.pt	
Figueiró dos Vinhos	secretaria@cm-figueirodosvinhos.pt	
Fornos de Algodres	geral@cm-fornosdealgodres.pt	
Freixo de Espada à Cinta	geral@cm-fec.pt	
Fronteira	municipio@cm-fronteira.pt	
Fundão	geral@cm-fundao.pt	
Gavião	geral@cm-gaviao.pt	
Góis	correio@cm-gois.pt	
Golegã	geral@cm-golega.pt	
Gondomar	geral@cm-gondomar.pt	
Gouveia	geral@cm-gouveia.pt	
Grândola	gab.presidente@cm-grandola.pt	Ver no Site
Guarda	geral@mun-guarda.pt	
Guimarães	geral@cm-guimaraes.pt	
Idanha-a-Nova	geral@cm-idanhaova.pt	
Ílhavo	geralcmi@cm-ilhavo.pt	
Lagoa (Algarve)	expediente@cm-lagoa.pt	
Lagos	expediente.geral@cm-lagos.pt	
Lamego	geral@cm-lamego.pt	
Leiria	cmleiria@cm-leiria.pt	

Município	Correio Eletrónico	Resposta
Lisboa	gab.presidente@cm-lisboa.pt	
Loulé	gab.comunicacao@cm-loule.pt	
Loures	geral@cm-loures.pt	Email Registado
Lourinhã	geral@cm-lourinha.pt	
Lousã	geral@cm-lousa.pt	Ver no Site e Contactar 239990375
Lousada	cm-lousada@cm-lousada.pt	
Mação	geral@cm-macao.pt	
Macedo de Cavaleiros	geral@cm-macedodecavaleiros.pt	
Mafra	geral@cm-mafra.pt	
Maia	geral@cm-maia.pt	
Mangualde	geral@cmmangualde.pt	
Manteigas	geral@cm-manteigas.pt	Documento com Programas
Marco de Canaveses	info@cm-marco-canaveses.pt	
Marinha Grande	geral@cm-mgrande.pt	Documento com Programas
Marvão	geral@cm-marvao.pt	
Matosinhos	mail@cm-matosinhos.pt	Documento com Programas
Mealhada	gabpresidencia@cm-mealhada.pt	Ver no Site
Mêda	cmeda@cm-meda.pt	
Melgaço	geral@cm-melgaco.pt	
Mértola	geral@cm-mertola.pt	
Mesão Frio	geral@cm-mesaofrio.pt	
Mira	geral@cm-mira.pt	
Miranda do Corvo	camara@cm-mirandadorcorvo.pt	
Miranda do Douro	geral@cm-mdouro.pt	
Mirandela	geral@cm-mirandela.pt	Ver no Site
Mogadouro	geral@mogadouro.pt	
Moimenta da Beira	cmmbeira@cm-moimenta.pt	
Moita	cmmoita@cm-moita.pt	
Monção	geral@cm-moncao.pt	
Monchique	geral@cm-monchique.pt	
Mondim de Basto	aamaral@cm-mondimdebasto.pt	
Monforte	cmmonforte@mail.telepac.pt	
Montalegre	municipio@cm-montalegre.pt	
Montemor-o-Novo	cmmontemor@cm-montemornovo.pt	
Montemor-o-Velho	geral@cm-montemorvelho.pt	
Montijo	geral@mun-montijo.pt	Documento com Programas
Mora	geral@cm-mora.pt	
Mortágua	mortagua@cm-mortagua.pt	
Moura	cmmoura@cm-moura.pt	Documento com Programas
Mourão	gap@cm-mourao.pt	

Município	Correio Eletrónico	Resposta
Murça	gap@cm-murca.pt	
Murtosa	geral@cm-murtosa.pt	
Nazaré	geral@cm-nazare.pt	
Nelas	geral@cm-nelas.pt	
Nisa	geral@cm-nisa.pt	
Óbidos	geral@cm-obidos.pt	
Odemira	geral@cm-odemira.pt	
Odivelas	geral@cm-odivelas.pt	Email Registado
Oeiras	geral@cm-oeiras.pt	Documento com Programas
Oleiros	geral@cm-oleiros.pt	
Olhão	geral@cm-olhao.pt	Email Registado
Oliveira de Azeméis	geral@cm-oaz.pt	
Oliveira de Frades	cmofrades@mail.telepac.pt	
Oliveira do Bairro	geral@cm-olb.pt	Envio de Relatório de Atividades
Oliveira do Hospital	geral@cm-oliveiradohospital.pt	
Ourém	geral@mail.cm-ourem.pt	
Ourique	geral@cmourique.pt	
Ovar	gapresidencia@cm-ovar.pt	
Paços de Ferreira	geral@cm-pacosdeferreira.pt	
Palmela	geral@cm-palmela.pt	Documento com Programas
Pampilhosa da Serra	municipio@cm-pampilhosadaserra.pt	
Paredes	cmparedes@cm-paredes.pt	
Paredes de Coura	contacto@cm-paredes-coura.pt	
Pedrógão Grande	geral@cm-pedrogaogrande.pt	
Penacova	geral@cm-penacova.pt	
Penafiel	penafiel@cm-penafiel.pt	
Penalva do Castelo	geral@cm-penalvadocastelo.pt	
Penamacor	secretaria.gap@cm-penamacor.pt	
Penedono	cm-penedono@cm-penedono.pt	
Penela	cmpenela@cm-penela.pt	
Peniche	cmpeniche@cm-peniche.pt	Ver no Site
Peso da Régua	cmregua@cmpr.pt	
Pinhel	cm-pinhel@cm-pinhel.pt	
Pombal	geral@cm-pombal.pt	Email Registado
Ponte da Barca	geral@cmpb.pt	
Ponte de Lima	geral@cm-pontedelima.pt	
Ponte de Sor	geral@cm-pontedesor.pt	
Portalegre	municipio@cm-portalegre.pt	
Portel	geral@mail.cm-portel.pt	Ver no Site
Portimão	geral@cm-portimao.pt	Ver no Site

Município	Correio Eletrónico	Resposta
Porto	geral@cm-porto.pt	Documento com Programas
Porto de Mós	geral@municipio-portodemos.pt	
Póvoa de Lanhoso	apoio.presidencia@mun-planhoso.pt	
Póvoa de Varzim	presidencia@cm-pvarzim.pt	Ver no Site
Proença-a-Nova	geral@cm-proencanova.pt	
Redondo	geral@cm-redondo.pt	
Reguengos de Monsaraz	geral@cm-reguengos-monsaraz.pt	Documento com Programas
Resende	geral@cm-resende.pt	
Ribeira de Pena	geral@cm-rpena.pt	
Rio Maior	geral@cm-riomaior.pt	
Sabrosa	geral@cm-sabrosa.pt	
Sabugal	geral@cm-sabugal.pt	
Salvaterra de Magos	geral@cm-salvaterrademagos.pt	Ver no Site
Santa Comba Dão	geral@cm-santacombadao.pt	
Santa Maria da Feira	santamariadafeira@cm-feira.pt	Ver no Site
Santa Marta de Penaguião	geral@cm-smpenaguiao.pt	
Santarém	geral@cm-santarem.pt	
Santiago do Cacém	geral@cm-santiagocacem.pt	
Santo Tirso	gap@cm-stirso.pt	
São Brás de Alportel	gap@cm-sbras.pt	
São João da Madeira	geral@cm-sjm.pt	
São João da Pesqueira	cmsjp@sjpesqueira.pt	
São Pedro do Sul	geral@cm-spsul.pt	Email Registado
Sardoal	geral@cm-sardoal.pt	
Sátão	geral@cm-satao.pt	
Seia	cm-seia@cm-seia.pt	
Seixal	presidencia@cm-seixal.pt	Ver no Site
Sernancelhe	geral@cm-sernancelhe.pt	
Serpa	geral@cm-serpa.pt	Documento com Programas
Sertão	cmsgeral@cm-serta.pt	
Sesimbra	informacao@cm-sesimbra.pt	
Setúbal	geral@mun-setubal.pt	
Sever do Vouga	cm.sever@cm-sever.pt	
Silves	gabinete.presidente@cm-silves.pt	Ver no Site
Sines	info@mun-sines.pt	
Sintra	presidencia@cm-sintra.pt	Documento com Programas
Sobral de Monte Agraço	geral@cm-sobral.pt	
Soure	geral@cm-soure.pt	
Sousel	geral@cm-sousel.pt	
Tábua	geral@cm-tabua.pt	

Município	Correio Eletrónico	Resposta
Tabuaço	geral @cm-tabuaco.pt	Ver no Site
Tarouca	camara@cm-tarouca.pt	
Tavira	camara@cm-tavira.pt	
Terras de Bouro	geral@cm-terrasdebouro.pt	
Tomar	presidencia@cm-tomar.pt	Documento com Programas
Tondela	geral@cm-tondela.pt	
Torre de Moncorvo	geral@torredemoncorvo.pt	
Torres Novas	geral@cm-torresnovas.pt	
Torres Vedras	geral@cm-tvedras.pt	Enviar para outro email, mas sem resposta
Trancoso	geral@cm-trancoso.pt	
Trofa	geral@mun-trofa.pt	
Vagos	geral@cm-vagos.pt	Documento com Programas
Vale de Cambra	geral@cm-valedecambra.pt	
Valença	geral@cm-valenca.pt	
Valongo	presidencia@cm-valongo.pt	Enviar para outro email, mas sem resposta
Valpaços	municipio@valpacos.pt	
Vendas Novas	geral@cm-vendasnovas.pt	
Viana do Alentejo	camara@cm-vianadoalentejo.pt	
Viana do Castelo	cmviana@cm-viana-castelo.pt	
Vidigueira	geral@cm-vidigueira.pt	Contactar Paulo Coelho - 969297294
Vieira do Minho	geral@cm-vminho.pt	
Vila de Rei	geral@cm-viladerei.pt	
Vila do Bispo	geral@cm-viladobispo.pt	
Vila do Conde	geral@cm-viladoconde.pt	
Vila Flor	geral@cm-vilaflor.pt	
Vila Franca de Xira	gap@cm-vfxira.pt	
Vila Nova da Barquinha	geral@cm-vnbarquinha.pt	Ver no Site
Vila Nova de Cerveira	geral@cm-vncerveira.pt	
Vila Nova de Famalicão	camaramunicipal@vilanovadefamaliao.org	
Vila Nova de Foz Côa	correio@cm-fozcoa.pt	
Vila Nova de Gaia	geral@cm-gaia.pt	
Vila Nova de Paiva	geral@cm-vnpaiva.pt	
Vila Nova de Poiares	geral@cm-vilanovadepoiares.pt	Ver no Site
Vila Pouca de Aguiar	geral@cm-vpaguiar.pt	
Vila Real	geral@cm-vilareal.pt	
Vila Real de Santo António	geral@cm-vrsa.pt	
Vila Velha de Ródão	geral@cm-vvrodao.pt	

Município	Correio Eletrónico	Resposta
Vila Verde	geral@cm-vilaverde.pt	
Vila Viçosa	geral@cm-vilavicoso.pt	
Vimioso	gi.cmv@cm-vimioso.pt	
Vinhais	geral@cm-vinhais.pt	
Viseu	apoiomunicipe@cmviseu.pt	
Vizela	geral@cm-vizela.pt	
Vouzela	geral@cm-vouzela.pt	

ANEXO 6 – Quadro resumo dos parâmetros analisados, por Distrito, ordenados de forma crescente

IndEnv	IndDep	NProg	Total Orçamento	Total % Execução	NProg com Objetivo	NProg com Indicador	NProg com Metas
Portalegre	Braga	Bragança	Viana do Castelo	Viana do Castelo	Évora	Castelo Branco	Santarém
Beja	Viana do Castelo	Viana do Castelo	Guarda	Beja	Castelo Branco	Braga	Leiria
Bragança	Setúbal	Castelo Branco	Bragança	Bragança	Portalegre	Viana do Castelo	Lisboa
Évora	Porto	Évora	Coimbra	Guarda	Bragança	Beja	Bragança
Guarda	Lisboa	Vila Real	Santarém	Faro	Vila Real	Santarém	Porto
Vila Real	Beja	Braga	Setúbal	Vila Real	Viana do Castelo	Évora	Coimbra
Castelo Branco	Évora	Portalegre	Leiria	Coimbra	Guarda	Viseu	Portalegre
Viana do Castelo	Castelo Branco	Guarda	Faro	Castelo Branco	Braga	Bragança	Castelo Branco
Viseu	Aveiro	Leiria	Castelo Branco	Leiria	Leiria	Guarda	Viseu
Coimbra	Vila Real	Viseu	Aveiro	Braga	Viseu	Porto	Aveiro
Faro	Leiria	Setúbal	Vila Real	Viseu	Setúbal	Aveiro	Guarda
Leiria	Bragança	Beja	Portalegre	Porto	Beja	Vila Real	Braga
Santarém	Faro	Coimbra	Évora	Portalegre	Porto	Leiria	Setúbal
Braga	Coimbra	Faro	Beja	Santarém	Coimbra	Setúbal	Évora
Aveiro	Portalegre	Porto	Braga	Setúbal	Faro	Portalegre	Faro
Setúbal	Guarda	Santarém	Viseu	Évora	Santarém	Coimbra	Viana do Castelo
Porto	Santarém	Aveiro	Lisboa	Lisboa	Aveiro	Faro	Beja
Lisboa	Viseu	Lisboa	Porto	Aveiro	Lisboa	Lisboa	Vila Real

ANEXO 7 – Distribuição, por Município, da População Residente, com mais de 65 anos, Índice de Envelhecimento e Índice de Dependência

<i>Distrito</i>	Município	NUT2	NUT3	ARS	População residente	População residente com mais de 65 anos	IndEnv	IndDep
<i>Aveiro</i>	Águeda	16	16D	ARS Centro	45992	10840	195,3	36,6
<i>Aveiro</i>	Albergaria-a-Velha	16	16D	ARS Centro	24128	5080	163,4	31,9
<i>Aveiro</i>	Anadia	16	16D	ARS Centro	27298	7398	257,2	43,5
<i>Aveiro</i>	Arouca	11	11A	ARS Centro	20861	4395	162,1	32
<i>Aveiro</i>	Aveiro	16	16D	ARS Centro	77916	15499	142,1	30,1
<i>Aveiro</i>	Castelo de Paiva	11	11C	ARS Centro	15567	5816	146,8	27,2
<i>Aveiro</i>	Espinho	11	11A	ARS Centro	29484	7567	227,9	40,7
<i>Aveiro</i>	Estarreja	16	16D	ARS Centro	25965	5618	170,8	32,9
<i>Aveiro</i>	Santa Maria da Feira	11	11A	ARS Centro	138525	25759	144,2	27,1
<i>Aveiro</i>	Ílhavo	16	16D	ARS Centro	38405	7479	141,5	29,2
<i>Aveiro</i>	Mealhada	16	16E	ARS Centro	19892	9316	195,4	36,2
<i>Aveiro</i>	Murtosa	16	16D	ARS Centro	10244	2139	149,8	32
<i>Aveiro</i>	Oliveira de Azeméis	11	11A	ARS Centro	66113	14124	187,9	31,8
<i>Aveiro</i>	Oliveira do Bairro	26	16D	ARS Centro	23944	4986	147	32
<i>Aveiro</i>	Ovar	16	16D	ARS Centro	54120	10550	154,4	28,7
<i>Aveiro</i>	São João da Madeira	11	11A	ARS Centro	21761	4257	156,2	28,8
<i>Aveiro</i>	Sever do Vouga	16	16D	ARS Centro	22685	4949	167,5	33,5
<i>Aveiro</i>	Vagos	16	16D	ARS Centro	21399	5363	232,4	39,1
<i>Aveiro</i>	Vale de Cambra	11	11A	ARS Centro	21399	10726	232,4	39,1
<i>Beja</i>	Aljustrel	18	184	ARS Alentejo	8285	2288	233	45,6
<i>Beja</i>	Almodôvar	18	184	ARS Alentejo	6746	1976	250,4	49,6
<i>Beja</i>	Alvito	18	184	ARS Alentejo	2462	554	194,4	34,1
<i>Beja</i>	Barrancos	18	184	ARS Alentejo	1645	371	167,9	35,2
<i>Beja</i>	Beja	18	184	ARS Alentejo	33550	7541	148,5	36
<i>Beja</i>	Castro Verde	18	184	ARS Alentejo	6946	1591	194,5	35,1

<i>Distrito</i>	Município	NUT2	NUT3	ARS	População residente	População residente com mais de 65 anos	IndEnv	IndDep
<i>Beja</i>	Cuba	18	184	ARS Alentejo	4599	1023	165,3	34,6
<i>Beja</i>	Ferreira do Alentejo	18	184	ARS Alentejo	7848	1984	199,6	40,7
<i>Beja</i>	Mértola	18	184	ARS Alentejo	6202	2207	389,2	64,4
<i>Beja</i>	Moura	18	184	ARS Alentejo	13749	3138	152,8	36,7
<i>Beja</i>	Odemira	18	181	ARS Alentejo	24621	6786	238,3	45,3
<i>Beja</i>	Ourique	18	184	ARS Alentejo	4653	1426	321,9	51,2
<i>Beja</i>	Serpa	18	184	ARS Alentejo	14374	3719	236,4	40,9
<i>Beja</i>	Vidigueira	18	184	ARS Alentejo	5498	1269	162,5	36,8
<i>Braga</i>	Amares	11	112	ARS Norte	18114	3399	147,7	27,4
<i>Braga</i>	Barcelos	11	112	ARS Norte	116531	20484	136,1	25,3
<i>Braga</i>	Braga	11	112	ARS Norte	181919	30182	115,7	24
<i>Braga</i>	Cabeceiras de Basto	11	119	ARS Norte		3013	147,4	28,3
<i>Braga</i>	Celorico de Basto	11	11C	ARS Norte	19075	3901	176,6	30,1
<i>Braga</i>	Esposende	11	112	ARS Norte	34057	5882	122	25,2
<i>Braga</i>	Fafe	11	119	ARS Norte	48271	9467	159,8	28,8
<i>Braga</i>	Guimarães	11	119	ARS Norte	152792	27071	137,1	25,5
<i>Braga</i>	Póvoa de Lanhoso	11	119	ARS Norte	21446	4014	150,5	27,2
<i>Braga</i>	Terras de Bouro	11	112	ARS Norte	6405	1711	256,1	42,5
<i>Braga</i>	Vieira do Minho	11	119	ARS Norte	11898	2833	230,5	36,2
<i>Braga</i>	Vila Nova de Famalicão	11	119	ARS Norte	131738	23406	136,2	25,7
<i>Braga</i>	Vila Verde	11	112	ARS Norte	46865	8877	140	28,1
<i>Braga</i>	Vizela	11	119	ARS Norte	23840	3564	112,1	20,8
<i>Bragança</i>	Alfândega da Fé	11	11E	ARS Norte	4568	1507	394,5	56,3
<i>Bragança</i>	Bragança	11	11E	ARS Norte	33586	8372	217,9	39,2
<i>Bragança</i>	Carraceda de Ansiães	11	11D	ARS Norte	5683	1974	345,7	62,9

<i>Distrito</i>	<i>Município</i>	<i>NUT2</i>	<i>NUT3</i>	<i>ARS</i>	População residente	População residente com mais de 65 anos	IndEnv	IndDep
<i>Bragança</i>	Freixo de Espada à Cinta	11	11D	ARS Norte	3312	1020	298,2	52,3
<i>Bragança</i>	Macedo de Cavaleiros	11	11E	ARS Norte	14550	4591	345,2	53,2
<i>Bragança</i>	Miranda do Douro	11	11E	ARS Norte	6877	2260	378,6	56,2
<i>Bragança</i>	Mirandela	11	11E	ARS Norte	21808	6110	264,3	45,6
<i>Bragança</i>	Mogadouro	11	11E	ARS Norte	8481	2962	397,1	62,1
<i>Bragança</i>	Torre de Moncorvo	11	11D	ARS Norte	7716	2773	466,1	63,8
<i>Bragança</i>	Vila Flor	11	11E	ARS Norte	6073	1844	332,9	50,2
<i>Bragança</i>	Vimioso	11	11E	ARS Norte	4070	1447	345,3	65,7
<i>Bragança</i>	Vinhais	11	11E	ARS Norte	7847	3278	593,8	81,6
<i>Castelo Branco</i>	Belmonte	16	16J	ARS Centro	6407	1726	265,5	42,8
<i>Castelo Branco</i>	Castelo Branco	16	16H	ARS Centro	52192	13411	210,2	41,4
<i>Castelo Branco</i>	Covilhã	16	16J	ARS Centro	47127	13039	252,1	45,1
<i>Castelo Branco</i>	Fundão	16	16J	ARS Centro	26719	7658	269,3	47,2
<i>Castelo Branco</i>	Idanha-a-Nova	16	16H	ARS Centro	8157	3284	431	79,9
<i>Castelo Branco</i>	Oleiros	16	16H	ARS Centro	5045	1971	684,4	70,7
<i>Castelo Branco</i>	Penamacor	16	16H	ARS Centro	4831	1909	621,8	73
<i>Castelo Branco</i>	Proença-a-Nova	16	16H	ARS Centro	7390	2385	379,8	54,5
<i>Castelo Branco</i>	Sertã	16	16I	ARS Centro	14682	4263	267,4	48,3

<i>Distrito</i>	<i>Município</i>	<i>NUT2</i>	<i>NUT3</i>	<i>ARS</i>	<i>População residente</i>	<i>População residente com mais de 65 anos</i>	<i>IndEnv</i>	<i>IndDep</i>
<i>Castelo Branco</i>	Vila de Rei	16	16I	ARS Centro	3321	1045	439,1	51,3
<i>Castelo Branco</i>	Vila Velha de Ródão	16	16H	ARS Centro	3167	1225	638	70
<i>Coimbra</i>	Arganil	16	16E	ARS Centro	11068	3120	278,6	45,7
<i>Coimbra</i>	Cantanhede	16	16E	ARS Centro	35068	9433	235,6	43,6
<i>Coimbra</i>	Coimbra	16	16E	ARS Centro	133724	34154	202,9	41,3
<i>Coimbra</i>	Condeixa-a-Nova	16	16E	ARS Centro	17597	3455	137,5	29,7
<i>Coimbra</i>	Figueira da Foz	16	16E	ARS Centro	58866	14872	212,6	40,2
<i>Coimbra</i>	Góis	16	16E	ARS Centro	3825	1157	302,9	50,6
<i>Coimbra</i>	Lousã	16	16E	ARS Centro	17128	3389	138,7	30
<i>Coimbra</i>	Mira	16	16E	ARS Centro	11831	3144	226,8	43,1
<i>Coimbra</i>	Miranda do Corvo	16	16E	ARS Centro	12687	2829	218	33
<i>Coimbra</i>	Montemor-o-Velho	16	16E	ARS Centro	25230	6133	200,2	38,3
<i>Coimbra</i>	Oliveira do Hospital	16	16E	ARS Centro	19331	5073	238,5	41,8
<i>Coimbra</i>	Pampilhosa da Serra	16	16E	ARS Centro	4052	1579	531,6	72,6
<i>Coimbra</i>	Penacova	16	16E	ARS Centro	13812	3942	286,5	46,4
<i>Coimbra</i>	Penela	16	16E	ARS Centro	5439	1636	279,2	50,9
<i>Coimbra</i>	Soure	16	16E	ARS Centro	17277	5226	280,2	51,3
<i>Coimbra</i>	Tábua	16	16E	ARS Centro	11403	2715	209,5	36,7
<i>Coimbra</i>	Vila Nova de Poiares	16	16E	ARS Centro	6929	1331	155,9	28,1
<i>Évora</i>	Alandroal	18	187	ARS Alentejo	5064	1542	291,5	51,5
<i>Évora</i>	Arraiolos	18	187	ARS Alentejo	6944	1942	251,9	45,9
<i>Évora</i>	Borba	18	187	ARS Alentejo	6790	1926	255,1	46,9
<i>Évora</i>	Estremoz	18	187	ARS Alentejo	12816	3826	270,4	50,5
<i>Évora</i>	Évora	18	187	ARS Alentejo	52454	12139	168,5	36,7

<i>Distrito</i>	Município	NUT2	NUT3	ARS	População residente	População residente com mais de 65 anos	IndEnv	IndDep
<i>Évora</i>	Montemor-o-Novo	18	187	ARS Alentejo	15740	4723	281,1	50,6
<i>Évora</i>	Mora	18	187	ARS Alentejo	4188	1365	325,8	56,8
<i>Évora</i>	Mourão	18	187	ARS Alentejo	2456	551	173,3	34,7
<i>Évora</i>	Portel	18	187	ARS Alentejo	5870	1615	239,3	45,1
<i>Évora</i>	Redondo	18	187	ARS Alentejo	6387	1618	209	40,5
<i>Évora</i>	Reguengos de Monsaraz	18	187	ARS Alentejo	10036	2483	193,7	39,6
<i>Évora</i>	Vendas Novas	18	187	ARS Alentejo	11259	3142	225,1	46,7
<i>Évora</i>	Viana do Alentejo	18	187	ARS Alentejo	5142	1125	164,7	33,7
<i>Évora</i>	Vila Viçosa	18	187	ARS Alentejo	7719	1893	214,9	38,3
<i>Faro</i>	Albufeira	15	150	ARS Algarve	41123	6855	99,6	25
<i>Faro</i>	Alcoutim	15	150	ARS Algarve	5599	1025	661,3	96,3
<i>Faro</i>	Aljezur	15	150	ARS Algarve	6274	1733	240	55,1
<i>Faro</i>	Castro Marim	15	150	ARS Algarve	60974	1742	249,9	45,4
<i>Faro</i>	Faro	15	150	ARS Algarve	22748	13204	139,4	34,5
<i>Faro</i>	Lagoa	15	150	ARS Algarve	30442	4756	143,6	32,4
<i>Faro</i>	Lagos	15	150	ARS Algarve	68873	6405	144	32,7
<i>Faro</i>	Loulé	15	150	ARS Algarve	5182	14483	138,9	32,9
<i>Faro</i>	Monchique	15	150	ARS Algarve	44607	1815	370,4	63,1
<i>Faro</i>	Olhão	15	150	ARS Algarve	55416	8936	128,3	31,1
<i>Faro</i>	Portimão	15	150	ARS Algarve	10416	11074	121,8	31,4
<i>Faro</i>	São Brás de Alportel	15	150	ARS Algarve	36174	2300	158,7	34,5
<i>Faro</i>	Silves	15	150	ARS Algarve	24750	8579	171,2	38
<i>Faro</i>	Tavira	15	150	ARS Algarve	5154	6501	199,9	43,3
<i>Faro</i>	Vila do Bispo	15	150	ARS Algarve	18888	1374	215,4	43,7

<i>Distrito</i>	Município	NUT2	NUT3	ARS	População residente	População residente com mais de 65 anos	IndEnv	IndDep
<i>Faro</i>	Vila Real de Santo António	15	150	ARS Algarve	4740	4171	148,9	35
<i>Guarda</i>	Aguiar da Beira	16	16G	ARS Centro	5926	1239	298,6	40,1
<i>Guarda</i>	Almeida	16	16J	ARS Centro	6978	2153	613,4	62,9
<i>Guarda</i>	Celorico da Beira	16	16J	ARS Centro	5652	2114	305,1	50,7
<i>Guarda</i>	Figueira de Castelo Rodrigo	16	16J	ARS Centro	4561	1777	285,2	54,6
<i>Guarda</i>	Fornos de Algodres	16	16J	ARS Centro	12486	1234	272,4	42,9
<i>Guarda</i>	Gouveia	16	16J	ARS Centro	39103	4190	377,5	58,3
<i>Guarda</i>	Guarda	16	16J	ARS Centro	3037	8961	195,4	35,1
<i>Guarda</i>	Manteigas	16	16J	ARS Centro	4617	915	394,4	48,4
<i>Guarda</i>	Mêda	16	16J	ARS Centro	8607	1680	419	66,2
<i>Guarda</i>	Pinhel	16	16J	ARS Centro	10748	2929	379,4	59,7
<i>Guarda</i>	Sabugal	16	16J	ARS Centro	22412	4046	497,7	68,7
<i>Guarda</i>	Seia	16	16J	ARS Centro	8946	6402	283,3	46,6
<i>Guarda</i>	Trancoso	16	16J	ARS Centro	6541	2783	354,1	51,8
<i>Guarda</i>	Vila Nova de Foz Côa	11	11D	ARS Centro	53641	2069	358,6	53,1
<i>Leiria</i>	Alcobaça	16	16B	ARS Centro	6626	12375	196,9	35,4
<i>Leiria</i>	Alvaiázere	16	16F	ARS Centro	12106	2131	343,7	55
<i>Leiria</i>	Ansião	16	16F	ARS Centro	15840	3320	272,1	43,9
<i>Leiria</i>	Batalha	16	16F	ARS Centro	12533	3289	154,7	31,5
<i>Leiria</i>	Bombarral	16	16B	ARS Centro	51540	3055	202,7	38,3
<i>Leiria</i>	Caldas da Rainha	16	16B	ARS Centro	2650	11316	170,4	33,7
<i>Leiria</i>	Castanheira de Pêra	16	16F	ARS Centro	5608	957	453,6	64,6
<i>Leiria</i>	Figueiró dos Vinhos	16	16F	ARS Centro	124857	1798	341,2	54,8
<i>Leiria</i>	Leiria	16	16F	ARS Centro	38404	25392	148,4	30,8

<i>Distrito</i>	Município	NUT2	NUT3	ARS	População residente	População residente com mais de 65 anos	IndEnv	IndDep
<i>Leiria</i>	Marinha Grande	16	16F	ARS Centro	14180	8601	165,4	35
<i>Leiria</i>	Nazaré	16	16B	ARS Centro	11719	3340	171,2	37,6
<i>Leiria</i>	Óbidos	16	16B	ARS Centro	3429	2828	188,9	38,2
<i>Leiria</i>	Pedrógão Grande	16	16F	ARS Centro	26487	1032	303,5	50,2
<i>Leiria</i>	Peniche	16	16B	ARS Centro	51684	6042	160,4	36,2
<i>Leiria</i>	Pombal	16	16F	ARS Centro	23288	12732	207,6	38,8
<i>Leiria</i>	Porto de Mós	16	16F	ARS Centro	43596	5332	183,2	35,4
<i>Lisboa</i>	Alenquer	16	16B	ARS Lisboa e Vale do Tejo	15082	8375	125,8	29,3
<i>Lisboa</i>	Arruda dos Vinhos	16	16B	ARS Lisboa e Vale do Tejo	22445	2907	125,1	29,5
<i>Lisboa</i>	Azambuja	18	185	ARS Lisboa e Vale do Tejo	13627	4870	166,9	33,2
<i>Lisboa</i>	Cadaval	16	16B	ARS Lisboa e Vale do Tejo	212474	3600	217,9	43
<i>Lisboa</i>	Cascais	17	170	ARS Lisboa e Vale do Tejo	507220	43358	128,3	32
<i>Lisboa</i>	Lisboa	17	170	ARS Lisboa e Vale do Tejo	211359	143399	173,3	51
<i>Lisboa</i>	Loures	17	170	ARS Lisboa e Vale do Tejo	25670	45871	137,2	34,7
<i>Lisboa</i>	Lourinhã	16	16B	ARS Lisboa e Vale do Tejo	84008	5245	144,4	31,2
<i>Lisboa</i>	Mafra	17	170	ARS Lisboa e Vale do Tejo	176218	13530	94,8	24,1
<i>Lisboa</i>	Oeiras	17	170	ARS Lisboa e Vale do Tejo	388434	42990	157,8	40,6
<i>Lisboa</i>	Sintra	17	170	ARS Lisboa e Vale do Tejo	10490	66847	106,4	25,8

<i>Distrito</i>	Município	NUT2	NUT3	ARS	População residente	População residente com mais de 65 anos	IndEnv	IndDep
<i>Lisboa</i>	Sobral de Monte Agraço	16	16B	ARS Lisboa e Vale do Tejo	78220	1862	121	26,3
<i>Lisboa</i>	Torres Vedras	16	16B	ARS Lisboa e Vale do Tejo	141603	16444	152,4	32,3
<i>Lisboa</i>	Vila Franca de Xira	17	170	ARS Lisboa e Vale do Tejo	181724	25240	111,8	26,9
<i>Lisboa</i>	Amadora	17	170	ARS Lisboa e Vale do Tejo	159602	42453	150	38,3
<i>Lisboa</i>	Odivelas	17	170	ARS Lisboa e Vale do Tejo	3191	33152	126,3	33,1
<i>Portalegre</i>	Alter do Chão	18	186	ARS Alentejo	2860	915	257	47,7
<i>Portalegre</i>	Arronches	18	186	ARS Alentejo	4249	854	352,9	48,4
<i>Portalegre</i>	Avis	18	186	ARS Alentejo	7907	1273	315,9	49,5
<i>Portalegre</i>	Campo Maior	18	186	ARS Alentejo	2951	1774	156,2	35,5
<i>Portalegre</i>	Castelo de Vide	18	186	ARS Alentejo	3185	895	317,4	50,5
<i>Portalegre</i>	Crato	18	186	ARS Alentejo	20706	1096	366,6	61,2
<i>Portalegre</i>	Elvas	18	186	ARS Alentejo	2986	4800	182,9	36,1
<i>Portalegre</i>	Fronteira	18	186	ARS Alentejo	3347	870	257,4	48,9
<i>Portalegre</i>	Gavião	18	186	ARS Alentejo	3054	1198	429,4	64,1
<i>Portalegre</i>	Marvão	18	186	ARS Alentejo	2989	989	358,3	55,3
<i>Portalegre</i>	Monforte	18	186	ARS Alentejo	6149	737	182,4	39,9
<i>Portalegre</i>	Nisa	18	186	ARS Alentejo	15092	2155	402,8	62,3
<i>Portalegre</i>	Ponte de Sor	18	186	ARS Alentejo	22359	4007	232,6	42,8
<i>Portalegre</i>	Portalegre	18	186	ARS Alentejo	4454	6050	217,9	44,7
<i>Portalegre</i>	Sousel	18	186	ARS Alentejo	53366	1340	287,6	50,6
<i>Porto</i>	Amarante	11	11C	ARS Norte	18891	9975	150,7	27,1
<i>Porto</i>	Baião	11	11C	ARS Norte	56576	4000	182,9	31,5

<i>Distrito</i>	Município	NUT2	NUT3	ARS	População residente	População residente com mais de 65 anos	IndEnv	IndDep
<i>Porto</i>	Felgueiras	11	11C	ARS Norte	165631	8794	118,1	21,8
<i>Porto</i>	Gondomar	11	11A	ARS Norte	46790	32329	151	28,9
<i>Porto</i>	Lousada	11	11C	ARS Norte	137727	6406	94,7	19,1
<i>Porto</i>	Maia	11	11A	ARS Norte	51661	24146	119,8	25,8
<i>Porto</i>	Marco de Canaveses	11	11C	ARS Norte	174382	8334	119,4	22,9
<i>Porto</i>	Matosinhos	11	11A	ARS Norte	56709	36461	156,8	31,8
<i>Porto</i>	Paços de Ferreira	11	11C	ARS Norte	86072	8052	99,5	19,9
<i>Porto</i>	Paredes	11	11A	ARS Norte	69922	12763	101,3	21
<i>Porto</i>	Penafiel	11	11C	ARS Norte	215284	11087	112,4	22,6
<i>Porto</i>	Porto	11	11A	ARS Norte	62510	60990	219,8	48,2
<i>Porto</i>	Póvoa de Varzim	11	11A	ARS Norte	68221	11526	131,4	27,3
<i>Porto</i>	Santo Tirso	11	11A	ARS Norte	96570	15222	204,4	33,4
<i>Porto</i>	Valongo	11	11A	ARS Norte	79579	17116	123,5	26,1
<i>Porto</i>	Vila do Conde	11	11A	ARS Norte	299938	14785	130,5	27,7
<i>Porto</i>	Vila Nova de Gaia	11	11A	ARS Norte	38317	57715	141,4	28,7
<i>Porto</i>	Trofa	11	11A	ARS Norte	35377	6821	137,3	25,7
<i>Santarém</i>	Abrantes	16	16I	ARS Lisboa e Vale do Tejo	12860	10113	258,8	47,4
<i>Santarém</i>	Alcanena	16	16I	ARS Lisboa e Vale do Tejo	22569	3379	208,7	43
<i>Santarém</i>	Almeirim	18	185	ARS Lisboa e Vale do Tejo	7087	5538	178,2	39,8
<i>Santarém</i>	Alpiarça	18	185	ARS Lisboa e Vale do Tejo	30214	1973	211,5	47,2
<i>Santarém</i>	Benavente	18	185	ARS Lisboa e Vale do Tejo	23740	5369	113,1	26,7

<i>Distrito</i>	Município	NUT2	NUT3	ARS	População residente	População residente com mais de 65 anos	IndEnv	IndDep
<i>Santarém</i>	Cartaxo	18	185	ARS Lisboa e Vale do Tejo	9253	5367	176,9	35
<i>Santarém</i>	Chamusca	18	185	ARS Lisboa e Vale do Tejo	4002	2820	289,5	51,7
<i>Santarém</i>	Constância	16	16I	ARS Lisboa e Vale do Tejo	17629	884	165,2	34,2
<i>Santarém</i>	Coruche	18	185	ARS Lisboa e Vale do Tejo	21214	5560	299,9	54,4
<i>Santarém</i>	Entroncamento	16	16I	ARS Lisboa e Vale do Tejo	7989	4054	132,2	28,8
<i>Santarém</i>	Ferreira do Zêzere	16	16I	ARS Lisboa e Vale do Tejo	5375	2190	256,4	44,3
<i>Santarém</i>	Golegã	18	185	ARS Lisboa e Vale do Tejo	6323	1465	237,8	44,5
<i>Santarém</i>	Mação	16	16I	ARS Lisboa e Vale do Tejo	44068	2269	484,8	63,3
<i>Santarém</i>	Ourém	16	16I	ARS Lisboa e Vale do Tejo	20340	9859	185,5	34,1
<i>Santarém</i>	Rio Maior	18	185	ARS Lisboa e Vale do Tejo	21268	4728	175,2	36,6
<i>Santarém</i>	Salvaterra de Magos	18	185	ARS Lisboa e Vale do Tejo	57398	5091	195,6	37,5
<i>Santarém</i>	Santarém	18	185	ARS Lisboa e Vale do Tejo	3739	14383	191,6	40,5
<i>Santarém</i>	Sardoal	16	16I	ARS Lisboa e Vale do Tejo	36902	970	260,8	40,5
<i>Santarém</i>	Tomar	16	16I	ARS Lisboa e Vale do Tejo	34970	10070	257	43,9
<i>Santarém</i>	Torres Novas	16	16I	ARS Lisboa e Vale do Tejo	7402	8874	205,4	40,8

<i>Distrito</i>	<i>Município</i>	<i>NUT2</i>	<i>NUT3</i>	<i>ARS</i>	População residente	População residente com mais de 65 anos	IndEnv	IndDep
<i>Santarém</i>	Vila Nova da Barquinha	16	16I	ARS Lisboa e Vale do Tejo	11712	1926	215,4	42
<i>Setúbal</i>	Alcácer do Sal	18	181	ARS Lisboa e Vale do Tejo	19505	3501	260,5	51
<i>Setúbal</i>	Alcochete	17	170	ARS Lisboa e Vale do Tejo	168987	3247	98,8	25
<i>Setúbal</i>	Almada	17	170	ARS Lisboa e Vale do Tejo	75419	39072	154,6	37,3
<i>Setúbal</i>	Barreiro	17	170	ARS Lisboa e Vale do Tejo	14570	19838	187,3	44,1
<i>Setúbal</i>	Grândola	18	181	ARS Lisboa e Vale do Tejo	64526	3727	213,3	41
<i>Setúbal</i>	Moita	17	170	ARS Lisboa e Vale do Tejo	56887	13437	134,5	32,7
<i>Setúbal</i>	Montijo	17	170	ARS Lisboa e Vale do Tejo	64214	9782	101,3	26,1
<i>Setúbal</i>	Palmela	17	170	ARS Lisboa e Vale do Tejo	28725	12401	126,4	29,5
<i>Setúbal</i>	Santiago do Cacém	18	181	ARS Lisboa e Vale do Tejo	166835	7673	221,3	43,6
<i>Setúbal</i>	Seixal	17	170	ARS Lisboa e Vale do Tejo	51559	32815	126,5	30,4
<i>Setúbal</i>	Sesimbra	17	170	ARS Lisboa e Vale do Tejo	115758	8799	104,4	25,6
<i>Setúbal</i>	Setúbal	17	170	ARS Lisboa e Vale do Tejo	13631	25536	142,4	35,3
<i>Setúbal</i>	Sines	18	181	ARS Lisboa e Vale do Tejo	20970	2887	150,3	32,7
<i>Viana do Castelo</i>	Arcos de Valdevez	11	111	ARS Norte	15873	6826	334	56,4

<i>Distrito</i>	Município	NUT2	NUT3	ARS	População residente	População residente com mais de 65 anos	IndEnv	IndDep
<i>Viana do Castelo</i>	Caminha	11	111	ARS Norte	8144	4113	235,8	41,1
<i>Viana do Castelo</i>	Melgaço	11	111	ARS Norte	17902	2959	452,4	65,3
<i>Viana do Castelo</i>	Monção	11	111	ARS Norte	8560	5288	309,2	48,5
<i>Viana do Castelo</i>	Paredes de Coura	11	111	ARS Norte	11210	2382	243,3	45,8
<i>Viana do Castelo</i>	Ponte da Barca	11	111	ARS Norte	41499	2777	232,4	38,4
<i>Viana do Castelo</i>	Ponte de Lima	11	111	ARS Norte	13283	9041	175,8	33,1
<i>Viana do Castelo</i>	Valença	11	111	ARS Norte	84636	3325	220,2	39,4
<i>Viana do Castelo</i>	Viana do Castelo	11	111	ARS Norte	8877	19205	186,1	34,8
<i>Viana do Castelo</i>	Vila Nova de Cerveira	11	111	ARS Norte	10703	2077	202,2	36
<i>Vila Real</i>	Alijó	11	11D	ARS Norte	5059	3297	305,8	52,1
<i>Vila Real</i>	Boticas	11	11B	ARS Norte	39345	1669	366,8	56,9
<i>Vila Real</i>	Chaves	11	11B	ARS Norte	3996	10770	266,9	43,9
<i>Vila Real</i>	Mesão Frio	11	11D	ARS Norte	6985	925	222,9	34,8
<i>Vila Real</i>	Mondim de Basto	11	119	ARS Norte	9090	1552	218,9	32,9
<i>Vila Real</i>	Montalegre	11	11B	ARS Norte	5480	3257	463,3	63,5
<i>Vila Real</i>	Murça	11	11D	ARS Norte	15830	1641	293,6	50
<i>Vila Real</i>	Peso da Régua	11	11D	ARS Norte	6031	3601	207,3	34,3
<i>Vila Real</i>	Ribeira de Pena	11	11B	ARS Norte	5917	1643	257,1	43,8
<i>Vila Real</i>	Sabrosa	11	11D	ARS Norte	6649	1651	269,8	45,2

<i>Distrito</i>	Município	NUT2	NUT3	ARS	População residente	População residente com mais de 65 anos	IndEnv	IndDep
<i>Vila Real</i>	Santa Marta de Penaguião	11	11D	ARS Norte	14932	1819	297,2	43,1
<i>Vila Real</i>	Valpaços	11	11B	ARS Norte	12009	5249	407,8	62,5
<i>Vila Real</i>	Vila Pouca de Aguiar	11	11B	ARS Norte	49868	3626	344,3	49,5
<i>Vila Real</i>	Vila Real	11	11D	ARS Norte	5792	10353	165,9	31,1
<i>Viseu</i>	Armamar	11	11D	ARS Centro	9290	1559	287,6	42,2
<i>Viseu</i>	Carregal do Sal	16	16G	ARS Centro	13928	4898	230,2	42,4
<i>Viseu</i>	Castro Daire	16	16G	ARS Centro	18470	8116	270	48,5
<i>Viseu</i>	Cinfães	11	11C	ARS Centro	24959	4285	189,7	35,9
<i>Viseu</i>	Lamego	11	11D	ARS Centro	18618	5637	208,4	33,9
<i>Viseu</i>	Mangualde	16	16G	ARS Centro	9729	4785	218,5	41,1
<i>Viseu</i>	Moimenta da Beira	11	11D	ARS Centro	8856	2429	219,2	39,2
<i>Viseu</i>	Mortágua	16	16E	ARS Centro	13030	2715	309,2	51,6
<i>Viseu</i>	Nelas	16	16G	ARS Centro	9920	3526	225,4	44,4
<i>Viseu</i>	Oliveira de Frades	16	16G	ARS Centro	7175	2219	173,2	34,6
<i>Viseu</i>	Penalva do Castelo	16	16G	ARS Centro	2610	2144	292,1	49,9
<i>Viseu</i>	Penedono	11	11D	ARS Centro	10241	714	287,9	43,3
<i>Viseu</i>	Resende	11	11C	ARS Centro	10506	2371	195,3	35,6
<i>Viseu</i>	Santa Comba Dão	16	16G	ARS Centro	7154	2974	263	46,5
<i>Viseu</i>	São João da Pesqueira	11	11D	ARS Centro	15488	1671	211,3	35,6
<i>Viseu</i>	São Pedro do Sul	16	16G	ARS Centro	11602	4476	278,4	47,6
<i>Viseu</i>	Sátão	16	16G	ARS Centro	5384	2830	239	37,3
<i>Viseu</i>	Sernancelhe	11	11D	ARS Centro	6017	1403	271,4	40,5
<i>Viseu</i>	Tabuaço	11	11D	ARS Centro	7761	1540	312,4	38,7
<i>Viseu</i>	Tarouca	11	11D	ARS Centro	26548	1628	182,3	31,1
<i>Viseu</i>	Tondela	16	16G	ARS Centro	4723	7955	300,4	49,9

<i>Distrito</i>	Município	NUT2	NUT3	ARS	População residente	População residente com mais de 65 anos	IndEnv	IndDep
<i>Viseu</i>	Vila Nova de Paiva	16	16G	ARS Centro	96991	1274	251,8	43,3
<i>Viseu</i>	Viseu	16	16G	ARS Centro	9661	20429	154,7	32,2
<i>Viseu</i>	Vouzela	16	16G	ARS Centro	45992	2809	296,9	47,6

Fonte de Dados: População residente (N.º), por Local de residência (NUTS - 2013) em 2018

ANEXO 8 - Distribuição, por Área, do número de Programas de cada Município

Municípios	Área							Total
	1	2	3	4	5	6	7	
Abrantes			1		2			3
Águeda	1		1		1			3
Aguiar da Beira		1	1	1		1		4
Alandroal			2					2
Albergaria-a-Velha	1		1					2
Albufeira	2		1		1			4
Alcácer do Sal			1				1	2
Alcanena	2		2		1			5
Alcobaça		1						1
Alcochete	3		1					4
Alcoutim	1	2	2					5
Alenquer	2		2	1		1		6
Alfândega da Fé	2	2	2	1			1	8
Alijó	1		1		1			3
Aljezur	4		1					5
Aljustrel	4	1	2	1		1		9
Almada	4		1			1		6
Almeida	2	1	2	1	1			7
Almeirim						2		2
Almodôvar			2		2			4
Alpiarça	1			1	1	3		6
Alter do Chão		1		1				2
Alvaiázere	2		2		1	1		6
Alvito			1	1				2

Municípios	Área 1	2	3	4	5	6	7	Total
Amadora	3		4	2	1	3		13
Amarante	2		2					4
Amares			1					1
Anadia	1		1					2
Ansião			2	1				3
Arcos de Valdevez	3	1	2			1		7
Arganil	2							2
Armamar			1					1
Arouca	2				1			3
Arraiolos								0
Arronches			2	1				3
Arruda dos Vinhos	1	1	2	1	1			6
Aveiro			1					1
Avis			1					1
Azambuja		1	1			1		3
Baião	1	1	1		1			4
Barcelos	1							1
Barrancos	2		1	1	1			5
Barreiro	1		2	1		1		5
Batalha	2	1			3			6
Beja	3							3
Belmonte			2	1	1	2		6
Benavente	2		1	1		1	1	6
Bombarral	1		2					3
Borba		1	1					2

Municípios	Área 1	2	3	4	5	6	7	Total
Boticas			2			4		6
Braga	8							8
Bragança	2	1				1		4
Cabeceiras de Basto			2			1		3
Cadaval	1	1						2
Caldas da Rainha	1		2			1		4
Caminha			1	1				2
Campo Maior				1				1
Cantanhede	2					1		3
Carrazeda de Ansiães	1	1	2	1		2		7
Carregal do Sal			3				1	4
Cartaxo			1			1		2
Cascais	3		2	1				6
Castanheira de Pêra			1					1
Castelo Branco		1	1					2
Castelo de Paiva	3		1		1			5
Castelo de Vide	1		1					2
Castro Daire	1	1	1		1			4
Castro Marim	1	1	2	1		2		7
Castro Verde	2	1						3
Celorico da Beira	2							2
Celorico de Basto	1	1		1				3
Chamusca	2		1		1			4
Chaves		1						1
Cinfães	1							1

Municípios	Área 1	2	3	4	5	6	7	Total
Coimbra	2		2		1			5
Condeixa-a-Nova	1		1			4	1	7
Constância	3					1		4
Coruche	1					1		2
Covilhã	1		1					2
Crato			2			1		3
Cuba	2							2
Elvas	2		2			2		6
Entroncamento	1		2	1		1		5
Espinho	1					3		4
Esposende	2							2
Estarreja	1		1					2
Estremoz	1		2					3
Évora	2		1			1		4
Fafe	1		1			3		5
Faro						1		1
Felgueiras	2		1					3
Ferreira do Alentejo	2		1	1				4
Ferreira do Zêzere			1		1			2
Figueira da Foz		1	1			2		4
Figueira de Castelo Rodrigo	2		2					4
Figueiró dos Vinhos			2					2
Fornos de Algodres	2	1	1	1	1			6
Freixo de Espada à Cinta			2					2
Fronteira	1		1			2		4

Municípios	Área 1	2	3	4	5	6	7	Total
Fundão			2	1	1			4
Gavião	3		2	1				6
Góis	1	1						2
Golegã	2			1	1	1		5
Gondomar	1	1	1	1				4
Gouveia			2					2
Grândola	1		2				1	4
Guarda	1		2		1			4
Guimarães	1		2					3
Idanha-a-Nova			1					1
Ílhavo	3		1			1	1	6
Lagoa	2	1	1					4
Lagos			2					2
Lamego						1		1
Leiria			1		3			4
Lisboa	1		2				1	4
Loulé	1	1	1					3
Loures	2				1	1	1	5
Lourinhã	2		1		1	1		5
Lousã	4	1	1		2	3	1	12
Lousada	1		1				1	3
Mação	1		3	1				5
Macedo de Cavaleiros		1	2					3
Mafra	2		1				1	4
Maia	2	1	1	2	1			7

Municípios	Área 1	2	3	4	5	6	7	Total
Mangualde	1		1	1		1		4
Manteigas			1	2				3
Marco de Canaveses	2					1		3
Marinha Grande	1		1					2
Marvão		1				1		2
Matosinhos		1	2	2	1			6
Mealhada	3				1			4
Mêda	1		1					2
Melgaço	1			1				2
Mértola		1	2		1			4
Mesão Frio	3					1		4
Mira			1		1			2
Miranda do Corvo	1		2		1	1		5
Miranda do Douro			1					1
Mirandela	1							1
Mogadouro	1		1		1	1		4
Moimenta da Beira				1				1
Moita			2			1		3
Monção			1					1
Monchique	2		3			1		6
Mondim de Basto				2		1		3
Monforte			2	1		1		4
Montalegre						1		1
Montemor-o-Novo								0
Montemor-o-Velho	2		1		1			4

Municípios	Área							Total
	1	2	3	4	5	6	7	
Montijo	1	1	1			2		5
Mora	1		2	1		1		5
Mortágua	1							1
Moura	1							1
Mourão	1							1
Murça						1		1
Murtosa	2							2
Nazaré						1		1
Nelas		1	1					2
Nisa	1		2	1		1		5
Óbidos			1					1
Odemira	1		2			1	1	5
Odivelas		1			1	1		3
Oeiras	3		3	3	1	1		11
Oleiros		1			1	1		3
Olhão	1		1		1			3
Oliveira de Azeméis	1	1	4	1		2	1	10
Oliveira de Frades	1							1
Oliveira do Bairro	4	1	2			1		8
Oliveira do Hospital	1							1
Ourém	1		1		1			3
Ourique	2	2						4
Ovar	1	1	1			2		5
Paços de Ferreira	1		2					3
Palmela	3		2					5

Municípios	Área 1	2	3	4	5	6	7	Total
Pampilhosa da Serra	1		1					2
Paredes	2	1			1	1		5
Paredes de Coura	2	1	1		1			5
Pedrógão Grande	1		2	1				4
Penacova	1		1		1		1	4
Penafiel	1		1			1		3
Penalva do Castelo	1		1					2
Penamacor			1					1
Penedono						1	1	2
Penela			1					1
Peniche			3		1	1		5
Peso da Régua			1					1
Pinhel	1				1	1		3
Pombal	1			1	1			3
Ponte da Barca		2	1				1	4
Ponte de Lima					1			1
Ponte de Sor	1			1	1			3
Portalegre						2		2
Portel			2					2
Portimão	2					1		3
Porto	1		1	2	1	1		6
Porto de Mós	1	1	1	1	1			5
Póvoa de Lanhoso			2		1			3
Póvoa de Varzim					1	3		4
Proença-a-Nova	1	1	2	1	1			6

Municípios	Área 1	2	3	4	5	6	7	Total
Redondo	1		1					2
Reguengos de Monsaraz	1		1			1		3
Resende	1						3	4
Ribeira de Pena	1	1						2
Rio Maior		2	2		1	1		6
Sabrosa			1	1				2
Sabugal		1	1		2			4
Salvaterra de Magos			3			1		4
Santa Comba Dão	1							1
Santa Maria da Feira	2	1	2	1		2		8
Santa Marta de Penaguião			4					4
Santarém	2		1	1	1	1		6
Santiago do Cacém			2			1		3
Santo Tirso	1		2			2		5
São Brás de Alportel	3	1	3					7
São João da Madeira	1		1	1	1	1		5
São João da Pesqueira			1			1		2
São Pedro do Sul	1		1		1	1		4
Sardoal			2					2
Sátão			1					1
Seia	1	1	1			1		4
Seixal	2	1	1	1		1		6
Sernancelhe						1		1
Serpa	3	1	1		1			6
Sertão	1		1			1		3

Municípios	Área 1	2	3	4	5	6	7	Total
Sesimbra			1			1		2
Setúbal	3		1			4	1	9
Sever do Vouga	1		1	1	1	1		5
Silves	3	1	1		2	1		8
Sines	1		1	1		1	1	5
Sintra	3	2	2			1		8
Sobral de Monte Agraço	2					4		6
Soure	1		1		1			3
Sousel	1		1					2
Tábua	2				1			3
Tabuaço			1	1		2		4
Tarouca		1				1		2
Tavira					1	3		4
Terras de Bouro								0
Tomar	1		2					3
Tondela	1	1				1		3
Torre de Moncorvo	2							2
Torres Novas	1							1
Torres Vedras	2		6	1		1		10
Trancoso					1			1
Trofa	1		1	1	1			4
Vagos		1	1			1		3
Vale de Cambra	1		2			1		4
Valença	1	1	2		1			5
Valongo	1		1			1		3

Municípios	Área 1	2	3	4	5	6	7	Total
Valpaços		1				1		2
Vendas Novas	1	1		1				3
Viana do Alentejo	1	1	1	1		1		5
Viana do Castelo	4		2					6
Vidigueira	1		1		1	2		5
Vieira do Minho			2	1				3
Vila de Rei	1		2	1	2			6
Vila do Bispo	2		1					3
Vila do Conde		1						1
Vila Flor								0
Vila Franca de Xira	2		2	1		4		9
Vila Nova da Barquinha	1		1					2
Vila Nova de Cerveira	2					1		3
Vila Nova de Famalicão	1		3			2		6
Vila Nova de Foz Côa	1			2		1		4
Vila Nova de Gaia	1		1			1		3
Vila Nova de Paiva	2		1			1		4
Vila Nova de Poiares	2					2		4
Vila Pouca de Aguiar	2		1					3
Vila Real	2	1		1	2	1		7
Vila Real de Santo António	1					1		2
Vila Velha de Ródão			2					2
Vila Verde	2					1		3
Vila Viçosa			2	1	1	1		5
Vimioso						1		1

Municípios	Área 1	2	3	4	5	6	7	Total
Vinhais			1					1
Viseu	1	1	1			1		4
Vizela	1		1			1		3
Vouzela	1		2	1		1		5
Total Geral	298	73	295	76	84	164	22	1012

ANEXO 9 - Apresentação, por Município, dos Programas, Orçamentos e Execuções

Distritos	Municípios	Total Programas	Média Orçamento	Máximo Orçamento	Mínimo Orçamento	Média %Execução	Máximo %Execução	Mínimo %Execução
Aveiro	Águeda	3		- €	- €	0,00%	0,00%	0,00%
	Albergaria-a-Velha	2	- €	2 400,00 €	2 400,00 €	0,00%	98,90%	0,00%
	Anadia	2				0,00%	0,00%	0,00%
	Arouca	3	30 000,00 €			0,00%	0,00%	0,00%
	Aveiro	1	2 400,00 €			49,45%	0,00%	0,00%
	Castelo de Paiva	5	1 580,00 €	750,00 €	50,00 €	4,28%	27,44%	0,00%
	Espinho	4	2 750,00 €			50,00%	0,00%	0,00%
	Estarreja	2	50,00 €	13 350,00 €	2 600,00 €	0,00%	87,79%	87,71%
	Ílhavo	6		48 000,00 €	1 300,00 €	0,00%	83,45%	0,00%
	Mealhada	4				0,00%	0,00%	0,00%
	Murtosa	2	77 500,00 €			0,00%	0,00%	0,00%
	Oliveira de Azeméis	10	6 666,67 €	2 500,00 €	150,00 €	16,45%	89,11%	0,00%
	Oliveira do Bairro	8	4 431,85 €			12,20%	0,00%	0,00%
	Ovar	5	12 500,00 €			48,64%	0,00%	0,00%
	Santa Maria da Feira	8	25 166,67 €			36,10%	0,00%	0,00%
	São João da Madeira	5		53 000,00 €	500,00 €	0,00%	98,94%	0,00%
	Sever do Vouga	5	10 000,00 €	10 000,00 €	10 000,00 €	11,36%	890,37%	0,00%
	Vagos	3		18 250,00 €	13 000,00 €	0,00%	85,58%	0,00%
Vale de Cambra	4	14 807,60 €			93,78%	0,00%	0,00%	
Beja	Aljustrel	9	45,00 €			0,00%	0,00%	0,00%
	Almodôvar	4		45,00 €	45,00 €	0,00%	0,00%	0,00%
	Alvito	2		100,00 €	100,00 €	0,00%	0,00%	0,00%
	Barrancos	5	4 298,75 €			13,46%	0,00%	0,00%

Distritos	Municípios	Total Programas	Média Orçamento	Máximo Orçamento	Mínimo Orçamento	Média %Execução	Máximo %Execução	Mínimo %Execução
	Beja	3	100,00 €			0,00%	0,00%	0,00%
	Castro Verde	3	58 562,60 €			21,67%	0,00%	0,00%
	Cuba	2	7 583,50 €			22,05%	0,00%	0,00%
	Ferreira do Alentejo	4				0,00%	0,00%	0,00%
	Mértola	4		81 000,00 €	5 300,00 €	0,00%	83,58%	0,00%
	Moura	1				0,00%	0,00%	0,00%
	Odemira	5		186 000,00 €	186 000,00 €	0,00%	21,76%	0,00%
	Ourique	4		40 000,00 €	40 000,00 €	0,00%	55,65%	0,00%
	Serpa	6				0,00%	0,00%	0,00%
	Vidigueira	5				0,00%	0,00%	0,00%
Braga	Amares	1				0,00%	0,00%	0,00%
	Barcelos	1	20 000,00 €			30,75%	0,00%	0,00%
	Braga	8	1 210,00 €			22,30%	0,00%	0,00%
	Cabeceiras de Basto	3				0,00%	0,00%	0,00%
	Celorico de Basto	3	40 000,00 €	17 760,00 €	9 500,00 €	75,85%	85,83%	60,47%
	Esposende	2	1 888,50 €	83 600,00 €	83 600,00 €	33,32%	95,33%	0,00%
	Fafe	5	10 700,33 €	110 000,00 €	52 503,00 €	77,59%	92,18%	0,00%
	Guimarães	3				0,00%	0,00%	0,00%
	Póvoa de Lanhoso	3				0,00%	0,00%	0,00%
	Terras de Bouro		8 885,00 €			37,93%	0,00%	0,00%
	Vieira do Minho	3		- €	- €	0,00%	0,00%	0,00%
	Vila Nova de Famalicão	6				0,00%	0,00%	0,00%
	Vila Verde	3	12 812,75 €	38 600,00 €	28 570,00 €	29,88%	99,85%	0,00%
Vizela	3	2 290,00 €			4,33%	0,00%	0,00%	
Bragança	Alfândega da Fé	8	1 750,00 €	4 431,85 €	4 431,85 €	18,31%	97,62%	0,00%
	Bragança	4				0,00%	0,00%	0,00%

Distritos	Municípios	Total Programas	Média Orçamento	Máximo Orçamento	Mínimo Orçamento	Média %Execução	Máximo %Execução	Mínimo %Execução
	Carrazeda de Ansiães	7	500,00 €	23 000,00 €	1 400,00 €	0,00%	99,14%	0,00%
	Freixo de Espada à Cinta	2				0,00%	0,00%	0,00%
	Macedo de Cavaleiros	3				0,00%	0,00%	0,00%
	Miranda do Douro	1				0,00%	0,00%	0,00%
	Mirandela	1				0,00%	0,00%	0,00%
	Mogadouro	4	750,00 €	6 120,00 €	40,00 €	20,89%	73,72%	0,00%
	Torre de Moncorvo	2				0,00%	0,00%	0,00%
	Vila Flor					0,00%	0,00%	0,00%
	Vimioso	1				0,00%	0,00%	0,00%
	Vinhais	1	11 466,67 €			27,86%	0,00%	0,00%
Castelo Branco	Belmonte	6	149 650,00 €	45 000,00 €	1,00 €	22,09%	99,13%	0,00%
	Castelo Branco	2				0,00%	0,00%	0,00%
	Covilhã	2				0,00%	0,00%	0,00%
	Fundão	4		88 500,00 €	88 500,00 €	0,00%	81,35%	0,00%
	Idanha-a-Nova	1		18 242,54 €	18 242,54 €	0,00%	99,58%	99,58%
	Oleiros	3	225,00 €	10 500,00 €	500,00 €	5,49%	7,61%	0,00%
	Penamacor	1	18 700,00 €			49,20%	0,00%	0,00%
	Proença-a-Nova	6	24 900,00 €			24,72%	0,00%	0,00%
	Sertã	3	8 000,00 €	48 500,00 €	48 500,00 €	14,08%	81,87%	0,00%
	Vila de Rei	6				0,00%	0,00%	0,00%
	Vila Velha de Ródão	2				0,00%	0,00%	0,00%
Coimbra	Arganil	2	14 320,00 €			76,25%	0,00%	0,00%
	Cantanhede	3	17 100,00 €			25,00%	0,00%	0,00%
	Coimbra	5		10,00 €	10,00 €	0,00%	0,00%	0,00%
	Condeixa-a-Nova	7		2 350,00 €	10,00 €	0,00%	55,59%	0,00%

Distritos	Municípios	Total Programas	Média Orçamento	Máximo Orçamento	Mínimo Orçamento	Média %Execução	Máximo %Execução	Mínimo %Execução
	Figueira da Foz	4	10,00 €			0,00%	0,00%	0,00%
	Góis	2	1 180,00 €	250,00 €	250,00 €	7,94%	0,00%	0,00%
	Lousã	12	7 532,04 €	942,00 €	942,00 €	25,00%	67,86%	0,00%
	Mira	2				0,00%	0,00%	0,00%
	Miranda do Corvo	5				0,00%	0,00%	0,00%
	Montemor-o-Velho	4	3 000,00 €	14 000,00 €	100,00 €	28,43%	48,02%	0,00%
	Oliveira do Hospital	1				0,00%	0,00%	0,00%
	Pampilhosa da Serra	2	2 377,82 €	50,00 €	50,00 €	9,88%	0,00%	0,00%
	Penacova	4	13 487,67 €	13 628,00 €	10,00 €	36,32%	93,22%	0,00%
	Penela	1				0,00%	0,00%	0,00%
	Soure	3	83 600,00 €	3 560,00 €	5,00 €	47,66%	51,97%	0,00%
	Tábua	3	7 975,00 €	17 100,00 €	3 800,00 €	87,75%	27,44%	0,00%
	Vila Nova de Poiares	4	8 014,00 €			55,67%	0,00%	0,00%
	Alandroal	2		50 000,00 €	10 000,00 €	0,00%	0,00%	0,00%
	Arraiolos		81 251,50 €			32,56%	0,00%	0,00%
	Borba	2				0,00%	0,00%	0,00%
	Estremoz	3	10 881,02 €	23 520,00 €	10,00 €	38,78%	84,98%	0,00%
	Évora	4				0,00%	0,00%	0,00%
	Montemor-o-Novo		11 970,00 €			25,00%	0,00%	0,00%
Évora	Mora	5		75 000,00 €	1 500,00 €	0,00%	783,13%	0,00%
	Mourão	1	2 247,50 €			49,97%	0,00%	0,00%
	Portel	2	1 800,00 €			8,79%	0,00%	0,00%
	Redondo	2		31 800,00 €	270,00 €	0,00%	98,36%	74,20%
	Reguengos de Monsaraz	3		1 000,00 €	1 000,00 €	0,00%	0,00%	0,00%
	Vendas Novas	3		10 100,00 €	2 739,96 €	0,00%	100,00%	0,00%
	Viana do Alentejo	5	88 500,00 €	8 276,55 €	8 276,55 €	20,34%	66,84%	0,00%

Distritos	Municípios	Total Programas	Média Orçamento	Máximo Orçamento	Mínimo Orçamento	Média %Execução	Máximo %Execução	Mínimo %Execução
	Vila Viçosa	5		14 069,00 €	6 221,00 €	0,00%	100,00%	0,00%
Faro	Albufeira	4	250,00 €	1 580,00 €	1 580,00 €	0,00%	17,11%	0,00%
	Alcoutim	5	550,00 €	77 500,00 €	77 500,00 €	12,64%	0,00%	0,00%
	Aljezur	5	100,00 €	57 000,00 €	500,00 €	0,00%	91,67%	0,00%
	Castro Marim	7		8 000,00 €	8 000,00 €	0,00%	98,54%	0,00%
	Faro	1	5 225,00 €			44,60%	0,00%	0,00%
	Lagoa	4	11 500,00 €	10 000,00 €	10 000,00 €	16,74%	23,58%	0,00%
	Lagos	2				0,00%	0,00%	0,00%
	Loulé	3	18 242,54 €			99,58%	0,00%	0,00%
	Monchique	6	21 600,00 €	26 999,52 €	26 999,52 €	30,61%	77,35%	0,00%
	Olhão	3	10 000,00 €	500,00 €	500,00 €	5,89%	0,00%	0,00%
	Portimão	3				0,00%	0,00%	0,00%
	São Brás de Alportel	7				0,00%	0,00%	0,00%
	Silves	8	1 000,00 €			0,00%	0,00%	0,00%
	Tavira	4				0,00%	0,00%	0,00%
	Vila do Bispo	3				0,00%	0,00%	0,00%
	Vila Real de Santo António	2	22 897,00 €			189,92%	0,00%	0,00%
Guarda	Aguiar da Beira	4	7 949,50 €			16,66%	0,00%	0,00%
	Almeida	7	942,00 €			5,66%	0,00%	0,00%
	Celorico da Beira	2	2 550,00 €			0,00%	0,00%	0,00%
	Figueira de Castelo Rodrigo	4		3 328,00 €	1 167,00 €	0,00%	99,97%	0,00%
	Fornos de Algodres	6				0,00%	0,00%	0,00%
	Gouveia	2	100,00 €			0,00%	0,00%	0,00%
	Guarda	4	29 597,89 €	17 000,00 €	6 000,00 €	16,77%	46,25%	0,00%
	Manteigas	3		500,00 €	500,00 €	0,00%	0,00%	0,00%

Distritos	Municípios	Total Programas	Média Orçamento	Máximo Orçamento	Mínimo Orçamento	Média %Execução	Máximo %Execução	Mínimo %Execução
	Mêda	2	500,00 €			0,00%	0,00%	0,00%
	Pinhel	3	5 200,00 €	1 500,00 €	1 500,00 €	7,39%	0,00%	0,00%
	Sabugal	4	20 000,00 €	1 500,00 €	- €	33,75%	18,55%	0,00%
	Seia	4	20 200,00 €	- €	- €	49,93%	0,00%	0,00%
	Trancoso	1	3 450 546,00 €	8 700,00 €	8 700,00 €	9,06%	98,28%	98,28%
	Vila Nova de Foz Côa	4				0,00%	0,00%	0,00%
Leiria	Alcobaça	1				0,00%	0,00%	0,00%
	Alvaiázere	6		15 195,00 €	500,00 €	0,00%	88,57%	0,00%
	Ansião	3	33 700,00 €			37,13%	0,00%	0,00%
	Batalha	6	24 267,67 €			14,37%	0,00%	0,00%
	Bombarral	3		1 750,00 €	1 750,00 €	0,00%	54,93%	0,00%
	Caldas da Rainha	4		750,00 €	750,00 €	0,00%	83,55%	0,00%
	Castanheira de Pêra	1				0,00%	0,00%	0,00%
	Figueiró dos Vinhos	2		1 800,00 €	1 800,00 €	0,00%	26,37%	0,00%
	Leiria	4	3 080,00 €	1 000,00 €	1 000,00 €	18,43%	0,00%	0,00%
	Marinha Grande	2		20 000,00 €	20 000,00 €	0,00%	67,50%	0,00%
	Nazaré	1	5 226,86 €			26,17%	0,00%	0,00%
	Óbidos	1				0,00%	0,00%	0,00%
	Pedrógão Grande	4	26 999,52 €	- €	- €	12,89%	0,00%	0,00%
	Peniche	5	- €			0,00%	0,00%	0,00%
	Pombal	3	11 637,67 €	25 900,00 €	8 000,00 €	48,78%	59,36%	0,00%
	Porto de Mós	5		77 000,00 €	1 000,00 €	0,00%	100,00%	0,00%
Lisboa	Alenquer	6		17 000,00 €	1 000,00 €	0,00%	98,72%	0,00%
	Amadora	13	7 050,00 €	224 750,00 €	1 000,00 €	12,01%	95,38%	0,00%
	Arruda dos Vinhos	6	4 989,62 €	2 500,00 €	- €	12,12%	71,59%	0,00%

Distritos	Municípios	Total Programas	Média Orçamento	Máximo Orçamento	Mínimo Orçamento	Média %Execução	Máximo %Execução	Mínimo %Execução
	Azambuja	3	29 250,00 €	3 775,00 €	2,00 €	182,08%	99,96%	0,00%
	Cadaval	2				0,00%	0,00%	0,00%
	Cascais	6				0,00%	0,00%	0,00%
	Lisboa	4				0,00%	0,00%	0,00%
	Loures	5		46 691,00 €	5 000,00 €	0,00%	866,74%	0,00%
	Lourinhã	5		15 799,00 €	100,00 €	0,00%	83,30%	0,00%
	Mafra	4		200,00 €	- €	0,00%	0,00%	0,00%
	Odivelas	3				0,00%	0,00%	0,00%
	Oeiras	11	10 100,00 €	10,00 €	10,00 €	16,33%	0,00%	0,00%
	Sintra	8				0,00%	0,00%	0,00%
	Sobral de Monte Agraço	6	186 000,00 €			4,35%	0,00%	0,00%
	Torres Vedras	10		132 907,00 €	132 907,00 €	0,00%	91,39%	0,00%
	Vila Franca de Xira	9	10,00 €			0,00%	0,00%	0,00%
	Portalegre	Alter do Chão	2	5 500,00 €			2,54%	0,00%
Arronches		3	500,00 €	20 000,00 €	20 000,00 €	0,00%	92,24%	0,00%
Avis		1	1 050,00 €	40 000,00 €	40 000,00 €	17,49%	75,85%	75,85%
Campo Maior		1				0,00%	0,00%	0,00%
Castelo de Vide		2		18 700,00 €	18 700,00 €	0,00%	98,41%	0,00%
Crato		3		3 000,00 €	3 000,00 €	0,00%	85,30%	0,00%
Elvas		6	100,00 €	2 377,82 €	2 377,82 €	0,00%	59,29%	0,00%
Fronteira		4	40 000,00 €			13,91%	0,00%	0,00%
Gavião		6				0,00%	0,00%	0,00%
Marvão		2	3 532,76 €	20 200,00 €	20 200,00 €	19,18%	99,86%	0,00%
Monforte		4	6 010,50 €	27 663,00 €	3 250,00 €	37,12%	99,49%	0,00%
Nisa		5	50,00 €	17 500,00 €	2 500,00 €	0,00%	67,96%	0,00%

Distritos	Municípios	Total Programas	Média Orçamento	Máximo Orçamento	Mínimo Orçamento	Média %Execução	Máximo %Execução	Mínimo %Execução
	Ponte de Sor	3		35 572,00 €	35 572,00 €	0,00%	4,43%	0,00%
	Portalegre	2		31 711,25 €	3 000,00 €	0,00%	68,47%	0,00%
	Sousel	2	- €	41 776,00 €	41 776,00 €	0,00%	79,89%	0,00%
Porto	Amarante	4	6 380,76 €	8 000,00 €	7 167,00 €	43,11%	77,57%	0,00%
	Baião	4		28 601,00 €	- €	0,00%	220,91%	0,00%
	Felgueiras	3		17 462,03 €	4 300,00 €	0,00%	99,08%	0,00%
	Gondomar	4		100,00 €	100,00 €	0,00%	0,00%	0,00%
	Lousada	3	5,00 €	2 550,00 €	2 550,00 €	0,00%	0,00%	0,00%
	Maia	7		76 143,67 €	1 000,00 €	0,00%	62,14%	0,00%
	Marco de Canaveses	3		5 200,00 €	5 200,00 €	0,00%	22,18%	0,00%
	Matosinhos	6		6 895 092,00 €	6 000,00 €	0,00%	34,39%	0,00%
	Paços de Ferreira	3	1 500,00 €	7 065,52 €	- €	0,00%	57,54%	0,00%
	Paredes	5	16 950,00 €			31,65%	0,00%	0,00%
	Penafiel	3	22 000,00 €			24,48%	0,00%	0,00%
	Porto	6				0,00%	0,00%	0,00%
	Póvoa de Varzim	4	35 572,00 €			1,48%	0,00%	0,00%
	Santo Tirso	5	17 355,63 €	136 400,00 €	1 500,00 €	34,23%	84,43%	0,00%
	Trofa	4		100,00 €	100,00 €	0,00%	0,00%	0,00%
	Valongo	3		1 100,00 €	1 100,00 €	0,00%	0,00%	0,00%
	Vila do Conde	1				0,00%	0,00%	0,00%
	Vila Nova de Gaia	3	27 675,00 €	600,00 €	600,00 €	27,33%	0,00%	0,00%
	Santarém	Abrantes	3				0,00%	0,00%
Alcanena		5		150,00 €	- €	0,00%	0,00%	0,00%
Almeirim		2		16 763,40 €	12 851,80 €	0,00%	99,06%	88,50%
Alpiarça		6	16 035,00 €			86,28%	0,00%	0,00%
Benavente		6	1 000,00 €	2 290,00 €	2 290,00 €	0,00%	25,96%	0,00%

Distritos	Municípios	Total Programas	Média Orçamento	Máximo Orçamento	Mínimo Orçamento	Média %Execução	Máximo %Execução	Mínimo %Execução
	Cartaxo	2	17 050,00 €			22,14%	0,00%	0,00%
	Chamusca	4	1 000,00 €	17 100,00 €	17 100,00 €	0,70%	100,00%	0,00%
	Constância	4	1 268,60 €	7 532,04 €	7 532,04 €	33,63%	100,00%	0,00%
	Coruche	2	63 000,00 €			49,66%	0,00%	0,00%
	Entroncamento	5	725,25 €	26 800,00 €	6 450,00 €	4,64%	98,09%	0,00%
	Ferreira do Zêzere	2	1 517,00 €	11 970,00 €	11 970,00 €	21,09%	50,00%	0,00%
	Golegã	5		600,00 €	500,00 €	0,00%	63,18%	0,00%
	Mação	5				0,00%	0,00%	0,00%
	Ourém	3	16 100,00 €	100,00 €	100,00 €	9,14%	0,00%	0,00%
	Rio Maior	6	4 358,50 €	4 600,00 €	150,00 €	12,18%	96,87%	0,00%
	Salvaterra de Magos	4		1 517,00 €	1 517,00 €	0,00%	84,38%	0,00%
	Santarém	6	67 566,67 €	8 717,00 €	- €	19,13%	73,09%	0,00%
	Sardoal	2				0,00%	0,00%	0,00%
	Tomar	3	19 800,00 €			70,62%	0,00%	0,00%
	Torres Novas	1	10 000,00 €			23,77%	0,00%	0,00%
Vila Nova da Barquinha	2	1 602,01 €			18,62%	0,00%	0,00%	
Setúbal	Alcácer do Sal	2		5 000,00 €	500,00 €	0,00%	100,00%	0,00%
	Alcochete	4				0,00%	0,00%	0,00%
	Almada	6	- €	10 000,00 €	10 000,00 €	0,00%	68,18%	0,00%
	Barreiro	5	2 216,67 €	24 555,00 €	100,00 €	31,74%	99,86%	0,00%
	Grândola	4	8 899,60 €	9 810,00 €	640,00 €	100,00%	94,80%	0,00%
	Moita	3		5 226,86 €	5 226,86 €	0,00%	78,50%	0,00%
	Montijo	5	48 500,00 €	4 989,62 €	4 989,62 €	27,29%	60,60%	0,00%
	Palmela	5	1 000,00 €	9 751,00 €	2 270,00 €	50,00%	99,84%	0,00%
	Santiago do Cacém	3	31 175,00 €			20,74%	0,00%	0,00%
Seixal	6	10 000,00 €	4 050,00 €	200,00 €	178,07%	98,77%	0,00%	

Distritos	Municípios	Total Programas	Média Orçamento	Máximo Orçamento	Mínimo Orçamento	Média %Execução	Máximo %Execução	Mínimo %Execução	
	Sesimbra	2		1 000,00 €	1 000,00 €	0,00%	100,00%	0,00%	
	Setúbal	9	7 350,00 €	37 100,00 €	25 250,00 €	4,74%	99,41%	0,00%	
	Sines	5		12 700,00 €	2 000,00 €	0,00%	23,69%	0,00%	
Viana do Castelo	Arcos de Valdevez	7				0,00%	0,00%	0,00%	
	Caminha	2	1 782,50 €			17,32%	0,00%	0,00%	
	Melgaço	2	41 776,00 €			39,95%	0,00%	0,00%	
	Monção	1	10 450,00 €			9,15%	0,00%	0,00%	
	Paredes de Coura	5	11 750,00 €			0,32%	0,00%	0,00%	
	Ponte da Barca	4	250,00 €	22 000,00 €	22 000,00 €	50,00%	97,92%	0,00%	
	Ponte de Lima	1				0,00%	0,00%	0,00%	
	Valença	5				0,00%	0,00%	0,00%	
	Viana do Castelo	6		14 600,00 €	14 600,00 €	0,00%	82,36%	0,00%	
	Vila Nova de Cerveira	3				0,00%	0,00%	0,00%	
	Vila Real	Alijó	3		16 000,00 €	9 000,00 €	0,00%	100,00%	0,00%
		Boticas	6		500,00 €	500,00 €	0,00%	0,00%	0,00%
Chaves		1	132 907,00 €			9,14%	0,00%	0,00%	
Mesão Frio		4	8 700,00 €	72 803,00 €	- €	98,28%	57,47%	0,00%	
Mondim de Basto		3	100,00 €	- €	- €	0,00%	0,00%	0,00%	
Montalegre		1	15 625,00 €			30,26%	0,00%	0,00%	
Murça		1				0,00%	0,00%	0,00%	
Peso da Régua		1				0,00%	0,00%	0,00%	
Ribeira de Pena		2	1 100,00 €	1 000,00 €	1 000,00 €	0,00%	2,11%	0,00%	
Sabrosa		2	62 700,00 €	63 000,00 €	63 000,00 €	32,63%	99,31%	0,00%	
Santa Marta de Penaguião		4	6 419,98 €	30 000,00 €	2 200,00 €	59,15%	36,56%	0,00%	
Valpaços	2	8 276,55 €	62 700,00 €	62 700,00 €	13,37%	65,25%	0,00%		

Distritos	Municípios	Total Programas	Média Orçamento	Máximo Orçamento	Mínimo Orçamento	Média %Execução	Máximo %Execução	Mínimo %Execução
	Vila Pouca de Aguiar	3	14 600,00 €			13,73%	0,00%	0,00%
	Vila Real	7				0,00%	0,00%	0,00%
	Armamar	1	- €			0,00%	0,00%	0,00%
	Carregal do Sal	4		149 650,00 €	149 650,00 €	0,00%	88,37%	0,00%
	Castro Daire	4		24 900,00 €	24 900,00 €	0,00%	98,89%	0,00%
	Cinfães	1				0,00%	0,00%	0,00%
	Lamego	1				0,00%	0,00%	0,00%
	Mangualde	4				0,00%	0,00%	0,00%
	Moimenta da Beira	1				0,00%	0,00%	0,00%
	Mortágua	1				0,00%	0,00%	0,00%
	Nelas	2				0,00%	0,00%	0,00%
	Oliveira de Frades	1				0,00%	0,00%	0,00%
	Penalva do Castelo	2	600,00 €			0,00%	0,00%	0,00%
	Penedono	2		5,00 €	5,00 €	0,00%	0,00%	0,00%
	Resende	4		33 000,00 €	1 100,00 €	0,00%	88,58%	0,00%
	Santa Comba Dão	1				0,00%	0,00%	0,00%
	São João da Pesqueira	2		10 000,00 €	10 000,00 €	0,00%	71,31%	0,00%
	São Pedro do Sul	4		3 950,00 €	- €	0,00%	56,96%	0,00%
	Sátão	1				0,00%	0,00%	0,00%
	Sernancelhe	1	33 585,00 €	8 899,60 €	8 899,60 €	65,62%	100,00%	100,00%
	Tabuaço	4	10 013,33 €	23 500,00 €	- €	46,09%	1,28%	0,00%
	Tarouca	2		250,00 €	250,00 €	0,00%	100,00%	0,00%
	Tondela	3				0,00%	0,00%	0,00%
	Vila Nova de Paiva	4	60 770,00 €			22,53%	0,00%	0,00%
	Viseu	4		121 540,00 €	- €	0,00%	90,11%	0,00%
	Vouzela	5	985,00 €	985,00 €	985,00 €	19,99%	99,96%	0,00%

ANEXO 10 - Apresentação, por Município, dos Indicadores Qualitativos (Objetivos, Indicadores e Metas)

Municípios	NProg	NProg com Objetivos	NProg com Indicadores	NProg com Metas
Abrantes	3	3		3
Águeda	3	2		2
Aguiar da Beira	4	3	2	2
Alandroal	2			
Albergaria-a-Velha	2	2		2
Albufeira	4	4	4	2
Alcácer do Sal	2	1		
Alcanena	5	2		1
Alcobaça	1			
Alcochete	4	3		3
Alcoutim	5	3	1	3
Alenquer	6	4	1	4
Alfândega da Fé	8	7	4	5
Alijó	3	2		
Aljezur	5	5		4
Aljustrel	9	7	1	5
Almada	6	2		1
Almeida	7	2	1	2
Almeirim	2			
Almodôvar	4	2		3
Alpiarça	6	6		3
Alter do Chão	2	2	2	2
Alvaiázere	6	4	1	4
Alvito	2	2		2
Amadora	13	13	5	8
Amarante	4	3	1	3
Amares	1	1		
Anadia	2	2		1
Ansião	3	1		1
Arcos de Valdevez	7	7		6
Arganil	2	1	2	
Armamar	1	1		1
Arouca	3	2		1
Arraiolos				
Arronches	3	2		2
Arruda dos Vinhos	6	4		3
Aveiro	1			
Avis	1	1		1
Azambuja	3	1	1	1
Baião	4	1		1

Municípios	NProg	NProg com Objetivos	NProg com Indicadores	NProg com Metas
Barcelos	1	1		1
Barrancos	5	4		
Barreiro	5	3	2	2
Batalha	6	5	5	2
Beja	3	3		3
Belmonte	6	3		1
Benavente	6	4	1	3
Bombarral	3	2	1	2
Borba	2	1		
Boticas	6	4	4	1
Braga	8	8		2
Bragança	4	4	1	2
Cabeceiras de Basto	3	3		2
Cadaval	2			
Caldas da Rainha	4	3		1
Caminha	2	2		2
Campo Maior	1			
Cantanhede	3	3		1
Carraceda de Ansiães	7	4		4
Carregal do Sal	4	3	1	2
Cartaxo	2	1		
Cascais	6	6		5
Castanheira de Pêra	1	1		1
Castelo Branco	2	2		1
Castelo de Paiva	5	2		2
Castelo de Vide	2	2		2
Castro Daire	4	3		1
Castro Marim	7	6	5	5
Castro Verde	3	3		1
Celorico da Beira	2	1		1
Celorico de Basto	3	1		
Chamusca	4	4		4
Chaves	1	1	1	
Cinfães	1	1		
Coimbra	5	5		3
Condeixa-a-Nova	7	5		4
Constância	4	2		2
Coruche	2	2		2
Covilhã	2			
Crato	3	2	1	2
Cuba	2	2		1
Elvas	6		6	

Municípios	NProg	NProg com Objetivos	NProg com Indicadores	NProg com Metas
Entroncamento	5	5		5
Espinho	4	4		2
Esposende	2	2		1
Estarreja	2	2		2
Estremoz	3			
Évora	4	4	3	4
Fafe	5	3		3
Faro	1	1	1	
Felgueiras	3	2		2
Ferreira do Alentejo	4	4	1	2
Ferreira do Zêzere	2	1		1
Figueira da Foz	4	3	1	2
Figueira de Castelo Rodrigo	4	2	1	1
Figueiró dos Vinhos	2	2	1	2
Fornos de Algodres	6	3		3
Freixo de Espada à Cinta	2	2	1	2
Fronteira	4	1	2	1
Fundão	4	2		2
Gavião	6	5		3
Góis	2	1		
Golegã	5	4	1	2
Gondomar	4	2	2	2
Gouveia	2	1	1	1
Grândola	4	2	1	2
Guarda	4	4	1	4
Guimarães	3	1		2
Idanha-a-Nova	1			1
Ílhavo	6	5		4
Lagoa	4	1	1	2
Lagos	2	1		1
Lamego	1			
Leiria	4	3	1	3
Lisboa	4	3	1	2
Loulé	3	2		2
Loures	5	2		2
Lourinhã	5	3	1	2
Lousã	12	10	1	8
Lousada	3	2		1
Mação	5	4		3
Macedo de Cavaleiros	3	3	1	3
Mafra	4	1		2

Municípios	NProg	NProg com Objetivos	NProg com Indicadores	NProg com Metas
Maia	7	6	1	5
Mangualde	4	3		2
Manteigas	3	3		3
Marco de Canaveses	3	2		2
Marinha Grande	2	2		2
Marvão	2			
Matosinhos	6	5	2	2
Mealhada	4	2	1	2
Mêda	2	1		1
Melgaço	2	2		2
Mértola	4	2		2
Mesão Frio	4	3	1	2
Mira	2	2	1	1
Miranda do Corvo	5	5	3	4
Miranda do Douro	1	1	1	1
Mirandela	1			
Mogadouro	4	1	1	1
Moimenta da Beira	1	1		
Moita	3	1	1	1
Monção	1	1		1
Monchique	6	4	3	2
Mondim de Basto	3	1		
Monforte	4	4	1	3
Montalegre	1			
Montemor-o-Novo				
Montemor-o-Velho	4	3	1	3
Montijo	5	4	1	3
Mora	5	1		1
Mortágua	1	1		1
Moura	1	1	1	1
Mourão	1	1		
Murça	1			
Murtosa	2			
Nazaré	1			
Nelas	2	2	1	2
Nisa	5	1	1	1
Óbidos	1	1	1	1
Odemira	5	4		4
Odivelas	3	3	1	2
Oeiras	11	9	3	7
Oleiros	3			
Olhão	3	3	2	2

Municípios	NProg	NProg com Objetivos	NProg com Indicadores	NProg com Metas
Oliveira de Azeméis	10	6	2	6
Oliveira de Frades	1	1		
Oliveira do Bairro	8	8	6	8
Oliveira do Hospital	1	1		1
Ourém	3	2		
Ourique	4	3		
Ovar	5	4		2
Paços de Ferreira	3	3	1	
Palmela	5	3	1	2
Pampilhosa da Serra	2	2		2
Paredes	5	4		4
Paredes de Coura	5	4	1	3
Pedrógão Grande	4	2		2
Penacova	4	1		1
Penafiel	3	3		3
Penalva do Castelo	2	2		1
Penamacor	1			
Penedono	2			
Penela	1	1	1	1
Peniche	5	3	2	2
Peso da Régua	1	1	1	1
Pinhel	3	2		1
Pombal	3	2		2
Ponte da Barca	4	1		1
Ponte de Lima	1	1		1
Ponte de Sor	3	1	1	1
Portalegre	2			
Portel	2	1	1	1
Portimão	3	2	1	1
Porto	6	6	1	2
Porto de Mós	5	4		2
Póvoa de Lanhoso	3			1
Póvoa de Varzim	4	2	1	1
Proença-a-Nova	6	5		4
Redondo	2	2		2
Reguengos de Monsaraz	3	1		1
Resende	4			
Ribeira de Pena	2			
Rio Maior	6	3		1
Sabrosa	2	2		2
Sabugal	4	1	1	1
Salvaterra de Magos	4	2	1	2

Municípios	NProg	NProg com Objetivos	NProg com Indicadores	NProg com Metas
Santa Comba Dão	1	1		
Santa Maria da Feira	8	7	1	4
Santa Marta de Penaguião	4	4	1	3
Santarém	6	6		3
Santiago do Cacém	3	3		3
Santo Tirso	5	1		1
São Brás de Alportel	7	6	1	6
São João da Madeira	5	4		
São João da Pesqueira	2	1		
São Pedro do Sul	4	3	1	2
Sardoal	2	1	1	1
Sátão	1			
Seia	4	3		2
Seixal	6	5		5
Sernancelhe	1			
Serpa	6	6	2	4
Sertã	3	1		
Sesimbra	2	2		2
Setúbal	9	8	5	4
Sever do Vouga	5	2		1
Silves	8	7	7	7
Sines	5	4	1	3
Sintra	8	7	6	5
Sobral de Monte Agraço	6	5	2	4
Soure	3	2		
Sousel	2	2		2
Tábua	3	3	2	3
Tabuaço	4	2	1	1
Tarouca	2	1		
Tavira	4	4	1	2
Terras de Bouro				
Tomar	3	1	1	2
Tondela	3	2		
Torre de Moncorvo	2	1		1
Torres Novas	1	1		1
Torres Vedras	10	10	3	9
Trancoso	1			
Trofa	4	3		3
Vagos	3	2		1
Vale de Cambra	4	2		1
Valença	5	4		4

Municípios	NProg	NProg com Objetivos	NProg com Indicadores	NProg com Metas
Valongo	3	1		1
Valpaços	2	1		
Vendas Novas	3	2		1
Viana do Alentejo	5	2	1	1
Viana do Castelo	6	5	1	6
Vidigueira	5	3		2
Vieira do Minho	3	3	1	2
Vila de Rei	6	5	1	2
Vila do Bispo	3	2		1
Vila do Conde	1	1		1
Vila Flor				
Vila Franca de Xira	9	7	6	5
Vila Nova da Barquinha	2	2		2
Vila Nova de Cerveira	3			
Vila Nova de Famalicão	6	3		1
Vila Nova de Foz Côa	4	3	2	2
Vila Nova de Gaia	3	2		2
Vila Nova de Paiva	4	4		
Vila Nova de Poiares	4	3	4	1
Vila Pouca de Aguiar	3	2		2
Vila Real	7	5	3	4
Vila Real de Santo António	2	1		
Vila Velha de Ródão	2	2		1
Vila Verde	3	2		1
Vila Viçosa	5	4	1	3
Vimioso	1			
Vinhais	1	1		1
Viseu	4	1	1	1
Vizela	3	3		
Vouzela	5	3	2	2

ANEXO 11– Quadro resumo dos parâmetros analisados, por Município, ordenados de forma crescente

IndEnv	IndDep	NProg	Média Total Orçamento	Média Total % Execução	NProg com Objetivos	NProg com Indicadores	NProg com Metas
Lousada	Lousada	Arraiolos	Águeda	Águeda	Arraiolos	Abrantes	Arraiolos
Mafra	Paços de Ferreira	Montemor-o-Novo	Mondim de Basto	Mondim de Basto	Montemor-o-Novo	Águeda	Terras de Bouro
Alcochete	Vizela	Terras de Bouro	Pedrógão Grande	Pedrógão Grande	Terras de Bouro	Alandroal	Vila Flor
Paços de Ferreira	Paredes	Vila Flor	Seia	Seia	Vila Flor	Albergaria-a-Velha	Alcobaça
Albufeira	Felgueiras	Alcobaça	Vieira do Minho	Vieira do Minho	Alcobaça	Alcácer do Sal	Aveiro
Paredes	Penafiel	Amares	Abrantes	Penedono	Aveiro	Alcanena	Campo Maior
Montijo	Marco de Canaveses	Armamar	Aguiar da Beira	Coimbra	Campo Maior	Alcobaça	Lamego
Sesimbra	Braga	Aveiro	Alcobaça	Oeiras	Idanha-a-Nova	Alcochete	Mirandela
Sintra	Mafra	Avis	Alcochete	Almodôvar	Lamego	Alijó	Montalegre
Vila Franca de Xira	Alcochete	Barcelos	Aljustrel	Alcanena	Mirandela	Aljezur	Murça
Vizela	Albufeira	Campo Maior	Almeida	Pampilhosa da Serra	Montalegre	Almada	Nazaré
Penafiel	Esposende	Castanheira de Pêra	Alpiarça	Alvito	Murça	Almeirim	Penamacor
Benavente	Barcelos	Chaves	Alter do Chão	Gondomar	Nazaré	Almodôvar	Sátão
Braga	Guimarães	Cinfães	Amares	Mafra	Penamacor	Alpiarça	Sernancelhe
Felgueiras	Sesimbra	Faro	Anadia	Ourém	Sátão	Alvito	Trancoso

IndEnv	IndDep	NProg	Média Total Orçamento	Média Total % Execução	NProg com Objetivos	NProg com Indicadores	NProg com Metas
Marco de Canaveses	Vila Nova de Famalicão	Idanha-a-Nova	Ansião	Trofa	Sernancelhe	Amares	Vimioso
Maia	Trofa	Lamego	Arcos de Valdevez	Góis	Trancoso	Anadia	Alandroal
Sobral de Monte Agraço	Sintra	Miranda do Douro	Arganil	Boticas	Vimioso	Ansião	Almeirim
Portimão	Maia	Mirandela	Armamar	Manteigas	Alandroal	Arcos de Valdevez	Cadaval
Esposende	Montijo	Moimenta da Beira	Arouca	Olhão	Almeirim	Armamar	Covilhã
Valongo	Valongo	Monção	Arraiolos	Vila Nova de Gaia	Cadaval	Arouca	Marvão
Arruda dos Vinhos	Sobral de Monte Agraço	Montalegre	Aveiro	Leiria	Covilhã	Arraiolos	Murtosa
Alenquer	Benavente	Mortágua	Barcelos	Reguengos de Monsaraz	Marvão	Arronches	Penedono
Odivelas	Vila Franca de Xira	Moura	Barrancos	Valongo	Murtosa	Arruda dos Vinhos	Portalegre
Palmela	Santa Maria da Feira	Mourão	Batalha	Pinhel	Penedono	Aveiro	Ribeira de Pena
Seixal	Amarante	Murça	Beja	Lousada	Portalegre	Avis	Estremoz
Olhão	Castelo de Paiva	Nazaré	Borba	Alandroal	Ribeira de Pena	Baião	Oleiros
Cascais	Póvoa de Lanhoso	Óbidos	Braga	Alcoutim	Estremoz	Barcelos	Vila Nova de Cerveira
Vila do Conde	Póvoa de Varzim	Oliveira de Frades	Bragança	Abrantes	Oleiros	Barrancos	Resende
Póvoa de Varzim	Amares	Oliveira do Hospital	Cabeceiras de Basto	Aguiar da Beira	Póvoa de Lanhoso	Beja	Vila Nova de Paiva

IndEnv	IndDep	NProg	Média Total Orçamento	Média Total % Execução	NProg com Objetivos	NProg com Indicadores	NProg com Metas
Entroncamento	Vila do Conde	Penamacor	Cadaval	Alcobaça	Vila Nova de Cerveira	Belmonte	Barrancos
Moita	Vila Verde	Penela	Caminha	Alcochete	Resende	Borba	Montemor-o-Novo
Barcelos	Vila Nova de Poiares	Peso da Régua	Campo Maior	Aljustrel	Elvas	Braga	Elvas
Vila Nova de Famalicão	Cabeceiras de Basto	Ponte de Lima	Cantanhede	Almeida	Amares	Cabeceiras de Basto	São João da Madeira
Guimarães	Vila Nova de Gaia	Santa Comba Dão	Cartaxo	Alpiarça	Armamar	Cadaval	Amares
Loures	Ovar	Sátão	Cascais	Alter do Chão	Avis	Caldas da Rainha	Cinfães
Trofa	Entroncamento	Sernancelhe	Castanheira de Pêra	Amares	Barcelos	Caminha	Moimenta da Beira
Condeixa-a-Nova	São João da Madeira	Torres Novas	Castelo Branco	Anadia	Castanheira de Pêra	Campo Maior	Mourão
Lousã	Fafe	Trancoso	Castro Verde	Ansião	Chaves	Cantanhede	Oliveira de Frades
Loulé	Gondomar	Vila do Conde	Celorico da Beira	Arcos de Valdevez	Cinfães	Carrazeda de Ansiães	Santa Comba Dão
Faro	Ílhavo	Vimioso	Chaves	Arganil	Faro	Cartaxo	Alcácer do Sal
Vila Verde	Alenquer	Vinhais	Cinfães	Armamar	Miranda do Douro	Cascais	Borba
Vila Nova de Gaia	Arruda dos Vinhos	Alandroal	Coruche	Arouca	Moimenta da Beira	Castanheira de Pêra	Cartaxo
Ílhavo	Palmela	Albergaria-a-Velha	Covilhã	Arraiolos	Monção	Castelo Branco	Góis
Aveiro	Condeixa-a-Nova	Alcácer do Sal	Cuba	Aveiro	Mortágua	Castelo de Paiva	São João da Pesqueira

IndEnv	IndDep	NProg	Média Total Orçamento	Média Total % Execução	NProg com Objetivos	NProg com Indicadores	NProg com Metas
Setúbal	Lousã	Almeirim	Espinho	Barcelos	Moura	Castelo de Vide	Tarouca
Lagoa	Aveiro	Alter do Chão	Évora	Barrancos	Mourão	Castro Daire	Valpaços
Lagos	Celorico de Basto	Alvito	Faro	Batalha	Óbidos	Castro Verde	Vila Real de Santo António
Santa Maria da Feira	Seixal	Anadia	Ferreira do Alentejo	Beja	Oliveira de Frades	Celorico da Beira	Celorico de Basto
Lourinhã	Leiria	Arganil	Figueira da Foz	Borba	Oliveira do Hospital	Celorico de Basto	Mondim de Basto
Castelo de Paiva	Olhão	Borba	Fornos de Algodres	Braga	Penela	Chamusca	Sertã
Oliveira do Bairro	Vila Real	Cadaval	Freixo de Espada à Cinta	Bragança	Peso da Régua	Cinfães	Alijó
Cabeceiras de Basto	Tarouca	Caminha	Fronteira	Cabeceiras de Basto	Ponte de Lima	Coimbra	Ourém
Amares	Lourinhã	Cartaxo	Gavião	Cadaval	Santa Comba Dão	Condeixa-a-Nova	Soure
Leiria	Portimão	Castelo Branco	Gouveia	Caminha	Torres Novas	Constância	Tondela
Beja	Batalha	Castelo de Vide	Guimarães	Campo Maior	Vila do Conde	Coruche	Vizela
Vila Real de Santo António	Baião	Celorico da Beira	Lagos	Cantanhede	Vinhais	Covilhã	Ourique
Murtosa	Matosinhos	Coruche	Lamego	Cartaxo	Alcácer do Sal	Cuba	Chaves
Amadora	Oliveira de Azeméis	Covilhã	Lisboa	Cascais	Arganil	Entroncamento	Faro
Sines	Albergaria-a-Velha	Cuba	Loulé	Castanheira de Pêra	Borba	Espinho	Paços de Ferreira
Póvoa de Lanhoso	Cascais	Esposende	Mação	Castelo Branco	Cartaxo	Esposende	Arganil

IndEnv	IndDep	NProg	Média Total Orçamento	Média Total % Execução	NProg com Objetivos	NProg com Indicadores	NProg com Metas
Amarante	Oliveira do Bairro	Estarreja	Macedo de Cavaleiros	Castro Verde	Celorico da Beira	Estarreja	Idanha-a-Nova
Gondomar	Murtosa	Ferreira do Zêzere	Mangualde	Celorico da Beira	Ferreira do Zêzere	Estremoz	Póvoa de Lanhoso
Torres Vedras	Arouca	Figueiró dos Vinhos	Mealhada	Chaves	Góis	Fafe	Armamar
Moura	Viseu	Freixo de Espada à Cinta	Mêda	Cinfães	Gouveia	Felgueiras	Avis
Ovar	Torres Vedras	Góis	Melgaço	Coruche	Lagos	Ferreira do Zêzere	Barcelos
Almada	Lagoa	Gouveia	Mira	Covilhã	Mêda	Fornos de Algodres	Castanheira de Pêra
Batalha	Moita	Lagos	Miranda do Corvo	Cuba	Portel	Fundão	Monção
Viseu	Lagos	Marinha Grande	Miranda do Douro	Espinho	São João da Pesqueira	Gavião	Mortágua
Vila Nova de Poiares	Sines	Marvão	Mirandela	Évora	Sardoal	Góis	Oliveira do Hospital
São João da Madeira	Loulé	Mêda	Moimenta da Beira	Faro	Tarouca	Guimarães	Ponte de Lima
Campo Maior	Estarreja	Melgaço	Monção	Ferreira do Alentejo	Torre de Moncorvo	Idanha-a-Nova	Torres Novas
Matosinhos	Mondim de Basto	Mira	Montalegre	Figueira da Foz	Valpaços	Ílhavo	Vila do Conde
Oeiras	Miranda do Corvo	Murtosa	Montemor-o-Novo	Fornos de Algodres	Vila Real de Santo António	Lagos	Vinhais
São Brás de Alportel	Odivelas	Nelas	Mortágua	Freixo de Espada à Cinta	Ansião	Lamego	Celorico da Beira
Fafe	Ponte de Lima	Pampilhosa da Serra	Moura	Fronteira	Azambuja	Loulé	Ferreira do Zêzere

IndEnv	IndDep	NProg	Média Total Orçamento	Média Total % Execução	NProg com Objetivos	NProg com Indicadores	NProg com Metas
Peniche	Azambuja	Penalva do Castelo	Mourão	Gavião	Celorico de Basto	Loures	Lagos
Arouca	Santo Tirso	Penedono	Murça	Gouveia	Guimarães	Lousada	Mêda
Vidigueira	Sever do Vouga	Portalegre	Murtosa	Guimarães	Moita	Mação	Torre de Moncorvo
Albergaria-a-Velha	Viana do Alentejo	Portel	Nazaré	Lagos	Mondim de Basto	Mafra	Ansião
Viana do Alentejo	Caldas da Rainha	Redondo	Nelas	Lamego	Ponte de Sor	Mangualde	Reguengos de Monsaraz
Constância	Lamego	Ribeira de Pena	Óbidos	Lisboa	Reguengos de Monsaraz	Manteigas	Valongo
Cuba	Ourém	Sabrosa	Odivelas	Loulé	Sertã	Marco de Canaveses	Baião
Marinha Grande	Alvito	São João da Pesqueira	Oliveira de Frades	Mação	Tomar	Marinha Grande	Penacova
Vila Real	Constância	Sardoal	Oliveira do Bairro	Macedo de Cavaleiros	Valongo	Marvão	Ponte da Barca
Azambuja	Peso da Régua	Sesimbra	Oliveira do Hospital	Mangualde	Baião	Mêda	Mora
Sever do Vouga	Faro	Sousel	Ovar	Mealhada	Fronteira	Melgaço	Santo Tirso
Barrancos	São Brás de Alportel	Tarouca	Paredes	Mêda	Lagoa	Mértola	Anadia
Évora	Cuba	Torre de Moncorvo	Paredes de Coura	Melgaço	Mafra	Mirandela	Castelo Branco
Caldas da Rainha	Oliveira de Frades	Valpaços	Penafiel	Mira	Mogadouro	Moimenta da Beira	Cuba
Estarreja	Loures	Vila Nova da Barquinha	Penalva do Castelo	Miranda do Corvo	Penacova	Monção	Esposende

IndEnv	IndDep	NProg	Média Total Orçamento	Média Total % Execução	NProg com Objetivos	NProg com Indicadores	NProg com Metas
Silves	Mourão	Vila Real de Santo António	Penamacor	Miranda do Douro	Ponte da Barca	Mondim de Basto	Penalva do Castelo
Nazaré	Viana do Castelo	Vila Velha de Ródão	Penela	Mirandela	Sabugal	Montalegre	Vila Velha de Ródão
Oliveira de Frades	Mesão Frio	Abrantes	Peniche	Moimenta da Beira	Viseu	Montemor-o-Novo	Arouca
Mourão	Vila Real de Santo António	Águeda	Peso da Régua	Monção	Mora	Mora	Lousada
Lisboa	Marinha Grande	Alijó	Ponte de Lima	Montalegre	Nisa	Mortágua	Pinhel
Rio Maior	Cartaxo	Ansião	Portel	Montemor-o-Novo	Santo Tirso	Mourão	Vagos
Ponte de Lima	Castro Verde	Arouca	Portimão	Mortágua	Albergaria-a-Velha	Murça	Vendas Novas
Celorico de Basto	Guarda	Arronches	Porto	Moura	Alter do Chão	Murtosa	Vila do Bispo
Cartaxo	Barrancos	Azambuja	Póvoa de Lanhoso	Mourão	Alvito	Nazaré	Vila Verde
Almeirim	Setúbal	Beja	Póvoa de Varzim	Murça	Anadia	Odemira	Vale de Cambra
Tarouca	Porto de Mós	Bombarral	Proença-a-Nova	Murtosa	Caminha	Oleiros	Alcanena
Monforte	Alcobaça	Cabeceiras de Basto	Santa Comba Dão	Nazaré	Castelo Branco	Oliveira de Frades	Sever do Vouga
Elvas	Campo Maior	Cantanhede	Santa Maria da Feira	Nelas	Castelo de Vide	Oliveira do Hospital	Almada
Baião	Resende	Castro Verde	Santiago do Cacém	Óbidos	Coruche	Ourém	Cantanhede
Porto de Mós	São João da Pesqueira	Celorico de Basto	São Brás de Alportel	Odivelas	Cuba	Ourique	Castro Verde
Ourém	Cinfães	Crato	Sardoal	Oliveira de Frades	Esposende	Ovar	Caldas da Rainha

IndEnv	IndDep	NProg	Média Total Orçamento	Média Total % Execução	NProg com Objetivos	NProg com Indicadores	NProg com Metas
Viana do Castelo	Beja	Estremoz	Sátão	Oliveira do Bairro	Estarreja	Pampilhosa da Serra	Castro Daire
Barreiro	Vila Nova de Cerveira	Felgueiras	Serpa	Oliveira do Hospital	Figueiró dos Vinhos	Paredes	Belmonte
Oliveira de Azeméis	Elvas	Guimarães	Silves	Ovar	Freixo de Espada à Cinta	Pedrógão Grande	Rio Maior
Óbidos	Peniche	Loulé	Sintra	Paredes	Marinha Grande	Penacova	Vila Nova de Famalicão
Cinfães	Mealhada	Lousada	Sobral de Monte Agraço	Paredes de Coura	Melgaço	Penafiel	Miranda do Douro
Santarém	Vieira do Minho	Macedo de Cavaleiros	Tavira	Penafiel	Mira	Penalva do Castelo	Moura
Reguengos de Monsaraz	Rio Maior	Manteigas	Terras de Bouro	Penalva do Castelo	Nelas	Penamacor	Óbidos
Alvito	Águeda	Marco de Canaveses	Tomar	Penamacor	Pampilhosa da Serra	Penedono	Penela
Castro Verde	Moura	Moita	Tondela	Penela	Penalva do Castelo	Pinhel	Peso da Régua
Águeda	Évora	Mondim de Basto	Torre de Moncorvo	Peniche	Redondo	Pombal	Gouveia
Resende	Tábua	Odivelas	Torres Novas	Peso da Régua	Sabrosa	Ponte da Barca	Portel
Mealhada	Vidigueira	Oleiros	Vale de Cambra	Ponte de Lima	Sesimbra	Ponte de Lima	Sardoal
Guarda	Almada	Olhão	Valença	Portel	Sousel	Portalegre	Azambuja
Salvaterra de Magos	Sátão	Ourém	Vidigueira	Portimão	Vila Nova da Barquinha	Porto de Mós	Moita
Alcobaça	Salvaterra de Magos	Paços de Ferreira	Vila de Rei	Porto	Vila Velha de Ródão	Póvoa de Lanhoso	Ponte de Sor

IndEnv	IndDep	NProg	Média Total Orçamento	Média Total % Execução	NProg com Objetivos	NProg com Indicadores	NProg com Metas
Ferreira do Alentejo	Nazaré	Penafiel	Vila do Bispo	Póvoa de Lanhoso	Águeda	Proença-a-Nova	Mogadouro
Tavira	Silves	Pinhel	Vila do Conde	Póvoa de Varzim	Alijó	Redondo	Sabugal
Montemor-o-Velho	Óbidos	Pombal	Vila Flor	Proença-a-Nova	Arouca	Reguengos de Monsaraz	Viseu
Vila Nova de Cerveira	Amadora	Ponte de Sor	Vila Franca de Xira	Santa Comba Dão	Arronches	Resende	Nisa
Bombarral	Montemor-o-Velho	Portimão	Vila Nova da Barquinha	Santa Maria da Feira	Bombarral	Ribeira de Pena	Mira
Coimbra	Bombarral	Póvoa de Lanhoso	Vila Nova de Cerveira	Santiago do Cacém	Crato	Rio Maior	Portimão
Santo Tirso	Vila Viçosa	Reguengos de Monsaraz	Vila Nova de Famalicão	São Brás de Alportel	Felgueiras	Sabrosa	Figueira de Castelo Rodrigo
Torres Novas	Ponte da Barca	Santiago do Cacém	Vila Nova de Foz Côa	Sardoal	Loulé	Santa Comba Dão	Póvoa de Varzim
Peso da Régua	Tabuaço	Sertã	Vila Nova de Paiva	Sátão	Lousada	Santarém	Tabuaço
Pombal	Pombal	Soure	Vila Nova de Poiares	Serpa	Marco de Canaveses	Santiago do Cacém	Viana do Alentejo
Lamego	Vagos	Tábua	Vila Pouca de Aguiar	Silves	Ourém	Santo Tirso	Fronteira
Alcanena	Vale de Cambra	Tomar	Vila Real	Sintra	Pinhel	São João da Madeira	Vila Nova de Poiares
Redondo	Bragança	Tondela	Vila Real de Santo António	Sobral de Monte Agraço	Pombal	São João da Pesqueira	Boticas
Tábua	Moimenta da Beira	Vagos	Vila Velha de Ródão	Tavira	Portimão	Sátão	Ovar
Castelo Branco	Valença	Valongo	Vimioso	Terras de Bouro	Soure	Seia	Porto de Mós

IndEnv	IndDep	NProg	Média Total Orçamento	Média Total % Execução	NProg com Objetivos	NProg com Indicadores	NProg com Metas
São João da Pesqueira	Reguengos de Monsaraz	Vendas Novas	Vinhais	Tomar	Tondela	Seixal	Braga
Alpiarça	Almeirim	Vieira do Minho	Vizela	Tondela	Vagos	Sernancelhe	Guimarães
Figueira da Foz	Monforte	Vila do Bispo	Penedono	Torre de Moncorvo	Vendas Novas	Sertã	Mafra
Grândola	Aguiar da Beira	Vila Nova de Cerveira	Coimbra	Torres Novas	Vila do Bispo	Sesimbra	Albergaria-a-Velha
Vila Viçosa	Figueira da Foz	Vila Nova de Gaia	Oeiras	Vale de Cambra	Vila Nova de Gaia	Sever do Vouga	Alvito
Vila do Bispo	Santarém	Vila Pouca de Aguiar	Almodôvar	Valença	Vila Pouca de Aguiar	Soure	Caminha
Vila Nova da Barquinha	Redondo	Vila Verde	Alcanena	Vidigueira	Vila Verde	Sousel	Castelo de Vide
Bragança	Sardoal	Vizela	Pampilhosa da Serra	Vila de Rei	Almodôvar	Tarouca	Coruche
Cadaval	Sernancelhe	Aguiar da Beira	Alvito	Vila do Bispo	Constância	Terras de Bouro	Estarreja
Portalegre	Oeiras	Albufeira	Gondomar	Vila do Conde	Figueira de Castelo Rodrigo	Tondela	Marinha Grande
Miranda do Corvo	Ferreira do Alentejo	Alcochete	Mafra	Vila Flor	Fundão	Torre de Moncorvo	Melgaço
Mangualde	Espinho	Almodôvar	Ourém	Vila Franca de Xira	Gondomar	Torres Novas	Pampilhosa da Serra
Mondim de Basto	Torres Novas	Amarante	Trofa	Vila Nova da Barquinha	Grândola	Trancoso	Redondo
Moimenta da Beira	Serpa	Baião	Castelo de Paiva	Vila Nova de Cerveira	Mealhada	Trofa	Sabrosa
Porto	Grândola	Bragança	Góis	Vila Nova de Famalicão	Mértola	Vagos	Sesimbra

IndEnv	IndDep	NProg	Média Total Orçamento	Média Total % Execução	NProg com Objetivos	NProg com Indicadores	NProg com Metas
Valença	Mangualde	Caldas da Rainha	Tarouca	Vila Nova de Foz Côa	Pedrógão Grande	Vale de Cambra	Sousel
Santiago do Cacém	Caminha	Carregal do Sal	Boticas	Vila Nova de Paiva	Póvoa de Varzim	Valença	Vila Nova da Barquinha
Mesão Frio	Coimbra	Castro Daire	Manteigas	Vila Nova de Poiares	Salvaterra de Magos	Valongo	Águeda
Vendas Novas	Castelo Branco	Chamusca	Olhão	Vila Pouca de Aguiar	Tabuaço	Valpaços	Arronches
Nelas	Oliveira do Hospital	Constância	Golegã	Vila Real	Vale de Cambra	Vendas Novas	Felgueiras
Mira	Vila Nova da Barquinha	Espinho	Vila Nova de Gaia	Vila Real de Santo António	Alcanena	Vidigueira	Loulé
Espinho	Armamar	Évora	Sabugal	Vila Velha de Ródão	Castelo de Paiva	Vila do Bispo	Marco de Canaveses
Carregal do Sal	Carregal do Sal	Ferreira do Alentejo	Caldas da Rainha	Vimioso	Loures	Vila do Conde	Pombal
Vieira do Minho	Terras de Bouro	Figueira da Foz	Lousã	Vinhais	Sever do Vouga	Vila Flor	Vila Nova de Gaia
Vagos	Ponte de Sor	Figueira de Castelo Rodrigo	Vouzela	Vizela	Viana do Alentejo	Vila Nova da Barquinha	Vila Pouca de Aguiar
Vale de Cambra	Belmonte	Fronteira	Leiria	Tabuaço	Almada	Vila Nova de Cerveira	Constância
Ponte da Barca	Fornos de Algodres	Fundão	Reguengos de Monsaraz	Ribeira de Pena	Almeida	Vila Nova de Famalicão	Fundão
Ponte de Sor	Alcanena	Gondomar	Ribeira de Pena	Ponte de Sor	Abrantes	Vila Nova de Gaia	Mértola
Aljustrel	Cadaval	Grândola	Sesimbra	Oleiros	Beja	Vila Nova de Paiva	Pedrógão Grande
Cantanhede	Mira	Guarda	Oliveira de Azeméis	Albufeira	Cabeceiras de Basto	Vila Pouca de Aguiar	Castelo de Paiva

IndEnv	IndDep	NProg	Média Total Orçamento	Média Total % Execução	NProg com Objetivos	NProg com Indicadores	NProg com Metas
Caminha	Santa Marta de Penaguião	Lagoa	Valongo	Benavente	Cantanhede	Vila Real de Santo António	Loures
Serpa	Tavira	Leiria	Condeixa-a-Nova	Odemira	Castro Verde	Vila Velha de Ródão	Cabeceiras de Basto
Golegã	Vila Nova de Paiva	Lisboa	Arruda dos Vinhos	Sabugal	Macedo de Cavaleiros	Vila Verde	Mangualde
Odemira	Penedono	Mafra	Rio Maior	Sines	Manteigas	Vimioso	Seia
Oliveira do Hospital	Anadia	Mangualde	Pinhel	Castelo de Paiva	Odivelas	Vinhais	Vidigueira
Sátão	Santiago do Cacém	Mealhada	Salvaterra de Magos	Lousã	Olhão	Vizela	Espinho
Portel	Cantanhede	Mértola	Albufeira	Lagoa	Paços de Ferreira	Alcoutim	Tomar
Aljezur	Vila do Bispo	Mesão Frio	São Pedro do Sul	Marco de Canaveses	Penafiel	Alenquer	Lagoa
Paredes de Coura	Ribeira de Pena	Mogadouro	Bombarral	Condeixa-a-Nova	Santiago do Cacém	Aljustrel	Figueiró dos Vinhos
Castro Marim	Tomar	Monforte	Soure	Figueiró dos Vinhos	Tábua	Almeida	Freixo de Espada à Cinta
Almodôvar	Chaves	Montemor-o-Velho	Figueiró dos Vinhos	Matosinhos	Vieira do Minho	Alvaiázere	Nelas
Vila Nova de Paiva	Ansião	Ourique	Azambuja	Torres Vedras	Vizela	Amarante	Bombarral
Arraiolos	Barreiro	Pedrógão Grande	Seixal	Santa Marta de Penaguião	Aguiar da Beira	Azambuja	Crato
Covilhã	Ferreira do Zêzere	Penacova	Figueira de Castelo Rodrigo	Tábua	Alcochete	Benavente	Grândola
Borba	Nelas	Ponte da Barca	Benavente	Elvas	Amarante	Bombarral	Mealhada

IndEnv	IndDep	NProg	Média Total Orçamento	Média Total % Execução	NProg com Objetivos	NProg com Indicadores	NProg com Metas
Terras de Bouro	Golegã	Póvoa de Varzim	Elvas	Almada	Caldas da Rainha	Bragança	Salvaterra de Magos
Ferreira do Zêzere	Portalegre	Resende	Albergaria-a-Velha	Montemor-o-Velho	Carregal do Sal	Carregal do Sal	Almeida
Alter do Chão	Portel	Sabugal	Lousada	Montijo	Castro Daire	Chaves	Odivelas
Tomar	Covilhã	Salvaterra de Magos	Alcácer do Sal	Santarém	Figueira da Foz	Crato	Vieira do Minho
Ribeira de Pena	Sabrosa	Santa Marta de Penaguião	Crato	Alfândega da Fé	Leiria	Faro	Carregal do Sal
Anadia	Odemira	São Pedro do Sul	Mogadouro	Golegã	Lisboa	Ferreira do Alentejo	Figueira da Foz
Fronteira	Castro Marim	Seia	Paços de Ferreira	Monchique	Mangualde	Figueira da Foz	Lisboa
Abrantes	Aljustrel	Tabuaço	Alvaiázere	Viana do Alentejo	Mesão Frio	Figueira de Castelo Rodrigo	Mesão Frio
Alcácer do Sal	Mirandela	Tavira	Santarém	Alvaiázere	Montemor-o-Velho	Figueiró dos Vinhos	São Pedro do Sul
Sardoal	Arganil	Trofa	Alfândega da Fé	Viana do Castelo	Ourique	Freixo de Espada à Cinta	Lourinhã
Santa Comba Dão	Paredes de Coura	Vale de Cambra	Montijo	Ourique	São Pedro do Sul	Golegã	Palmela
Mirandela	Arraiolos	Vila Nova de Foz Côa	Marco de Canaveses	Castro Marim	Seia	Gouveia	Bragança
Belmonte	Penacova	Vila Nova de Paiva	Grândola	Mesão Frio	Trofa	Grândola	Ferreira do Alentejo
Chaves	Santa Comba Dão	Vila Nova de Poiares	Moita	Nisa	Vila Nova de Foz Côa	Guarda	Tavira
Sertã	Seia	Viseu	Oleiros	Alenquer	Vila Nova de Poiares	Lagoa	Golegã

IndEnv	IndDep	NProg	Média Total Orçamento	Média Total % Execução	NProg com Objetivos	NProg com Indicadores	NProg com Metas
Fundão	Vendas Novas	Alcanena	Palmela	Lourinhã	Alcoutim	Leiria	Vila de Rei
Sabrosa	Borba	Alcoutim	Penacova	Guarda	Barreiro	Lisboa	Porto
Castro Daire	Alpiarça	Aljezur	Vendas Novas	Maia	Fafe	Lourinhã	Alter do Chão
Estremoz	Fundão	Barrancos	Alenquer	Soure	Lourinhã	Lousã	Gondomar
Sernancelhe	Abrantes	Barreiro	Montemor-o-Velho	Oliveira de Azeméis	Palmela	Macedo de Cavaleiros	Olhão
Ansião	São Pedro do Sul	Castelo de Paiva	Sines	Bombarral	Peniche	Maia	Aguiar da Beira
Fornos de Algodres	Vouzela	Coimbra	Constância	Mogadouro	Vidigueira	Mealhada	Vila Nova de Foz Côa
São Pedro do Sul	Alter do Chão	Entroncamento	Amarante	São Pedro do Sul	Vouzela	Mesão Frio	Barreiro
Arganil	Porto	Fafe	Lourinhã	Santo Tirso	Belmonte	Mira	Peniche
Penela	Sertã	Golegã	Estarreja	Paços de Ferreira	Fornos de Algodres	Miranda do Douro	Vouzela
Soure	Arronches	Loures	Castro Marim	Vouzela	Rio Maior	Mogadouro	Matosinhos
Montemor-o-Novo	Manteigas	Lourinhã	Estremoz	Fundão	Vila Nova de Famalicão	Moita	Monchique
Seia	Castro Daire	Mação	Viana do Alentejo	Setúbal	Albufeira	Monforte	Albufeira
Figueira de Castelo Rodrigo	Monção	Miranda do Corvo	Trancoso	Caldas da Rainha	Bragança	Montemor-o-Velho	Batalha
Penacova	Fronteira	Montijo	Barreiro	Salvaterra de Magos	Chamusca	Montijo	Mação
Sousel	Avis	Mora	Sernancelhe	Amadora	Espinho	Moura	Arruda dos Vinhos

IndEnv	IndDep	NProg	Média Total Orçamento	Média Total % Execução	NProg com Objetivos	NProg com Indicadores	NProg com Metas
Armamar	Vila Pouca de Aguiar	Nisa	Lagoa	Amarante	Évora	Nelas	Coimbra
Penedono	Almodôvar	Odemira	Almada	Carregal do Sal	Ferreira do Alentejo	Nisa	Gavião
Chamusca	Penalva do Castelo	Ovar	São João da Pesqueira	Resende	Guarda	Óbidos	Alpiarça
Alandroal	Tondela	Palmela	Sever do Vouga	Arruda dos Vinhos	Monforte	Odivelas	Santarém
Penalva do Castelo	Murça	Paredes	Vila Viçosa	Viseu	Santa Marta de Penaguião	Paços de Ferreira	Almodôvar
Murça	Pedrógão Grande	Paredes de Coura	Nisa	São João da Pesqueira	Tavira	Palmela	Abrantes
Vouzela	Vila Flor	Peniche	Tábua	Ponte da Barca	Vila Nova de Paiva	Paredes de Coura	Beja
Santa Marta de Penaguião	Estremoz	Porto de Mós	Baião	Castro Daire	Barrancos	Penela	Manteigas
Freixo de Espada à Cinta	Castelo de Vide	Santo Tirso	Felgueiras	Constância	Golegã	Peso da Régua	Penafiel
Aguiar da Beira	Montemor-o-Novo	São João da Madeira	Carrazeda de Ansiães	Ferreira do Zêzere	Mação	Ponte de Sor	Santiago do Cacém
Coruche	Sousel	Sever do Vouga	Guarda	Chamusca	Montijo	Portel	Alcochete
Tondela	Góis	Sines	Monforte	Moita	Odemira	Portimão	Trofa
Góis	Celorico da Beira	Valença	Tabuaço	Sertã	Ovar	Porto	Fafe
Pedrógão Grande	Penela	Viana do Alentejo	Ferreira do Zêzere	Porto de Mós	Paredes	Póvoa de Varzim	Fornos de Algodres
Celorico da Beira	Lisboa	Vidigueira	Alijó	Carrazeda de Ansiães	Paredes de Coura	Sabugal	Macedo de Cavaleiros

IndEnv	IndDep	NProg	Média Total Orçamento	Média Total % Execução	NProg com Objetivos	NProg com Indicadores	NProg com Metas
Alijó	Alcácer do Sal	Vila Viçosa	Belmonte	Crato	Porto de Mós	Salvaterra de Magos	Amarante
Monção	Ourique	Vouzela	Entroncamento	Belmonte	São João da Madeira	Santa Maria da Feira	Leiria
Mortágua	Soure	Alenquer	Celorico de Basto	Vagos	Sines	Santa Marta de Penaguião	Montemor-o-Velho
Tabuaço	Vila de Rei	Almada	Viana do Castelo	Ílhavo	Valença	São Brás de Alportel	Alcoutim
Avis	Alandroal	Alpiarça	Almeirim	Arronches	Vila Viçosa	São Pedro do Sul	Monforte
Castelo de Vide	Mortágua	Alvaiázere	Vagos	Pombal	Alenquer	Sardoal	Santa Marta de Penaguião
Ourique	Chamusca	Arruda dos Vinhos	Redondo	Seixal	Alvaiázere	Sines	Montijo
Mora	Trancoso	Batalha	Santa Marta de Penaguião	Fafe	Arruda dos Vinhos	Tabuaço	Paredes de Coura
Vila Flor	Alijó	Belmonte	Pombal	Valpaços	Benavente	Tavira	Sines
Arcos de Valdevez	Freixo de Espada à Cinta	Benavente	Resende	Azambuja	Boticas	Tomar	Vila Viçosa
Figueiró dos Vinhos	Vila Nova de Foz Côa	Boticas	Chamusca	Rio Maior	Monchique	Viana do Alentejo	Benavente
Alvaiázere	Macedo de Cavaleiros	Cascais	Portalegre	Marinha Grande	Carrazeda de Ansiães	Viana do Castelo	Tábua
Vila Pouca de Aguiar	Coruche	Elvas	Idanha-a-Nova	Portalegre	Aljezur	Vieira do Minho	Odemira
Macedo de Cavaleiros	Proença-a-Nova	Fornos de Algodres	Castelo de Vide	Aljezur	Coimbra	Vila de Rei	Paredes
Vimioso	Figueira de Castelo Rodrigo	Gavião	São João da Madeira	Entroncamento	Entroncamento	Vila Viçosa	Valença

IndEnv	IndDep	NProg	Média Total Orçamento	Média Total % Execução	NProg com Objetivos	NProg com Indicadores	NProg com Metas
Carrazeda de Ansiães	Figueiró dos Vinhos	Ílhavo	Arronches	Palmela	Miranda do Corvo	Viseu	Carrazeda de Ansiães
Arronches	Alvaiázere	Matosinhos	Marinha Grande	Mértola	Batalha	Aguiar da Beira	Aljezur
Trancoso	Aljezur	Monchique	Marvão	Barreiro	Gavião	Alter do Chão	Ílhavo
Marvão	Marvão	Porto	Ílhavo	Felgueiras	Ílhavo	Arganil	Proença-a-Nova
Vila Nova de Foz Côa	Miranda do Douro	Proença-a-Nova	Ponte da Barca	Sousel	Matosinhos	Barreiro	Condeixa-a-Nova
Crato	Alfândega da Fé	Rio Maior	Loures	Penacova	Proença-a-Nova	Fronteira	Chamusca
Boticas	Arcos de Valdevez	Santarém	Mesão Frio	Grândola	Seixal	Gondomar	Guarda
Monchique	Mora	Seixal	Castro Daire	Vila Viçosa	Sobral de Monte Agraço	Matosinhos	Alenquer
Gouveia	Boticas	Serpa	Aljezur	Esposende	Viana do Castelo	Olhão	Alvaiázere
Miranda do Douro	Gouveia	Sobral de Monte Agraço	Monchique	Alijó	Vila de Rei	Oliveira de Azeméis	Santa Maria da Feira
Pinhel	Pinhel	Viana do Castelo	Porto de Mós	Monforte	Condeixa-a-Nova	Peniche	Sobral de Monte Agraço
Proença-a-Nova	Crato	Vila de Rei	Mora	Castelo de Vide	Vila Real	Serpa	Serpa
Mértola	Mogadouro	Vila Nova de Famalicão	Maia	Albergaria-a-Velha	Alpiarça	Sobral de Monte Agraço	Évora
Manteigas	Nisa	Almeida	Alandroal	Sabrosa	Cascais	Tábua	Miranda do Corvo
Alfândega da Fé	Valpaços	Arcos de Valdevez	Setúbal	Marvão	Porto	Vila Nova de Foz Côa	Vila Real
Mogadouro	Carrazeda de Ansiães	Carrazeda de Ansiães	Vila Verde	Figueira de Castelo Rodrigo	Santarém	Vouzela	Setúbal

IndEnv	IndDep	NProg	Média Total Orçamento	Média Total % Execução	NProg com Objetivos	NProg com Indicadores	NProg com Metas
Nisa	Almeida	Castro Marim	Mértola	Tarouca	Serpa	Évora	Entroncamento
Valpaços	Monchique	Condeixa-a-Nova	Ponte de Sor	Sesimbra	Castro Marim	Miranda do Corvo	Seixal
Mêda	Mação	Maia	Ourique	Alcácer do Sal	Maia	Monchique	Cascais
Gavião	Montalegre	São Brás de Alportel	Avis	Estremoz	São Brás de Alportel	Oeiras	Maia
Idanha-a-Nova	Torre de Moncorvo	Vila Real	Sousel	Vendas Novas	Oliveira de Azeméis	Torres Vedras	Aljustrel
Vila de Rei	Gavião	Alfândega da Fé	Sertã	Vila Verde	Arcos de Valdevez	Vila Real	Alfândega da Fé
Melgaço	Mértola	Braga	Amadora	São João da Madeira	Alfândega da Fé	Albufeira	Castro Marim
Castanheira de Pêra	Castanheira de Pêra	Oliveira do Bairro	Viseu	Avis	Santa Maria da Feira	Alfândega da Fé	Sintra
Montalegre	Melgaço	Santa Maria da Feira	Valpaços	Celorico de Basto	Silves	Boticas	Vila Franca de Xira
Torre de Moncorvo	Vimioso	Silves	Sabrosa	Baião	Sintra	Vila Nova de Poiares	Arcos de Valdevez
Mação	Mêda	Sintra	Santo Tirso	Redondo	Aljustrel	Amadora	Viana do Castelo
Sabugal	Sabugal	Aljustrel	Alcoutim	Estarreja	Vila Franca de Xira	Batalha	São Brás de Alportel
Pampilhosa da Serra	Vila Velha de Ródão	Setúbal	Fafe	Almeirim	Braga	Castro Marim	Oliveira de Azeméis
Vinhais	Oleiros	Vila Franca de Xira	Esposende	Trancoso	Oliveira do Bairro	Setúbal	Oeiras
Almeida	Pampilhosa da Serra	Oliveira de Azeméis	Fundão	Idanha-a-Nova	Setúbal	Elvas	Silves

IndEnv	IndDep	NProg	Média Total Orçamento	Média Total % Execução	NProg com Objetivos	NProg com Indicadores	NProg com Metas
Penamacor	Penamacor	Torres Vedras	Torres Vedras	Sernancelhe	Oeiras	Oliveira do Bairro	Lousã
Vila Velha de Ródão	Idanha-a-Nova	Oeiras	Carregal do Sal	Sever do Vouga	Torres Vedras	Sintra	Amadora
Alcoutim	Vinhais	Lousã	Odemira	Mora	Lousã	Vila Franca de Xira	Oliveira do Bairro
Oleiros	Alcoutim	Amadora	Matosinhos	Loures	Amadora	Silves	Torres Vedras

ANEXO 12- Correlações entre os Parâmetros: Índice de Envelhecimento, Índice de Dependência, Número de Programas, Número de Programas por Área, Média de Orçamento, Média de Execução e Número de Objetivos, Indicadores e Metas

Relações entre Parâmetros	Valor
Índice de Envelhecimento e Número de Programas	-0,1906
Índice de Envelhecimento e Número de Programas por Área:	
Área 1 - Promoção da Capacidade Física e Mental e das Redes Sociais	-0,19913
Área 2 - Promoção de Comportamentos Saudáveis	0,188891
Área 3 - Combate ao <i>Ageism</i>	0,054307
Área 4 - Acomodação e Ordenamento do Território	-0,08175
Área 5 - Eliminação de Comportamentos de Risco	0,00347
Área 6 - Atividades Lúdica-Recreativas	-0,14389
Índice de Dependência e Número de Programas	-0,17129
Índice de Dependência e Número de Programas por Área:	
Área 1 - Promoção da Capacidade Física e Mental e das Redes Sociais	-0,17415
Área 2 - Promoção de Comportamentos Saudáveis	0,216783
Área 3 - Combate ao <i>Ageism</i>	0,062814
Área 4 - Acomodação e Ordenamento do Território	-0,0437
Área 5 - Eliminação de Comportamentos de Risco	-0,02056
Área 6 - Atividades Lúdica-Recreativas	-0,12454
Média de Orçamento e Número de Programas	0,081698
Média de Orçamento e Número de Programas por Área:	
Área 1 - Promoção da Capacidade Física e Mental e das Redes Sociais	-0,03503
Área 2 - Promoção de Comportamentos Saudáveis	-0,02621
Área 3 - Combate ao <i>Ageism</i>	0,07485
Área 4 - Acomodação e Ordenamento do Território	0,278821
Área 5 - Eliminação de Comportamentos de Risco	-0,04764
Área 6 - Atividades Lúdica-Recreativas	0,026216
Média de Execução e Número de Programas	-0,00076
Média de Execução e Número de Programas por Área:	
Área 1 - Promoção da Capacidade Física e Mental e das Redes Sociais	-0,10576
Área 2 - Promoção de Comportamentos Saudáveis	0,038195
Área 3 - Combate ao <i>Ageism</i>	-0,04325
Área 4 - Acomodação e Ordenamento do Território	-0,13287
Área 5 - Eliminação de Comportamentos de Risco	-0,16734
Área 6 - Atividades Lúdica-Recreativas	-0,11274
Número de Objetivos e Número de Programas	0,862349
Número de Objetivos e Número de Programas por Área:	

Área 1 - Promoção da Capacidade Física e Mental e das Redes Sociais	0,510831
Área 2 - Promoção de Comportamentos Saudáveis	0,100763
Área 3 - Combate ao <i>Ageism</i>	0,400194
Área 4 - Acomodação e Ordenamento do Território	0,347251
Área 5 - Eliminação de Comportamentos de Risco	0,170316
Área 6 - Atividades Lúdica-Recreativas	0,341992
Número de Indicadores e Número de Programas	0,521341
Número de Indicadores e Número de Programas por Área:	
Área 1 - Promoção da Capacidade Física e Mental e das Redes Sociais	0,260312
Área 2 - Promoção de Comportamentos Saudáveis	0,160672
Área 3 - Combate ao <i>Ageism</i>	0,304332
Área 4 - Acomodação e Ordenamento do Território	0,249315
Área 5 - Eliminação de Comportamentos de Risco	0,374027
Área 6 - Atividades Lúdica-Recreativas	0,298088
Número de Metas e Número de Programas	0,764457
Número de Metas e Número de Programas por Área:	
Área 1 - Promoção da Capacidade Física e Mental e das Redes Sociais	0,426223
Área 2 - Promoção de Comportamentos Saudáveis	0,012455
Área 3 - Combate ao <i>Ageism</i>	0,420606
Área 4 - Acomodação e Ordenamento do Território	0,246252
Área 5 - Eliminação de Comportamentos de Risco	0,227637
Área 6 - Atividades Lúdica-Recreativas	0,227241

ANEXO 13 - Municípios com Parceiros nos seus Programas e respetiva percentagem dos programas com parceiros (%)

Municípios	NProg	NProg com Parceiros	%
Abrantes	3		0,00
Águeda	3	1	33,33
Aguiar da Beira	4	1	25,00
Alandroal	2		0,00
Albergaria-a-Velha	2	1	50,00
Albufeira	4		0,00
Alcácer do Sal	2	1	50,00
Alcanena	5		0,00
Alcobaça	1	1	100,00
Alcochete	4		0,00
Alcoutim	5		0,00
Alenquer	6		0,00
Alfândega da Fé	8	5	62,50
Alijó	3	1	33,33
Aljezur	5		0,00
Aljustrel	9		0,00
Almada	6		0,00
Almeida	7		0,00
Almeirim	2		0,00
Almodôvar	4	1	25,00
Alpiarça	6	1	16,67
Alter do Chão	2	1	50,00
Alvaiázere	6	1	16,67
Alvito	2	1	50,00
Amadora	13	9	69,23
Amarante	4		0,00
Amares	1		0,00
Anadia	2		0,00
Ansião	3		0,00
Arcos de Valdevez	7	2	28,57
Arganil	2		0,00
Armamar	1		0,00
Arouca	3		0,00
Arraiolos			
Arronches	3		0,00
Arruda dos Vinhos	6		0,00
Aveiro	1		0,00
Avis	1		0,00
Azambuja	3	1	33,33
Baião	4	1	25,00
Barcelos	1		0,00
Barrancos	5	2	40,00
Barreiro	5	4	80,00

Municípios	NProg	NProg com Parceiros	%
Batalha	6	1	16,67
Beja	3	2	66,67
Belmonte	6		0,00
Benavente	6		0,00
Bombarral	3		0,00
Borba	2		0,00
Boticas	6	1	16,67
Braga	8	4	50,00
Bragança	4	3	75,00
Cabeceiras de Basto	3		0,00
Cadaval	2		0,00
Caldas da Rainha	4		0,00
Caminha	2	1	50,00
Campo Maior	1		0,00
Cantanhede	3		0,00
Carraceda de Ansiães	7	1	14,29
Carregal do Sal	4	1	25,00
Cartaxo	2	1	50,00
Cascais	6	2	33,33
Castanheira de Pêra	1		0,00
Castelo Branco	2		0,00
Castelo de Paiva	5	1	20,00
Castelo de Vide	2		0,00
Castro Daire	4	1	25,00
Castro Marim	7	4	57,14
Castro Verde	3		0,00
Celorico da Beira	2		0,00
Celorico de Basto	3		0,00
Chamusca	4	1	25,00
Chaves	1	1	100,00
Cinfães	1		0,00
Coimbra	5	2	40,00
Condeixa-a-Nova	7		0,00
Constância	4		0,00
Coruche	2	1	50,00
Covilhã	2		0,00
Crato	3		0,00
Cuba	2		0,00
Elvas	6		0,00
Entroncamento	5	1	20,00
Espinho	4		0,00
Esposende	2	1	50,00
Estarreja	2		0,00
Estremoz	3		0,00
Évora	4		0,00

Municípios	NProg	NProg com Parceiros	%
Fafe	5		0,00
Faro	1		0,00
Felgueiras	3	1	33,33
Ferreira do Alentejo	4		0,00
Ferreira do Zêzere	2		0,00
Figueira da Foz	4	2	50,00
Figueira de Castelo Rodrigo	4		0,00
Figueiró dos Vinhos	2		0,00
Fornos de Algodres	6		0,00
Freixo de Espada à Cinta	2		0,00
Fronteira	4		0,00
Fundão	4	1	25,00
Gavião	6	1	16,67
Góis	2		0,00
Golegã	5	3	60,00
Gondomar	4		0,00
Gouveia	2		0,00
Grândola	4		0,00
Guarda	4	2	50,00
Guimarães	3	1	33,33
Idanha-a-Nova	1		0,00
Ílhavo	6	1	16,67
Lagoa	4		0,00
Lagos	2		0,00
Lamego	1		0,00
Leiria	4		0,00
Lisboa	4	2	50,00
Loulé	3		0,00
Loures	5	2	40,00
Lourinhã	5	3	60,00
Lousã	12	3	25,00
Lousada	3	1	33,33
Mação	5	1	20,00
Macedo de Cavaleiros	3	1	33,33
Mafra	4		0,00
Maia	7	2	28,57
Mangualde	4		0,00
Manteigas	3		0,00
Marco de Canaveses	3		0,00
Marinha Grande	2		0,00
Marvão	2		0,00
Matosinhos	6	1	16,67
Mealhada	4	1	25,00
Mêda	2		0,00
Melgaço	2		0,00

Municípios	NProg	NProg com Parceiros	%
Mértola	4		0,00
Mesão Frio	4		0,00
Mira	2		0,00
Miranda do Corvo	5	1	20,00
Miranda do Douro	1		0,00
Mirandela	1		0,00
Mogadouro	4		0,00
Moimenta da Beira	1		0,00
Moita	3	1	33,33
Monção	1		0,00
Monchique	6	1	16,67
Mondim de Basto	3		0,00
Monforte	4		0,00
Montalegre	1		0,00
Montemor-o-Novo			
Montemor-o-Velho	4		0,00
Montijo	5		0,00
Mora	5		0,00
Mortágua	1		0,00
Moura	1	1	100,00
Mourão	1		0,00
Murça	1		0,00
Murtosa	2		0,00
Nazaré	1		0,00
Nelas	2	2	100,00
Nisa	5		0,00
Óbidos	1		0,00
Odemira	5	1	20,00
Odivelas	3	1	33,33
Oeiras	11	6	54,54
Oleiros	3		0,00
Olhão	3		0,00
Oliveira de Azeméis	10	2	20,00
Oliveira de Frades	1		0,00
Oliveira do Bairro	8	3	37,50
Oliveira do Hospital	1		0,00
Ourém	3		0,00
Ourique	4	1	25,00
Ovar	5	1	20,00
Paços de Ferreira	3	1	33,33
Palmela	5	2	40,00
Pampilhosa da Serra	2		0,00
Paredes	5		0,00
Paredes de Coura	5	4	80,00
Pedrógão Grande	4		0,00

Municípios	NProg	NProg com Parceiros	%
Penacova	4		0,00
Penafiel	3	1	33,33
Penalva do Castelo	2		0,00
Penamacor	1		0,00
Penedono	2		0,00
Penela	1		0,00
Peniche	5		0,00
Peso da Régua	1	1	100,00
Pinhel	3		0,00
Pombal	3	1	33,33
Ponte da Barca	4		0,00
Ponte de Lima	1		0,00
Ponte de Sor	3		0,00
Portalegre	2		0,00
Portel	2		0,00
Portimão	3	1	33,33
Porto	6		0,00
Porto de Mós	5	1	20,00
Póvoa de Lanhoso	3		0,00
Póvoa de Varzim	4	1	25,00
Proença-a-Nova	6		0,00
Redondo	2		0,00
Reguengos de Monsaraz	3		0,00
Resende	4		0,00
Ribeira de Pena	2		0,00
Rio Maior	6		0,00
Sabrosa	2		0,00
Sabugal	4		0,00
Salvaterra de Magos	4		0,00
Santa Comba Dão	1		0,00
Santa Maria da Feira	8		0,00
Santa Marta de Penaguião	4	1	25,00
Santarém	6	1	16,67
Santiago do Cacém	3	2	66,67
Santo Tirso	5		0,00
São Brás de Alportel	7	1	14,29
São João da Madeira	5		0,00
São João da Pesqueira	2		0,00
São Pedro do Sul	4	1	25,00
Sardoal	2		0,00
Sátão	1		0,00
Seia	4		0,00
Seixal	6	4	66,67
Sernancelhe	1		0,00
Serpa	6	3	50,00

Municípios	NProg	NProg com Parceiros	%
Sertã	3		0,00
Sesimbra	2	2	100,00
Setúbal	9	6	66,67
Sever do Vouga	5	1	20,00
Silves	8	3	37,50
Sines	5		0,00
Sintra	8		0,00
Sobral de Monte Agraço	6	2	33,33
Soure	3	2	66,67
Sousel	2		0,00
Tábua	3	1	33,33
Tabuaço	4	1	25,00
Tarouca	2		0,00
Tavira	4		0,00
Terras de Bouro			
Tomar	3		0,00
Tondela	3	1	33,33
Torre de Moncorvo	2		0,00
Torres Novas	1		0,00
Torres Vedras	10	6	60,00
Trancoso	1		0,00
Trofa	4		0,00
Vagos	3		0,00
Vale de Cambra	4	1	25,00
Valença	5		0,00
Valongo	3	1	33,33
Valpaços	2		0,00
Vendas Novas	3		0,00
Viana do Alentejo	5	1	20,00
Viana do Castelo	6	2	33,33
Vidigueira	5		0,00
Vieira do Minho	3		0,00
Vila de Rei	6		0,00
Vila do Bispo	3		0,00
Vila do Conde	1		0,00
Vila Flor			
Vila Franca de Xira	9	7	77,78
Vila Nova da Barquinha	2		0,00
Vila Nova de Cerveira	3		0,00
Vila Nova de Famalicão	6	1	16,67
Vila Nova de Foz Côa	4	1	25,00
Vila Nova de Gaia	3		0,00
Vila Nova de Paiva	4	2	50,00
Vila Nova de Poiares	4	1	25,00
Vila Pouca de Aguiar	3	1	33,33

Municípios	NProg	NProg com Parceiros	%
Vila Real	7	4	57,14
Vila Real de Santo António	2		0,00
Vila Velha de Ródão	2		0,00
Vila Verde	3	1	33,33
Vila Viçosa	5	1	20,00
Vimioso	1		0,00
Vinhais	1		0,00
Viseu	4		0,00
Vizela	3		0,00
Vouzela	5	2	40,00

ANEXO 14 Presença dos Programas, Cidades Saudáveis (CIDSAUDAV), Cidades Amigas dos Idosos (CIDAMIDOS), RUTIS, Cartão do Idoso (Cartão) e Unidade Móvel de Saúde (UMSAUDE), nos Municípios

<i>Distrito</i>	<i>Município</i>	<i>NPr-og</i>	<i>CSAUDAV</i>	<i>CIDAMID OS</i>	<i>RUTIS</i>	<i>Cartão</i>	<i>UMSAUDE</i>
<i>Aveiro</i>	Águeda	3	Não	Não	Não	Não	Não
<i>Aveiro</i>	Albergaria-a-Velha	2	Não	Não	Não	Sim	Não
<i>Aveiro</i>	Anadia	2	Não	Não	Não	Sim	Não
<i>Aveiro</i>	Arouca	3	Não	Não	Não	Não	Não
<i>Aveiro</i>	Aveiro	1	Não	Não	Não	Não	Não
<i>Aveiro</i>	Castelo de Paiva	5	Não	Não	Não	Não	Não
<i>Aveiro</i>	Espinho	4	Não	Não	Não	Não	Não
<i>Aveiro</i>	Estarreja	2	Não	Não	Não	Sim	Não
<i>Aveiro</i>	Ílhavo	6	Não	Não	Não	Não	Não
<i>Aveiro</i>	Mealhada	4	Não	Não	Não	Não	Não
<i>Aveiro</i>	Murtosa	2	Não	Não	Não	Não	Não
<i>Aveiro</i>	Oliveira de Azeméis	10	Não	Sim	Não	Sim	Não
<i>Aveiro</i>	Oliveira do Bairro	8	Não	Não	Não	Sim	Não
<i>Aveiro</i>	Ovar	5	Não	Não	Não	Sim	Não
<i>Aveiro</i>	Santa Maria da Feira	8	Não	Sim	Não	Sim	Não
<i>Aveiro</i>	São João da Madeira	5	Não	Não	Não	Sim	Não
<i>Aveiro</i>	Sever do Vouga	5	Não	Não	Não	Sim	Não
<i>Aveiro</i>	Vagos	3	Não	Não	Não	Não	Não
<i>Aveiro</i>	Vale de Cambra	4	Não	Não	Não	Sim	Não
<i>Beja</i>	Aljustrel	9	Não	Não	Sim	Sim	Sim
<i>Beja</i>	Almodôvar	4	Sim	Não	Não	Sim	Não
<i>Beja</i>	Alvito	2	Sim	Não	Não	Não	Não
<i>Beja</i>	Barrancos	5	Sim	Não	Não	Não	Não
<i>Beja</i>	Beja	3	Sim	Não	Não	Não	Não
<i>Beja</i>	Castro Verde	3	Não	Não	Não	Não	Não
<i>Beja</i>	Cuba	2	Sim	Não	Não	Não	Não
<i>Beja</i>	Ferreira do Alentejo	4	Não	Não	Não	Não	Não
<i>Beja</i>	Mértola	4	Não	Não	Não	Sim	Sim
<i>Beja</i>	Moura	1	Não	Não	Não	Não	Não
<i>Beja</i>	Odemira	5	Sim	Não	Não	Sim	Não
<i>Beja</i>	Ourique	4	Não	Não	Não	Não	Sim
<i>Beja</i>	Serpa	6	Sim	Não	Sim	Não	Não
<i>Beja</i>	Vidigueira	5	Sim	Não	Não	Não	Não
<i>Braga</i>	Amares	1	Não	Não	Não	Sim	Não
<i>Braga</i>	Barcelos	1	Não	Não	Não	Não	Não
<i>Braga</i>	Braga	8	Sim	Não	Não	Sim	Não
<i>Braga</i>	Cabeceiras de Basto	3	Não	Não	Sim	Não	Não

<i>Distrito</i>	Município	NºProg	CSAUDAV	CIDAMID OS	RUTIS	Cartão	UMSAUDE
<i>Braga</i>	Celorico de Basto	3	Não	Não	Não	Não	Sim
<i>Braga</i>	Esposende	2	Não	Não	Não	Não	Não
<i>Braga</i>	Fafe	5	Não	Não	Não	Sim	Não
<i>Braga</i>	Guimarães	3	Não	Não	Não	Sim	Não
<i>Braga</i>	Póvoa de Lanhoso	3	Sim	Não	Não	Sim	Não
<i>Braga</i>	Terras de Bouro	0	Não	Não	Não	Não	Não
<i>Braga</i>	Vieira do Minho	3	Não	Não	Sim	Sim	Não
<i>Braga</i>	Vila Nova de Famalicão	6	Não	Não	Não	Sim	Não
<i>Braga</i>	Vila Verde	3	Não	Não	Não	Não	Não
<i>Braga</i>	Vizela	3	Não	Não	Não	Não	Não
<i>Bragança</i>	Alfândega da Fé	8	Sim	Sim	Não	Sim	Sim
<i>Bragança</i>	Bragança	4	Sim	Não	Não	Não	Sim
<i>Bragança</i>	Carraceda de Ansiães	7	Não	Não	Não	Sim	Sim
<i>Bragança</i>	Freixo de Espada à Cinta	2	Não	Não	Não	Sim	Não
<i>Bragança</i>	Macedo de Cavaleiros	3	Não	Não	Não	Sim	Sim
<i>Bragança</i>	Miranda do Douro	1	Não	Não	Não	Não	Não
<i>Bragança</i>	Mirandela	1	Não	Não	Não	Não	Não
<i>Bragança</i>	Mogadouro	4	Não	Não	Sim	Não	Não
<i>Bragança</i>	Torre de Moncorvo	2	Não	Não	Não	Não	Não
<i>Bragança</i>	Vila Flor	0	Não	Não	Não	Não	Não
<i>Bragança</i>	Vimioso	1	Não	Não	Não	Não	Não
<i>Bragança</i>	Vinhais	1	Não	Não	Não	Sim	Não
<i>Castelo Branco</i>	Belmonte	6	Não	Não	Não	Sim	Não
<i>Castelo Branco</i>	Castelo Branco	2	Não	Não	Não	Não	Não
<i>Castelo Branco</i>	Covilhã	2	Não	Não	Não	Sim	Não
<i>Castelo Branco</i>	Fundão	4	Não	Não	Não	Sim	Não
<i>Castelo Branco</i>	Idanha-a-Nova	1	Não	Não	Não	Sim	Não
<i>Castelo Branco</i>	Oleiros	3	Não	Não	Não	Não	Sim
<i>Castelo Branco</i>	Penamacor	1	Não	Não	Não	Não	Não
<i>Castelo Branco</i>	Proença-a-Nova	6	Não	Não	Não	Sim	Sim
<i>Castelo Branco</i>	Sertã	3	Não	Não	Não	Não	Não
<i>Castelo Branco</i>	Vila de Rei	6	Não	Não	Não	Sim	Não
<i>Castelo Branco</i>	Vila Velha de Ródão	2	Não	Não	Não	Sim	Não
<i>Coimbra</i>	Arganil	2	Não	Não	Não	Não	Não
<i>Coimbra</i>	Cantanhede	3	Não	Não	Não	Não	Não
<i>Coimbra</i>	Coimbra	5	Sim	Não	Não	Não	Não
<i>Coimbra</i>	Condeixa-a-Nova	7	Não	Não	Não	Não	Sim
<i>Coimbra</i>	Figueira da Foz	4	Sim	Não	Não	Sim	Não
<i>Coimbra</i>	Góis	2	Não	Não	Não	Não	Não
<i>Coimbra</i>	Lousã	12	Sim	Não	Não	Sim	Não
<i>Coimbra</i>	Mira	2	Não	Não	Não	Não	Não

<i>Distrito</i>	<i>Município</i>	<i>NºProg</i>	<i>CSAUDAV</i>	<i>CIDAMID OS</i>	<i>RUTIS</i>	<i>Cartão</i>	<i>UMSAUDE</i>
<i>Coimbra</i>	Miranda do Corvo	5	Sim	Não	Não	Sim	Sim
<i>Coimbra</i>	Montemor-o-Velho	4	Não	Não	Não	Sim	Não
<i>Coimbra</i>	Oliveira do Hospital	1	Não	Não	Não	Não	Não
<i>Coimbra</i>	Pampilhosa da Serra	2	Não	Não	Não	Sim	Não
<i>Coimbra</i>	Penacova	4	Não	Não	Não	Não	Não
<i>Coimbra</i>	Penela	1	Não	Não	Sim	Não	Não
<i>Coimbra</i>	Soure	3	Sim	Não	Não	Sim	Não
<i>Coimbra</i>	Tábua	3	Sim	Não	Sim	Não	Não
<i>Coimbra</i>	Vila Nova de Poiares	4	Não	Não	Não	Não	Não
<i>Évora</i>	Alandroal	2	Não	Não	Não	Sim	Não
<i>Évora</i>	Arraiolos	0	Não	Não	Não	Não	Não
<i>Évora</i>	Borba	2	Não	Não	Não	Sim	Sim
<i>Évora</i>	Estremoz	3	Não	Não	Não	Sim	Não
<i>Évora</i>	Évora	4	Não	Não	Não	Sim	Não
<i>Évora</i>	Montemor-o-Novo	0	Não	Não	Não	Não	Não
<i>Évora</i>	Mora	5	Não	Não	Sim	Sim	Não
<i>Évora</i>	Mourão	1	Não	Não	Não	Não	Não
<i>Évora</i>	Portel	2	Não	Não	Não	Sim	Não
<i>Évora</i>	Redondo	2	Não	Não	Não	Sim	Não
<i>Évora</i>	Reguengos de Monsaraz	3	Não	Não	Não	Sim	Não
<i>Évora</i>	Vendas Novas	3	Não	Não	Não	Não	Não
<i>Évora</i>	Viana do Alentejo	5	Sim	Não	Não	Sim	Não
<i>Évora</i>	Vila Viçosa	5	Não	Não	Sim	Sim	Não
<i>Faro</i>	Albufeira	4	Não	Não	Não	Sim	Não
<i>Faro</i>	Alcoutim	5	Não	Não	Não	Sim	Sim
<i>Faro</i>	Aljezur	5	Não	Não	Não	Sim	Não
<i>Faro</i>	Castro Marim	7	Sim	Sim	Não	Sim	Sim
<i>Faro</i>	Faro	1	Não	Não	Não	Não	Não
<i>Faro</i>	Lagoa	4	Sim	Não	Não	Sim	Sim
<i>Faro</i>	Lagos	2	Não	Não	Não	Não	Não
<i>Faro</i>	Loulé	3	Sim	Não	Não	Não	Sim
<i>Faro</i>	Monchique	6	Sim	Não	Sim	Sim	Não
<i>Faro</i>	Olhão	3	Não	Não	Não	Não	Não
<i>Faro</i>	Portimão	3	Sim	Não	Não	Não	Não
<i>Faro</i>	São Brás de Alportel	7	Não	Não	Não	Sim	Não
<i>Faro</i>	Silves	8	Não	Não	Não	Sim	Não
<i>Faro</i>	Tavira	4	Não	Não	Não	Não	Não
<i>Faro</i>	Vila do Bispo	3	Não	Não	Não	Sim	Não
<i>Faro</i>	Vila Real de Santo António	2	Não	Não	Não	Não	Não
<i>Guarda</i>	Aguiar da Beira	4	Não	Não	Não	Não	Sim
<i>Guarda</i>	Almeida	7	Não	Não	Não	Não	Sim

<i>Distrito</i>	Município	NºProg	CSAUDAV	CIDAMID OS	RUTIS	Cartão	UMSAUDE
<i>Guarda</i>	Celorico da Beira	2	Não	Não	Não	Não	Não
<i>Guarda</i>	Figueira de Castelo Rodrigo	4	Não	Não	Não	Não	Não
<i>Guarda</i>	Fornos de Algodres	6	Não	Não	Não	Não	Sim
<i>Guarda</i>	Gouveia	2	Não	Não	Não	Não	Não
<i>Guarda</i>	Guarda	4	Sim	Não	Não	Sim	Não
<i>Guarda</i>	Manteigas	3	Não	Não	Não	Sim	Não
<i>Guarda</i>	Mêda	2	Não	Não	Não	Não	Não
<i>Guarda</i>	Pinhel	3	Não	Não	Não	Não	Não
<i>Guarda</i>	Sabugal	4	Não	Não	Sim	Não	Sim
<i>Guarda</i>	Seia	4	Não	Não	Não	Sim	Sim
<i>Guarda</i>	Trancoso	1	Não	Não	Não	Não	Não
<i>Guarda</i>	Vila Nova de Foz Côa	4	Não	Sim	Não	Não	Não
<i>Leiria</i>	Alcobaça	1	Não	Não	Não	Não	Sim
<i>Leiria</i>	Alvaiázere	6	Não	Não	Sim	Sim	Não
<i>Leiria</i>	Ansião	3	Não	Não	Não	Sim	Não
<i>Leiria</i>	Batalha	6	Não	Não	Não	Não	Não
<i>Leiria</i>	Bombarral	3	Não	Não	Não	Não	Não
<i>Leiria</i>	Caldas da Rainha	4	Não	Não	Não	Sim	Não
<i>Leiria</i>	Castanheira de Pêra	1	Não	Não	Não	Não	Não
<i>Leiria</i>	Figueiró dos Vinhos	2	Não	Não	Não	Sim	Não
<i>Leiria</i>	Leiria	4	Não	Não	Não	Não	Não
<i>Leiria</i>	Marinha Grande	2	Não	Não	Não	Sim	Não
<i>Leiria</i>	Nazaré	1	Não	Não	Sim	Não	Não
<i>Leiria</i>	Óbidos	1	Não	Não	Não	Não	Não
<i>Leiria</i>	Pedrógão Grande	4	Não	Não	Não	Sim	Não
<i>Leiria</i>	Peniche	5	Não	Não	Não	Sim	Não
<i>Leiria</i>	Pombal	3	Não	Não	Não	Não	Não
<i>Leiria</i>	Porto de Mós	5	Não	Sim	Não	Não	Sim
<i>Lisboa</i>	Alenquer	6	Não	Não	Sim	Sim	Não
<i>Lisboa</i>	Amadora	13	Sim	Não	Não	Sim	Não
<i>Lisboa</i>	Arruda dos Vinhos	6	Não	Não	Não	Sim	Não
<i>Lisboa</i>	Azambuja	3	Sim	Não	Sim	Não	Sim
<i>Lisboa</i>	Cadaval	2	Não	Não	Não	Não	Não
<i>Lisboa</i>	Cascais	6	Não	Não	Não	Não	Não
<i>Lisboa</i>	Lisboa	4	Sim	Não	Sim	Não	Não
<i>Lisboa</i>	Loures	5	Sim	Não	Sim	Não	Não
<i>Lisboa</i>	Lourinhã	5	Sim	Não	Não	Não	Não
<i>Lisboa</i>	Mafra	4	Não	Não	Não	Não	Não
<i>Lisboa</i>	Odivelas	3	Sim	Sim	Não	Não	Não
<i>Lisboa</i>	Oeiras	11	Sim	Não	Não	Sim	Não
<i>Lisboa</i>	Sintra	8	Não	Não	Não	Sim	Sim

<i>Distrito</i>	<i>Município</i>	<i>NProg</i>	<i>CSAUDAV</i>	<i>CIDAMID OS</i>	<i>RUTIS</i>	<i>Cartão</i>	<i>UMSAUDE</i>
<i>Lisboa</i>	Sobral de Monte Agraço	6	Não	Não	Não	Não	Não
<i>Lisboa</i>	Torres Vedras	10	Sim	Sim	Não	Sim	Não
<i>Lisboa</i>	Vila Franca de Xira	9	Sim	Não	Sim	Sim	Não
<i>Portalegre</i>	Alter do Chão	2	Não	Sim	Não	Não	Não
<i>Portalegre</i>	Arronches	3	Não	Não	Não	Não	Não
<i>Portalegre</i>	Avis	1	Sim	Não	Não	Sim	Não
<i>Portalegre</i>	Campo Maior	1	Não	Não	Não	Não	Não
<i>Portalegre</i>	Castelo de Vide	2	Não	Não	Não	Sim	Não
<i>Portalegre</i>	Crato	3	Não	Não	Não	Sim	Não
<i>Portalegre</i>	Elvas	6	Não	Não	Sim	Sim	Não
<i>Portalegre</i>	Fronteira	4	Não	Não	Sim	Sim	Não
<i>Portalegre</i>	Gavião	6	Não	Não	Não	Sim	Não
<i>Portalegre</i>	Marvão	2	Não	Não	Não	Não	Sim
<i>Portalegre</i>	Monforte	4	Não	Não	Sim	Sim	Não
<i>Portalegre</i>	Nisa	5	Não	Não	Não	Sim	Não
<i>Portalegre</i>	Ponte de Sor	3	Não	Sim	Não	Não	Não
<i>Portalegre</i>	Portalegre	2	Não	Não	Não	Não	Não
<i>Portalegre</i>	Sousel	2	Não	Não	Não	Sim	Não
<i>Porto</i>	Amarante	4	Não	Não	Não	Não	Não
<i>Porto</i>	Baião	4	Não	Não	Não	Não	Sim
<i>Porto</i>	Felgueiras	3	Não	Não	Não	Sim	Não
<i>Porto</i>	Gondomar	4	Sim	Sim	Não	Não	Sim
<i>Porto</i>	Lousada	3	Não	Não	Não	Não	Não
<i>Porto</i>	Maia	7	Não	Sim	Não	Não	Não
<i>Porto</i>	Marco de Canaveses	3	Não	Não	Não	Não	Não
<i>Porto</i>	Matosinhos	6	Sim	Sim	Não	Não	Sim
<i>Porto</i>	Paços de Ferreira	3	Não	Não	Não	Sim	Não
<i>Porto</i>	Paredes	5	Não	Não	Não	Não	Sim
<i>Porto</i>	Penafiel	3	Não	Não	Não	Não	Não
<i>Porto</i>	Porto	6	Sim	Sim	Não	Não	Não
<i>Porto</i>	Póvoa de Varzim	4	Não	Não	Não	Não	Não
<i>Porto</i>	Santo Tirso	5	Sim	Não	Não	Sim	Não
<i>Porto</i>	Trofa	4	Não	Não	Não	Sim	Não
<i>Porto</i>	Valongo	3	Sim	Não	Não	Não	Não
<i>Porto</i>	Vila do Conde	1	Não	Não	Não	Não	Não
<i>Porto</i>	Vila Nova de Gaia	3	Não	Não	Não	Não	Não
<i>Santarém</i>	Abrantes	3	Não	Não	Não	Não	Não
<i>Santarém</i>	Alcanena	5	Não	Não	Não	Sim	Não
<i>Santarém</i>	Almeirim	2	Não	Não	Não	Não	Não
<i>Santarém</i>	Alpiarça	6	Não	Não	Não	Não	Não
<i>Santarém</i>	Benavente	6	Não	Sim	Não	Não	Não

<i>Distrito</i>	<i>Município</i>	<i>NºProg</i>	<i>CSAUDAV</i>	<i>CIDAMID OS</i>	<i>RUTIS</i>	<i>Cartão</i>	<i>UMSAUDE</i>
<i>Santarém</i>	Cartaxo	2	Não	Não	Não	Sim	Não
<i>Santarém</i>	Chamusca	4	Não	Não	Não	Sim	Não
<i>Santarém</i>	Constância	4	Não	Não	Não	Não	Não
<i>Santarém</i>	Coruche	2	Não	Não	Não	Não	Não
<i>Santarém</i>	Entroncamento	5	Não	Não	Não	Sim	Não
<i>Santarém</i>	Ferreira do Zêzere	2	Não	Não	Não	Não	Não
<i>Santarém</i>	Golegã	5	Sim	Não	Não	Não	Não
<i>Santarém</i>	Mação	5	Não	Não	Sim	Não	Não
<i>Santarém</i>	Ourém	3	Não	Não	Não	Sim	Não
<i>Santarém</i>	Rio Maior	6	Não	Não	Não	Sim	Sim
<i>Santarém</i>	Salvaterra de Magos	4	Não	Não	Sim	Sim	Não
<i>Santarém</i>	Santarém	6	Não	Não	Não	Não	Não
<i>Santarém</i>	Sardoal	2	Não	Não	Não	Não	Não
<i>Santarém</i>	Tomar	3	Não	Não	Sim	Sim	Não
<i>Santarém</i>	Torres Novas	1	Não	Não	Não	Não	Não
<i>Santarém</i>	Vila Nova da Barquinha	2	Não	Não	Não	Sim	Não
<i>Setúbal</i>	Alcácer do Sal	2	Não	Não	Sim	Não	Não
<i>Setúbal</i>	Alcochete	4	Não	Não	Não	Não	Não
<i>Setúbal</i>	Almada	6	Sim	Não	Não	Não	Não
<i>Setúbal</i>	Barreiro	5	Sim	Não	Sim	Não	Não
<i>Setúbal</i>	Grândola	4	Não	Não	Não	Sim	Não
<i>Setúbal</i>	Moita	3	Não	Não	Não	Sim	Não
<i>Setúbal</i>	Montijo	5	Sim	Não	Sim	Não	Sim
<i>Setúbal</i>	Palmela	5	Sim	Não	Não	Não	Não
<i>Setúbal</i>	Santiago do Cacém	3	Não	Não	Não	Sim	Não
<i>Setúbal</i>	Seixal	6	Sim	Não	Não	Não	Não
<i>Setúbal</i>	Sesimbra	2	Sim	Não	Não	Não	Não
<i>Setúbal</i>	Setúbal	9	Sim	Sim	Não	Não	Não
<i>Setúbal</i>	Sines	5	Não	Sim	Não	Não	Não
<i>Viana do Castelo</i>	Arcos de Valdevez	7	Não	Não	Não	Sim	Não
<i>Viana do Castelo</i>	Caminha	2	Não	Não	Não	Não	Não
<i>Viana do Castelo</i>	Melgaço	2	Não	Não	Sim	Não	Não
<i>Viana do Castelo</i>	Monção	1	Sim	Não	Não	Sim	Não
<i>Viana do Castelo</i>	Paredes de Coura	5	Não	Não	Não	Sim	Não
<i>Viana do Castelo</i>	Ponte da Barca	4	Não	Não	Não	Não	Sim
<i>Viana do Castelo</i>	Ponte de Lima	1	Não	Não	Não	Não	Não
<i>Viana do Castelo</i>	Valença	5	Não	Não	Não	Sim	Sim
<i>Viana do Castelo</i>	Viana do Castelo	6	Sim	Não	Não	Sim	Não
<i>Viana do Castelo</i>	Vila Nova de Cerveira	3	Não	Não	Não	Não	Não
<i>Vila Real</i>	Alijó	3	Não	Não	Sim	Sim	Não
<i>Vila Real</i>	Boticas	6	Não	Não	Não	Não	Não

<i>Distrito</i>	Município	NºProg	CSAUDAV	CIDAMID OS	RUTIS	Cartão	UMSAUDE
<i>Vila Real</i>	Chaves	1	Não	Não	Não	Não	Sim
<i>Vila Real</i>	Mesão Frio	4	Não	Não	Não	Não	Não
<i>Vila Real</i>	Mondim de Basto	3	Não	Não	Não	Não	Não
<i>Vila Real</i>	Montalegre	1	Não	Não	Não	Não	Não
<i>Vila Real</i>	Murça	1	Não	Não	Não	Não	Não
<i>Vila Real</i>	Peso da Régua	1	Não	Não	Não	Não	Não
<i>Vila Real</i>	Ribeira de Pena	2	Não	Não	Não	Não	Sim
<i>Vila Real</i>	Sabrosa	2	Não	Não	Não	Sim	Não
<i>Vila Real</i>	Santa Marta de Penaguião	4	Não	Não	Não	Sim	Não
<i>Vila Real</i>	Valpaços	2	Não	Não	Não	Não	Não
<i>Vila Real</i>	Vila Pouca de Aguiar	3	Não	Não	Não	Sim	Não
<i>Vila Real</i>	Vila Real	7	Sim	Não	Não	Não	Sim
<i>Viseu</i>	Armamar	1	Não	Não	Não	Sim	Não
<i>Viseu</i>	Carregal do Sal	4	Não	Não	Não	Sim	Não
<i>Viseu</i>	Castro Daire	4	Não	Não	Não	Sim	Não
<i>Viseu</i>	Cinfães	1	Não	Não	Não	Não	Não
<i>Viseu</i>	Lamego	1	Não	Não	Não	Não	Não
<i>Viseu</i>	Mangualde	4	Não	Não	Não	Sim	Não
<i>Viseu</i>	Moimenta da Beira	1	Não	Não	Não	Não	Não
<i>Viseu</i>	Mortágua	1	Não	Não	Não	Não	Não
<i>Viseu</i>	Nelas	2	Não	Não	Não	Não	Sim
<i>Viseu</i>	Oliveira de Frades	1	Não	Não	Não	Não	Não
<i>Viseu</i>	Penalva do Castelo	2	Não	Não	Não	Não	Não
<i>Viseu</i>	Penedono	2	Não	Não	Não	Não	Não
<i>Viseu</i>	Resende	4	Não	Não	Não	Não	Não
<i>Viseu</i>	Santa Comba Dão	1	Não	Não	Não	Não	Não
<i>Viseu</i>	São João da Pesqueira	2	Não	Não	Não	Sim	Não
<i>Viseu</i>	São Pedro do Sul	4	Não	Não	Sim	Não	Não
<i>Viseu</i>	Sátão	1	Não	Não	Não	Sim	Não
<i>Viseu</i>	Sernancelhe	1	Não	Não	Não	Não	Não
<i>Viseu</i>	Tabuaço	4	Não	Não	Não	Não	Não
<i>Viseu</i>	Tarouca	2	Não	Não	Não	Não	Sim
<i>Viseu</i>	Tondela	3	Não	Não	Não	Não	Sim
<i>Viseu</i>	Vila Nova de Paiva	4	Não	Não	Não	Sim	Não
<i>Viseu</i>	Viseu	4	Não	Não	Não	Sim	Sim
<i>Viseu</i>	Vouzela	5	Não	Não	Sim	Não	Não

ANEXO 15 - Presença de Programas, contagem de número de programas com Orçamentos (A), contagem de número de programas com Execuções (B), número de programas com Objetivos, Indicadores e Metas, e percentagem de variáveis preenchidas (%), por Município

Municípios	NProg	A	B	NProg com Objetivos	NProg com Indicadores	NProg com Metas	%
Abrantes	3			3		3	40,00
Águeda	3	1	1	2		2	40,00
Aguiar da Beira	4			3	2	2	35,00
Alandroal	2	2					20,00
Albergaria-a- Velha	2	1	1	2		2	60,00
Albufeira	4	1	1	4	4	2	60,00
Alcácer do Sal	2	2	2	1			50,00
Alcanena	5	3	3	2		1	36,00
Alcobaça	1						0,00
Alcochete	4			3		3	30,00
Alcoutim	5	1	1	3	1	3	36,00
Alenquer	6	3	3	4	1	4	50,00
Alfândega da Fé	8	1	1	7	4	5	45,00
Alijó	3	2	2	2			40,00
Aljezur	5	3	3	5		4	60,00
Aljustrel	9			7	1	5	28,89
Almada	6	1	1	2		1	16,67
Almeida	7			2	1	2	14,29
Almeirim	2	2	2				40,00
Almodôvar	4	1	1	2		3	35,00
Alpiarça	6			6		3	30,00
Alter do Chão	2			2	2	2	60,00
Alvaiázere	6	4	4	4	1	4	56,67
Alvito	2	1		2		2	50,00
Amadora	13	5	5	13	5	8	55,38
Amarante	4	2	2	3	1	3	55,00
Amares	1			1			20,00
Anadia	2			2		1	30,00
Ansião	3			1		1	13,33
Arcos de Valdevez	7			7		6	37,14
Arganil	2			1	2		30,00
Armamar	1			1		1	40,00

Municípios	NProg	A	B	NProg com Objetivos	NProg com Indicadores	NProg com Metas	%
Arouca	3			2		1	20,00
Arraiolos							0,00
Arronches	3	1	1	2		2	40,00
Arruda dos Vinhos	6	4	4	4		3	50,00
Aveiro	1						0,00
Avis	1	1	1	1		1	80,00
Azambuja	3	2	2	1	1	1	46,67
Baião	4	3	3	1		1	40,00
Barcelos	1			1		1	40,00
Barrancos	5			4			16,00
Barreiro	5	3	3	3	2	2	52,00
Batalha	6			5	5	2	40,00
Beja	3			3		3	40,00
Belmonte	6	4	4	3		1	40,00
Benavente	6	1	1	4	1	3	33,33
Bombarral	3	1	1	2	1	2	46,67
Borba	2			1			10,00
Boticas	6	1	1	4	4	1	36,67
Braga	8			8		2	25,00
Bragança	4			4	1	2	35,00
Cabeceiras de Basto	3			3		2	33,33
Cadaval	2						0,00
Caldas da Rainha	4	1	1	3		1	30,00
Caminha	2			2		2	40,00
Campo Maior	1						0,00
Cantanhede	3			3		1	26,67
Carraceda de Ansiães	7	3	3	4		4	40,00
Carregal do Sal	4	1	1	3	1	2	40,00
Cartaxo	2			1			10,00
Cascais	6			6		5	36,67
Castanheira de Pêra	1			1		1	40,00
Castelo Branco	2			2		1	30,00
Castelo de Paiva	5	4	4	2		2	48,00
Castelo de Vide	2	1	1	2		2	60,00

Municípios	NProg	A	B	NProg com Objetivos	NProg com Indicadores	NProg com Metas	%
Castro Daire	4	1	1	3		1	30,00
Castro Marim	7	1	1	6	5	5	51,43
Castro Verde	3			3		1	26,67
Celorico da Beira	2			1		1	20,00
Celorico de Basto	3	3	3	1			46,67
Chamusca	4	1	1	4		4	50,00
Chaves	1			1	1		40,00
Cinfães	1			1			20,00
Coimbra	5	1	1	5		3	40,00
Condeixa-a-Nova	7	2	2	5		4	37,14
Constância	4	1	1	2		2	30,00
Coruche	2			2		2	40,00
Covilhã	2						0,00
Crato	3	1	1	2	1	2	46,67
Cuba	2			2		1	30,00
Elvas	6	1	1		6		26,67
Entroncamento	5	3	3	5		5	64,00
Espinho	4			4		2	30,00
Esposende	2	1	1	2		1	50,00
Estarreja	2	2	2	2		2	80,00
Estremoz	3	3	3				40,00
Évora	4			4	3	4	55,00
Fafe	5	2	2	3		3	40,00
Faro	1			1	1		40,00
Felgueiras	3	2	2	2		2	53,33
Ferreira do Alentejo	4			4	1	2	35,00
Ferreira do Zêzere	2	1	1	1		1	40,00
Figueira da Foz	4			3	1	2	30,00
Figueira de Castelo Rodrigo	4	2	2	2	1	1	40,00
Figueiró dos Vinhos	2	1	1	2	1	2	70,00
Fornos de Algodres	6			3		3	20,00

Municípios	NProg	A	B	NProg com Objetivos	NProg com Indicadores	NProg com Metas	%
Freixo de Espada à Cinta	2			2	1	2	50,00
Fronteira	4			1	2	1	20,00
Fundão	4	1	1	2		2	30,00
Gavião	6			5		3	26,67
Góis	2	1	1	1			30,00
Golegã	5	2	2	4	1	2	44,00
Gondomar	4	1	1	2	2	2	40,00
Gouveia	2			1	1	1	30,00
Grândola	4	2	2	2	1	2	45,00
Guarda	4	2	2	4	1	4	65,00
Guimarães	3			1		2	20,00
Idanha-a- Nova	1	1	1			1	60,00
Ílhavo	6	3	3	5		4	50,00
Lagoa	4	1	1	1	1	2	30,00
Lagos	2			1		1	20,00
Lamego	1						0,00
Leiria	4	1	1	3	1	3	45,00
Lisboa	4			3	1	2	30,00
Loulé	3			2		2	26,67
Loures	5	3	3	2		2	40,00
Lourinhã	5	2	2	3	1	2	40,00
Lousã	12	1	1	10	1	8	35,00
Lousada	3	1	1	2		1	33,33
Mação	5			4		3	28,00
Macedo de Cavaleiros	3			3	1	3	46,67
Mafra	4	2	2	1		2	35,00
Maia	7	3	3	6	1	5	51,43
Mangualde	4			3		2	25,00
Manteigas	3	1	1	3		3	53,33
Marco de Canaveses	3	1	1	2		2	40,00
Marinha Grande	2	1	1	2		2	60,00
Marvão	2	1	1				20,00
Matosinhos	6	2	2	5	2	2	43,33
Mealhada	4			2	1	2	25,00
Mêda	2			1		1	20,00
Melgaço	2			2		2	40,00

Municípios	NProg	A	B	NProg com Objetivos	NProg com Indicadores	NProg com Metas	%
Mértola	4	3	3	2		2	50,00
Mesão Frio	4	3	3	3	1	2	60,00
Mira	2			2	1	1	40,00
Miranda do Corvo	5		1	5	3	4	52,00
Miranda do Douro	1			1	1	1	60,00
Mirandela	1						0,00
Mogadouro	4	2	2	1	1	1	35,00
Moimenta da Beira	1			1			20,00
Moita	3	1	1	1	1	1	33,33
Monção	1			1		1	40,00
Monchique	6	1	1	4	3	2	36,67
Mondim de Basto	3	2	2	1			33,33
Monforte	4	3	3	4	1	3	70,00
Montalegre	1						0,00
Montemor-o- Novo							0,00
Montemor-o- Velho	4	2	2	3	1	3	55,00
Montijo	5	1	1	4	1	3	40,00
Mora	5	4	4	1		1	40,00
Mortágua	1			1		1	40,00
Moura	1			1	1	1	60,00
Mourão	1			1			20,00
Murça	1						0,00
Murtosa	2						0,00
Nazaré	1						0,00
Nelas	2			2	1	2	50,00
Nisa	5	3	3	1	1	1	36,00
Óbidos	1			1	1	1	60,00
Odemira	5	1	1	4		4	40,00
Odivelas	3			3	1	2	40,00
Oeiras	11	1	1	9	3	7	38,18
Oleiros	3	2	2				26,67
Olhão	3	1	1	3	2	2	60,00
Oliveira de Azeméis	10	3	3	6	2	6	40,00
Oliveira de Frades	1			1			20,00

Municípios	NProg	A	B	NProg com Objetivos	NProg com Indicadores	NProg com Metas	%
Oliveira do Bairro	8			8	6	8	55,00
Oliveira do Hospital	1			1		1	40,00
Ourém	3	1	1	2			26,67
Ourique	4	1	1	3			25,00
Ovar	5			4		2	24,00
Paços de Ferreira	3	2	2	3	1		53,33
Palmela	5	2	2	3	1	2	40,00
Pampilhosa da Serra	2	1	1	2		2	60,00
Paredes	5			4		4	32,00
Paredes de Coura	5			4	1	3	32,00
Pedrógão Grande	4	1	1	2		2	30,00
Penacova	4	3	3	1		1	40,00
Penafiel	3			3		3	40,00
Penalva do Castelo	2			2		1	30,00
Penamacor	1						0,00
Penedono	2	1	1				20,00
Penela	1			1	1	1	60,00
Peniche	5			3	2	2	28,00
Peso da Régua	1			1	1	1	60,00
Pinhel	3	1	1	2		1	33,33
Pombal	3	2	2	2		2	53,33
Ponte da Barca	4	1	1	1		1	20,00
Ponte de Lima	1			1		1	40,00
Ponte de Sor	3	1	1	1	1	1	33,33
Portalegre	2	2	2				40,00
Portel	2			1	1	1	30,00
Portimão	3			2	1	1	26,67
Porto	6			6	1	2	30,00
Porto de Mós	5	4	4	4		2	56,00
Póvoa de Lanhoso	3					1	6,67
Póvoa de Varzim	4			2	1	1	20,00
Proença-a-Nova	6			5		4	30,00

Municípios	NProg	A	B	NProg com Objetivos	NProg com Indicadores	NProg com Metas	%
Redondo	2	2	2	2		2	80,00
Reguengos de Monsaraz	3	1	1	1		1	26,67
Resende	4	2	2				20,00
Ribeira de Pena	2	1	1				20,00
Rio Maior	6	5	5	3		1	46,67
Sabrosa	2	1	1	2		2	60,00
Sabugal	4	4	4	1	1	1	55,00
Salvaterra de Magos	4	1	1	2	1	2	35,00
Santa Comba Dão	1			1			20,00
Santa Maria da Feira	8			7	1	4	30,00
Santa Marta de Penaguião	4	2	2	4	1	3	60,00
Santarém	6	2	2	6		3	43,33
Santiago do Cacém	3			3		3	40,00
Santo Tirso	5	3	3	1		1	32,00
São Brás de Alportel	7			6	1	6	37,14
São João da Madeira	5	5	5	4			56,00
São João da Pesqueira	2	1	1	1			30,00
São Pedro do Sul	4	3	3	3	1	2	60,00
Sardoal	2			1	1	1	30,00
Sátão	1						0,00
Seia	4	1	1	3		2	35,00
Seixal	6	3	3	5		5	53,33
Sernancelhe	1	1	1				40,00
Serpa	6			6	2	4	40,00
Sertã	3	1	1	1			20,00
Sesimbra	2	2	2	2		2	80,00
Setúbal	9	2	2	8	5	4	46,67
Sever do Vouga	5	1	1	2		1	20,00
Silves	8			7	7	7	52,50
Sines	5	2	2	4	1	3	48,00
Sintra	8			7	6	5	45,00

Municípios	NProg	A	B	NProg com Objetivos	NProg com Indicadores	NProg com Metas	%
Sobral de Monte Agraço	6			5	2	4	36,67
Soure	3	2	2	2			40,00
Sousel	2	1	1	2		2	60,00
Tábua	3	2	2	3	2	3	80,00
Tabuaço	4	2	2	2	1	1	40,00
Tarouca	2	1	1	1			30,00
Tavira	4			4	1	2	35,00
Terras de Bouro							0,00
Tomar	3			1	1	2	26,67
Tondela	3			2			13,33
Torre de Moncorvo	2			1		1	20,00
Torres Novas	1			1		1	40,00
Torres Vedras	10	1	1	10	3	9	48,00
Trancoso	1	1	1				40,00
Trofa	4	1	1	3		3	40,00
Vagos	3	2	2	2		1	46,67
Vale de Cambra	4			2		1	15,00
Valença	5			4		4	32,00
Valongo	3	1	1	1		1	26,67
Valpaços	2	1	1	1			30,00
Vendas Novas	3	2	2	2		1	46,67
Viana do Alentejo	5	1	1	2	1	1	24,00
Viana do Castelo	6	1	1	5	1	6	46,67
Vidigueira	5			3		2	20,00
Vieira do Minho	3	1	1	3	1	2	53,33
Vila de Rei	6			5	1	2	26,67
Vila do Bispo	3			2		1	20,00
Vila do Conde	1			1		1	40,00
Vila Flor							0,00
Vila Franca de Xira	9			7	6	5	40,00
Vila Nova da Barquinha	2			2		2	40,00

Municípios	NProg	A	B	NProg com Objetivos	NProg com Indicadores	NProg com Metas	%
Vila Nova de Cerveira	3						0,00
Vila Nova de Famalicão	6			3		1	13,33
Vila Nova de Foz Côa	4			3	2	2	35,00
Vila Nova de Gaia	3	1	1	2		2	40,00
Vila Nova de Paiva	4			4			20,00
Vila Nova de Poiares	4			3	4	1	40,00
Vila Pouca de Aguiar	3			2		2	26,67
Vila Real	7			5	3	4	34,29
Vila Real de Santo António	2			1			10,00
Vila Velha de Ródão	2			2		1	30,00
Vila Verde	3	2	2	2		1	46,67
Vila Viçosa	5	3	3	4	1	3	56,00
Vimioso	1						0,00
Vinhais	1			1		1	40,00
Viseu	4	2	2	1	1	1	35,00
Vizela	3			3			20,00
Vouzela	5	1	1	3	2	2	36,00